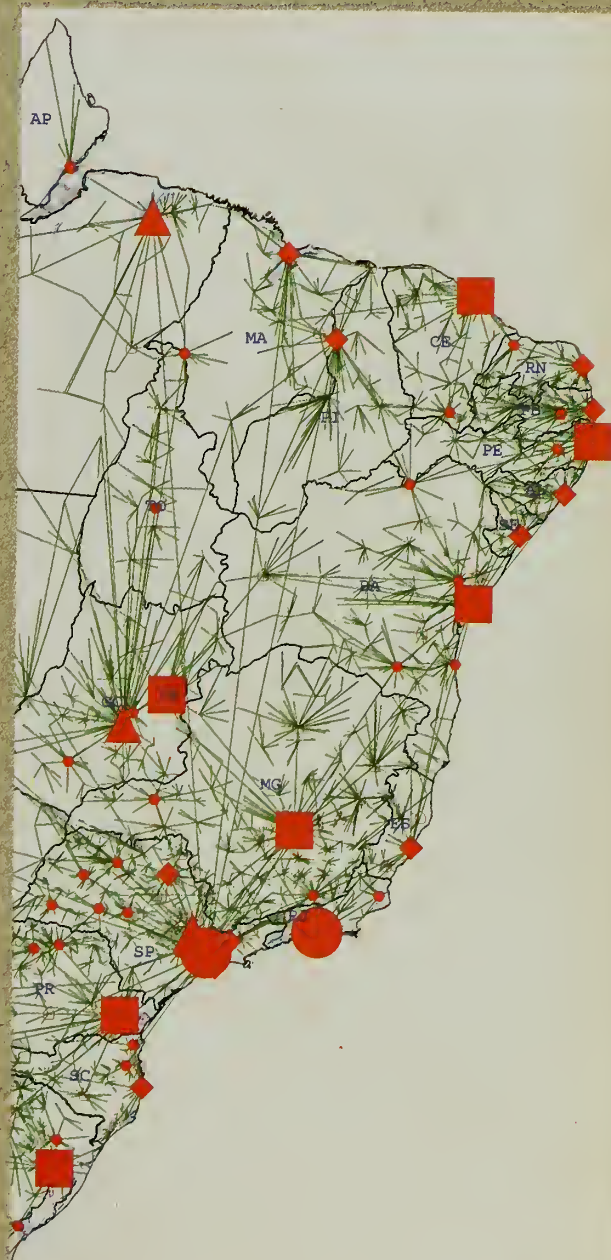
6

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Redes Urbanas Regionais:

Sul



ipea

IBGE



UNICAMP

IPARDES

CAIXA
Aqui o Brasil acontece

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur)
Coordenação Geral de Política Urbana (CGPUR)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Diretoria de Geociências (DGC)
Departamento de Geografia (Degeo)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Instituto de Economia (IE)
Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur)

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL

Volume 6

Redes Urbanas Regionais: Sul

1ª reimpressão

Brasília

2000

IPEA

IBGE



IPARDES

CAIXA
Aqui o Brasil acontece

AGRADECIMENTOS

A Coordenação-Geral da Pesquisa agradece as instituições, consultores e colaboradores que participaram deste estudo, bem como todos aqueles que contribuíram para sua publicação.

Diana Meirelles da Motta
Organizadora da Publicação

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.
A pesquisa que deu origem a esta série foi financiada pelo Banco Mundial, por intermédio do Contrato de Empréstimo Bird 3442-BR, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Projeto PNUD BRA/92/028, e também pelo Projeto de Modernização do Setor Saneamento (PMSS).
O PMSS é dirigido pelo Comitê de Direção do Projeto (CDP), integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu) e executado pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), vinculada ao Ipea.
Os estudos e pesquisas do Ipea, no âmbito do componente institucional do PMSS, são de responsabilidade da Coordenação-Geral de Política Urbana e da Coordenação-Geral de Política Regional, que compõem a Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur).
O IBGE, mediante acordo de cooperação técnica com o Ipea, participou da pesquisa ao longo de todas as suas etapas.

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 3° andar, sala 327, Brasília, DF,
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Home page: http://www.ipea.gov.br
Coordenação Editorial: SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 10° andar, Brasília, DF.
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Serviço Editorial: Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14° andar, Rio de Janeiro, RJ,
CEP 20020-010, fone: (21) 212-1140; fax: (21) 220-5533; e-mail: editrj@ipea.gov.br

CRÉDITOS EDITORIAIS

Supervisão editorial
Diana Meirelles da Motta

Coordenação editorial
Gislaine Maria da Silva
João Batista Vaz
Rosa Moura (Ipardes)

Projeto gráfico
Celso Carramenha Linck (capa)
Hamilton Marcos Fernandes (miolo)

Preparação de texto
Ingrid Basílio

Revisão técnica
Manoel Seabra e Odette Carvalho de Lima Seabra
Professores-doutores do departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo

Revisão de texto
Isabel Aparecida Gomes
Vera Tavares Zangari

Revisão cartográfica
Celso Donizetti Talamoni
Teresa Cabral Jahnel

Editoração eletrônica
Globaltec Produções Gráficas

Produção de mapas e tratamento de imagens
Maps World Produções Gráficas
Mapa da Rede Urbana (capa) elaborado por Cláudio Egler

Apoio
Coordenação Editorial do Ipea
Fernando Luiz Araújo Sobrinho (assistente de pesquisa – Ipea)
Tatiana Rodrigues da Cunha (estagiária – Ipea)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenação de Documentação e Biblioteca – Codob do Ipea, DF, Brasil)

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil : redes urbanas regionais : Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. 1ª reimpressão, Brasília : IPEA, 2000.
v.6; 206p.
Série de 6 volumes.
ISBN: 85-86170-16-X
1. Cidades 2. Rede urbana 3. Urbanização 4. Economia urbana 5. Política urbana
6. Aglomerações urbanas 7. Desenvolvimento regional 8. Desenvolvimento urbano
9. Municípios 10. Brasil I. IPEA II. IBGE III. UNICAMP IV. IPARDES

CDD 307.76
20ª ed.

Apresentação

Cumprindo sua função de promover a realização de estudos e apoiar o governo brasileiro na formulação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas, o Ipea coordenou, em parceria com o IBGE e o Nesur/IE da Unicamp, a execução de um amplo trabalho de pesquisa sobre a rede urbana do Brasil.

Este trabalho contou com a cooperação de várias outras entidades devidamente referidas no Prefácio deste volume. Trata-se de uma contribuição respaldada em extensivo esforço de pesquisa que, certamente, será utilizada na formulação de políticas urbanas, setoriais e territoriais, não somente do Governo Federal mas também dos Estados e Municípios.

Resgata-se, assim, um tema da maior relevância para a área urbana e regional. O Ipea e a Caixa Econômica Federal, em estreita cooperação, divulgam a série que reúne os estudos sobre a rede urbana e cumprimenta todos os participantes deste trabalho.

Roberto Borges Martins
Presidente do Ipea

Emílio Carazzai
Presidente da Caixa Econômica Federal

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil
Volume 6
Redes Urbanas Regionais: Sul

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação-Geral

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Coordenadora-Geral da Pesquisa - *Diana Meirelles da Motta*
Coordenadora-Geral de Política Urbana - *Diana Meirelles da Motta*
Diretor de Estudos Regionais e Urbanos - *Gustavo Maia Gomes*
Diretor-Adjunto - *Ricardo R. de Araújo Lima*
Consultores - *Hamilton Tolosa; Cláudio Egler*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Coordenador da Pesquisa - *Cesar Ajara*

Regiões de Influência das Cidades
Marília Carvalho Carneiro; Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill, Viviane Narducci Ferraz.
Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos
Maria Luisa Gomes Castello Branco
Tipologia dos Municípios Brasileiros – 1991
Vera Maria D'Ávila Cavalcanti Bezerra

Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur)

Coordenador da Pesquisa - *Carlos Américo Pacheco*
Coordenadora da Pesquisa - *Áurea M. Queiroz Davanzo*
Coordenador do Nesur- *Rinaldo Barcia Fonseca*

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)

Diretor-Presidente - *Paulo Mello Garcias*
Diretora do Centro de Pesquisa - *Sieglinde Kindl da Cunha*

Desenvolvimento da Pesquisa
Rovena Negreiros (Coordenadora pelo Nesur)
Rosa Moura (Ipardes)
Maria de Lourdes Urban Kleinke (Ipardes)
José Antonio Fialho Alonso (FEE)
Rosetta Mammarella (FEE)
Colaboração
Gabriel Vieira Ferrari (SDE-SC)
Gilmar Mendes Lourenço (Ipardes)
Assessoria Técnica
Maria Lúcia de Paula Urban (Ipardes)
Idaulo José Cunha (UFSC)
Apoio Técnico
Débora Zlotnik Werneck (Ipardes)
Carlos Eduardo Previdi (Ipardes)
Geoprocessamento
Renate Winz (Ipardes)
Lucrécia Zaninelli (Ipardes)

Instituições Colaboradoras

Fundação de Economia e Estatística (RS)
Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul (SC)

Prefácio

Nas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional, destacando-se: a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; a periferização dos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas. Esses fenômenos são resultantes do processo de reestruturação econômica em curso no país.

A elaboração de um quadro de referência baseado na compreensão da rede urbana brasileira, aqui entendida como "armadura" da estrutura socioespacial contemporânea, constitui importante subsídio à formulação de políticas territoriais de âmbito nacional, regional e municipal.

Ciente da necessidade de se formar uma base analítica para a formulação de políticas urbanas, a Coordenação Geral de Política Urbana do Ipea propôs a realização e coordenou o estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, desenvolvido em rede nacional de instituições de pesquisa, em parceria com o Departamento de Geografia (Degeo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas (Unicamp), e com o apoio de diversas instituições.

O trabalho apresenta valiosa contribuição para o conhecimento da atual rede urbana do país, uma vez que o último estudo abrangente sobre esse tema data de 1984, tendo sido realizado, naquela ocasião, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

No estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, buscou-se analisar a atual configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

A urbanização e o sistema urbano são considerados, no estudo, "síntese" de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor, entendendo-se a urbanização como parte integrante dessas determinações.

A hipótese central do estudo é a de que as tendências da urbanização brasileira e o sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia. Para tanto, procedeu-se à análise das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, explorando suas relações com a urbanização e a dinâmica demográfica do período recente, qualificando, dessa forma, os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro.

A caracterização da economia regional evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões. A caracterização da rede urbana regional identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional.

Tratou-se, também, das características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária, nas décadas de 80 e 90, uma vez que são essas as atividades que, em grande parte, determinam as distintas trajetórias econômicas e urbanas regionais recentes, bem como as alterações nas formas de articulação comercial das regiões entre si e com o exterior. O argumento central desenvolvido é o de que, na década de 80, no contexto da crise econômica, o maior grau de abertura da economia brasileira estimulou uma forma distinta de articulação das economias regionais, com rebatimentos importantes sobre a urbanização e o sistema de cidades.

Além disso, as análises identificam as mudanças ocorridas na rede urbana do país, em especial nas redes urbanas regionais, nas décadas de 80 e 90. Tais análises incorporaram os seguintes estudos do IBGE: *Regiões de influência das cidades (Regic)*; *Tipologia dos municípios brasilei-*

ros; e *Aglomerações urbanas para fins estatísticos.* As análises também se valeram do estudo *A dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais no Brasil,* do consultor Cláudio Egler.

O estudo abrangeu três vertentes de análise. A primeira considera os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil. A segunda leva em conta os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país. A terceira refere-se à manifestação de processos característicos da tipologia da rede urbana – o tamanho, a função e a forma urbana –, enfocando essas manifestações seja para o país como um todo, seja para cada uma das grandes regiões geográficas.

Essas três vertentes de análise resultaram em quatro produtos referenciais básicos, que configuram a rede urbana do Brasil:

- as redes urbanas das grandes regiões;
- a hierarquia da rede urbana;
- os sistemas urbano-regionais; e
- o quadro de composição das aglomerações urbanas.

Realizado no período de dois anos e meio, o estudo foi desenvolvido em cinco etapas: referencial conceitual e metodológico; estudos preliminares de caracterização da rede urbana; estudos de caracterização da rede urbana; análise das transformações e tendências na configuração da rede urbana; e configuração atual e tendências da rede urbana.

O Nesur encarregou-se do conjunto de estudos sobre as transformações da rede urbana do Brasil, procedendo a uma análise atualizada das principais mudanças espaciais ocorridas na economia do país e das mudanças decorrentes na dinâmica das economias regionais, estudos esses que procuraram apreender os impactos dessas transformações sobre a configuração e as tendências da rede urbana brasileira.

O Degeo desenvolveu o conjunto de estudos que inclui a atualização do trabalho sobre hierarquia urbana, rede de influências das cidades, aglomerações urbanas para fins estatísticos e tipologia dos municípios brasileiros.

Os estudos do Degeo compõem os seguintes relatórios parciais da pesquisa:

- relatório I: Metodologias e enfoques do estudo da rede urbana;
- relatório III: Hierarquização dos sistemas urbanos e de categorização de cidades;
- relatório V: Tipologia dos municípios brasileiros;
- relatório VII: Identificação dos sistemas urbano-regionais.

O consultor Cláudio Egler realizou os estudos referentes à configuração e à dinâmica atual da rede urbana, os quais integram os seguintes relatórios:

- relatório I: Mudanças recentes e perspectivas da urbanização em nível mundial e no Brasil;
- relatório II: Principais características da urbanização brasileira;
- relatório III: Dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais do Brasil.

O consultor Hamilton Tolosa, da Universidade Cândido Mendes, prestou inestimável apoio técnico ao Ipea durante todo o desenvolvimento dos trabalhos e elaborou, juntamente com Maria de Fátima Araújo, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), os trabalhos sobre as metrópoles globais.

Os estudos desenvolvidos pelo Nesur apoiaram-se na organização de seis equipes de pesquisa, encarregadas da análise das economias regionais e da configuração e dinâmica das redes urbanas das grandes regiões geográficas brasileiras. Essas equipes mobilizaram especialistas em desenvolvimento urbano e regional, e também contaram com a colaboração de órgãos governamentais, universidades e instituições regionais de pesquisa[1].

O conjunto de estudos elaborados pelo Nesur compõe os seguintes relatórios:

- relatório II: Referencial conceitual e metodológico, e principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações no sistema urbano do país;
- relatório IV: Evolução da rede urbana segundo metodologias e critérios econômicos de agregação dos espaços regionais;
- relatório VI: Caracterização da rede urbana (estudos regionais);
- relatório VIII: Síntese sobre a caracterização das redes urbanas regionais.

Cabe mencionar, ainda, a valiosa colaboração de instituições como o Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), dentre outras, na realização deste trabalho[2].

[1] A composição da equipe técnica e a relação das instituições colaboradoras constam das páginas de crédito dos livros desta série.

[2] Participaram também dos trabalhos a Fundação de Economia e Estatística (RS), a Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul (SC), a Universidade Federal de São Carlos (SP), o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (MG), Fundação João Pinheiro (MG), o Instituto de Desenvolvimento Industrial (MG), o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Industrial (ES), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (RJ), a Universidade Federal do Espírito Santo (ES), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN), a Fundação Joaquim Nabuco (PE) e o Centro de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal de Uberlândia (MG).

Os resultados da pesquisa estão reunidos em seis volumes que integram a série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil.*

O volume 1 – *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana do Brasil* – apresenta os resultados finais dos estudos sobre a rede urbana brasileira. São discutidas as transformações recentes na rede urbana nas décadas de 80 e 90, enfocando, como ponto de partida, as principais transformações espaciais da economia e seus impactos no processo de urbanização e na própria rede urbana. São apresentados os resultados do trabalho, que consistem na classificação da rede urbana do Brasil, na identificação das aglomerações urbanas brasileiras e na configuração da dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais e, por fim, uma discussão sumária sobre São Paulo e Rio de Janeiro como metrópoles globais. É também apresentada uma síntese das tendências de desenvolvimento regional e as implicações para a formulação de políticas públicas.

O volume 2 – *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana* – reúne os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE sobre as regiões de influência das cidades, as aglomerações urbanas e a tipologia dos municípios brasileiros, bem como os estudos elaborados pelo consultor Cláudio Egler sobre a configuração e a dinâmica atual da rede urbana brasileira, incluindo as mudanças recentes, as perspectivas e as características da urbanização, e os sistemas urbano-regionais.

O volume 3 – *Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana* –, traz o referencial conceitual e metodológico do projeto. Nele são explicitadas as hipóteses sobre as principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações para a estruturação do sistema urbano do país, com ênfase nas transformações ocorridas nos anos 80 e início da década de 90. São apresentados os termos de referências estabelecidos para o estudo das redes urbanas regionais, abrangendo as cinco regiões geográficas brasileiras. Esses estudos estiveram a cargo do Nesur.

O volume 4 – *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se aos relatórios que precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil. O volume é introduzido pelas bases teóricas dos estudos regionais e contempla a seguinte orientação metodológica:

- Caracterização da economia regional – análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana, explicitando, ainda, os desdobramentos decorrentes e apresentando as áreas dinâmicas, as áreas estagnadas e as tendências de evolução econômica e espacial, com base nas intenções de investimento futuro;
- Caracterização da rede urbana regional – identificação das mudanças ocorridas na conformação urbana no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas transformações às principais tendências do desenvolvimento econômico regional, e procedendo à classificação da rede urbana regional, segundo categorias definidas com base na descrição do perfil da rede, na caracterização das funções desempenhadas por seus principais centros urbanos e na indicação, prioritariamente para os níveis superiores, da qualificação da urbanização; e
- Mudanças econômicas e impactos sobre a rede urbana – identificação e análise das principais tendências da dinâmica regional e dos desdobramentos espaciais decorrentes do desempenho econômico recente, com ênfase nas novas espacialidades/territorialidades do processo de urbanização, considerando as tendências locacionais da atividade produtiva; dos processos de desconcentração e aglomeração induzidos pelas transformações espaciais da atividade produtiva; dos projetos de expansão da infra-estrutura e do balanço dos novos investimentos privados; e dos traços contemporâneos da urbanização.

O volume 4 trata, ainda, das questões relativas às transformações das redes urbanas regionais e aponta as principais implicações para as políticas de desenvolvimento urbano.

O volume 5 – *Redes Urbanas Regionais: Sudeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se, como o volume anterior, aos relatórios da pesquisa, os quais precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil, e contempla as mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O volume 6 – *Redes Urbanas Regionais: Sul* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se ao relatório da pesquisa, que precedeu e fundamentou a classificação da rede urbana do Brasil, obedecendo às mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das demais regiões pesquisadas.

Vale ressaltar ainda que a classificação da rede urbana das grandes regiões (volumes 4, 5 e 6) diz respeito aos estudos que subsidiaram a classificação da rede urbana do país. Na seqüência dos trabalhos, ao tomar as redes urbanas de cada uma das grandes regiões em seu conjunto, foram feitos os ajustes pertinentes nessa classificação, alterando-se a denominação das categorias urbanas e apresentando outra classificação para os centros urbanos. No entanto, os estudos sobre as redes urbanas das grandes regiões constituem produtos acabados, úteis para as grandes regiões e para os estados, uma vez que mostram a configuração e as tendências das redes urbanas regionais.

Acrescente-se que o estudo como um todo foi realizado no período 1997-99 e que as informações estão atualizadas, sempre que possível, em nota de rodapé, até a data desta publicação.

Este volume apresenta a análise regional agregando indicadores complementares e atualizados. Está organizado em dois capítulos, precedidos pelas bases teóricas dos estudos regionais e por uma introdução. O primeiro apresenta uma leitura da economia dos estados do Sul e do arranjo da rede urbana regional, com a classificação das categorias espaciais urbanas. É traçado um perfil da qualidade da urbanização, mais dirigido às aglomerações metropolitanas; e finalmente apontam-se as principais tendências da urbanização sulina, bem como recomendações de políticas territoriais. O segundo capítulo traz uma análise pormenorizada e individualizada desses aspectos para as mesorregiões dos estados do Sul. Em seus anexos, consta um conjunto de tabelas organizadas pelo agrupamento mesorregional que serviu de apoio a esta parte do trabalho.

Para os estudos referentes ao Estado de Santa Catarina, o Ipardes contou com o assessoramento de técnicos da Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, do estado de Santa Catarina. A síntese regional referente à configuração e escalas da rede urbana, bem como da qualidade da urbanização, recebeu o apoio técnico de consultores do Rio Grande do Sul, que também foram responsáveis pela elaboração dos estudos referentes à economia e às mesorregiões desse estado.

Trabalhou-se com dados fornecidos pelo IBGE, Ipea, Nesur/Unicamp e outras fontes, valendo-se ainda, de informações estaduais, na busca de melhor qualificar as análises.

A classificação das categorias espaciais da rede urbana da região Sul é uma etapa que reflete o esforço de aplicação dos conceitos e critérios definidos conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Nesur às realidades regionais. A classificação parcial da rede urbana da região Sul foi objeto de ajustes necessários para se chegar a uma única classificação final para todo o estudo, guardando alguma diferença daquela apresentada no volume 1 desta série.

É preciso destacar ainda que os resultados do estudo sobre a rede urbana do Brasil já vêm fundamentando a formulação e a implementação de políticas e programas urbanos e regionais no país e têm fornecido valiosa contribuição a trabalhos da agenda governamental e dos demais setores da sociedade. Este estudo deverá continuar sendo útil para o setor público, na definição de políticas; para as instituições de ensino, na ampliação do conhecimento sobre processo de urbanização do país; e para muitos outros setores da sociedade, na tomada de decisões.

Diana Meirelles da Motta
Coordenadora-Geral de Política Urbana — CGPUR/Ipea

Ricardo Lima
Diretor-Adjunto da DIRUR/Ipea

Sumário

Lista de Tabelas

Lista de Tabelas dos Anexos

Lista de Mapas

Lista de Siglas

Agrária – Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.
AURNe – Aglomeração Urbana da Região Nordeste do Rio Grande do Sul
Badep – Banco de Desenvolvimento do Paraná
Batavo – Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda.
CCLPL – Cooperativa Central de Lacticínios do Paraná Ltda.
Camilas – Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul Ltda.
CAMP – Cooperativa Agrícola Mista de Prudentópolis Ltda.
Capal – Cooperativa Agropecuária Arapoti Ltda.
Capeg – Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda.
Castrolanda – Sociedade Cooperativa Castrolanda Ltda.
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica
Centralpar – Cooperativa Central de Alimentos do Paraná Ltda.
CIAR – Cidade Industrial de Araucária
CIC – Cidade Industrial de Curitiba
CLAC – Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda.
Coabil – Cooperativa Agrícola Mista Bituruna Ltda.
Coagro – Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda.
Coamo – Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.
Cocamar – Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda.
Cohab/RS – Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul
Cohab/SC – Companhia de Habitação de Santa Catarina
Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná
Comec – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
Coopavel – Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda.
Cooperati – Cooperativa Agrícola Irati Ltda.
Copacol – Cooperativa Agrícola Consolata Ltda.
Coperalfa – Cooperativa Regional Alfa Ltda.
Copercampo – Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos Ltda.
Copercentral – Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.
Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras
Cotriguaçu – Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.
CSR-1 – Centro Sub-regional 1
CSR-2 – Centro Sub-regional 2
DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
Fiesc – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
Fundopem – Fundo de Operação Empresa do Rio Grande do Sul
FURB – Universidade Regional de Blumenau
Granfpolis – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ippuc – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Ipuf – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
Lactec – Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento
Lactisul – Cooperativa de Produtores de Leite de Irati Ltda.
Mercosul – Mercado Comum do Cone Sul
MTB/Rais – Ministério do Trabalho/Relação Anual de Informações Sociais
Nesur – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
PEA – População Economicamente Ativa
PIA – População em Idade Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proálcool – Programa Nacional do Álcool
Prodec – Programa de Desenvolvimento de Empresas de Santa Catarina
RA – República Argentina
Rais – Relatório de Informações Sociais
Regic – Estudo Regiões de Influência das Cidades (IBGE)
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre
ROU – República Oriental do Uruguai
Sefa – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
SF/SC – Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina
SF/RS – Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul (SC)
Sercomtel – Serviços de Comunicações Telefônicas de Londrina
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UPF – Universidade Passo Fundo
URE – Universidade Regional Integrada
VAF – Valor Adicionado Fiscal
Witmarsum – Cooperativa Agropecuária Witmarsum Ltda.

Bases Teóricas dos Estudos Regionais

Introdução

Para caracterizar a rede urbana do Brasil, com base no exame das principais tendências do desenvolvimento socioeconômico regional, foram consideradas as principais contribuições teórico-metodológicas sobre rede urbana presentes na literatura. Essa sistemática impôs, por sua vez, a necessidade de revisão dos estudos disponíveis, a seguir apresentada.

Nos estudos desenvolvidos ao longo da pesquisa, adotou-se como referência territorial a divisão em grandes regiões do Brasil, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A despeito desse fato, as diretrizes metodológicas adotadas no desenvolvimento dos estudos regionais demonstraram que a dinâmica econômica regional recente e o próprio processo de urbanização do país, dadas suas características intrínsecas, tornam problemática a escolha dessa delimitação espacial, tendo em vista a interdependência econômica e urbana de espaços localizados em regiões geográficas distintas. Assim, nesses estudos, a identificação e a análise das correlações e interdependências entre espaços situados em diferentes regiões constituíram-se num objeto central, explicitando-se as articulações entre sistemas urbanos.

A escala de análise das economias regionais foi a das mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE, que abrange os seguintes aspectos: tendências locacionais da atividade produtiva; concentração e desconcentração dessas atividades; diversificação do setor de serviços e mudanças ocupacionais relacionadas a essa diversificação, especialmente para as aglomerações urbanas e principais centros da rede urbana brasileira; transformações das estruturas ocupacionais dos centros urbanos, segundo sua hierarquia e tamanho, procurando caracterizar a estrutura do emprego; e, finalmente, identificação e qualificação da infra-estrutura urbana, quando ela constituiu-se em vetor de transformação do sistema de cidades, em fator de indução da ocupação de novas áreas ou, mesmo, em elemento de reestruturação das relações interurbanas.

Nos estudos regionais, elaborados para as grandes regiões brasileiras, essas questões foram trabalhadas como mediações para se entender a articulação entre a dinâmica recente das economias regionais, as características da urbanização e as transformações da rede urbana. Dessa forma, adotou-se um procedimento metodológico que envolveu, de um lado, a análise da dinâmica recente da economia e da urbanização regionais e, de outro lado, a definição de critérios quantitativos, a fim de apreender os diferentes estratos que compõem as redes regionais de cidades.

Esses critérios quantitativos, contudo, foram submetidos a ajustes finais de caráter qualitativo, referentes às características regionais específicas. Partiu-se, assim, do princípio de que a análise quantitativa, por si só, não seria capaz de constituir um procedimento suficiente para definir a caracterização da rede urbana brasileira, tampouco para atender aos objetivos da pesquisa.

Com os estudos regionais, chegou-se a uma primeira classificação dos centros urbanos, segundo as características específicas de cada região, base para estabelecer critérios e para proceder a classificação da rede urbana do Brasil. A seguir, apresentam-se os detalhes sobre a definição e a aplicação dos critérios norteadores dessa classificação.

As referências teórico-metodológicas de análise da rede urbana fundamentaram a proposta adotada na

pesquisa. Foi com base nessas referências metodológicas que se empreendeu a análise das diversas espacialidades do sistema urbano brasileiro e se desenvolveu o trabalho de classificação da rede urbana do Brasil. Essa classificação contempla as diversas espacialidades do sistema urbano brasileiro, bem como as diferentes formas de articulação física e de integração funcional nele presentes.

Na tradição do pensamento geográfico, a cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região. Como tal, não pode, nem deve, ser tratada de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assume a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região.

As implicações dessa concepção para o presente estudo são percebidas na própria orientação teórico-metodológica adotada, já que se partiu do pressuposto de que a classificação de rede urbana deveria contemplar não só a estrutura dos fluxos de bens, serviços e indivíduos, em um dado espaço econômico, em um momento específico, mas também os fatores econômicos e sociais que determinaram tal estrutura ao longo de um processo de desenvolvimento. Assim, não se pode considerar a cidade como *apartada* do processo de produção de uma economia regional.

A proposta não é esgotar a literatura sobre a questão urbano-regional, sobretudo no que tange às redes urbanas, o que certamente envolveria um levantamento multidisciplinar e por demais abrangente para os propósitos deste trabalho. O objetivo é tão-somente apresentar os fundamentos conceituais em que se baseou o estudo da rede urbana brasileira.

Optou-se, aqui, pelo desafio de articular, de um lado, a teoria neoclássica do pensamento geográfico, a respeito de hierarquias de redes urbanas, com a teoria histórico-materialista, de outro lado, cujo enfoque reside no processo de produção do espaço urbano-regional e seus determinantes, o que permite a identificação de dinâmicas recentes nos sistemas de cidades *pari passu* à evolução do capitalismo em escala internacional.

Com a articulação teórica dessas duas tradições, buscou-se obter as informações necessárias não só para a classificação da rede urbana brasileira, como também para uma análise prospectiva, com vistas à formulação de proposições para subsidiar a implementação de políticas públicas.

A Tradição Neoclássica de Estudos de Rede Urbana

Os estudos de rede urbana constituem parte relevante da tradição da chamada geografia quantitativa, inspirada em teorias funcionalistas e de sistemas. Têm produzido contribuições significativas com base em quadros referenciais empíricos sobre características sociais, econômicas e demográficas relacionadas a tamanhos de cidades, centrando a atenção na identificação de configurações de redes urbanas e na posição nelas ocupada por um dado centro urbano. Nas análises neoclássicas, a relação entre um centro e seu *hinterland* baseia a definição da posição hierárquica dos centros urbanos, configurando, assim, importante aspecto dos estudos dessa tradição.

É possível, em geral, reconhecer três formas elementares de configuração das relações entre cidade e região: a relação campo-cidade, a relação capital-província e a relação centro-periferia.

A primeira delas, conformando o *Estado isolado*, está na base da concepção de Thünnen (1966), que fundamentou todo um campo teórico sobre hierarquia urbana a que se convencionou chamar de *teoria dos lugares centrais*, como será apresentado mais adiante.

A relação campo-cidade, que também conformaria a concepção de *microssistema* na visão de Wallerstein (1979), reflete as trocas que se dão, segundo uma lógica puramente mercantil e fechada, em um modelo econômico fisiocrata, no qual o excedente agrícola é o motor da dinâmica econômica e principal fonte de financiamento do conjunto da economia. A lógica da economia marginal assume sua determinação maior na concepção dos anéis concêntricos de Thünnen (1966), em que a distância do mercado é o principal fator de organização do território e está na base da *construção ricardiana* da renda fundiária e da distribuição do produto social a partir da situação apresentada na pior terra[1].

Do ponto de vista da configuração da estrutura interurbana, o *Estado isolado* conforma o que Kayser (1960) denomina de *semis urbain*, isto é, a sementeira urbana, em que as cidades nascem e crescem isoladas, com fracas trocas entre elas. O caráter esporádico das trocas faz com que o mercado seja uma entidade temporária e móvel. As feiras, em muitos casos, constituem o principal elemento de ligação entre as cidades, assim como a presença esporádi-

[1] Harvey (1973) recuperou esse modelo em seu clássico trabalho, no qual mostra que a circulação do excedente e a renda fundiária são os principais elementos para a segregação socioespacial nas cidades. Mostra também como a distribuição social do rendimento é insumo e produto da distribuição espacial da renda em nível intra-urbano.

ca do príncipe, isto é, do Estado. A metáfora da sementeira urbana assemelha-se à metáfora econômica dos *produtores independentes*: o mercado constitui a principal forma de socialização dos membros isolados da sociedade, sem que tenha existência espaço-temporal fixa e permanente. Do ponto de vista da regulação política da economia, sua principal expressão está nas normas de controle da propriedade e das corporações de ofícios, tendo um alcance territorial preferencial no nível da escala local[2].

A concepção de que a distância do mercado é o principal fator de organização do território – e que esta possibilitaria uma organização de rede de cidades em círculos concêntricos – inspirou a construção da chamada *teoria dos lugares centrais*.

A segunda forma de configuração das relações entre cidade e região – sem que com isso exista uma ordem determinista – é, da perspectiva espacial, a relação entre capital-província, ou capital-interior. Essa relação traduz a presença de uma relação hierárquica entre cidades determinadas pela lógica da extração tributária e pelas necessidades da circulação mercantil estabelecidas de forma permanente no território. Do ponto de vista conceitual, corresponde ao modelo das localidades centrais de Christaller (1966), no qual o princípio do mercado em uma planície isomórfica (livre-circulação) e com uma distribuição hexagonal (livre-concorrência) responde pela hierarquia na rede de localidades centrais. Corresponde também à concepção de império-mundo de Wallerstein (1979), na qual a ordem espacial manifesta as determinações tributárias do Estado e a pequena divisão social e territorial do trabalho.

Do ponto de vista da estrutura intra-urbana, a lógica tributária e mercantil define localizações privilegiadas no território da cidade e as condições de reprodução social já espelham essa segregação espacial no que concerne ao acesso às redes de infra-estrutura e serviços urbanos, cuja lógica responde à dinâmica do sistema urbano como um todo e não às necessidades locais. As redes, na lógica do próprio modelo de Christaller (1966), já definem os mecanismos básicos de estruturação urbana, e os gastos públicos passam a orientar-se para manter e aumentar a arrecadação que os alimenta, ganhando dinâmica própria e ampliando a presença do controle estatal sobre o tecido urbano.

Quanto à configuração da estrutura interurbana, a relação capital-província manifesta-se na conformação da *bacia urbana* de Kayser (1960), em que os fluxos são orientados dos núcleos urbanos de menor porte para as capitais regionais, de maneira semelhante ao comportamento de uma bacia fluvial. Do ponto de vista da dinâmica econômica, a *bacia urbana* responde ao comportamento do mercado do bem dominante na estrutura produtiva regional; e quanto à política territorial, os principais mecanismos de alocação do gasto público respondem às demandas daqueles que detêm o controle dos bens de produção e à própria lógica da manutenção/ampliação do aparelho de Estado.

Tal modelo pode ser descrito como mercantilista, não em seu sentido vulgar, mas como descrito por Weber (1899), para quem o alcance da política territorial dá-se sobre os mecanismos tributários e de alocação do gasto público, buscando definir áreas cativas de mercado. A lógica da negociação é regionalizada, isto é, configura-se em uma estrutura em arquipélago, cujas negociação e concorrência fazem-se para capturar maior parcela dos fundos públicos disponíveis para cada ilha econômica.

Por fim, a terceira forma expressa-se nas relações entre centro-periferia, nas quais a dinâmica espacial está condicionada por níveis distintos de introdução do progresso técnico e, conseqüentemente, por diferenciais de ganhos de produtividade entre locais distintos no espaço. O modelo centro-periferia, que dominou o pensamento urbano e regional desde a década de 50 até os anos 70, é o modelo básico que procura explicar o comportamento da dinâmica urbana e regional, com a formação de estruturas hierárquicas e duais, quando o ritmo de desenvolvimento é diferenciado em razão da velocidade de introdução do progresso técnico.

No modelo clássico, a explicação das relações interurbanas, na visão centro-periferia, reside na própria rede urbana, caracterizada por uma estrutura em desequilíbrio: a uma parte industrial consolidada, na qual predominam as economias de escala, contrapõem-se outras partes menos desenvolvidas, em diferentes estágios. A planificação territorial por excelência do modelo centro-periferia seria uma forma de compensar os diferenciais de produtividade, mediante investimentos públicos em infra-estrutura, incentivos fiscais e creditícios, podendo, assim, ser vista, em sua essência, como uma política compensatória *ex post*.

[2] Embora seja um modelo abstrato, é interessante observar que no Brasil, na escala local, correspondente à administração municipal, as principais fontes de recursos próprios das prefeituras são baseadas no controle da propriedade e das corporações de ofício, ou de seus formatos mais contemporâneos: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cujas taxas incidem sobre a propriedade imobiliária urbana, e o Imposto sobre Serviços (ISS), que incide sobre o exercício das atividades dos profissionais autônomos, obedecendo à lógica clássica das corporações de ofícios.

A Tradição da Geografia Humana Radical

Embora não exatamente baseada em relações do tipo centro-periferia, mas considerando a configuração regional e urbana como resultante de processos desequilibrantes inerentes à expansão da acumulação capitalista, uma linha de análise funda-se dentro do chamado *paradigma radical* da geografia humana. Fundamentada em argumentos estruturalistas – que questionam a separação entre produção e distribuição assumida pelas teorias locacionais, e enfatizam aspectos históricos relacionados à constituição das cidades e dos conflitos entre os agentes sociais e econômicos que disputam o acesso à terra urbana –, essa escola privilegia o processo de urbanização, ressaltando as origens, a natureza e a organização espacial das atividades econômicas e da sociedade de um dado país ou região.

Nesse sentido, os estudos urbanos de inspiração estruturalista objetivavam proporcionar uma compreensão da localização, no espaço e no tempo, da economia e da população, as formas como estas determinam e são determinadas, distribuem e apropriam-se da produção, circulação e consumo, necessários à realização da acumulação de capital numa economia de mercado.

O foco desses estudos reside, portanto, na dinâmica do capitalismo e na estruturação de relações econômicas e sociais, no tempo e no espaço. Ademais, como registra Medici (1988), na concepção desse enfoque não é suficiente verificar como tais relações determinam-se no interior das cidades. É necessário também verificar como ocorrem as relações de produção e troca entre as cidades[3].

Menos interessados, portanto, na configuração de redes urbanas e mais nas causas dos desequilíbrios apresentados entre regiões e centros urbanos, mesmo nos países mais avançados, Castells, Harvey e Lojkine muito contribuíram para as pesquisas urbanas em dois aspectos simultaneamente: por reconhecerem o severo limite analítico imposto por modelos baseados no equilíbrio geral (*general equilibrium*) que caracteriza as interpretações neoclássicas; e por perceberem que o desequilíbrio inerente à expansão capitalista traz consigo permanente movimento gerador de regiões dinâmicas, em contraposição às regiões estagnadas, encontradas não apenas em países menos desenvolvidos.

Esses estudiosos verificaram que espaços estagnados são produzidos nos países de tecnologia avançada, e não apenas naqueles menos desenvolvidos, o que põe em xeque, portanto, os pressupostos neoclássicos sobre estágios de desenvolvimento, assim como aqueles sobre equilíbrio, os quais fundamentam a estrutura urbana *thunniana*, baseada no acesso ao mercado. A concepção de desequilíbrio, bastante desenvolvida por Hirschman (1962) em seu clássico trabalho sobre desenvolvimento econômico, introduz a percepção histórica e dinâmica do processo de acumulação e de produção do espaço em sociedades capitalistas, na qual a forma como se articulam os diferentes fatores de produção para a geração de valor constitui a *pista* para explicar os diferentes estágios de desenvolvimento entre cidades, regiões e nações, assim como as relações estabelecidas entre elas.

A configuração das redes urbanas é conseqüência de um dado processo de acumulação, mas passa a ser igualmente determinante ao estabelecer requisitos a esse processo, em novos estágios de expansão caracterizados especialmente pela intensidade de capital e tecnologia adotados, e pela forma como se dá a relação entre capital e trabalho. Esta explicaria os diferenciais de renda e produtividade, bem como as diversas relações entre cidade e região (o desequilíbrio, portanto) que caracterizam a produção do espaço em economias de mercado.

A relação fundamental passa a ser, nessa concepção, a relação entre capital e trabalho, baseada na inovação tecnológica e na capacidade de gerar os excedentes necessários à intensificação da divisão de trabalho e à expansão dos mercados. Como argumenta Harvey (1973), as condições para o surgimento das cidades são dadas na passagem de modos de organização social igualitários para outros redistributivos. Isso porque, como registra Medici (1988), para Harvey a redistribuição envolve um fluxo de bens (ou, em alguns casos, o estabelecimento de direitos sobre a produção) para sustentar as atividades de uma elite. Tal redistribuição promove a concentração de excedentes capazes de propiciar o desenvolvimento de centros urbanos.

A organização social de modo estratificado, baseada numa integração por meio do mercado de troca, constituiria, pois, as condições amplas para o desenvolvimento urbano, aprofundando o grau de mercantilização característico da urbanização capitalista e o desequilíbrio a ele inerente – desenvolvimento e não-desenvolvimento seriam, desse ponto de vista, duas faces da mesma moeda. Daí o conceito de cidade defendido por Harvey: formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido. Sendo, então, formas concentradoras de valores, são igualmente responsáveis pela drenagem de valores de outras áreas, portanto, *desestruturadoras* no conceito defendido por Hirschman

[3] Nesse sentido, os trabalhos de Castells (1972), Harvey (1973) e Lojkine (1977) são contribuições fundamentais.

(1962). Ademais, dados os diversos processos históricos que originam as relações sociais, as cidades apresentam distintos perfis de desenvolvimento, estrutura, atividade e ocupação. Assim, o entendimento da dinâmica urbana estaria, necessariamente, associado à compreensão da dinâmica do processo de acumulação. Como propõe Massey (1977), o desenvolvimento espacial pode apenas ser percebido como parte do desenvolvimento geral do capitalismo.

A contribuição dessa corrente veio ampliar o entendimento do processo de formação dos centros urbanos e dos conjuntos que estes constituem, ao articularem as relações de produção, troca e de comunicação, propiciando, com isso, uma aproximação bastante detalhada da divisão de trabalho e das formas de organização da economia e da sociedade. Trata-se, portanto, de valioso instrumento para o planejamento, que objetiva tanto o incremento da acumulação, quanto a redução das disparidades resultantes dessa acumulação[4].

Em síntese, foi a partir da compreensão do espaço não só como o local onde acontecem as ações (função de receptáculo), mas, ao mesmo tempo, como o local geográfico da ação e da possibilidade de engajar-se na ação (Lefebvre, 1974), ou como o produto material de uma dada formação social (Castells, 1972), que se passou a compreender a rede urbana como a forma espacial privilegiada por meio da qual, no capitalismo, ocorrem a criação, a apropriação e a circulação do excedente (Corrêa, 1988)[5]; ou como o

> conjunto funcionalmente articulado de centros hierarquizados e suas diferentes manifestações em termos de forças de suas unidades, constituindo-se uma estrutura territorial onde se dá a criação, apropriação e circulação do valor excedente. (Corrêa, 1988, p. 119)

Apesar de partirem de pressupostos bastante antagônicos, as duas escolas fornecem elementos de análise muito poderosos para os estudos de rede urbana. A reunião dessas teorias foi um dos desafios abraçados na pesquisa.

Nela, partiu-se da concepção de que o sistema brasileiro de cidades deveria ser assinalado pelas características funcionais de seus centros urbanos, agrupados em diferentes níveis de especialização, porém contrapondo-se os resultados obtidos de análises estatísticas quantitativas com os de análises históricas sobre a expansão da acumulação de capital em anos recentes. Assim, cabe ainda uma última referência aos conceitos de sistema de cidades e de lugares centrais, uma vez que constituem parte importante do esforço de análise da organização do espaço econômico brasileiro e, portanto, de classificação da rede urbana do país.

Os Sistemas de Cidades

A cidade compõe, como já mencionado, um sistema que integra outro sistema, ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico de uma região. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependências tanto entre elas, quanto entre elas e as regiões que polarizam dentro de determinado território. A expressão rede urbana é mais usada para evocar os fluxos de toda natureza existentes entre os pontos desse território. De acordo com Pumain (1992, p. 623), cada vez mais os geógrafos usam o termo *armature urbaine*, pois permite traduzir a mesma função de organização territorial por meio de fluxos de bens, de pessoas e de informações. Hoje, o conceito de sistema de cidades é também muito usado, por dar um sentido dinâmico às redes urbanas, que se transformam devido às mutações profundas do sistema produtivo em todas as escalas geográficas.

Característica marcante da estrutura dos sistemas de cidades é a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia sobretudo em razão do tamanho, da qualidade funcional e da extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações. Assim, os estudos sobre essa forma de organização territorial tornaram-se importante destaque no âmbito da geografia, suscitando um desenvolvimento teórico que foi realmente impulsionado pela formalização, nos anos 30, da teoria dos lugares centrais (Corrêa, 1989). Esse conceito, muito debatido, foi completado para a elaboração de uma teoria sobre a evolução das redes urbanas no espaço e no tempo.

---

[4] É bastante conhecido o debate a respeito da alegada inconsistência ou antagonismo entre objetivos de eficiência e objetivos de eqüidade. Tal antagonismo é considerado por essa corrente como uma ocorrência intrínseca ao processo de acumulação capitalista, o que inspirou o famoso questionamento de Harvey (1973): "que tipo de geografia para que tipo de política pública?". A escola radical introduz o elemento político à pesquisa geográfica, até então determinada pela visão convencional de que a ciência é neutra e apolítica (Johnston, 1996), além do reconhecimento da importância do Estado na distribuição mais eqüitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico. A esse respeito, ver Johnston (1996).

[5] Corrêa está referindo-se ao texto de Harvey (1973).

A Teoria dos Lugares Centrais

A teoria dos lugares centrais busca explicar a hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização das cidades num espaço dado. Esse problema foi abordado por vários pensadores do século XIX (Reynaud, Kohl, Reclus e outros), mas só foi formalizado mais recentemente por Christaller (1966) e Lösch (1954). Esses estudiosos notaram que existem aglomerações urbanas de todos os tamanhos, dotadas de funções centrais que consistem na produção e na distribuição de bens e serviços a um *hinterland* em relação ao qual o centro urbano ocupa posição central. Segundo essa teoria, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierarquizado de cidades.

Apoiado na concepção de equilíbrio geral, Christaller (1966) postulava que:

- o espaço geográfico apresenta características físicas e humanas que lhe conferem uma homogeneidade (do quadro físico, da distribuição da população, concorrência perfeita entre os produtores etc.);
- os preços são fixos para todos os agentes sociais que convergem em direção a um centro elementar;
- para o consumidor, que sempre apresenta um comportamento racional, o transporte de um produto tem um custo que aumenta proporcionalmente com a distância, o que tende a levá-lo a freqüentar os pontos de venda mais próximos; daí, o conceito de limiar de um bem ou serviço;
- o patamar de consolidação de um produto corresponde ao volume mínimo de clientela potencial, que assegura renda suficiente ao produtor;
- as economias de escala na produção de bens propiciam a algumas cidades condição para concentrar a produção a fim de revender em territórios mais ou menos estendidos[6].

Assim, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços fornece bens e serviços a uma região mais ou menos distante do centro fornecedor, o que representa a polarização espacial da aglomeração urbana. Desse modo, constitui-se uma hierarquia de cidades, cuja polarização territorial é bastante diferenciada. No nível mais baixo, estariam cidades produtoras, basicamente, de bens e serviços mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana. No outro extremo, encontrar-se-iam os centros urbanos maiores, que produzem produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa. O número de cidades decresce, portanto, à medida que se sobe nessa hierarquia, enquanto a variedade e a sofisticação da oferta aumentam. A metrópole seria a aglomeração que oferece a gama mais completa de produtos e de serviços não só para seus habitantes, mas também para uma região de influência mais ou menos abrangente (Corrêa, 1989, p. 23).

A teoria dos lugares centrais foi amplamente aplicada, desde sua utilização original nos anos 20 e 30, no sul da Alemanha, pelo próprio Christaller. Desde então, variados estudos comprovaram a importância desses princípios para explicar a configuração geral das redes em várias regiões do mundo. Entretanto, apesar de sua validade na verificação da configuração das redes urbanas, os postulados da teoria não escapam a múltiplas críticas. A primeira delas é relativa à disposição espacial das cidades num território dado, que nunca obedece a uma distribuição rigorosamente geométrica. Da mesma maneira, a distribuição populacional está longe de ser homogênea. A região de influência (em termos de extensão geográfica) de um centro urbano é bem menor numa região densamente povoada do que numa área pouco povoada (exemplo disso são as grandes extensões geográficas das regiões de influência de centros urbanos no oeste nordestino, por exemplo). Além dessas deformações dos modelos espaciais, o entendimento do comportamento do consumidor, dado como perfeitamente racional, é altamente sujeito à crítica. Pesquisas mostram que, numa sociedade urbana caracterizada pela crescente mobilidade urbana e interurbana (multiplicação dos deslocamentos com objetos múltiplos, oferta crescente de meios de transporte eficientes etc.), o comportamento do consumidor é cada vez mais imprevisível. Ademais, a teoria dos lugares centrais não leva também em consideração uma série de serviços especializados, tais como serviços às empresas, turismo, defesa, transportes etc., muitas vezes considerados como *motor* do desenvolvimento regional (Pumain, 1992, p. 631-632).

Além disso, a ênfase dada nos custos de transporte, baseada nos pressupostos sobre o papel da acessibilidade na estruturação do espaço de Thünnen (1966), Weber (1899) e Launhants (1885), que estudaram a localização ótima considerando-se o custo mínimo, faz com que Christaller (1966) e Lösch (1954) tenham em comum a defesa da teoria de equilíbrio geral, a pressuposição da concorrência perfeita, a desconsideração da relação entre espaço e tempo nos processos econômicos e sociais, e a montagem de suas teorias fundamentada em objetivos de maximização do lucro e minimização dos custos de tran-

[6] Para Béguin (1992, p. 501), a conclusão fundamental dos postulados da teoria dos lugares centrais é a de que a existência das cidades é justificada pela existência de economias de escala.

sação, pressupostos esses pouco eficientes para traduzir a dinâmica da expansão de capital. Enfim, ao não reconhecer a existência das variáveis tempo e espaço, o modelo aplica-se *ex post*, isto é, não apresenta nenhum fator que explique o maior desenvolvimento de alguns centros em relação aos demais. Por essa razão, buscou-se complementar a metodologia aplicada ao presente estudo com uma análise histórica dos impactos espaciais da evolução recente da dinâmica da economia brasileira, ou seja, do processo de produção do espaço, tanto no tocante ao conjunto da economia nacional, como no que tange às especificidades regionais.

A Especialização das Cidades

A especialização das cidades pode ser captada também mediante a leitura de suas funções urbanas numa determinada divisão territorial de trabalho. A diferenciação das cidades por classificação funcional é entendida, assim, como uma abordagem complementar à teoria do lugares centrais. A teoria de Christaller (1966), como já visto, baseia-se em funções decorrentes dos serviços destinados à população residente na área de influência de determinado centro urbano. Portanto, essas atividades representam apenas uma parte dos empregos e das atividades urbanas. No mundo contemporâneo, muitas empresas não trabalham para um mercado local. Elas produzem bens ou serviços destinados a áreas bem mais abrangentes que o clássico *hinterland*: finanças, transportes, turismo etc., como demonstram, por exemplo, os casos de Seattle e Toulouse, ou mesmo São José dos Campos, no Brasil, pólos aeronáuticos que não são necessariamente grandes aglomerações urbanas. Da mesma maneira, a projeção regional ou internacional de centros turísticos como Cancun, Florença ou Parati não está relacionada ao tamanho dessas aglomerações. Isso significa que a diferenciação funcional das cidades, e não apenas sua dimensão populacional, é elemento essencial na organização espacial de um território.

Alguns autores classificaram os centros urbanos usando a terminologia clássica por categorias de atividades econômicas. Eles propuseram, assim, distinguir cidades industriais de cidades terciárias, classificando-as em centros industriais, mineiros, siderúrgicos, centros turísticos etc. Se tal classificação apresenta a vantagem de seguir o recorte geralmente usado nos censos demográficos, os geógrafos e os economistas usaram-na sempre com muita reticência. De fato, uma atividade (os transportes, por exemplo) pode aparecer no setor terciário em alguns países e no secundário em outros, dependendo da classificação de atividades econômicas adotada. Além disso, nessa classificação, não se consideram as divisões internas dos setores, nem o fato de que muitos centros urbanos, especialmente os de maior porte, não podem ser considerados especializados em uma determinada função, desempenhando, ao contrário, papel multifuncional na divisão territorial de trabalho de uma dada formação socioeconômica. Essa parece ser a realidade da grande maioria dos centros urbanos brasileiros pesquisados.

Pode-se, também, destacar o caráter pouco dinâmico das classificações funcionais tradicionais, dado que a especialização funcional de uma região pode ser profundamente transformada em alguns anos. Assim, durante uma crise econômica, uma região pode sofrer uma reconversão econômica ao ponto de desenvolver atividades que rompem radicalmente com as do passado. É o caso dos espaços de industrialização mais antiga nas montanhas européias, por exemplo, que sofreram profunda crise depois do fechamento das indústrias têxteis e metalúrgicas, mas apresentaram capacidade de reconversão bem-sucedida em atividades turísticas e de lazer (Alpes franceses, em particular). De outro lado, a evolução da microeletrônica e das tecnologias de informação propiciou a emergência, a partir dos anos 70, de novas atividades e formas de organização da produção, e com elas a produção de novas regiões de grande dinamismo. O outro lado da mesma moeda é traduzido pela decadência de cidades cuja economia estava assentada em atividades que foram tornadas redundantes, como é o caso, por exemplo, das antigas áreas da indústria metalúrgica e de mineração de carvão no Reino Unido.

Se, como defende Pumain (1992, p. 634), é a valorização desigual de algumas inovações que cria especializações, então a especialização de determinada cidade exige a aptidão dos atores urbanos em valorizar constantemente suas vantagens comparativas naturais (cidade portuária, amenidades naturais excepcionais, existência de jazida mineral etc.), ou produzidas (mão-de-obra qualificada, qualidade das infra-estruturas etc.). Manter a posição dentro da hierarquia urbana requer, portanto, capacidade de inovação. Assim, as funções econômicas, que decorrem cada vez mais da capacidade de inovar, permitem apontar classificações elaboradas com base no nível de desenvolvimento econômico e nas estruturas mais ou menos complexas dos centros urbanos.

As Relações entre Cidade e Região

A rede urbana pode ser também abordada do prisma das relações entre cidade e região, como proposto pelas análises neoclássicas, conforme apresentado anterior-

mente. Esse tema impulsionou uma produção científica importante nos anos 60, em particular na França, onde a chamada Escola da Geografia Ativa, de inspiração crítica ao modelo neoclássico, desenvolvia seus estudos num contexto de busca de reorganização geral do território francês em torno de novos pólos metropolitanos. Essa abordagem pode ser considerada como o prolongamento e a transformação dinâmica da temática tradicional das relações entre cidade e campo numa época marcada por mutações profundas do sistema produtivo e pela transformação da sociedade rural numa sociedade urbana.

Os geógrafos passaram, então, a analisar as relações existentes entre uma grande cidade, os centros urbanos de menor porte e as zonas rurais, para demonstrar que, tanto no tempo como no espaço, as relações entre cidade e região são, histórica e geograficamente, muito diferenciadas. Apesar dessa diversidade, George (1964) tentou definir a organização territorial com base nas relações entre as aglomerações urbanas e suas áreas de influências. Corrêa (1989, p. 40-46) apresenta excelente síntese da abordagem utilizada por George, como segue:

- a atração exercida sobre a população regional pelo centro urbano dominante traduz-se pela existência de dois tipos de fluxos humanos: a migração campo-cidade, que tem origens (sobre produtividade agrícola, catástrofes naturais, guerras etc.), modalidades (primeira migração para um pequeno centro urbano ou direta para uma grande aglomeração) e conseqüências (em razão do nível de desenvolvimento econômico etc.) múltiplas; as migrações pendulares ou alternantes, que levam, diariamente, *commuters* das periferias expandidas das grandes metrópoles para os centros de emprego nos núcleos metropolitanos. Essas migrações mudaram muito nos últimos anos, em virtude das novas formas de urbanização já descritas, da reorganização dos circuitos tradicionais de distribuição comercial, da generalização do uso do carro individual nas classes médias etc., e no caso brasileiro, em conseqüência da multiplicação das aglomerações não-metropolitanas, as quais também apresentam tais movimentos;
- a comercialização pela cidade de produtos rurais deve ser também levada em consideração, mediante a análise de todas as transações comerciais, sobretudo no que se refere à natureza dos bens envolvidos (produtos agrícolas, minerais, artesanais etc.) e aos agentes participantes do processo de comercialização (empresas de transporte, cooperativas, atacadistas; supermercados, varejistas etc.);
- a drenagem da renda fundiária pela cidade – pela sua importância socioeconômica e política para a vida regional – também deve ser considerada nos estudos sobre redes urbanas, em particular as análises baseadas na teoria dos lugares centrais. É importante ressaltar a existência de grupos de proprietários fundiários que drenam nas cidades os benefícios de atividades rurais, assim como a capacidade da renda fundiária de dinamizar, por meio de investimentos, o desenvolvimento econômico de toda uma região;
- a expansão do fenômeno metropolitano – e suas deseconomias de aglomeração – propicia a distribuição de empregos mediante investimentos públicos e privados, em áreas periurbanas, cidades médias e, mesmo, em áreas rurais. Esses investimentos são de natureza múltipla: deslocamentos de grandes fábricas para regiões rurais; desenvolvimento de pólos tecnológicos ou turísticos; grandes equipamentos públicos (aeroportos internacionais, estádios etc.); revalorização de um patrimônio histórico etc. Todas essas intervenções geram novas atividades, empregos e contribuem, assim, para a reorganização do território. O grande centro urbano, *pari passu* seu próprio crescimento, tem, pois, poder de difusão do desenvolvimento regional;
- a intensidade da circulação e a distribuição dos produtos e dos serviços determinam, em parte, o nível de integração regional. As cidades tornam-se núcleos de distribuição de bens e produtos, que devem ser analisados por estudos sobre os fluxos e agentes envolvidos, a organização logística, as redes de comercialização etc.

Nesse sentido, a abordagem cidade-região parece ser complementar à teoria dos lugares centrais. Mas, apesar da inclusão de parâmetros mais dinâmicos, que ajustam essa teoria às constantes mutações espaciais regionais, ela ainda apresenta lacunas que não lhe permitem, isoladamente, definir as dimensões de um verdadeiro modelo de rede urbana.

Dinâmicas Recentes dos Sistemas de Cidades

Como a pesquisa objetivava não só caracterizar a rede urbana brasileira, mas também verificar suas tendências, fez-se necessário um esforço de entendimento dos processos geradores de dinâmicas econômicas recentes, capazes de alterar a distribuição da população e do emprego no território, e, portanto, da configuração da rede urbana estudada. Desse modo, um breve panorama desses processos recentes havia de ser efetuado. É o que se faz a seguir.

Até a revolução industrial, o emprego em atividades especializadas[7] destacava basicamente o comércio ata-

[7] Esse termo é usado para diferenciar emprego em atividades mais comuns ou simples daquele em atividades complexas e intelectualmente mais exigentes.

cadista, as funções de abastecimento (em particular, o abastecimento alimentar) e a administração da região. A industrialização permitiu alargar o horizonte econômico das cidades, graças às economias de escala, que permitiram abastecer mercados cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo, cresceu o emprego nos diversos ramos do setor terciário, em especial nos serviços às empresas.

Com o surgimento da indústria, a rede urbana dos diferentes países foi profundamente alterada, assim como a organização de seus territórios (crescimento de centros urbanos existentes, multiplicação do número das cidades etc.). A evolução da sociedade industrial rumo a uma organização intitulada *fordista*, no pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), fundada na hegemonia da grande empresa industrial, produzindo em massa para consumo em massa, estabeleceu estratégias socioeconômicas que lhe permitiram (à grande empresa) um papel relevante na organização do território tanto nos países desenvolvidos, quanto nos demais, constituindo-se o que se convencionou chamar de *nova divisão internacional de trabalho* (Lipietz, 1987). Essa fase de desenvolvimento impulsionou a emergência das metrópoles, que, a partir de então, reforçam seu poder de decisão e sua participação nas economias nacionais e nos circuitos econômicos internacionalizados. Mas, a partir dos anos 70, mutações conjunturais e estruturais na economia mundial levam a novas transformações no padrão da urbanização.

Desde então, os países industrializados vêm passando, simultaneamente, por profunda reestruturação de suas bases produtivas e sociais, e por radical transformação da natureza, dos atores e dos lugares do crescimento econômico, a qual tem repercutido, por sua vez, em seus vizinhos menos desenvolvidos. A abertura dos mercados domésticos e a flexibilização da regulação ao movimento de capitais internacionais causaram, nos países menos desenvolvidos, grande impacto na organização territorial da produção, dadas as transformações decorrentes da crise do padrão fordista nos países centrais.

As indústrias que foram os motores desse padrão (indústrias automobilística e metalúrgica, em particular) passam por grandes reestruturações para manter, ou recuperar, seu nível de rentabilidade (a partir do esgotamento progressivo dos mercados nos países centrais, assim como das fontes dos ganhos de produtividade), enquanto desenvolvem-se indústrias de alta tecnologia, associadas à emergência de um novo paradigma produtivo baseado na flexibilização da produção e das relações de trabalho. Inovações atingem também o setor terciário, que, a exemplo dos demais setores da economia, sofrem mutações relacionadas ao uso generalizado da informática e do grande desenvolvimento das tecnologias de comunicação.

Essas transformações não poderiam deixar de causar mudanças significativas não só no padrão de acumulação, como também na organização da produção no espaço, influenciando a organização da hierarquia urbana. Alguns grandes centros industriais tradicionais entram em declínio, como já mencionado, levando consigo sua região de influência, apesar de algumas reconversões bem-sucedidas, igualmente já citadas. Paralelamente, ao se reduzirem as restrições à localização de atividades, novas locações são consideradas vantajosas, induzindo certa desconcentração do investimento e do emprego. Passa a ocorrer, assim, um movimento contraditório: há uma tendência à reconcentração espacial, particularmente ligada aos imperativos da acumulação financeira internacional, à organização de alguns setores industriais e à qualidade dos mercados do trabalho, como demonstra a participação da metrópole de São Paulo no conjunto das atividades econômicas do estado e do país, ou seja, verifica-se que a aglomeração espacial ainda apresenta vantagens, ao reduzir custos de transações e ao aumentar externalidades positivas. Nesse sentido, no tocante à atividade produtiva, verifica-se que a grande metrópole ainda exerce fator de atração de novos e modernos investimentos, como demonstram os pólos de alta tecnologia em torno de Los Angeles (Manzagol, 1992) e mesmo a participação de São Paulo no conjunto de atividades de maior intensidade de tecnologia do país. Ao mesmo tempo, verifica-se, também, o desenvolvimento rápido de centros urbanos intermediários, cujo crescimento está cada vez mais relacionado aos circuitos do capitalismo mundial, como, por exemplo, as cidades da chamada *Terceira Itália*, assim como as novas áreas de atração industrial no estado do Paraná, além de diversos centros médios brasileiros, cujo crescimento está acima da média nacional.

Nesse caso, o responsável pela difusão do crescimento não é mais a empresa, mas o tecido produtivo e gerencial. Enfim, novas estratégias de gerenciamento da produção (como a terceirização, o *just-in-time*, dentre outros novos conceitos), ao lado da aplicação de novas tecnologias de produção e comunicação, permitiram o crescimento de cidades localizadas num raio de 50 a 150 quilômetros dos grandes centros metropolitanos, como Campinas, no entorno de São Paulo, ou Toyota, no Japão (Manzagol, 1992).

A Emergência de uma Nova Hierarquia Urbana

Parte das críticas feitas às abordagens tradicionais nos estudos de rede urbana decorre da defasagem histórica das teorias num contexto caracterizado por mutações significativas nos processos de produção ocorridas nos

últimos 30 anos. A redução dos custos de transportes, que se tornaram hoje pouco significativos para alguns ramos industriais produtores de bens de alto valor agregado ou tecnológico, as facilidades crescentes na área das telecomunicações, as condições cada vez melhores para mobilidade das pessoas, a generalização de serviços, equipamentos e comércio, antes reservados às grandes cidades, e a explosão dos serviços de alto nível prestados às empresas são alguns dos fatores que contribuíram para as mudanças processadas na organização das redes urbanas (Mérenne e Schoumaker, 1996).

A hierarquia urbana inscreve-se, cada vez mais, num contexto econômico internacional que transforma a natureza das relações entre as cidades e seus *hinterlands*, entre as cidades de mesmo nível e entre os centros urbanos de diferentes categorias. A estrutura da rede urbana aparece menos piramidal devido à importância das relações de complementaridade e às sinergias que se desenvolvem entre aglomerações urbanas de mesmo nível. Essas sinergias podem até tornar-se, em alguns casos, mais significativas que as relações tradicionais entre os centros das aglomerações urbanas e suas periferias[8].

O fato mais relevante que se pode notar é certamente a intensificação das relações entre centros urbanos de mesmo nível, que, em alguns setores econômicos, monopolizam a quase totalidade dos fluxos. Se as relações verticais centro–periferia persistem em todos os níveis urbanos e no mundo em desenvolvimento em geral, as relações horizontais não param de crescer nas regiões integradas aos fluxos financeiros e de produção globalizados. O progresso dos transportes e das comunicações, assim como a redução de instrumentos reguladores do fluxo de capitais e a prática da oferta de benefícios fiscais e financeiros aos grandes empreendimentos permitiram às cidades intermediárias implementar novas estratégias de desenvolvimento, fora do esquema clássico centro–periferia.

No caso da União Européia, são os fluxos de bens, informações e pessoas entre centros metropolitanos médios, como Barcelona, Munique ou Toulouse, que crescem mais regularmente, desde os anos 80. Toulouse, por exemplo, então uma região pouco dinâmica, passa por um processo de desenvolvimento acelerado. Veltz (1997, p. 61) releva que são os fluxos entre as capitais os que mais rapidamente crescem na Europa. No caso brasileiro, por não se dispor de dados de fluxo, tal afirmação é de difícil aplicação, mas pode-se considerar plausível que as capitais estaduais tenham fortalecido suas interações, especialmente em associação à centralização de capitais ocorrida nos diferentes setores de atividade econômica, desde a implantação do Plano Real.

O conteúdo dessas relações horizontais variam, geralmente, em razão dos níveis urbanos considerados, das funções que os centros urbanos exercem na rede de cidades, do nível de renda que apresentam, bem como da inserção que propiciam no mercado doméstico ou no mercado internacional. Camagni (1992, p. 42) afirma que para as metrópoles de segundo e terceiro níveis prevalecem relações de complementaridade e de mercado (cidades da Terceira Itália, por exemplo), já na rede das metrópoles internacionais predominam os fluxos de informação, em particular os fluxos de informação financeira. Assim, se vários segmentos das classes médias e alta da população nacional e parte considerável das firmas localizadas em centros como São Paulo, Buenos Aires ou Bangcoc articulam-se entre si e com os pólos de comando da economia mundial, em contrapartida, particularmente no caso de países em desenvolvimento, verifica-se que vários segmentos das classes de menor poder aquisitivo da população e parte considerável das firmas desses mesmos centros ou de cidades médias apresentam-se mais articuladas com seus *hinterlands* imediatos, ou com outros centros dinâmicos das economias nacionais.

Entre os diferentes níveis urbanos, as relações tradicionais de hierarquia dos mercados do centro para a periferia permanecem; e também se pode notar a multiplicação dos fluxos de bens e serviços de alto nível das redes urbanas inferiores em direção às redes urbanas superiores. Esse processo é uma das conseqüências dos novos padrões de localização das atividades produtivas em geral e, em particular, das atividades terciárias. Mesmo se a proximidade física representa fator essencial na localização dos serviços, como ressalta Castells (1972), as mutações que ocorrem nas áreas de transportes e comunicações permitem a relocalização dos serviços em áreas mais ou menos distantes dos grandes centros urbanos. Essa tendência é setorialmente determinada, tendo-se maior importância no caso dos setores chamados *back offices*, que produzem serviços transmitidos aos usuários por telecomunicações e, assim, podem dispensar interações pessoais freqüentes, mesmo que inseridos no conjunto de articulações interindustriais de determinada cadeia produtiva. Portanto, são serviços que exigem mão-de-obra qualificada, mas que podem estabelecer-se em localidades de terrenos e salários mais baratos, na periferia dos grandes centros urbanos (ou mesmo em pequenas cidades de zonas rurais, no caso de países mais desenvolvidos e de menor dimensão

[8] Para Camagni (1992, p. 42), o número de níveis de cidades diminui: de sete a nove níveis propostos pelas abordagens tradicionais, cai para três nos estudos que consideram as mutações atuais nos padrões de urbanização. Para esse autor, há a rede das metrópoles internacionais, a rede das aglomerações nacionais especializadas e a rede das cidades regionais especializadas. Vale aqui registrar, no entanto, que não se pode afirmar que as interações que constituem redes de cidades de diferentes níveis foram substituídas por redes horizontais formadas por cidades de mesmo nível.

territorial, como se pode observar no Sudeste da Inglaterra, na região parisiense e outras). Paralelamente, os serviços de alto nível prestados às empresas tendem a ficar relativamente concentrados nas grandes metrópoles, em virtude de suas restrições na localização, que supõe intensidade de interações interpessoais, redes de transportes e comunicações eficientes (sistemas de comunicação por satélites e por fibras óticas, modos mais velozes e regulares de transporte, redução de taxas de frete, implantação da *conteinerização* etc.), e um ambiente favorável à inovação, ao conhecimento especializado e às atividades culturais e de lazer mais sofisticadas.

Deve-se, por fim, salientar que os fluxos verticais entre centros urbanos de diferentes níveis são também alimentados pela intervenção do Estado, por meio do emprego público, dos investimentos em infra-estruturas diversas, dos circuitos de previdência social etc. Essas ações, de importância fundamental para o entendimento da territorialidade da economia e da rede urbana brasileira, objetivam compensar a desconexão crescente entre os pólos metropolitanos, ou as *ilhas de dinamismo*, assim chamadas na pesquisa, e as regiões menos dinâmicas, podendo ou não conter intenções de redução de disparidades de renda e produtividade decorrentes de tal desconexão. Uma vez que desde o desencadeamento da crise do regime fordista tem sido observado crescimento das desigualdades regionais, tanto entre os países mais desenvolvidos e os em desenvolvimento, quanto entre diferentes regiões infranacionais, mesmo nos primeiros, preocupações de que tais disparidades podem aumentar e atingir metrópoles mundiais, economicamente mais dinâmicas, têm estimulado investigações de questões dessa natureza, sobretudo no tocante aos estudos e à gestão de redes urbanas.

Se em países menos desenvolvidos não é dada necessária atenção aos efeitos das disparidades infranacionais, nos países europeus, em contrapartida, verifica-se grande preocupação, que se reflete na formação de crescentes fluxos de solidariedade interterritorial, na instituição de fundos públicos para reduzir os desequilíbrios regionais e na destinação de significativo volume de recursos à gestão do território. Esses instrumentos, que fornecem condições para reduzir a heterogeneidade territorial, não estão livres de resistência, mesmo entre os países europeus. Parte da população das regiões mais avançadas (como Milão, na Itália, por exemplo) não aceita ter de arcar com os custos do desenvolvimento das zonas mais pobres de seus países, tendência também observada no Brasil em estados do centro-sul. Essa questão é, no entanto, de vital importância para o desenvolvimento nacional e para o fortalecimento da Federação brasileira, devendo suscitar debates amplos, uma vez que revela não apenas a ausência de solidariedade entre as regiões (base de uma Nação ou de uma Federação), mas também a dissociação crescente entre o espaço produzido pelas grandes firmas (geralmente, os pólos de crescimento metropolitanos e as mencionadas *ilhas de prosperidade*) e a reduzida regulação de estratégias corporativas que caracteriza cada vez mais o processo de *mundialização*.

Esse processo de *mundialização* não implica, entretanto, que deixe de existir uma estrutura hierarquizada de relações e articulações entre os diversos centros dentro do território nacional, mas que essas relações estão cada vez mais mediadas por novos determinantes, dentre os quais o fato de que o espaço passa, a cada dia, a ceder lugar ao tempo nas diversas articulações e conexões existentes. Como defende Harvey (1989), parafraseando Marx, estaria havendo uma nova rodada de aniquilação do espaço pelo tempo, que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista. O sistema globalizado contemporâneo de produção e, mais ainda, a mundialização dos fluxos financeiros – e com ela a determinação desses sobre as estruturas produtivas das nações, propiciada pelas reformas dos Estados nacionais – tornaram-se possíveis graças à implantação progressiva de tecnologias de comunicação e transporte sofisticadas, que viabilizam a movimentação financeira instantânea e em escala mundial, a operação simultânea, por grandes corporações, de plantas industriais em distintos locais e países, com custos financeiros, condições de venda e utilização de insumos vantajosos à ampliação das taxas de acumulação. Da mesma forma, esses avanços tecnológicos têm propiciado à indústria de produção de imagem a massificação da informação e a veiculação de idéias e costumes em escala planetária, por meio da comunicação de massa (em especial, pela televisão), associada à comunicação por satélites, viabilizando meios para ampliar os mercados e a acumulação.

Mas, alerta o autor, a redução de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Ao contrário, o aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem grande importância às vantagens locacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais permite às grandes corporações poder explorar minúsculas diferenciações espaciais. Assim, embora o controle do trabalho seja sempre central, há muitos outros aspectos da organização geográfica que assumiram nova proeminência. Isso significa que

> a diminuição de barreiras espaciais resulta na reafirmação e realinhamento hierárquicos no interior do que é hoje um sistema urbano global. A disponibilidade local de recursos materiais de qualidades especiais, ou mesmo a custos marginalmente inferiores, começa a assumir crescente importância. (...) As diferenças locais de capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais também contam, enquanto redes locais de influência e de poder e as estratégias de acumulação das elites dirigentes locais (em oposição às políticas do Estado-nação) também se tornam implicadas de maneira mais profunda no regime de acumulação flexível. (Harvey, 1989, p. 266)

Mas Harvey (1989) também lembra que se há maior sensibilidade às qualidades espacialmente diferenciadas que compõem a geografia do mundo, é igualmente possível que espaços específicos sejam alterados de modo a torná-los mais atraentes para o capital.

> Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa [em contraposição à simples exploração de vantagens naturais] de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. (Harvey, 1989, p. 266)

Desse modo, quanto menor a importância das barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras alternativas, em favor do processo de reprodução e ampliação do capital.

Um novo quadro conceitual, por conseguinte, está em gestação, em vista das mutações recentes ocorridas no processo produtivo em escala mundial, na expansão dos fluxos financeiros e na desregulamentação da relação entre capital e trabalho, o que tem repercussões objetivas no processo de urbanização. Nesse contexto, há na literatura a emergência de um novo conceito de redes, ou sistemas de cidades, que pretende traduzir as novas interações existentes entre as cidades e a importância crescente da noção de circulação entre os centros de dinamismo. Essa abordagem evidencia o progresso dos transportes e das telecomunicações numa época caracterizada pela importância das circulações dos bens, das pessoas e, cada vez mais, das informações. Ou seja, o poder de difusão da inovação representa fator essencial na dinâmica dos sistemas de cidades, o que introduz nova dimensão – especialmente a dimensão *virtual* que a telemática propicia – ao estudo das relações entre os centros urbanos, antes desenvolvido com base apenas em fluxos e interações física e territorialmente mais definidas.

Esses novos fenômenos provocam, segundo Mérenne e Schoumaker (1996, p. 51), três mutações significativas:

- hierarquização dos centros urbanos de níveis intermediários, devido ao crescimento regular das relações horizontais entre eles, que tem como conseqüência maior a especialização crescente das cidades intermediárias;
- permanência e/ou reforço das polarizações nacionais tradicionais, uma vez que são as grandes capitais as cidades que mais se beneficiam do processo de mundialização da economia[9]; e
- emergência de metrópoles internacionais e de algumas cidades mundiais, que podem ser definidas como cidades que participam plenamente das redes econômicas, científicas e culturais supranacionais, graças à existência de serviços financeiros sofisticados, serviços de grande intensidade de conhecimento, grandes laboratórios de pesquisa, equipamentos culturais e de organização de congressos e feiras internacionais etc. Essa rede metropolitana incluiria, para muitos estudiosos, além das grandes cidades européias, japonesas e norte-americanas, os centros urbanos mais dinâmicos dos países em desenvolvimento, tais como: São Paulo, Cidade do México e Seul, dentre outras. Por outro lado, segundo Sassen (1994), a rede das cidades mundiais limita-se a Nova Iorque, Londres e Tóquio. Nessas três cidades, que têm o mundo por *hinterland*, registram-se, todos os dias, dois terços das transações financeiras mundiais.

Vale lembrar que essas mudanças provocam alterações na morfologia das redes de cidades. Se a organização tradicional em formato de teia de aranha é ainda uma realidade na maior parte do mundo em desenvolvimento, nos países industrializados as redes já apresentam um desenho em forma de estrelas. Esse modelo é a representação espacial dos maiores fluxos de bens, pessoas e de informações entre as grandes cidades que atravessam espaços intersticiais – de abrangência até internacional –, mostrando-se incapazes de captar aqueles fluxos impulsionadores do crescimento econômico, mesmo que parcialmente. Sugere-se, aqui, um *efeito túnel*, que produz zonas de exclusão no espaço entre os centros urbanos mais dinâmicos.

Assim, as referências metodológicas dos estudos de rede urbana não apenas são amplas, tendo inspirado numerosas contribuições à medida que cresce a importância da urbanização para o processo de acumulação, mas também têm passado por sucessivas revisões importantes, dadas as transformações recentes ocorridas no processo produtivo e nas bases tecnológicas, as quais propiciam as interações entre os centros urbanos em escala mundial.

Portanto, apesar do longo caminho percorrido pelos estudiosos da urbanização e da rede urbana, bem como das importantes diferenças que marcam as abordagens apresentadas, considera-se possível e necessária, para o entendimento da configuração e da dinâmica da rede urbana do Brasil, a reunião de instrumentos de interpretação de diferentes correntes teóricas.

Neste trabalho, adotou-se o seguinte procedimento: de um lado, realizou-se uma análise histórica com o objetivo de identificar os processos relevantes que têm marcado a economia e o perfil da rede urbana do Brasil, nos planos regional e nacional; de outro lado, fez-se uso de informações sobre as diferenças entre cidades segundo suas funções, dimensões, relação entre tamanho demográ-

[9] Segundo os autores, 30 anos depois da tentativa de implementar pólos de equilíbrio territorial na França, o peso de Paris na economia francesa aumentou.

fico e desenvolvimento, posição na hierarquia urbana e relações entre cidade e região (em contraposição à relação mais tradicional entre cidade e campo). Com esse procedimento, buscou-se detalhar os marcos mais gerais dos fluxos econômicos que articulam os diversos centros urbanos, sem perder de vista as determinações históricas, as características particulares existentes na formação socioeconômica estudada, bem como a perspectiva histórica que articula o espaço ao tempo e incorpora evidências de transformações recentes para o entendimento das relações entre os centros.

Nesse sentido, este trabalho pressupõe a existência de distintas estruturas produtivas regionais, muitas das quais especializadas ou articuladas a alguns poucos setores dinâmicos. Adota-se também, como pressuposto central, a forte heterogeneidade econômica e espacial existente entre as grandes regiões brasileiras. Esses pressupostos estão mais ligados às teorias que buscam explicar os desequilíbrios regionais, na linha de Myrdal (1968), do que às teorias de hierarquia funcional, de lugares centrais, ou de pólos de desenvolvimento[10]. Entretanto, pelo menos parte do arcabouço proposto pelas teorias locacionais ainda pode contribuir de forma substantiva para a caracterização da rede urbana brasileira. A classificação de cidades reflete a divisão territorial do trabalho expressa nos papéis (ou funções) que cada cidade cumpre no processo de acumulação, estando aí mantidos os pressupostos das teorias de localização, ao incorporar os métodos de verificação de função e centralidade na definição da classificação de cidades.

Além disso, apesar das transformações recentes por que tem passado a rede urbana brasileira, incluindo-se a possibilidade de interações horizontais ampliadas, articulando os grandes centros urbanos do país, bem como a existência de *cidades mundiais* em seu território, ainda existem no país amplos espaços em que é inegável a determinação de relações tradicionais de articulação e hierarquização dos diversos centros, notadamente em regiões ou áreas menos dinâmicas ou despreparadas para localizar novas atividades produtivas, onde a atividade econômica é comandada por setores tradicionais e a renda gerada é relativamente reduzida. Verifica-se, assim, que se mantém a correlação positiva entre renda e densidade da rede urbana, e que o processo de integração na economia mundial tende a intensificar não só a heterogeneidade mencionada, mas também o crescimento da renda dos espaços ou centros urbanos mais competitivos e a exclusão dos centros e espaços menos vantajosos. Com efeito, o Brasil deve continuar apresentando redes urbanas de configurações bastante diferenciadas, de região para região do país, diferenças essas que, não de hoje, vêm inspirando estudiosos preocupados com as relações entre o subdesenvolvimento e a configuração da rede urbana[11].

É incontestável também o fato de serviços e equipamentos de uso coletivo, principalmente aqueles mais sofisticados, não estarem homogeneamente distribuídos pelo território, tampouco foram universalizados nos diversos centros urbanos. Sua localização no território obedece a princípios de centralidade, cujo reconhecimento possibilitou o uso de trabalhos como o *Regiões de influência das cidades* (Regic), realizado pelo IBGE, o qual forneceu valiosas contribuições, baseadas na tradição neoclássica, para o entendimento da articulação entre os diversos centros urbanos brasileiros e a hierarquia de relações existentes, subsidiando a elaboração da classificação da rede urbana do Brasil, no âmbito deste estudo. Outros recursos também utilizados nessa tradição neoclássica foram a análise de agrupamento, as correlações multivariadas e a análise discriminante dos indicadores usados para a classificação dos centros urbanos.

Por fim, em que pese o fato de este trabalho ter sido ancorado em pressupostos distintos, não se aplicou nenhum modelo teórico rígido para o entendimento da realidade brasileira. Ao contrário, uma vez revisada a tradição teórica de estudos sobre a rede urbana, fez-se um trabalho empírico baseado na identificação da dinâmica da economia brasileira, no conjunto e por grandes regiões do país, mediante a construção de diversos grupos de indicadores, complementados com informações qualitativas sobre as distintas realidades urbanas e regionais brasileiras, para compor os argumentos e explicações dos processos espaciais encontrados.

---

[10] Sobre esse debate, ver Pacheco (1996).

[11] Corrêa (1988), baseando-se no conceito de *redes dendríticas* (que se caracterizam por sua origem colonial, originadas de uma cidade estratégica e localizada excentricamente ao conjunto que polariza – hinterlândia –, concentrando, nesse centro *primaz*, as principais funções econômicas e políticas de tal região), verificou a intensa correlação entre renda e densidade da rede urbana. Quanto menos desenvolvido o país ou região (portanto, de rendas médias inferiores), menos densas apresentam-se suas redes urbanas, sendo essas caracterizadas pela presença de uma cidade primaz, ausência de centros intermediários, presença de mercados periódicos (feiras semanais ou espaço de atuação de vendedores viajantes, onde não há renda suficiente para comércio regular, que têm a função de propiciar a integração entre espaços na fronteira econômica ao mercado mundial) e, também, de um número excessivo de pequenos centros indiferenciados entre si, atendendo a um estreito leque de demandas de sua população, os quais mantêm transações diretamente com o centro primaz ou com outros nas imediações deste, o que dificulta o aparecimento de centros intermediários. Apesar dos vazios que ainda apresenta, contudo, não se pode caracterizar a rede urbana brasileira como uma do tipo essencialmente dendrítico, como se verá mais adiante. A respeito, ver também Santos (1979).

Entende-se que aqui reside uma das principais contribuições deste estudo, dado o esforço despendido para reunir contribuições teóricas distintas e captar os efeitos das recentes transformações econômicas na configuração da rede urbana do Brasil, a fim de verificar suas tendências e de classificá-la.

A definição da classificação dos centros urbanos pressupõe, além da identificação das funções urbanas por eles desempenhadas e de suas áreas de influência – correlacionadas com o porte de cada centro urbano (e decorrentes de correlações multivariadas) –, a análise das recentes transformações da economia brasileira em processo de integração em uma economia mundial também transformada, assim como a análise dos impactos espaciais decorrentes de tais transformações.

Referências Bibliográficas

BÉGUIN, H. (1992) "La Distribution des activités banales". In: BAILLY, A. FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica, p. 497-513.

CAMAGNI, R. (1992) "Organisation économique et réseaux de villes". In: DERYCKE, H. (ed.) – *Espace et dynamiques territoriales*, Paris, Economica (Col. Bibliothèque des Sciences Régionales).

CASTELLS, M. (1972) *La Question urbaine*. Paris, Maspero.

(1998). *The Rise of network society*. London, Blackwell Plublishers.

CHRISTALLER, W. (1966). *Central places in central Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall (edição original em alemão publicada em 1933).

CORRÊA, R. L. (1988) "O Estudo da rede urbana: uma proposição metodológica". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 50, n. 2, p. 107-124.

_____ (1989) *A Rede urbana*. 2ª ed., São Paulo, Ática (Série Princípios).

GEORGE, Pierre (1964) *Précis de géographie urbaine*. Paris, PUF, 287 p.

HARVEY, D. (1973) *Social justice and the city*. London, Edward Arnold.

_____ (1982) *The Limits to capital*. Chicago, University of Chicago Press.

_____ (1989) *The Condition of postmodernity*. Oxford, Basil Blackwell.

HIRSCHMAN, A. (1962) *The Strategy of economic development*. New Haven, Yale University Press.

JOHNSTON, R. J. (1996) "Paradigms and revolution or evolution?" In": AGNEW, J. ; LIVINGSTONE, D. ; ROGERS (orgs.) – A *Human geography – an essential anthology*, Oxford, Blackwell, p. 37-53.

KAYSER, B. (1960) *Campagnes et villes de la Côte D'Azur*. Monaco, Editions du Rocher, 593 p.

LAUNHANTS, W. (1885). *Matematische Begründung der Volkswirtschaftslehre*, Leipzig.

LEFEBVRE, H. (1974) *La Production de l'éspace*. Paris, Anthropos.

LIPIETZ, A. (1987) *Mirages and miracles. The crisis of global fordism*. London, Verso.

LOJKINE, J. (1977) *Le Marxisme, l'état et la question urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France.

LÖSCH (1954) *The Economics of location*. New Haven, Yale University Press (edição original em alemão publicada em 1940).

MANZAGOL, C. (1992) "La Localisation des activités spécifiques". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica, p. 471-496.

MASSEY, D. (1977) "Towards a critique of industrial location theory". In: PEET, R. (ed.) – *Radical geography: alternative viewprints on contemporary social issues*, London, Metheuen/Chicago, Maaroufa, p. 181-196.

MEDICI, André C. (1988) *Subsídios para a elaboração de uma metodologia para os estudos sobre urbanização e estrutura ocupacional*. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, mimeo.

MÉRENNE, O.; SCHOUMAKER, B. (1996) *La Localisation des services*. Paris, Nathan Université (Col. Géographie d'aujourd'hui).

MYRDAL, G. (1968) *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Saga.

PACHECO, C. A. (1996) "Desconcentração econômica e fragmentação da economia da nacional". In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, jun./set., p. 113-140.

PUMAIN, D. (1992) "Les Systèmes de villes". In: BAILLY, A.; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica, p. 624-641.

SANTOS, M. (1979) *O Espaço dividido*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

SASSEN, S. (1994) *Cities in a world economy*. Califórnia, Pine Forge Press.

THÜNNEN, J. H. Von (1966) *Isolated state*. Oxford, Pergamon Press (tradução do original alemão *Der isolierte Staat*, de C. M. Wartenberg, publicado em 1826).

VELTZ, Pierre (1997) "Le Retour des villes". In: *Sciences Humaines*, Paris, n. 17, jun./jul.

WALLERSTEIN, Immanuel (1979) *The Capitalist world-economy*. Cambridge, University Press, 238 p.

WEBER, A. (1899) *The Growth of cities in the 19th century*. New York, Macmillan.

Referenciais da Rede Urbana do Brasil

Introdução

O processo de desconcentração da economia brasileira, iniciado na década de 70, reforçou e tornou mais complexa a integração da rede urbana nacional, engendrando nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõem. Os processos de integração produtiva e de articulação funcional entre regiões e/ou centros urbanos conformaram a existência de dois movimentos distintos, porém complementares. Por um lado, ampliaram-se e diversificaram-se as funções desempenhadas pelos centros urbanos, tornando-se mais complexas suas atividades. Por outro, ampliaram-se as demandas de articulação e integração entre eles. Esses movimentos configuram-se, simultaneamente, como reflexo e como suporte à desconcentração das atividades econômicas e à interiorização do desenvolvimento, com um padrão de urbanização restrito, até então, aos maiores centros urbanos nacionais. Assim, não só se verificou um crescimento populacional mais elevado nas antigas *periferias econômicas* nacionais e nos centros urbanos médios, ocasionando o espraiamento da urbanização, especialmente em direção ao Oeste – fenômeno contraposto à tendência anterior de localização da urbanização na faixa litorânea do território nacional –, como também diversas aglomerações urbanas surgiram e ampliaram seu papel na rede de cidades do país, tornando mais complexa a configuração da rede urbana nacional.

Como mais um fator explicativo da interiorização da urbanização, destaca-se o surgimento de nova dinâmica na agricultura, que emergiu em meados da década de 60 em alguns espaços rurais do país, com a internalização do setor produtor de meios de produção e a industrialização da agricultura. O marco do novo padrão agrícola foi a constituição do complexo agroindustrial brasileiro, como o momento mais avançado da modernização da agricultura. Essa teve como efeito relevante a intensificação da urbanização nas regiões de agricultura moderna, integrada a complexos agroindustriais, particularmente no Sudeste e Sul, bem como as transformações observadas no processo de ocupação das regiões Centro-oeste e Norte.

É importante ressaltar que a crise econômica dos anos 80 não se abateu homogeneamente sobre todas as regiões brasileiras, além do que a desconcentração produtiva criou espaços dinâmicos em pontos localizados do território nacional, reforçando as tendências à heterogeneidade inter-regional, num contexto de convergência das rendas *per capita* regionais. Esse processo vem agudizando-se pela forma como o país insere-se no mundo globalizado, uma vez que essa inserção se dá a partir da integração de alguns setores de atividade e de localidades específicas. Isso tem contribuído para reforçar as desigualdades regionais e romper os nexos econômicos de complementaridade – que foram fundamentais no padrão de crescimento das últimas décadas –, causando riscos de maior fragmentação da estrutura produtiva, com forte impacto sobre o desenvolvimento regional. Essa inserção subalterna no mercado global, num contexto de crise do Estado nacional e de inexistência de políticas industriais e regionais estruturantes, pode levar a um novo ciclo de reconcentração das atividades econômicas ou de especialização de espaços determinados, segundo fatores e vantagens já construídos e ali presentes.

Por outro lado, as áreas rurais também têm mudado de feição, com o surgimento, ou a ampliação, em regiões mais dinâmicas – especialmente no caso de São Paulo e de alguns estados do Sul e Sudeste –, de um conjunto de atividades e ocupações não-agrícolas, que colocam esses espaços em outro patamar de articulação com os centros urbanos, em que o rural não mais pode ser visto simplesmente como fornecedor de produtos primários para os centros urbanos.

Observa-se, assim, mesmo em pequenos núcleos urbanos, bem como no meio rural, uma parcela da população residente totalmente integrada – por meio dos circuitos de produção, comunicações e transportes – ao mais avançado padrão de consumo ofertado pelos grandes cen-

tros. Ao mesmo tempo, nos grandes e médios centros, existem significativos contingentes populacionais marginalizados do processo de modernização e geração de renda. Verifica-se, dessa forma, uma expressão nova do atual ciclo de acumulação, que produz uma face moderna, de alta renda e complexidade, e outra com características opostas.

Vale ainda mencionar a formação de novas espacialidades em todas as regiões brasileiras, especialmente na região Nordeste, associadas ao crescimento do setor de turismo, com localização principalmente no litoral. Observa-se que as novas atividades propiciadas pela expansão do turismo naquela região têm substituído ou proporcionado alternativas a antigas especializações econômicas, o que se verifica marcadamente no litoral sul da Bahia. Em vista dos requisitos de urbanização exigidos pelas novas atividades, as cidades envolvidas com o turismo tendem a apresentar altas taxas de crescimento, contribuindo para o adensamento da rede urbana regional.

Além desses fatos, a integração econômica ao Mercosul, com a conseqüente intensificação das relações comerciais do Brasil com países vizinhos, tem ampliado o papel de algumas cidades de fronteira, as quais vivem forte crescimento urbano, algumas delas já conurbadas com cidades daqueles países, gerando aglomerações urbanas de caráter internacional.

Embora bem distantes da configuração observada na estrutura da rede urbana do Sudeste e do Sul, pode-se afirmar que, em todas as regiões do país, as transformações econômicas recentes levaram a rede urbana brasileira a perder aos poucos sua forma essencialmente concentrada no litoral.

No caso do Centro-oeste, vale registrar que ainda se mantém a estrutura desigual da antiga ocupação, apesar da desconcentração econômica observada, com vastas extensões territoriais ainda não integradas ao processo de desenvolvimento econômico, paralelamente a expressivos contingentes populacionais que continuam mantidos à margem do novo padrão de urbanização.

Refletem-se, portanto, na atual estrutura da rede urbana brasileira as especificidades e diferenças de renda e produtividade que existem entre as regiões e os estados do país, assim como a dicotomia do processo de desenvolvimento que caracteriza historicamente a sociedade brasileira. Verifica-se uma rede urbana ainda em construção, tanto inter quanto intra-regionalmente, articulada por um número significativo de aglomerações e centros urbanos, dotados de equipamentos, infra-estrutura e serviços modernos e complexos, porém com periferias muito pobres. No âmbito intra-urbano, áreas de concentração de pobreza vêm marcando o perfil de crescimento especialmente das metrópoles nacionais, ao mesmo tempo em que nelas se concentram agentes e atividades de alta qualificação e rendimento, integrados a circuitos globalizados de acumulação, realçando, assim, o grave desequilíbrio do processo de urbanização da sociedade brasileira.

Configuração da Rede Urbana Brasileira

A análise da rede urbana brasileira permitiu sua configuração em quatro referenciais básicos: *Estudos regionais* (redes urbanas das grandes regiões); a hierarquia da rede pela classificação dos centros urbanos (seis categorias e 111 centros urbanos); os sistemas urbanos regionais (12 sistemas) e sua articulação em três estruturas urbanas; e as aglomerações urbanas (49 aglomerações)[1].

Para efeitos deste estudo, a rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento.

A classificação da rede urbana brasileira foi desenvolvida com base em um conjunto de critérios e procedimentos articulados às tipologias de tamanho dos centros urbanos, ocupacional e de dependência funcional desses, bem como da forma urbana assumida pelos centros.

A configuração da rede urbana abrangeu quatro fases. Na primeira, que corresponde aos *Estudos regionais*, os critérios e indicadores utilizados foram: classificação dos centros urbanos das grandes regiões, incluindo tipologia de tamanho e tipologia funcional – posição dos centros urbanos a partir do estudo *Regiões de influência das cidades* (Regic), desenvolvido pelo IBGE; porcentagem da PEA urbana; total da população em 1980, 1991 e 1996; taxa de crescimento da população no período 1991-96; porcentagem de acréscimo da população nos períodos 1980-91 e 1991-96; densidade demográfica em 1996; e análise de agrupamento dos centros urbanos.

Além desses indicadores, como apoio à composição do Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas, con-

[1] A classificação final da rede urbana brasileira consta dos Anexos (Tabelas A.21 a A.25).

siderou-se, ainda: a presença de processo de conurbação e/ou periferização entre os centros; de espaços urbanos descontínuos quando apresentavam articulação econômica e complementaridade urbana; o tamanho populacional dos centros urbanos em 1991 e 1996; o crescimento do município-núcleo e da periferia nos períodos de 1980-91 e 1991-96; bem como indicadores referentes às peculiaridades regionais quanto à articulação entre centros urbanos.

Na fase subseqüente aos *Estudos regionais* – classificação da rede urbana – para qualificar a posição dos centros urbanos, foram agregados outros indicadores, com o objetivo de identificar: o grau de importância dos centros urbanos como centros decisórios e suas relações com outros centros de âmbito internacional; presença nos centros urbanos de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intra-setorial, bem como o grau de diversificação do setor terciário e funções urbanas específicas (centro administrativo, turístico etc.).

A segunda fase do trabalho – Quadro de Classificação da Rede Urbana do Brasil – identificou seis categorias espaciais, sendo três de caráter metropolitano.

- Metrópoles globais, nacionais e regionais, integradas por 13 centros urbanos, que, à exceção de Manaus, constituem aglomerações urbanas, desenvolveram-se a partir de um núcleo constituído pela capital do estado, sendo Campinas a única exceção. Para esses estratos, identificou-se a ocorrência de comple-mentaridade funcional entre os centros e as periferias. Tais centros exercem fortes funções polarizadoras, além da articulação espacial das aglomerações, sempre com algum grau de contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários. Constatou-se também seu elevado padrão concentrador: as duas metrópoles globais, Rio de Janeiro e São Paulo, abrangem 17,3% da população total do país, distribuída em 60 municípios; nas sete metrópoles nacionais, dentre as quais incluem-se Curitiba e Porto Alegre, residem 13% do total da população brasileira, em 113 municípios; as quatro metrópoles regionais, nenhuma presente na região Sul, abrigam 4,7% da população total do país em 28 municípios.
- Centros regionais, estrato intermediário da rede urbana que abrange 16 centros, sendo 13 de aglomerações urbanas não-metropolitanas, dentre os quais se inserem Florianópolis e Londrina, da região Sul. Algumas aglomerações urbanas são compostas de centros que, em alguns casos, dividem as funções polarizadoras com subcentros da própria aglomeração. A maioria das aglomerações urbanas nucleadas por centros regionais possui contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas. Esses 16 centros regionais abarcam 7,7% da população brasileira, em 72 municípios.
- Centros sub-regionais 1 e 2 (CSR 1 e CSR 2), somando 82 centros urbanos (CSR 1, com 31 centros, e CSR 2, com 51 centros), polarizam apenas os municípios de seu entorno. Nos 31 CSR 1, residem 7,2% da população brasileira, em 85 municípios, e nos 51 CSR 2, residem 5,7% do total da população, em 82 municípios. Na região Sul, são considerados CSR 1 Maringá, Joinville, Blumenau, Caxias do Sul, Cascavel e Pelotas; e CSR 2, Ponta Grossa, Passo Fundo, Guarapuava, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Criciúma, Itajaí, Santa Maria, Chapecó, Uruguaiana e Lages.

A distribuição espacial dos 111 principais centros urbanos mostra que existe concentração em duas das cinco grandes regiões brasileiras (Sudeste, com 39,6% desses centros, e Nordeste, com 23,4%). No Sul, estão concentrados 18,9% desses centros urbanos, no Norte, 10,8%, e, no Centro-oeste, 7,2%. É importante ressaltar que a classificação da rede urbana brasileira definida não inclui os centros urbanos com menos de 100 mil habitantes, os quais, de todo modo, foram considerados nas análises dos *Estudos regionais.*

A terceira fase do trabalho – Sistemas Urbano-Regionais – compreendeu a organização dos sistemas territoriais a partir das metrópoles e centros regionais que compõem a rede urbana do Brasil e que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores. A identificação desses sistemas foi feita a partir de estudo específico de sua dinâmica espacial, com base no fluxo de pessoas, mercadorias e informações, distinguindo como sistemas os conjuntos mais articulados entre si, com contigüidade espacial e dependência funcional. Essas dimensões territoriais assumem diferentes características segundo: o ritmo da urbanização; o nível de adensamento da rede de cidades; o grau de complementaridade entre os centros urbanos que a compõem; e os níveis de desenvolvimento humano atingidos pelos habitantes das cidades que as integram, expressos nos indicadores de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos básicos. Tais características permitem nova reagregação desses 12 sistemas urbanos regionais em três grandes estruturas articuladas e diferenciadas presentes no processo de urbanização nacional, quais sejam:

- a do Centro-Sul, composta dos sistemas urbanos de Belo Horizonte (área de influência de Belo Horizonte), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória), São Paulo (São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia), Curitiba (Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis), e Porto Alegre (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo);
- a do Nordeste, composta dos sistemas urbanos do Meio-norte (áreas de influência de São Luís e Teresina), Fortaleza (Fortaleza), Recife (Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru), e Salvador (Salvador e Feira de Santana);

- a do Centro-norte, composta dos sistemas urbanos de Cuiabá (área de Influência de Cuiabá), Norte (Belém e Manaus), e Brasília-Goiânia (Brasília e Goiânia).

A quarta fase do trabalho – Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas do Brasil – baseou-se no entendimento de que a grande maioria dos centros já não se restringem a uma unidade espacial circunscrita aos seus limites político-administrativos, mas configura espacialidades integradas por mais de um município. Assim, as aglomerações urbanas correspondem à mancha de ocupação contínua entre pelo menos dois municípios (derivada de periferização ou conurbação), os quais apresentam intensos fluxos de relações intermunicipais, comutação diária, complementaridade funcional, integração socioeconômica decorrente de especialização, e complementação funcional das aglomerações urbanas podem integrar municípios limítrofes próximos do município-núcleo da aglomeração, independentemente de continuidade de mancha, desde que mantenham fluxos perceptíveis de integração econômica e outras relações intermunicipais intensas.

Na rede urbana brasileira, foram identificadas 49 aglomerações urbanas, 12 classificadas em nível metropolitano. O conjunto das aglomerações abriga 73.380.310 habitantes, concentrando 60,39% da população urbana e 47,32% da população total do país. Cabe destacar que as aglomerações em nível metropolitano concentram 53.891.546 habitantes, correspondendo a 43,78% da população urbana e 34,31% da população total do país.

Aspectos Metodológicos da Análise da Rede Urbana da Região Sul

Os estudos referentes à região Sul iniciam com uma análise da evolução da economia de seus estados, buscando elucidar os nexos entre as transformações no sistema urbano e o desempenho da economia regional. Procuram verificar em que medida as tendências existentes implicam uma redistribuição da atividade econômica e a emergência de impactos territoriais de natureza distinta daqueles que tradicionalmente se faziam presentes. Para esta análise, adotam uma periodização baseada nas diversas conjunturas macroeconômicas com os recortes temporais: 1981-86 (recuperação em função das exportações do Plano Cruzado), 1987-89 (inflação crônica e tentativas de estabilização), 1990-92 (recessão e Plano Collor) e 1993-95 (Plano Real, estabilização da economia e tentativa de recuperação da atividade econômica). Análise do desempenho da economia é feita por setores econômicos, com ênfase na agropecuária e na indústria explicando as mudanças, os desdobramentos espaciais, assim como as intenções futuras de investimentos.

Além dos indicadores econômicos do IBGE – Censos Econômicos, Produção Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal –, foram utilizadas informações de fontes estaduais – Secretaria da Fazenda dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – e do Ministério do Trabalho – Rais.

Para a caracterização da rede urbana, os estudos procuram identificar as mudanças na distribuição espacial da população ocorridas no período 1970-96, articulando-as com as principais tendências do desenvolvimento econômico-regional. Incorporam à análise da evolução das taxas de crescimento geométrico anual dos municípios os estudos de hierarquia urbana atualizados pelo IBGE através doa Regic, os estudos de tipologias de municípios, também do IBGE, bem como a distribuição das cidades por classes de tamanho a partir da análise de *Cluster* desenvolvida no âmbito da pesquisa pelo Nesur/Unicamp. Essa caracterização identifica fundamentalmente as espacialidades de concentração e de esvaziamento, que sintetizam a dinâmica atual e sua tendência na configuração urbana da região Sul. Nas espacialidades de concentração, uma análise pormenorizada delimita as diferentes aglomerações, e, a partir de sua configuração físico-territorial e da intensidade e qualidade das relações econômicas e funcionais que estabelecem, define uma escala hierarquizada. Essa escala, que subsidiou a classificação da rede urbana brasileira, peculiariza-se pela identificação de um conjunto maior de unidades espaciais – dado que trabalhou no recorte mesorregional – e por basear-se não só na hierarquia funcional urbana mas também nas diferentes morfologias assumidas por essas aglomerações.

Na seqüência dos estudos, foram consideradas informações relativas à qualidade da urbanização, avaliando as condições sociais do morador (renda e instrução) e do saneamento básico. Procurou-se analisar o processo de ocupação das aglomerações metropolitanas, identificando os principais problemas associados à urbanização, como periferização, favelização, áreas de invasões, dentre outros.

Embora a escala adotada para essas análises tenha sido a das mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE, a maioria das informações foi estudada no âmbito dos municípios – para identificar as configurações espaciais e para reagrupar as informações segundo a composição territorial das mesmas.



APÍTULO I

Dinâmica da Economia e da Rede Urbana Regional

1 Caracterização da Economia Regional

A estruturação do sistema urbano da região Sul configura uma rede de centros bem distribuídos em seu território, porém com nítidas áreas de concentração. A trajetória da organização desse sistema resulta da ocupação econômica da região e consolida-se com a reestruturação da sua base produtiva. Os anos 70 constituem o marco dessa reestruturação, com as mudanças ocorridas no setor agropecuário gerando o esvaziamento de extensas áreas rurais e o direcionamento do processo migratório para diversos centros urbanos – alguns dos quais carentes de sustentação econômica para manter o acréscimo populacional. Em um processo seletivo, alguns consolidam-se em áreas de elevada densidade, sem romper o equilíbrio na rede de cidades.

No curso dos anos 70, a base produtiva da região apresenta progressiva diversificação, inclusive na agropecuária, pela modernização da base técnica de produção e pela grande expansão de culturas, que permite a entrada na comercialização de *commodities* e na agroindustrialização. No setor industrial, surgem ramos modernos na linha da metal-mecânica.

1.1 Paraná

A diversificação da base produtiva da região Sul altera o perfil da composição setorial da economia dos estados. No Paraná, as atividades do setor primário, que, em 1970, respondem por mais de 40% da renda gerada, progressivamente passam a ser superadas pelas do setor secundário, que consolida sua participação atingindo, em 1996, quase 50% dessa renda.

A agricultura passa a perder participação e, em 1996, responde por 18,48% do valor adicionado fiscal do estado (Tabela 1). Porém, continua a papel relevante, dada a dinâmica multiplicadora em toda a cadeia produtiva, uma vez que 65% do valor bruto da produção agropecuária do estado, em 1996, corresponde à produção de soja, trigo e milho – importantes como *commodities* e base do segmento agroindustrial de primeiro processamento, bem como dos insumos à cadeia protéico-animal. Outros produtos como a cana, o algodão e o café também integram a agroindústria nas atividades sucroalcooleiras, têxteis e de alimentos; em menor dimensão estão o fumo, a mandioca e outros.

Para esse desempenho, o sistema cooperativo do Paraná tem importância particular, dada sua participação intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização do produto agrícola. Tal importância pode ser constatada pelo fato de que 22 cooperativas estão dentre as 100 empresas do estado com maior faturamento.

No entanto, são evidentes os sinais de esgotamento dessa dinâmica, seja pelos limites à expansão de área – cujas possibilidades são praticamente nulas – e mesmo do rendimento das lavouras, seja porque, da ótica industrial, não há como expandir os primeiros beneficiamentos e, no novo padrão agroindustrial, já não são suficientes as vantagens da proximidade da matéria-prima.

Ainda assim, é possível dizer que nesse período a economia do Paraná continua muito dependente das atividades do setor primário e possui um setor secundário que, apesar de ter apresentado reconhecidamente mudanças qualitativas em seu perfil, chega aos anos 90 com uma estrutura que ainda expressa forte complementaridade.

Foi geral a redução dos gêneros agroindustriais tradicionais na composição do valor adicionado da indústria

TABELA 1
ESTADO DO PARANÁ — PARTICIPAÇÃO SETORIAL E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO VALOR ADICIONADO FISCAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE (1980-96)

Em %

Ano	Participação Setorial					Taxa Anual de Crescimento				
	Primário	Secundário	Comercial	Serviços	Total	Primário	Secundário	Comercial	Serviços	Total
1980	31,09	37,81	27,34	3,75	100	–	–	–	–	–
1981	32,54	36,58	27,10	3,79	100	8,23	0,06	2,51	4,40	**3,44**
1982	32,28	35,53	28,33	3,86	100	-7,88	-9,79	-2,92	-5,36	**-7,14**
1983	31,39	36,42	27,34	4,85	100	7,77	13,56	6,93	39,08	**10,80**
1984	31,07	39,55	24,78	4,60	100	2,65	12,65	-5,98	-1,47	**3,73**
1985	35,33	35,84	27,23	1,61	100	34,72	7,34	30,14	-58,69	**18,45**
1986	29,47	39,39	29,07	2,06	100	-26,29	-2,88	-5,65	13,67	**-11,64**
1987	30,36	38,44	29,09	2,11	100	30,05	23,18	26,33	28,78	**26,24**
1988	26,50	40,46	31,19	1,85	100	-7,68	11,32	13,40	-7,26	**5,76**
1989	21,51	39,00	30,85	8,65	100	-3,99	14,05	17,02	453,90	**18,32**
1990	16,89	44,33	29,54	9,24	100	-25,07	8,46	-8,63	2,01	**-4,58**
1991	20,72	45,21	25,32	8,74	100	10,94	-7,78	-22,51	-14,47	**-9,59**
1992	18,28	47,02	26,27	8,43	100	0,84	18,90	18,63	10,20	**14,33**
1993	14,92	46,38	29,51	9,19	100	-9,38	9,49	24,70	21,09	**11,02**
1994	17,88	48,57	22,75	10,79	100	34,20	17,24	-13,69	31,44	**11,95**
1995	16,68	49,10	23,77	10,45	100	-24,80	-18,49	-15,75	-21,94	**-19,37**
1996	18,21	48,55	23,56	9,68	100	19,11	7,89	8,13	1,10	**9,11**

Fontes: Ipardes/Sefa (1996).
Nota: Foram aplicados deflatores setoriais calculados para o PIB do Paraná.

de transformação (de 35,10% no triênio 1980-82, para 30,39% no triênio 1994-96) (Tabela 2). Apesar dessa redução, os dois gêneros mais importantes – alimentos e química, que inclui processamentos agroindustriais – continuam com as mais elevadas participações na geração do valor adicionado da indústria de transformação.

No período, do grupo agroindustrial, apenas o gênero têxtil apresenta ganhos de participação, passando de 3,85% para 6,16%, e do grupo dos gêneros tradicionais é o mobiliário que registra crescimento.

A grande importância das atividades do grupo agroindustrial, cujos processos que permitem maior agregação de valor começam a ocorrer lentamente, está no papel de principal responsável pela dinâmica da economia, em especial do interior do estado. Além do sistema cooperativo – que integra economicamente a maioria dos pequenos e médios produtores agrícolas e estende uma rede de serviços e indústrias, criando uma dinâmica urbana pelo interior –, o segmento agroindustrial está constituído por inúmeros pequenos e médios estabelecimentos, inclusive no caso da química, por incluir óleos vegetais e álcool. O gênero têxtil, da mesma forma, com exceção de algumas indústrias de fiação de maior porte, mantém a característica de possuir elevada presença de pequenas empresas. O mesmo ocorre com madeira e mobiliário e com as atividades de confecção, gêneros que, assim como o têxtil, começam a propagar-se por diversas regiões do interior do Paraná.

No âmbito dessa reduzida diversidade industrial, as mesorregiões do estado particularizam-se contribuindo com especialidades diferenciadas e quase sempre com a nítida dominância regional de apenas uma determinada atividade.

Em uma dinâmica paralela e inversa, os segmentos da indústria moderna da metal-mecânica apontam para uma mudança qualitativa na estrutura industrial do estado, centrada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Como resultado da maturação de investimentos da década anterior, realizados por mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva oriundos do extinto Banco do Desenvolvimento do Paraná (Badep) e do Fundo de Desenvolvimento Econômico, os segmentos da metal-mecânica passam a apresentar os maiores ganhos no valor adicionado da indústria de transformação (de 12,59%, no triênio 1980-82, para 21,45%, no triênio 1994-96). Outro resultado expressivo provém do gênero papel-papelão, que dobra sua participação, tornando-se o terceiro na estrutura do valor adicionado industrial, com participação, de 10,87%, no triênio 1994-96, tendo investimentos na linha de papel de imprensa.

Essas mudanças representaram a vinda de grandes grupos fabricantes de ônibus, caminhões, máquinas

TABELA 2
ESTADO DO PARANÁ — PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GÊNEROS NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1980-96 — MÉDIAS TRIENAIS)

Em %

Gêneros	Triênios			
	1980-82	1983-85	1986-88	1994-96
Agroindustriais Tradicionais	35,10	35,90	35,20	30,40
Produtos alimentares	18,87	23,77	21,19	14,89
Madeira	10,09	6,58	6,82	6,95
Têxtil	3,85	3,76	4,84	6,16
Mobiliário	2,29	1,77	2,32	2,39
Agroindustriais Não-tradicionais	5,60	5,30	5,50	6,70
Fumo	3,62	3,31	3,60	3,20
Bebidas	1,98	2,01	1,90	3,53
Metal-mecânica	12,60	14,40	20,80	21,40
Mecânica	4,84	4,81	6,76	8,52
Material de Transporte	1,92	3,40	6,41	5,44
Metalúrgica	2,52	2,22	3,21	2,49
Material Elétrico e de Comunicações	3,31	3,99	4,38	5,00
Química	31,22	30,49	20,13	20,18
Papel e Papelão	5,22	5,48	7,29	10,87
Prod. de Minerais Não-metálicos	6,68	4,74	5,77	2,12
Outros Gêneros	3,59	3,66	5,38	8,26
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fontes: Ipardes/Sefa (1996).

agrícolas, micro e minicomputadores, cigarros, fertilizantes nitrogenados etc. Porém, até o começo da década de 90, são poucas as empresas de grande porte, não constituindo ainda um parque de fornecedores nem desenvolvendo relações intersetoriais mais expressivas.

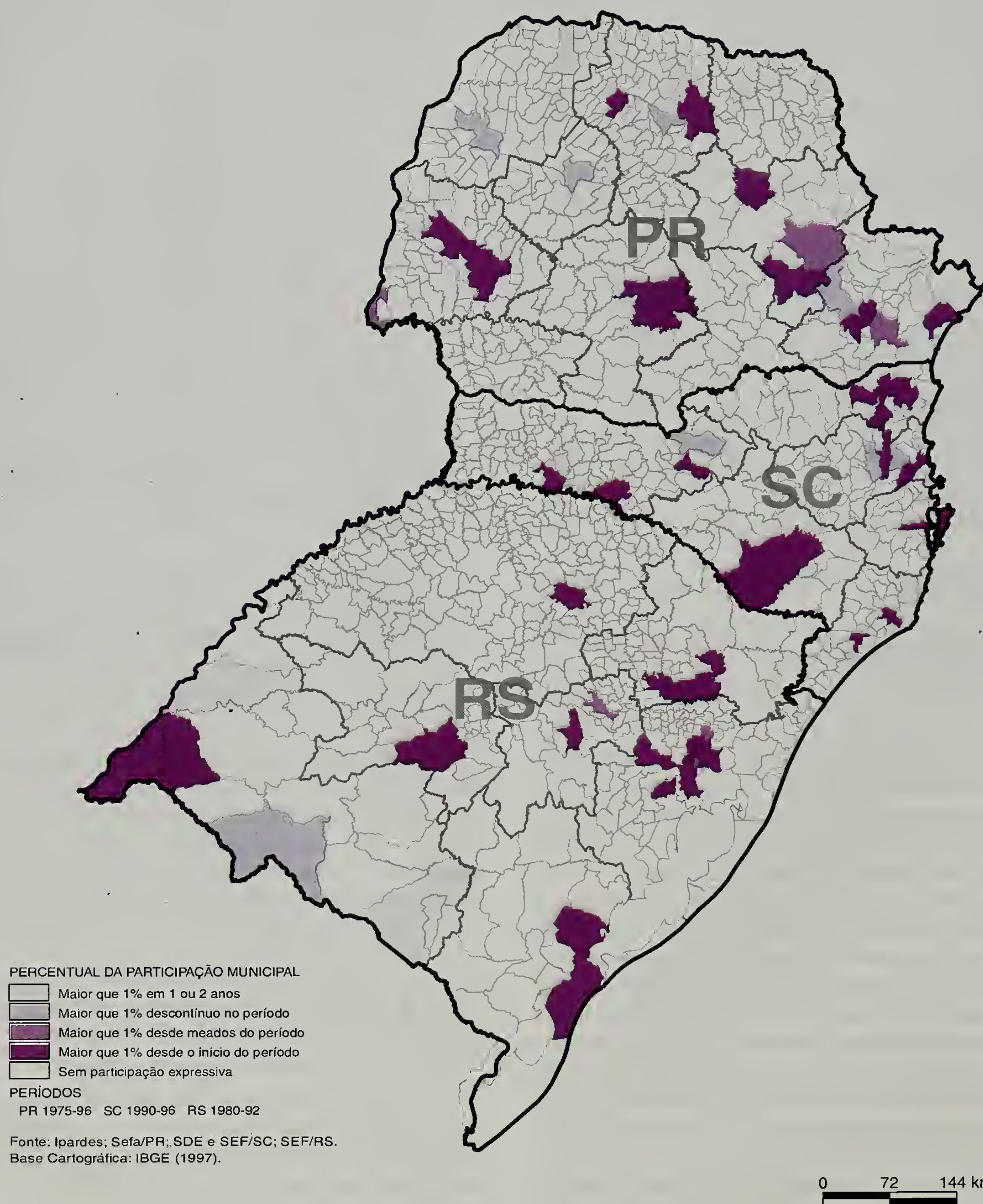
No decorrer dos anos 90, há indicativos de que essa estrutura industrial vem alterando ainda mais a sua composição, incorporando novos segmentos e, desse modo, criando nova dinâmica no estado. O novo padrão deverá estar dominado pela incorporação de montadoras estrangeiras – Renault, Chrysler, Volkswagen/Audi e outras –, de supridores diretos e de planos de expansão para os segmentos já instalados. A concretização desse novo padrão está apoiada em fortes estímulos fiscais e no reforço à instalação de infra-estrutura, como duplicação e manutenção de rodovias, implementação de fibras óticas de telefonia celular e ampliação de oferta, distribuição e transmissão de energia.

Esses investimentos previstos reforçam a concentração de grande parte das atividades e redefinem a importância econômica da mesorregião metropolitana em relação ao interior do estado. Já no princípio dos anos 80, essa região está bem à frente das demais, ganhando, em cinco anos, 18,58% na participação do valor adicionado total do estado, atingindo 37,34%. Continua, em uma trajetória crescente, ampliando essa diferença e passa a responder, em 1996, por 42,33% da renda estadual.

Poucas mesorregiões conseguem obter ou manter pequenos ganhos em sua participação, e as maiores perdas ocorrem no norte-central e noroeste, que nos anos 70 lideram a economia paranaense.

Em termos de municípios, essa concentração econômica e espacial reproduz-se (Mapa 1). Em 1996, apenas 14 têm participação superior a 1% no total do valor adicionado do estado, perfazendo, no conjunto, 60,25% desse valor (Tabela 3). Grande parte deles integra a mesorregião metropolitana. Além disso, encontra-se nessa região a maior parte dos municípios que vêm apresentando ganhos no período.

MAPA 1
REGIÃO SUL — MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA NO VALOR ADICIONADO TOTAL DO ESTADO



Fonte: Ipardes; Sefa/PR; SDE e SEF/SC; SEF/RS.
Base Cartográfica: IBGE (1997).

TABELA 3
ESTADO DO PARANÁ — MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 1% NO VALOR ADICIONADO (1975-96)

Posição[a]	Município	1975	1980	1983	1985	1986	1989	1991	1993	1996
4	Cascavel									
4	Curitiba									
4	Guarapuava									
4	Londrina									
4	Maringá									
4	Paranaguá									
4	Ponta Grossa									
4	Toledo									
4	Telêmaco Borba									
4	Araucária									
3	São José dos Pinhais									
3	Castro									
3	Foz do Iguaçu									
2	Campo Mourão									
2	Umuarama									
2	Apucarana									
2	Campo Largo									
1	Palotina									
1	Rolândia									
1	Paranavaí									
1	Mal. Cândido Rondon									
1	Cornélio Procópio									
1	Cambé									
1	Arapongas									
1	Pinhais									
Número de municípios c/ particip. > 1%		17	13	12	15	17	15	14	13	14
Participação no total do Estado (%)		47,78	55,55	56,47	53,62	55,96	59,52	62,51	61,19	60,25

Fontes: Ipardes/Sefa (1996).
Nota:
(a) A posição tem como referência a seguinte relação:
4 - com participação >1% continuamente desde 1975 (pode ser <1% desde que em apenas 1 ano);
3 - com participação >1% continuamente desde 1985;
2 - com participação >1% descontinuamente até 1991;
1 - com participação >1% em um ano entre 1975 e 1996.

A particularidade dessa nova base produtiva, pautada na agropecuária, agroindústria e em alguns segmentos modernos da metal-mecânica, cada qual com desempenho influenciado por fatores diferentes, contribuiu para que a economia paranaense fosse menos afetada nos momentos de crise. Em vários períodos, verificou-se uma compensação pelo bom desempenho de alguns desses segmentos, conforme sintetizado a seguir.

- No início dos anos 80, o crescimento atípico, em nível nacional, repercute de modo acentuado no estado por conta do desempenho dos complexos metal-mecânico e agroindustrial.
- No mesmo período, a recessão atinge de forma profunda a construção civil paranaense e seus principais fornecedores industriais. Entretanto, o comportamento positivo da agropecuária – especialmente do café – e das indústrias de alimentos e química – soja e derivados de petróleo e álcool – faz com que seus efeitos não sejam tão intensos, compensando parcialmente, em termos de taxa de crescimento, os efeitos daquela conjuntura de crise.

- A recuperação iniciada em 1984 não se verifica no Paraná, em razão do comportamento negativo da produção agropecuária, sobretudo do café, e da indústria de alimentos; do reduzido peso das exportações industriais externas na composição do PIB; da inexpressiva presença de bens de consumo duráveis e de capital em sua estrutura industrial; e da quase ausência de setores industriais, suficientemente dinâmicos, capazes de adaptarem-se rapidamente às mudanças de tônica na política econômica, como as ocorridas em 1984, incentivando as exportações.
- Em 1985, o prosseguimento da recuperação econômica manifesta-se de forma ampliada no Paraná, em razão da substancial evolução da produção agropecuária e dos setores industriais a ela vinculados.
- Em 1986, apesar dos reflexos positivos do Plano de Estabilização Econômica, a economia paranaense mantém-se praticamente estagnada, em face da quebra na produção agropecuária, associada à estiagem do final de 1985 e início de 1986, interferindo negativamente na produção da agroindústria.
- Em 1987, a retração atinge com menor intensidade a economia paranaense em comparação à brasileira, devido ao excelente desempenho da agropecuária e da agroindústria, ligado às condições climáticas favoráveis.
- Em 1988, o PIB apresenta decréscimo de 3%, associado à conjuntura recessiva no âmbito nacional, com redução de 9,7% no setor agropecuário, especialmente nas lavouras de café e milho.
- Em 1989, o crescimento de 4,4% registrado pela economia paranaense é superior ao brasileiro, tendo sido sustentado pela expansão da lavoura cafeeira e dos segmentos industrial e comercial a ela vinculados e pelo desempenho de atividades industriais integrantes dos gêneros mecânico (refrigeradores, *freezers* e equipamentos frigoríficos), papel-papelão, bebidas e material de transporte (sobretudo ônibus).
- Ao final dos anos 80, a economia paranaense atinge um patamar qualitativamente distinto, reunindo precondições de abertura para o desempenho dos anos 90. Em termos de relações de troca, cresce significativamente seu grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional. Não apenas crescem as vendas e compras nesses mercados também ampliados, como ganham importância produtos dos segmentos mais modernos em detrimento dos tradicionais.
- Nos anos de 1990 e 1991, o caráter recessivo mundial, com quedas nas cotações de *commodities*, repercute em todos os segmentos da economia paranaense, causando impacto de forma mais acentuada no segmento agrícola, por causa de fatores climáticos e mudanças com a desregulamentação da política do setor. Essa queda altera substancialmente a composição setorial com ganhos de participação da indústria na economia do estado.
- No período 1992-94, com nova estrutura setorial e conjuntura favorável para o setor exportador, os impactos da contração econômica nacional são em grande medida amortecidos no Paraná. A maior safra de grãos, em 1993, coincide com a recuperação dos preços internacionais para soja, milho e café, devido à inclusão de novos mercados, como a China, e do crescimento de negócios por contratos futuros de soja. Tal situação produz uma dinâmica multiplicadora em toda a cadeia produtiva, articulada com o setor primário – crescem as vendas de tratores, colheitadeiras, fertilizantes, assim como o consumo de bens e imóveis e serviços em geral. O setor exportador também é ativado por exportações ao Mercosul – especialmente Argentina – de manufaturados, café e carne de aves. De modo geral, a parcela de industrializados é progressivamente mais importante no conjunto do valor exportado. Do complexo metal-mecânico, a grande contribuição provém do gênero material de transportes, com exportações de peças e acessórios para ônibus e caminhões dirigidas aos mercados do Peru, Estados Unidos e Alemanha. Nessa trajetória ascendente, a maioria dos gêneros tem ampliado o número de países aos quais se destinam, passando a atender a mercados importantes, enquanto outros gêneros iniciam uma atividade voltada ao mercado exportador. Entretanto, a metal-mecânica continua concentrada em torno de poucos produtos e de reduzido número de empresas.
- Em 1995, a restrição monetário-orçamentária, os juros reais elevados e a defasagem cambial produzem um quadro de descapitalização e inadimplência dos produtores rurais, pela depreciação das cotações, especialmente de soja e milho. Por sua vez, as indefinições da política agrícola produzem decréscimo da área plantada das principais lavouras. Seguindo a mesma tendência, a produção industrial do estado, nesse momento bastante ligada à dinâmica da estrutura produtiva nacional, tem queda expressiva na maioria dos gêneros.
- Em 1996, os indicadores da indústria apontam pequeno movimento de recuperação, porém não generalizado. Alguns segmentos – como vestuário, couro e têxtil – são mais sensíveis à política de juros altos e ao processo de abertura comercial. Outros apresentam crescimento significativo, indicando a consolidação dos mercados em que atuam – minerais não-metálicos e móveis. A renda agrícola recupera-se, porém não gera efeitos na indústria e comércio, em face do endividamento dos produtores.

1.2 Santa Catarina

A década de 70 estruturou a conformação atual de Santa Catarina, tendo na base produtiva nitidamente industrial e em contínuo reforço a principal característica de

sua economia. Nessa época, as deficiências de infra-estrutura – rodovias, energia e comunicações – foram em grande medida supridas por investimentos federais e do estado. No âmbito empresarial, foram substanciais os investimentos viabilizados por uma política industrial que contou com dispositivos de financiamento federais e locais para a aquisição de máquinas e equipamentos. Dessa forma, em 1996, o setor secundário responde por 43,07% do PIB estadual, o terciário, em declínio, por 40,22%, e o primário, impulsionado pela dinâmica agroindustrial, por 16,71% (Tabela 4), com pequenos ganhos desde 1980.

No início dos anos 80, o setor industrial não só é diversificado como já estão presentes – com participações significativas e crescentes – os segmentos industriais dinâmicos, conformando um perfil de distribuição bastante equilibrado dentre os três principais complexos da economia estadual. Em 1985, o complexo têxtil tem 25,53% do valor da transformação industrial; o agroindustrial tem 21,17%; e o metal-mecânico, 19,59%, todos com ganhos entre 1980 e 1985. Ao lado desses, outros segmentos modernos consolidam-se no estado, como cerâmica, pisos e azulejos e papel-papelão.

Esse perfil diversificado de Santa Catarina tem distribuição espacial caracterizada por maior desconcentração. Três principais complexos peculiarizam três diferentes regiões. A mesorregião norte catarinense responde por 27,76% do valor adicionado de 1996. É o principal pólo industrial do estado, dadas as vantagens de maior diversificação industrial, concentração da metal-mecânica e modernos segmentos da matéria plástica. É seguida da mesorregião do Vale do Itajaí – com 25,07% do valor adicionado estadual –, que reúne os maiores centros produtores do complexo têxtil e de confecção. A terceira mais importante mesorregião é a do oeste catarinense, com 22,20% de participação, em que atuam os grandes grupos da agroindústria (Tabela A-6 dos Anexos).

Alguns municípios polarizam essa distribuição espacial relativamente equilibrada. Com participação superior a 1% no total do valor adicionado do estado, anualmente, desde 1990, encontram-se: Blumenau, Brusque e Itajaí, da mesorregião do Vale do Itajaí; Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, da mesorregião norte catarinense; Chapecó, Concórdia e Videira, da oeste; Florianópolis e São José, da grande Florianópolis; Criciúma e Tubarão, da sul catarinense; e Lages, da mesorregião serrana (Tabela 5). Outros municípios, nas áreas de concentração desses, apresentam participação superior a 1%, porém descontinuamente, como ocorre com Gaspar, Indaial e Timbó, na mesorregião do Vale do Itajaí, e Caçador, na oeste. Esse conjunto de municípios, juntamente com outros que apenas manifestam maior expressão em um dos anos analisados, reforça as polaridades econômicas desconcentradas no território de Santa Catarina. Em 1996, os 17 municípios com participação superior a 1% no valor adicionado total do estado representavam 60,32%.

TABELA 4
ESTADO DE SANTA CATARINA — PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO POR SETORES (1970-96)

Em %

Ano	Produto Interno Bruto		
	Primário	Secundário	Terciário
1970	22,00	32,10	45,90
1980	15,90	37,60	46,50
1990	16,55	43,40	40,05
1996	16,71	43,07	40,22

Fontes: IBGE/FGV - Contas Nacionais; SDE (1996).

A estruturação empresarial é a característica mais forte do novo padrão industrial, com a formação de grandes grupos a partir da aquisição de unidades produtivas já existentes e da implementação de novas plantas em direção à complementaridade de cadeias produtivas, um processo mais evidente nos segmentos da agroindústria e da indústria têxtil e de confecção. Os gêneros modernos da metal-mecânica, além da expansão do parque produtivo, conseguiram maior intensidade no crescimento da produção e o melhor desempenho em investimentos.

Essa concentração, seguida de reinvestimentos no próprio setor, consolidou estruturas industriais que acompanharam as exigências do novo padrão tecnológico, tornando-se competitivas tanto no mercado exportador quanto no mercado interno. Com maior expressividade exportadora, destacam-se refrigerações, compressores, motores elétricos, fundidos de ferro, azulejos e pisos cerâmicos, carne de suínos e aves, caracterizando-se por um esforço em aumentar crescentemente o grau de elaboração.

Os indicativos de mudanças do desempenho dos diferentes gêneros industriais, no período de 1980-96, de modo geral, estão no reforço da metal-mecânica com maiores avanços para os grupos mecânica e material elétrico, além de bons resultados do gênero da matéria plástica e papel-papelão. A importância desse segmento relaciona-se com a presença de empresas como Embraco, Multibras, Weg e Tupy, nacionalmente expressivas em suas respectivas áreas de atuação.

Ao lado desses gêneros, coloca-se a agroindústria da carne de aves e suínos, pela capacidade de desenvolver no período uma estrutura nacional e internacionalmente competitiva, liderada pelos principais grupos nacionais do setor – Sadia, Perdigão, Ceval, Chapecó, dentre outros. Esse segmento supera a fase de simples processamentos iniciais com a valorização de seus produtos, aumentando o grau de elaboração e diversificação em direção a linhas mais nobres. Além disso, qualifica-se como uma atividade com grande resistência às crises internas e à abertura do mer-

TABELA 5
ESTADO DE SANTA CATARINA — MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 1% NO VALOR ADICIONADO (1990-96)

Posição[a]	Município	1990	1991	1992	1993	1995	1996
4	Blumenau						
4	Brusque						
4	Chapecó						
4	Concórdia						
4	Criciúma						
4	Florianópolis						
4	Itajaí						
4	Jaraguá do Sul						
4	Joinville						
4	Lages						
4	São Bento do Sul						
4	São José						
4	Tubarão						
4	Videira						
2	Indaial						
2	Gaspar						
2	Timbó						
2	Caçador						
1	Seara						
1	Xaxim						
1	Xanxerê						
1	Rio do Sul						
Número de municípios c/ particip. > 1%		18	15	18	16	17	17
Participação no total do Estado (%)		57,40	53,08	56,02	54,04	61,17	60,32

Fontes: IBGE/FGV - Contas Nacionais; SDE (1996); SDC/SC; SF/SC (1996).
Nota:
(a) A posição tem como referência a seguinte relação:
4 - com participação >1% continuamente desde 1990;
2 - com participação >1% descontinuamente desde 1990;
1 - com participação >1% em um ano entre 1990 e 1996.

cado. Com estreita integração com o rural, imprime à agropecuária forte dinâmica, com inserção de pequenos e médios produtores.

Com desempenho bem menos favorável, porém potencializado pela abertura do mercado, o complexo têxtil e de confecção tem sido fortemente afetado pela retração do mercado interno e pela dificuldade em acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas e as vantagens locacionais de custo da mão-de-obra do mercado internacional. Esse processo provoca uma crise de grande repercussão no estado, uma vez que essa atividade se encontra disseminada em várias regiões. No entanto, a economia mais ameaçada é a da mesorregião do Vale do Itajaí, que reúne os maiores centros especializados desse complexo.

O modelo catarinense – com empresas verticalizadas, modernas e de grande porte, liderando segmentos industriais especializados – reproduz-se em outros gêneros no estado, com encadeamentos regionais importantes, como o mobiliário em São Bento do Sul e o cerâmico em Criciúma. Essas características asseguraram elevado padrão tecnológico gerencial, com grande expressão competitiva e forte inserção nacional e internacional. Em sua evolução, essa trajetória traduz-se em expansões cujo patamar de competitividade já extrapola reinvestimentos na própria região. Tal processo já é visível com a expansão de importantes unidades produtivas para outros estados e mesmo para outros países, resultando em limites para Santa Catarina. Associado a esse fator, pesam particularmente as mudanças no complexo têxtil

e de confecção, que progridem para a valorização de determinados processos e produtos da atividade com a redução drástica dos demais. Isso é uma ameaça para grande parte do parque têxtil e de confecção do estado, que sustenta muitos dos empregos diretos e de pequenas unidades. Vale notar que não surgiram novos segmentos nesse período e não estão previstos para o estado investimentos automotivos.

A diversificação da estrutura produtiva, com setores impactados por fatores e momentos diferentes, favoreceu a economia como um todo nas fases de recessão e expansão.

- Entre 1981 e 1984, a economia ainda vem aquecida pelos investimentos da década anterior, e a renda do estado cresce a taxas superiores às do país, dado o desempenho do setor agrícola e secundariamente da indústria, principalmente do segmento agroindustrial, pela capacidade de inserção no novo padrão de processamentos mais complexos e diversificados. Os gêneros têxtil e confecção ainda apresentavam maior resistência à crise e, em menor proporção, contribuíram para esse desempenho.
- O ano de 1984 é particularmente beneficiado pelo dinamismo exportador de vários segmentos da indústria.
- Nos anos de 1985 e 1986, a indústria catarinense acompanha, com expressivo crescimento, a dinâmica nacional. Ao lado do reaquecimento do mercado interno, conta com a continuidade da demanda externa – valorizada por exportações de produtos dotados de maior grau de elaboração – e fundamentalmente com as vantagens de utilizar sua capacidade ociosa.
- Em 1987, o desempenho positivo da economia estadual contribui duplamente para a continuidade do ritmo industrial. Os benefícios da política agrícola, associados a condições climáticas favoráveis, levam a resultados expressivos no setor primário.
- O período de 1988-90 começa com declínio da indústria de transformação sem compensações significativas por parte do setor primário. Em 1990, segmentos da indústria dinâmica (plástico, mecânica, minerais não-metálicos e metalurgia) sofrem grandes perdas.
- Os anos de 1990 a 1995, críticos da crise brasileira, afetam também a economia catarinense, que apresenta ganhos setoriais pequenos na economia nacional. Na agropecuária, o bom desempenho na média do período está influenciado pelos resultados altamente favoráveis de 1992. Porém, no setor industrial, vários segmentos continuam a apresentar resultados fracos ou mesmo perdas em termos de participação na indústria brasileira, como ocorre com minerais não-metálicos – com a forte e contínua queda do carvão –, fumo, vestuário e têxtil.

O resultado positivo do conjunto do setor industrial foi assegurado pelos produtos alimentares, materiais elétricos, metal-mecânica, matérias plásticas e papel-papelão.

1.3 Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, tal como o Brasil, constrói ao longo de sua história um quadro regional caracterizado pela diversidade e por desequilíbrios econômicos e sociais. Esse cenário constituiu-se em função das formações sociais específicas que se estabelecem em cada região e da trajetória de sua agropecuária e industrialização. Tais fatores são, direta ou indiretamente, os determinantes da estruturação da rede urbana e dos movimentos demográficos desse estado.

No primeiro cenário regional do Rio Grande do Sul poderiam ser distintas geograficamente duas regiões: a primeira, na serra do sudeste e na campanha (área localizada no sudoeste do estado), e a segunda, na depressão central e, mais tarde, na região serrana (Singer, 1977). Essas duas regiões formam-se a partir de estruturas sociais distintas. Ao sul, a sociedade dos estancieiros (latifundiários), constituída por esses, por peões e escravos, produtora de couros e depois carne (charque) e lã; e, ao norte, uma sociedade constituída por pequenos proprietários dedicados ao desenvolvimento da lavoura. Essas duas formações econômicas permeiam a história da economia gaúcha por aproximadamente dois séculos (desde meados do século XVIII até o final da primeira metade do século XX). Curiosamente, essas duas sociedades, tão próximas geograficamente, tiveram baixíssimo grau de interligação econômica, embora existissem razoáveis possibilidades hidrográficas de transporte. Pode-se afirmar que a unificação econômica do espaço riograndense somente se completa com a implantação da malha rodoviária, já nos anos 70.

A evolução econômica do estado acaba por determinar outras formações, ensejando múltiplas divisões regionais aos estudiosos. Os trabalhos sobre crescimento econômico regional têm definido, pelo menos, mais uma formação regional, representada pela área localizada no nordeste do estado, com característica urbano-industrial, denominada *latu sensu* eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Esse eixo integra as mesorregiões nordeste riograndense e metropolitana, atualmente industrializadas e com grandes concentrações urbanas. Conforme Alonso, Benetti e Bandeira (1994, p. 224),

> nessa região, cujos traços históricos sofreram forte influência do processo de colonização (...), começou a constituir-se, a partir do início deste século, um parque industrial, que progressivamente suplantou a agricultura e assumiu um papel hegemônico na economia local. Essa área caracteriza-se, na atualidade, pelas grandes aglomerações urbanas.

A economia gaúcha sempre esteve vinculada, seja com o centro do país, seja com o comércio internacional. Isso significa que sempre deteve um setor exportador dinâmico e competitivo, ainda que baseado em um ou pou-

cos produtos. Nesse sentido, nos primórdios, tem o trigo como principal produto de exportação. A carne (charque ou frigorificada) e a lã ovina também têm a sua época. Mais recentemente, soja e seus subprodutos, calçados, fumo, frangos e alguns manufaturados constituem o carro-chefe das vendas externas. Com relação ao país, articula-se à dinâmica nacional, obtendo ganhos significativos nas fases de expansão (pós-guerra e *milagre*) e sofrendo estagnação ou perdas na crise.

Após uma década com altas taxas de crescimento, a economia gaúcha tem, nos anos 80 e 90, taxas de crescimento médio anual muito semelhantes às da economia brasileira. Segundo informações do IBGE e da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), no período de 1980-97, seu crescimento é de 2,2%, bem próximo ao da economia brasileira (2,1%); entre 1985 e 1997, ambas as economias apontam crescimento de 2,5%; entre 1990 e 1997, com crescimento de 3%, a economia gaúcha supera a brasileira, que cresce 2,8%.

Se são considerados outros cortes temporais para o mesmo período – 1981-83, com recessão; 1984-86, como o período de recuperação, exportações e Plano Cruzado; 1987-89, inflação crônica e tentativas de estabilização; 1990-92, recessão e Plano Collor; e 1993-95, Plano Real –, chega-se à mesma conclusão quanto à similaridade do comportamento das taxas de crescimento anualizadas do Brasil e do Rio Grande do Sul. Constatam-se diferenças no fato de que esses movimentos da economia do Rio Grande do Sul não estão se manifestando no território estadual da mesma forma e no mesmo sentido que vêm ocorrendo no plano nacional.

As mudanças na configuração espacial da economia brasileira nos últimos 30 anos vêm apontando para uma desconcentração da atividade econômica a partir do Sudeste, mais especificamente do estado de São Paulo. As áreas receptoras de parte dos novos investimentos industriais são algumas das regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba e Recife) que já dispõem, no final dos anos 60, de um campo aglo-merativo que permite a reprodução de diversos ramos da indústria a taxas mais elevadas. Os ramos que mais se destacam nesse sentido são química, petroquímica, metalurgia e mecânica. Outros segmentos da indústria acompanham o movimento de incorporação das novas fronteiras agrícola e mineral, fazendo com que o produto industrial do país tenha a sua geografia modificada em alguma medida (Diniz e Lemos, 1986). A expansão da fronteira agrícola associada à existência de uma rede de cidades com porte e oferta de serviços suficientes às exigências da atividade industrial acaba por determinar a localização de boa parte da nova agroindústria fora do Sudeste, em especial fora de São Paulo. Além disso, a fronteira mineral atrai o ramo da siderurgia para estados que nunca tiveram tradição industrial (caso do Pará, por exemplo).

No Rio Grande do Sul, não é possível afirmar que tenha ocorrido um movimento que denotasse desconcentração industrial. Na verdade, alguns estudos demonstraram que as modificações na geografia da indústria riograndense têm ocorrido predominantemente no interior da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e no seu entorno. Simultaneamente, as desigualdades inter-regionais de renda têm-se acentuado no estado, resultando em regiões, como a que usualmente é chamada metade sul, estagnada há quase meio século e sem sinais de recuperação.

Em termos da renda interna do estado, há grande concentração de municípios com participação no valor adicionado total superior a 1%, continuamente desde 1980 na área metropolitana de Porto Alegre, no seu entorno e na aglomeração urbana de Caxias do Sul (Tabela 6). Além dessas áreas, Pelotas e Rio Grande, assim como Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Santa Maria apresentam o mesmo desempenho (Mapa 1). Em 1992, os 21 municípios com participação superior a 1% no valor adicionado total somam 67,98%.

Os movimentos da economia gaúcha, ante a nacional, nos anos 80 e 90, acabam por reforçar a importância de algumas áreas, ao mesmo tempo em que deprimem a posição de outros locais que outrora ocuparam posições melhores do que atualmente. Isso significa que no Rio Grande do Sul, em nenhum momento da história recente, é possível vislumbrar a hipótese de uma *reversão da polarização*, a exemplo do que se imagina para o caso brasileiro. Na verdade, a concentração urbano-industrial que se estabelece, primeiro na RMPA, um pouco mais tarde na Aglomeração Urbana da Região Nordeste (AURNe), e com menor intensidade em Pelotas e Rio Grande, apenas se consolidou nas últimas décadas. Diferentemente de uma suposta desconcentração, o que se observa é um movimento de espraiamento, ou seja, um extravasamento dos limites da RMPA por parte das novas localizações industriais. Portanto, o que há é um processo de incorporação de territórios do entorno metropolitano ao espaço econômico da RMPA, que poderia ser denominado de área de expansão metropolitana ou zona perimetropolitana. Outra área de concentração que se acentua é a AURNe, que tem como pólo a cidade de Caxias do Sul e Bento Gonçalves em posição de segundo nível na aglomeração.

A aglomeração Pelotas-Rio Grande também envolve certo grau de concentração urbano-industrial, apesar das crises regional e nacional que se abatem sobre os dois centros. Do ponto de vista industrial, essas duas cidades têm perdido expressão no contexto do estado, mas essa perda tem sido, em parte, compensada pela expansão das atividades terciárias que atendem às necessidades de ampla região circunvizinha.

Outras áreas do estado demonstraram, no período estudado, sinais evidentes da formação de *eixos de desenvolvimento*. É o caso do espaço constituído pelas cidades

TABELA 6
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 1% NO VALOR ADICIONADO (1980-92)

Posição[a]	Município	1980	1983	1985	1986	1989	1991	1992
4	Bento Gonçalves							
4	Canoas							
4	Caxias do Sul							
4	Esteio							
4	Gravataí							
4	Novo Hamburgo							
4	Passo Fundo							
4	Pelotas							
4	Porto Alegre							
4	Rio Grande							
4	Santa Maria							
4	São Leopoldo							
4	Sapucaia do Sul							
3	Guaíba							
3	Farroupilha							
3	Campo Bom							
3	Santa Cruz do Sul							
3	Triunfo							
3	Uruguaiana							
2	Santana do Livramento							
2	Sapiranga							
2	Lajeado							
2	Cachoeirinha							
1	Bagé							
1	Itaqui							
Número de municípios com particip.>1%		19	20	20	19	19	23	21
Participação no total do Estado (%)		57,21	55,51	56,16	60,25	61,40	70,75	67,97

Fonte: FEE (1992).
Nota:
(a) A posição tem como referência a seguinte relação:
4 - com participação >1% continuamente desde 1980;
3 - com participação >1% continuamente desde 1980, exceto em um ano;
2 - com participação >1% descontinuamente;
1 - com participação >1% em apenas um ano.

de Erechim, Passo Fundo e Carazinho e diversos pequenos centros localizados entre elas e no seu entorno, todos na parte norte do planalto riograndense. O processo repete-se no espaço formado e liderado pelas cidades de Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina, situadas no noroeste do Rio Grande do Sul. Esses dois espaços são parte da chamada *região da produção de grãos* (soja, milho e trigo).

As demais áreas do estado (mesorregiões centro-ocidental, sudoeste e sudeste) podem ser classificadas como espaços com baixíssima capacidade de crescimento nos anos 80 e 90, consolidando tendências já observadas em décadas anteriores (Alonso, 1984; Alonso e Bandeira, 1990; Alonso, Benetti e Bandeira, 1994).

Esse é o formato do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul na chamada *década perdida* (década de 80) e também nos anos 90 – cujos resultados não são muito diferentes, embora haja a perspectiva da emergência de um novo ciclo de investimentos industriais. Esse cenário é caracterizado por perspectivas de expansão de investimentos no setor produtivo e pelas incertezas introduzidas pela movimentação de capitais na esfera financeira.

Pelo lado da extração mineral e da agropecuária, não há nada que indique algum fato relevante a ponto de revelar novas espacialidades no estado. A fronteira agropecuária está esgotada, não há novas áreas férteis a serem incorporadas. Nesse setor, só é possível o surgimento de áreas com desempenho econômico diferenciado mediante uma combinação de incorporação de novas tecnologias às produções já existentes e/ou mudança do perfil produtivo (novos produtos). Tal mudança já está ocorrendo, mas de forma muito lenta e/ou sofrendo descontinuidade, o que tende a inibir o aparecimento de novas espacialidades. Portanto, no decorrer deste estudo serão considerados os movimentos do capital industrial para desenhar as tendências de dinamismo ou estagnação relativas das regiões do estado, pelo menos para um horizonte de médio prazo, com maior segurança, e para o longo prazo, com maior incerteza.

2 Caracterização da Rede Urbana Regional

Os anos 70 representam, para a região Sul, um período de urbanização intensa e de concentração populacional em aglomerações urbanas. Essas feições confirmam-se nos anos 80 e início dos anos 90, apontando para tendências de consolidação desse processo.

As mudanças estruturais na economia rural, com modificações profundas nas relações de trabalho, resultam em intensos fluxos migratórios, inicialmente em direção às fronteiras internas aos próprios estados e, posteriormente, externas aos mesmos, fundamentalmente na busca de opções no mercado de trabalho urbano. No entanto, o acelerado ritmo de crescimento da população urbana – da ordem de 5% a.a. nos anos 70 – declina, nos anos seguintes, para taxas geométricas inferiores a 3% a.a. A população rural, sofrendo fortes declínios, provoca perdas na população total dos estados, que, de absorvedores nos anos 60, passam à condição de expulsores nos anos subseqüentes: o Paraná, em declínio acentuado, chega a apresentar taxas inferiores a 1% a.a., mostrando sinais de recuperação entre 1991 e 1996, quando cresce à taxa de 1,28% a.a.; o Rio Grande do Sul, em declínio continuado, atinge nesse período 1,07% a.a.; e Santa Catarina, com reduções menos acentuadas, apresenta a taxa de 1,43% a.a. (Tabela 7).

Os movimentos migratórios, refletindo distintas etapas do processo de transformação da estrutura produtiva regional, marcam ritmos diferenciados de crescimento demográfico, ora determinando a elevação das taxas de incremento populacional, ora revertendo tendências. Assim, a intensidade dos fluxos migratórios inter-regionais vem sofrendo redução, ainda que no Paraná o saldo migratório negativo seja muito elevado. A migração de retorno começa a ter impulso nos anos 80, provavelmente em razão do esgotamento das oportunidades de inserção produtiva na fronteira agrícola do Norte do país e às dificuldades impostas pela crise econômica, que estreita as possibilidades de sucesso no mercado de trabalho urbano-industrial do Centro-sul brasileiro.

Destaca-se a importância dos deslocamentos intraestaduais, com o predomínio de trocas entre áreas do próprio interior dos estados, responsáveis por novas aglomerações constituídas a partir do reforço de grandes e/ou médios centros que se tornam áreas de atração, incluindo nessa atratividade seus municípios adjacentes. Mesmo assim, as aglomerações metropolitanas continuam representando importantes focos receptores da imigração inter e intra-estadual.

2.1 Descrição e Evolução do Perfil da Rede Urbana

Embora seja constatada relativa desaceleração no processo de urbanização, essa vem mantendo-se concentrada e em grau elevado, levando a maioria da população a viver em cidades, e de forma mais adensada em poucos municípios dos estados (Ipardes, 1997a). Isso decorre do fato de que a crise que se abateu no meio rural continua expulsando parcelas de população com destino aos centros urbanos, mesmo que esses tenham perdido, em termos relativos, a capacidade atrativa dos anos anteriores quanto à possibilidade de oferta de melhores condições de vida.

Assim, a principal característica da rede urbana sulina, comum nos três estados, é a constituição de espacialidades de concentração e de esvaziamento. Em um extremo, a conjunção de municípios cada vez mais populosos demarca aglomerações – espaços qualificados como áreas de concentração tanto populacional quanto da atividade econômica, constituídos por um conjunto de municípios com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio do estado) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80) –, reforçando a concentração da população em determinadas áreas. Em 1991, 61,3% da população urbana da região Sul vive em cidades com mais de 50 mil habitantes, a maioria integrando as espacialidades de concentração, numa participação que cresce, em 1996, para 62,37% (Tabela 8). No mesmo período, a participação desse conjunto de centros no total dos municípios da região decresce de 7,33% para 6,81%, devido à fragmentação territorial que essa vem sofrendo.

TABELA 7
REGIÃO SUL — POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL (1970-96)

Indicadores	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Região Sul
População				
1970	6.929.868	2.901.734	6.664.891	**14.496.493**
1980	7.629.392	3.627.933	7.773.837	**19.031.162**
1991	8.448.713	4.541.994	9.138.670	**22.129.377**
1996	9.003.804	4.875.244	9.637.682	**23.516.730**
Taxa de Crescimento Pop. Total				
1970-80	0,96	2,23	1,54	**1,43**
1980-91	0,93	2,04	1,47	**1,37**
1991-96	1,28	1,43	1,07	**1,24**
Taxa de Crescimento Pop. Urbana				
1970-80	5,80	5,47	3,91	**4,86**
1980-91	2,97	3,62	2,61	**2,43**
1991-96	2,47	2,11	1,61	**2,03**
Taxa de Crescimento Pop. Rural				
1970-80	-3,32	-1,16	-2,08	**-2,48**
1980-91	-3,03	-0,90	-1,48	**-2,00**
1991-96	-2,41	-0,35	-0,81	**-1,32**

Fontes: IBGE (Censos Demográficos 1970/80/91 e Contagem da População 1996)/Ipardes.

TABELA 8
REGIÃO SUL — CENTROS URBANOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES, PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA DOS ESTADOS E REGIÃO SUL E PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DOS CENTROS NO TOTAL DE MUNICÍPIOS (1970-96)

Indicadores	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Região Sul
1970				
Centros > 50 mil habitantes	5	7	12	**24**
% na população urbana	40,46	45,71	53,65	**47,77**
% do total de municípios	1,74	3,55	5,17	**3,35**
1980				
Centros > 50 mil habitantes	14	9	24	**47**
% na população urbana	52,92	47,71	64,30	**57,01**
% do total de municípios	4,83	4,57	10,34	**6,54**
1991				
Centros > 50 mil habitantes	22	12	30	**64**
% na população urbana	60,47	51,01	66,75	**61,30**
% do total de municípios	6,81	5,53	9,01	**7,33**
1996				
Centros > 50 mil habitantes	24	13	34	**72**
% na população urbana	62,00	51,20	67,95	**62,37**
% do total de municípios	6,47	5,00	7,96	**6,81**

Fontes: IBGE (Censos Demográficos 1970/80/91 e Contagem da População 1996)/Ipardes.

Em outro extremo, é significativo o número de municipalidades que se enquadra na categoria de crescimento menor que 1% a.a. ou com decréscimo de população. No período de 1980-91, esse número chega a representar 76,2% dos municípios do Paraná, 54,9% dos de Santa Catarina e 66,6% dos municípios do Rio Grande do Sul. Chama a atenção que a grande maioria desses municípios vivenciava processo de esvaziamento desde a década de 70. Ou seja, dos municípios enquadrados nessa categoria de crescimento entre 1980 e 1991, no Paraná, 81,7% já perdiam população desde a década de 70; em Santa Catarina, 61,3%; e no Rio Grande do Sul, 59% (Ipardes, 1997a).

Uma análise das taxas de crescimento da população total dos municípios do Sul aponta para a redução da sua intensidade. Até a década de 70, o crescimento da população total dos municípios da região associa-se às possibilidades de sustentação das próprias áreas rurais, com a atividade agropecuária em expansão e uma industrialização incipiente. Com a modernização da agropecuária e o incremento da atividade industrial, especialmente nas áreas metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba entre 1970 e 1980, os municípios do Rio Grande do Sul já apresentam sinais generalizados de esvaziamento da população total e os do Paraná formam áreas de forte evasão, principalmente no norte e noroeste, já os de Santa Catarina mantêm ainda crescimento elevado. Nos três estados, os núcleos concentradores já se definem: no Rio Grande do Sul, consolida-se a área metropolitana de Porto Alegre, os núcleos das regiões de Caxias do Sul, de Ijuí, de Passo Fundo e de Pelotas; no Paraná, além da configuração da área metropolitana de Curitiba, já apontam como concentradores os núcleos de Londrina e Maringá; e, em Santa Catarina, definem-se os núcleos de Blumenau, Joinville e Florianópolis.

Nos anos 80, o crescimento urbano expande-se associado à persistência e à expansão do esvaziamento rural, o qual insere maior número de municípios do noroeste do Rio Grande do Sul, passa a incluir municípios das regiões oeste e sudoeste do Paraná e tem início no oeste catarinense. Consolidam-se as aglomerações metropolitanas e as aglomerações urbanas anunciadas na década anterior, ao redor de núcleos concentradores, e insinuam-se novas concentrações, como as de Cascavel/Toledo e Foz do Iguaçu, no Paraná, e Itajaí, em Santa Catarina. Concomitantemente, inicia-se a configuração de inúmeras aglomerações contínuas[2] aos centros urbanos concentradores dos três estados. Nessa época, já se verifica crescimento bastante intenso nos municípios litorâneos.

Os anos 90 apontam para a continuidade do esvaziamento populacional de forma generalizada, incorporando novas áreas, sem ainda se haver esgotado nas áreas iniciais (Mapa 2). Esse fenômeno, em 1991, ocorre em 78,12% dos municípios da região Sul, significando que prossegue seu curso, agora sobre contingentes de população bastante reduzidos. O Paraná é o estado com a maior proporção de municípios nessa condição. Para o contexto demográfico da região Sul, o início do decréscimo da população urbana em alguns centros pode ser considerado um novo fenômeno explicativo do momento de transição.

As aglomerações reforçam-se com crescimento extremamente elevado dos municípios periféricos e pequena redução do crescimento da população dos pólos. A aglomeração metropolitana de Porto Alegre começa a expandir-se na direção de pequenas aglomerações vizinhas, como Lageado/Estrela, Santa Cruz do Sul e Montenegro, inserindo-as numa dinâmica comum. Articulação similar ocorre também entre as aglomerações do leste catarinense e entre as do norte do Paraná (Mapa 3).

As taxas de crescimento em ritmo mais intenso são observadas em municípios pertencentes às aglomerações urbanas, metropolitanas ou não metropolitanas. Registra-se também a ampliação de suas áreas de polarização, de sua densidade e do conjunto envolvido na contigüidade da ocupação (Mapa 4).

Dentre os poucos municípios com crescimento da população rural (a grande maioria não alcançando o patamar de referência de 1% a.a.), a quase totalidade situa-se em áreas de fraca dinâmica rural, podendo estar parcialmente associados à reconversão agrícola, pela proximidade dos centros consumidores, como é o caso de municípios localizados nas aglomerações urbanas, metropolitanas ou não, mas, fundamentalmente, decorrem de crescimento urbano que extrapola os limites do perímetro urbano oficialmente constituído. Acima da média de 1% a.a. entre 1980 e 1991, encontram-se apenas 16 municípios no Paraná, 22 em Santa Catarina e 83 no Rio Grande do Sul.

Nesse período, verifica-se também o aumento do grau de urbanização das municipalidades por todo o território sulino.

O comportamento do crescimento da população por classe de tamanho foi analisado sob dois recortes: classes definidas por análise de *cluster*, realizada no âmbito da pesquisa (Ipea/IBGE/Unicamp/Nesur, 1999), e tipologia dos municípios (IBGE, 1991, atualizada para 1999 por Ipardes). O recorte por *cluster* – efetuado sobre os municípios da região Sul, agregando os pertencentes às regiões metropolitanas em um grupo específico – demonstra que o conjunto de municípios do grupo A (população total em 1991 de até 16.718 habitantes) está perdendo população, com taxas de -0,26% a.a. –

[2] São contínuas as aglomerações formadas por municípios vizinhos com alta densidade e mancha de ocupação independente, porém com tendência a tornar-se única. Ver também nota 5, página 68.

único grupo nessa condição (Tabela 9). É também o grupo com menor grau de urbanização (44,41%). Essa situação de perda está bastante condicionada pelo comportamento do Paraná, cujo conjunto de municípios perde população à taxa de -1,13% a.a.; já nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul o grupo tem taxas ínfimas, porém positivas. A maioria dos municípios com baixo crescimento ou perda de população total localiza-se nesse grupo. Essa condição aparece em menor porporção nos demais grupos, influenciada pela redução da população rural.

Numa ordem crescente, o grupo B (população entre 16,767 e 27.504 habitantes) apresenta pequeno crescimento de 0,53% a.a., também condicionado pelo Paraná, que registra decréscimo; os demais estados, por sua vez, apresentam crescimento próximo às suas respectivas médias. Seu grau de urbanização é também baixo (58,17%).

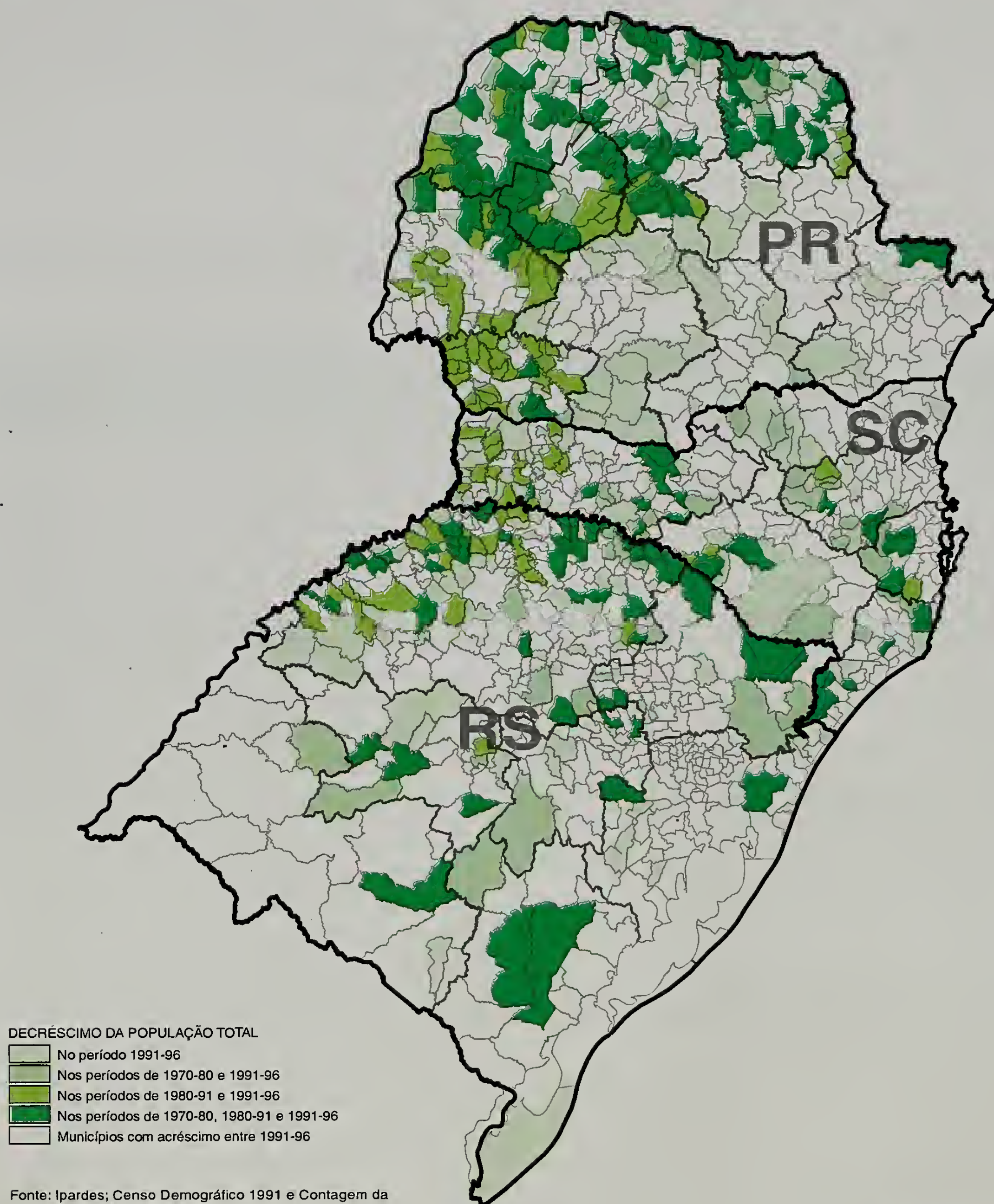
TABELA 9
REGIÃO SUL — PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS NA POPULAÇÃO TOTAL, GRAU DE URBANIZAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO CLASSE DE TAMANHO POR *CLUSTER* (1980-91)

Em %

Estado	População Total do Estado		Grau de Urbanização	Taxa de Crescimento da População Total
	1980	1991	1991	1980-91
Paraná				
Grupo A	26,81	21,36	49,52	-1,13
Grupo B	16,13	13,66	53,94	-0,58
Grupo C	19,24	18,96	68,57	0,80
Grupo D	18,93	22,34	90,38	2,46
Metropolitano	18,88	23,68	93,82	3,03
Total	**100,00**	**100,00**		
Santa Catarina				
Grupo A	31,27	26,83	43,28	0,65
Grupo B	12,90	12,46	54,10	1,74
Grupo C	22,90	24,02	78,59	2,51
Grupo D	32,93	36,69	91,06	3,07
Total	**100,00**	**100,00**		
Rio Grande do Sul				
Grupo A	20,06	17,30	39,45	0,14
Grupo B	12,01	11,69	64,90	1,24
Grupo C	20,25	19,33	71,60	1,06
Grupo D	18,96	19,70	88,02	1,85
Metropolitano	28,72	31,98	96,85	2,49
Total	**100,00**	**100,00**		
Região Sul				
Grupo A	24,91	20,81	44,41	-0,26
Grupo B	13,83	12,60	58,17	0,53
Grupo C	20,35	20,15	72,22	1,29
Grupo D	21,62	24,19	89,80	2,43
Metropolitano	19,29	22,25	95,62	2,70
Total	**100,00**	**100,00**		

Fontes: Ipardes/IBGE; e Tratamentos estatísticos e Tabulações especiais da pesquisa (Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur) (1998).
Nota: Classificação por Cluster, segundo a população total:
Grupo A - 1.047 a 16.718 habitantes;
Grupo B - 16.767 a 27.504 habitantes;
Grupo C - 27.684 a 76.592 habitantes;
Grupo D - 76.968 a 390.100 habitantes.

MAPA 2
REGIÃO SUL — ÁREAS DE ESVAZIAMENTO POPULACIONAL: TAXAS NEGATIVAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1970-96)



Fonte: Ipardes; Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996-IBGE.
Base Cartográfica: IBGE (1997).

MAPA 3
REGIÃO SUL — ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL (1970-96)

PR

SC

RS

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL

- Maior que a taxa estadual entre 1991-96
- Maior que a taxa estadual entre 1970-80 e 1991-96
- Maior que a taxa estadual entre 1980-91 e 1991-96
- Maior que a taxa estadual entre 1970-80, 1980-91 e 1991-96
- Menor que a taxa estadual

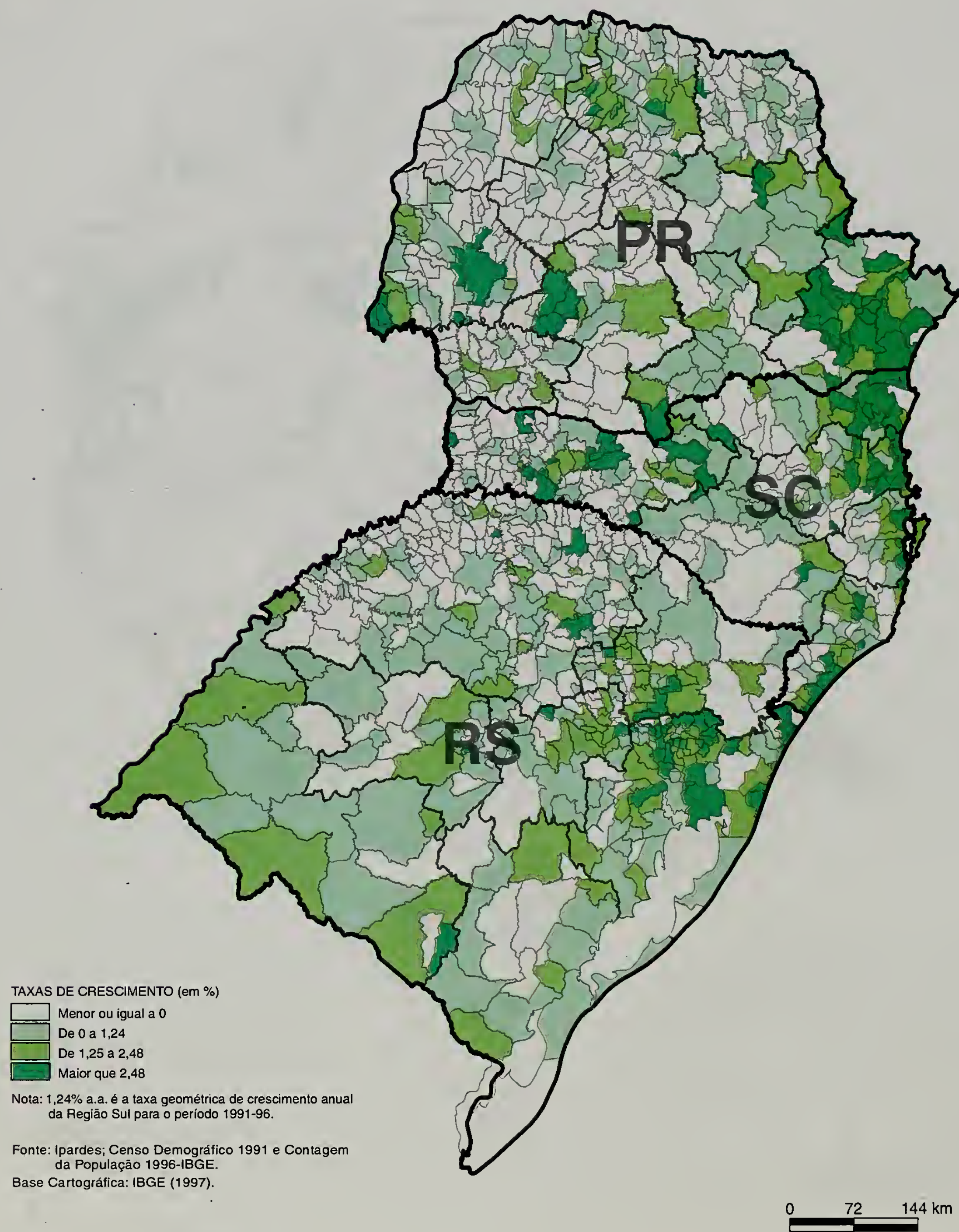
TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (em %)

	1970-80	1980-91	1991-96
Paraná	0,96	0,93	1,28
Santa Catarina	2,23	2,04	1,43
Rio Grande do Sul	1,54	1,47	1,07

Fonte: Ipardes; Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996-IBGE.
Base Cartográfica: IBGE (1997).



MAPA 4
REGIÃO SUL — CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1991-96)



Nota: 1,24% a.a. é a taxa geométrica de crescimento anual da Região Sul para o período 1991-96.

Fonte: Ipardes; Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996-IBGE.
Base Cartográfica: IBGE (1997).

O grupo C (população entre 27.684 e 76.592 habitantes) tem seu crescimento em 1,29% a.a. e uma urbanização mais expressiva (72,22%). É curioso que o Rio Grande do Sul – contrariando a tendência de maior crescimento conforme maior contingente de população – tem nesse grupo taxa inferior à do grupo B. No Paraná, é o primeiro grupo que tem taxa positiva, porém inferior à média do estado. Apenas Santa Catarina tem o crescimento populacional desse grupo superior ao seu crescimento médio.

Uma das maiores intensidades de crescimento está no grupo D (população entre 76.968 e 390.100 habitantes), que reúne municípios maiores e mais urbanizados. Sua taxa de crescimento é de 2,43% a.a. e seu grau de urbanização, 89,80%. Tal crescimento é fortemente condicionado por Santa Catarina, que apresenta a maior taxa entre os três estados (3,07% a.a.). Esse comportamento resulta da intensificação dos deslocamentos populacionais, tanto os de origem rural quanto os que procedem do próprio meio urbano em direção aos centros com mais de 50 mil habitantes na área urbana, provocando incremento significativo no contingente dessa população.

Os municípios das áreas metropolitanas – considerando-se apenas as regiões metropolitanas oficialmente instituídas pelas leis federais n°s 14 e 20/73 – destacam-se nos agrupamentos por *cluster* por apresentar crescimento ainda mais elevado (2,70% a.a.) e grau de urbanização bem superior ao dos demais (95,62%). Esse comportamento ressalta a importância da atratividade exercida por essas regiões no Sul. Os pólos dessas aglomerações ainda apresentam crescimento elevado, especialmente Curitiba, que, entre 1980 e 1991, cresceu à taxa de 2,28% a.a., mantendo essa intensidade no período de 1991-96 (com 2,31%). Porto Alegre, já com sinais de arrefecimento, cresceu 1,06% a.a. entre 1980 e 1991, reduzindo o ritmo para 0,41% entre 1991 e 1996. No entanto, essas aglomerações aumentam a participação de sua população no total dos respectivos estados – Porto Alegre passa de 28,70%, em 1980, para 32,23% em 1996, e Curitiba passa de 18,88% para 26,23% –; por outro lado, os pólos metropolitanos têm reduzida sua participação no total regional – de 50,44% para 41,50% e de 71,15% para 62,30%, respectivamente, de 1980 a 1996 em Porto Alegre e Curitiba (Ipardes, 1997a).

O padrão concentrador fica explicitado em taxas de crescimento mais elevadas para grupos de maior contingente populacional e na tendência crescente de participação desses mesmos grupos no total da população. De modo geral, o grupo de municípios de menor tamanho vem perdendo participação em favor dos grupos de maior tamanho. No Paraná e Rio Grande do Sul, somados os grupos D e metropolitano, obtém-se participação próxima a 50%. Em Santa Catarina, essa concentração dá-se entre os grupos C e D. Ressalve-se que, para esse estado, não há separação dos municípios metropolitanos, por inexistir, no período, região metropolitana oficialmente instituída.

Esse padrão não rompe, contudo, o equilíbrio da rede urbana da região Sul, comparativamente a outras regiões brasileiras. Em alguns estados do Norte, Nordeste e até mesmo no Rio de Janeiro, aproximadamente mais da metade da população urbana reside nas capitais no Sul; contudo, Porto Alegre concentra 16,5%, Curitiba, 21,1% e Florianópolis, 7% dessa população em 1996 – sendo esta a capital brasileira que retém a menor proporção da população urbana do estado.

Os centros com população superior a 50 mil habitantes são fundamentais na organização da rede urbana regional. Distribuem-se em toda a extensão geográfica dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná e, em Santa Catarina, de forma mais concentrada no eixo leste (Mapa 5). Muitos deles aglutinam-se nos espaços das aglomerações urbanas, metropolitanas ou não, mas o arranjo espacial, ao longo das décadas, reforça também a importância de poucos centros isolados, hoje correspondendo exatamente aos pólos regionais consolidados do interior.

Recorrendo ao recorte da tipologia dos municípios, na região Sul ainda predominam municípios rurais (49,08%), ou seja, com grau de urbanização inferior a 50% (Tabela 10), e atividades centradas no setor primário (Mapa 6). Grande número de municípios (26,52%) encontra-se em transição para o urbano, com grau de urbanização já superando os 50%. Os municípios desses dois tipos, contendo 33,09% da população da região Sul, estão na grande maioria inseridos em um processo de esvaziamento. Também está submetida a esse processo uma parcela dos municípios pequenos, porém com grau de urbanização superior a 75% e características de ocupação econômica tipicamente urbanas (Mapa 7). Esses municípios têm base produtiva predominantemente rural e mão-de-obra ocupada no mercado de trabalho do setor terciário, dependente muitas vezes de atividades da administração pública municipal. A fragilidade de sustentação dessas atividades garante a permanência de uma população mínima, com níveis de crescimento abaixo do vegetativo, ou perda absoluta. Porém, há conjuntos de municípios desse tipo, situados nas espacialidades de concentração, com tendência distinta, integrados à dinâmica das aglomerações, vivendo um processo de urbanização crescente com taxas de crescimento da população bastante elevadas.

Os municípios urbanos de média e grande dimensão, com população superior a 50 mil habitantes e grau de urbanização superior a 75%, com atividades centradas principalmente na indústria, comércio e serviços, são os pólos da rede urbana e os principais integrantes das aglomerações da região Sul, com tendências de continuidade de seu processo concentrador. Há exceções em casos de antigos pólos que consolidaram uma centralidade mesmo situando-se em área de desaceleração da dinâmica da base produtiva (Mapa 8).

TABELA 10
REGIÃO SUL — TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS[a] (1996)

Estado	Municípios Urbanos						Em Transição				Rurais		Total
	Grande Dimensão		Média Dimensão		Pequena Dimensão		Média Dimensão		Pequena Dimensão		Pequena Dimensão		
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	
Paraná	4	1,00	22	5,51	96	24,06	3	0,75	140	35,09	134	33,58	**399**[b]
Santa Catarina	2	0,77	14	5,38	36	13,85	2	0,77	58	22,31	148	56,92	**260**
R.G. do Sul	4	0,94	32	7,49	55	12,88	3	0,70	82	19,20	251	58,78	**427**
Região Sul	**10**	**0,92**	**68**	**6,26**	**187**	**9,42**	**8**	**0,74**	**280**	**25,78**	**533**	**49,08**	**1.086**

Fontes: IBGE (1980)/Ipardes (1996).
Notas:
(a) A tipologia de 1996 foi adaptada da metodologia do IBGE de 1980.
(b) Para o Paraná, inclui os municípios instalados em 1/1/1997.

2.2 Classificação e Hierarquização da Rede Urbana[3]

A definição das escalas da rede urbana (Tabela 11) tem como princípio apontar áreas que manifestam atratividade por um período relativamente longo e com tendências de manutenção dessa dinâmica. O indicador-base para a identificação e o escalonamento das categorias espaciais dessa rede urbana, para a região Sul, foram as taxas geométricas de crescimento anual dos períodos de 1970-80, 1980-91 e 1991-96, selecionando como espacialidades de concentração ou principais categorias na escala da rede urbana os municípios com crescimento superior à média dos estados em dois ou três intervalos.

Outros indicadores considerados foram: tamanho da população; nível de centralidade, principalmente para identificação dos pólos das aglomerações e demais centros urbanos que desempenham papel expressivo na rede urbana; grau de urbanização; população economicamente ativa ocupada em atividades urbanas; densidade demográfica; e participação no total do valor adicionado fiscal do estado. Quando disponíveis, foram considerados os levantamentos de fluxos de passageiros e, para o caso das aglomerações, complementarmente, a mancha de ocupação dos municípios em relação ao pólo ou aos subpólos. Com relação à centralidade, foram considerados os níveis estabelecidos pelo estudo *Regiões de influência das cidades* (Regic), desenvolvido pelo IBGE, quais sejam: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

Ressalve-se que os contornos dessas aglomerações obedecem exclusivamente aos critérios explicitados, desvinculando-se de qualquer recorte institucional oriundo de legislações estaduais e/ou federais que tenham criado regiões metropolitanas e/ou aglomerações urbanas – como é o caso da Lei federal nº 14/73, que instituiu as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, bem como das legislações estaduais, alterando sua composição original; da Lei estadual nº 162/98, instituindo as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do norte e nordeste catarinense; Leis estaduais nº 81/98 e nº 83/98, instituindo as Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá; e Lei estadual nº 10.335/94, instituindo a aglomeração urbana da região nordeste do Rio Grande do Sul.

De acordo com esses critérios, foram definidas como principais categorias na escala da rede urbana da região Sul as aglomerações metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba e a pré-metropolitana de Florianópolis. Além dessas, integrando níveis inferiores, porém de destaque na rede urbana, foram identificados centros e aglomerações urbanas não-metropolitanas, cujo enquadramento em uma escala hierárquica foi concebido a partir de suas diferentes localizações geográficas. As aglomerações urbanas não-metropolitanas distinguem-se: ora por configurar manchas caracteristicamente de ocupação contínua, ora por guardar uma proximidade geográfica, serem densas, populosas, porém com descontinuidade de mancha de ocupação – sendo, contudo, fortemente articuladas na mesma dinâmica econômica –, ora por decorrer de eixos menos populosos ou densos mas também fortemente articulados numa mesma dinâmica econômica com relevância na base produtiva dos estados. Foram identificados também centros urbanos que não constituem aglomeração urbana e que exercem forte atuação como pólos e subpólos regionais. Nessa escala, integram-se ainda ocupações contíguas e/ou contínuas de municípios com elevado crescimento da população em áreas litorâneas ou em conurbações fronteiriças (Mapa 9).

[3] Essa classificação da rede urbana da região Sul guarda alguma diferença com relação à classificação final da rede urbana do Brasil, apresentada no volume 1 e que se encontra nos Anexos deste volume (Tabelas A.21 a A.25). Na finalização dos trabalhos, o processo de análise conjunta das demais redes urbanas das grandes regiões do país, bem como a consideração de outros indicadores e critérios resultaram em sua alteração.

MAPA 5
REGIÃO SUL — CENTROS URBANOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES (1970-96)

PR

SC

RS

POPULAÇÃO URBANA
(em mil habitantes) em 1996

50 - 100
100 - 200
200 - 500
Maior que 500

Nos períodos

Maior que 50 desde 1970
Atingiram 50 entre 1970-80
Atingiram 50 entre 1980-91
Atingiram 50 entre 1991-96

Fonte: Ipardes; Censos Demográficos 1970/80/91
e Contagem da População 1996-IBGE.
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 72 144 km



MAPA 6

REGIÃO SUL — TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS RURAIS E EM TRANSIÇÃO PARA O URBANO (1996)

PR

SC

RS

TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS

- Rurais
- Em transição para o urbano com pequena dimensão
- Em transição para o urbano com média dimensão
- Urbanos

Fonte: Ipardes; IBGE/Degeo (1996).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 72 144 km



MAPA 7
REGIÃO SUL — TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS URBANOS (1996)

PR
SC
RS

TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS
- Em transição para o urbano e rurais
- Urbanos de pequena dimensão
- Urbanos de média dimensão
- Urbanos de grande dimensão

Fonte: Ipardes; IBGE/Degeo (1996).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 72 144 km



MAPA 8
REGIÃO SUL — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

PR
SC
RS

NÍVEIS DE HIERARQUIA
- Médio para fraco e médio
- Médio para forte
- Forte
- Muito forte e máximo
- Demais níveis

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1996).

0 72 144 km



MAPA 9
REGIÃO SUL — ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

PR

SC

RS

Aglomerações urbanas metropolitanas
Aglomerações urbanas pré-metropolitanas
Aglomerações urbanas (maior porte)
Aglomerações urbanas (menor porte)
Aglomerações descontínuas
Eixos articulados

Ocupações contínuas litorâneas
Ocupações contínuas de fronteiras
Centros regionais
Centros sub-regionais

Fonte: Ipardes.
Base Cartográfica: IBGE (1997).
Nota: O tom mais forte corresponde ao núcleo da aglomeração.

0 72 144 km



TABELA 11
REGIÃO SUL — ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1980-96)

Categoria	UF	Tipo 1996[b]	Regic[c]	População 1996		Taxa de Cresc. Anual %		Evol.cresc. 1970-96[d]	Grau de Urban. 1996	Densidade	Mancha de Ocup.[e]	Valor Adic. 1996[f]	PEA Urbana 1991[g]
				Total	% no Total do Estado	1980-91	1991-96						
Aglomerações Metropolitanas													
Porto Alegre (MN)[a]	RS	1	8	1.288.879	13,37	1,06	0,41	0	97,38	2.562,40	1	14,052	99,20
Alvorada	RS	2	1	162.005	1,68	4,09	2,71	4	99,93	2.219,20	2	0,176	99,50
Cachoeirinha	RS	2	1	96.548	1,00	3,08	1,86	4	99,27	2.194,30	2	0,899	99,60
Campo Bom	RS	2	1	52.096	0,54	3,22	1,73	4	96,40	868,27	2	1,034	99,40
Canoas	RS	1	5	284.059	2,95	2,17	1,09	4	100,00	2.168,40	2	7,022	98,80
Eldorado do Sul[i]	RS	5	-	22.852	0,24	5,10	5,33	-	70,54	34,62	2	0,409	92,20
Estância Velha	RS	3	1	31.374	0,33	6,41	2,20	4	93,95	603,35	2	0,570	98,40
Esteio	RS	2	2	75.233	0,78	3,00	1,32	4	99,90	2.686,90	2	1,282	99,40
Gravataí	RS	2	3	206.023	2,14	5,23	2,66	4	92,28	430,11	2	1,614	97,80
Guaíba	RS	2	3	85.969	0,89	5,78	1,79	4	97,74	228,03	2	0,864	94,00
Nova Santa Rita	RS	6	1	12.467	0,13	0,00	4,86	-	22,29	57,19	2	0,295	-
Novo Hamburgo	RS	2	5	226.070	2,35	3,80	1,94	4	93,50	1.046,60	2	3,343	99,00
São Leopoldo	RS	2	6	180.617	1,87	4,96	1,50	4	98,86	1.688,00	2	2,276	99,20
Sapiranga	RS	2	1	65.909	0,68	5,43	2,39	4	87,16	387,70	2	0,764	97,60
Sapucaia do Sul	RS	2	3	114.012	1,18	2,57	1,71	4	99,40	1.965,70	2	1,367	99,30
Viamão	RS	2	4	196.685	2,04	3,38	3,11	4	81,09	132,18	2	0,283	95,80
Araricá[h]	RS	-	-	0	-	0,00	0,00	0	-	-	3	-	-
Charqueadas[i]	RS	3	1	27.231	0,28	1,76	1,96	-	96,79	363,08	3	0,294	96,60
Glorinha[i]	RS	6	1	4.718	0,05	0,99	0,57	-	21,75	14,00	3	0,012	49,00
Igrejinha	RS	3	1	24.503	0,25	4,97	3,68	4	94,34	168,99	3	0,419	93,50
Ivoti	RS	3	1	13.199	0,14	5,70	3,50	4	82,60	203,06	3	0,231	85,70
Parobé[i]	RS	3	1	40.480	0,42	10,89	4,90	-	96,55	364,68	3	0,550	97,20
Portão	RS	3	-	22.460	0,23	5,62	2,93	4	83,50	141,26	3	0,387	90,30
Rolante	RS	3	1	16.689	0,17	5,82	4,53	3	75,15	61,81	3	0,125	73,20
São Jerônimo	RS	5	3	19.712	0,20	0,42	-0,93	0	72,19	18,17	3	0,081	49,50
São Sebastião do Caí	RS	5	3	19.163	0,20	2,15	2,67	3	71,11	149,71	3	0,232	80,90
Taquara	RS	3	4	47.574	0,49	2,65	2,34	4	82,02	106,67	3	0,213	89,20
Três Coroas	RS	3	1	17.276	0,18	3,37	2,79	4	82,20	108,65	3	0,277	87,00
Triunfo	RS	5	1	19.536	0,20	2,36	1,77	3	58,22	23,71	3	3,245	71,00
Bom Retiro do Sul[i]	RS	5	1	12.626	0,13	2,38	1,97	3	66,85	67,16	4	0,127	-
Dois Irmãos	RS	3	1	17.997	0,19	4,97	4,27	3	98,57	246,53	4	0,249	85,80
Estrela	RS	3	4	26.425	0,27	1,76	1,57	4	79,76	143,61	4	0,489	75,80
Lajeado	RS	2	5	62.819	0,65	2,10	2,07	3	88,54	170,70	4	0,915	73,90
Montenegro	RS	3	4	49.316	0,51	3,01	1,39	3	89,94	111,83	4	0,552	84,30
Nova Hartz[i]	RS	3	1	12.917	0,13	9,33	5,32	-	76,32	218,93	4	0,147	94,80
Teutônia[i]	RS	5	1	19.969	0,21	3,39	2,63	-	70,31	92,88	4	0,408	69,10
Sta. Cruz do Sul (CSR 2)[a]	RS	2	5	100.433	1,04	1,67	1,99	3	83,03	162,78	4	3,379	64,70
Venâncio Aires	RS	4	2	57.071	0,59	2,12	1,54	3	56,13	75,39	4	0,855	50,70
Vera Cruz	RS	6	1	19.557	0,20	2,31	1,80	4	41,18	64,33	4	0,354	49,70
Subtotal				**3.752.469**	**38,94**	**2,33**	**1,26**		**92,84**	**321,44**		**49,791**	
Curitiba (MN)[a]	PR	1	8	1.476.253	16,40	2,28	2,31	4	100,00	3.425,20	1	25,669	99,10
Almirante Tamandaré	PR	2	1	89.410	0,99	6,01	6,02	4	89,54	167,43	2	0,359	91,20
Araucária	PR	2	1	76.684	0,85	5,23	4,29	4	89,52	162,81	2	6,794	84,30
Campina G. do Sul	PR	5	1	31.444	0,35	6,18	9,72	4	73,10	58,01	2	0,146	85,30
Campo Largo	PR	2	3	82.972	0,92	2,54	2,69	4	76,83	66,06	2	0,840	84,40
Colombo	PR	2	1	153.698	1,71	5,70	5,33	4	94,98	966,65	2	0,728	96,20
Fazenda Rio Grande	PR	3	1	45.299	0,50	0,00	11,91	4	89,40	374,37	2	0,079	-
Pinhais	PR	2	1	89.335	0,99	0,00	3,38	4	92,67	1.464,50	2	1,008	-
Piraquara	PR	4	1	52.486	0,58	3,76	10,24	4	53,56	230,20	2	0,054	97,50
Quatro Barras	PR	3	1	13.901	0,15	5,10	6,57	4	88,28	77,23	2	0,211	89,50
São José dos Pinhais	PR	2	1	169.035	1,88	5,37	5,65	4	89,45	181,37	2	2,479	92,60
Balsa Nova	PR	6	1	8.745	0,10	3,20	3,03	4	32,35	25,20	3	0,346	71,60
Campo Magro[h]	PR	3	-	0	-	0,00	0,00	4	-	-	3	-	-

Continua

TABELA 11
REGIÃO SUL — ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1980-96)

Continuação

Categoria	UF	Tipo 1996[b]	Regic[c]	População 1996 Total	População 1996 % no Total do Estado	Taxa de Cresc. Anual % 1980-91	Taxa de Cresc. Anual % 1991-96	Evol.cresc. 1970-96[d]	Grau de Urban. 1996	Densidade	Mancha de Ocup.[e]	Valor Adic. 1996[f]	PEA Urbana 1991[g]
Bocaiúva do Sul	PR	6	1	8.583	0,10	-1,17	1,91	2	35,66	10,54	3	0,055	36,50
Contenda	PR	6	1	12.332	0,14	1,53	6,43	3	44,35	60,75	3	0,066	51,10
Itaperuçu	PR	5	1	17.603	0,20	0,00	9,89	0	51,17	58,68	3	0,111	-
Mandirituba	PR	6	1	15.218	0,17	8,26	2,61	4	34,98	37,86	3	0,088	77,20
Rio Branco do Sul	PR	5	1	23.212	0,26	1,70	-3,43	0	66,35	28,24	3	0,637	66,40
Tijucas do Sul	PR	6	1	11.559	0,13	2,24	2,45	3	14,73	17,33	4	0,047	41,60
Tunas do Paraná	PR	6	1	3.426	0,04	0,00	3,65	2	30,85	5,01	4	0,005	-
Subtotal				**2.381.195**	**26,45**	**3,03**	**3,44**		**93,08**	**260,13**		**39,722**	
Aglomerações Pré-metropolitanas													
Florianópolis (CR)[a]	SC	1	7	271.281	5,56	2,78	1,24	0	92,40	620,78	1	4,169	97,90
Biguaçu	SC	3	1	40.047	0,82	4,20	3,35	4	87,67	132,17	2	0,406	89,70
Palhoça	SC	2	1	81.176	1,67	5,32	3,54	4	96,84	251,32	2	0,342	95,10
São José	SC	2	5	151.024	3,10	4,20	1,63	4	91,15	589,94	2	2,273	97,70
Antônio Carlos	SC	6	1	6.007	0,12	0,34	1,39	0	20,14	24,72	3	0,120	45,50
Governador Celso Ramos	SC	5	1	10.864	0,22	1,90	2,48	1	72,43	1,47	3	0,017	49,40
Santo Amaro da Imperatriz	SC	5	-	14.569	0,30	1,48	1,73	1	60,26	41,27	3	0,066	84,10
Tijucas	SC	3	1	20.160	0,41	2,70	0,52	0	77,09	72,26	4	0,781	81,10
Subtotal				**595.128**	**12,21**	**3,49**	**1,75**		**89,97**	**258,86**		**8,174**	
Aglomerações Urbanas (maior porte)													
Londrina (CR)[a]	PR	1	7	421.343	4,68	2,34	1,54	4	95,00	197,07	1	3,888	91,60
Cambé	PR	2	1	80.867	0,90	2,87	1,82	4	91,98	162,71	2	0,664	89,60
Ibiporã	PR	3	1	38.798	0,43	2,20	1,96	3	88,79	129,76	2	0,231	86,20
Apucarana	PR	2	5	101.083	1,12	1,54	1,23	0	92,59	181,48	3	0,759	86,20
Arapongas	PR	2	4	75.038	0,83	1,51	3,01	3	92,79	202,26	3	0,915	87,50
Jataizinho	PR	3	1	12.096	0,13	0,79	2,97	1	86,19	72,00	3	0,047	73,10
Rolândia	PR	3	3	44.379	0,49	0,50	1,35	1	87,65	96,48	3	0,597	74,40
Tamarana[h]	PR	3	-	-	-	-	-	4	-	-	3	-	-
Subtotal				**773.604**	**8,59**	**2,07**	**1,65**		**93,29**	**172,29**		**7,101**	
Caxias do Sul (CSR 1)[a]	RS	1	6	325.694	3,38	2,55	2,32	4	90,18	205,10	1	5,558	94,60
Bento Gonçalves	RS	2	5	83.201	0,86	2,66	2,42	4	88,60	217,80	2	1,486	85,20
Carlos Barbosa	RS	5	1	18.955	0,20	2,56	3,61	3	65,76	96,22	2	0,405	76,90
Farroupilha	RS	4	3	52.821	0,55	4,15	3,14	4	61,16	134,06	2	1,417	84,50
Garibaldi	RS	5	1	28.296	0,29	1,47	2,05	3	63,02	83,96	2	0,883	78,80
São Marcos	RS	3	1	17.359	0,18	2,70	1,86	4	77,75	65,75	2	0,179	86,40
Flores da Cunha	RS	6	1	20.559	0,21	2,30	3,25	3	49,10	70,17	3	0,321	61,90
Antonio Prado	RS	5	1	11.767	0,12	1,78	1,40	3	62,42	34,31	4	0,158	62,30
Guaporé	RS	3	3	18.732	0,19	1,00	1,59	1	84,10	59,85	4	0,169	-
Nova Prata	RS	5	3	16.440	0,17	2,03	1,78	3	72,28	63,47	4	0,208	80,50
Veranópolis	RS	5	3	18.122	0,19	1,83	1,41	3	72,80	65,42	4	0,278	84,20
Subtotal				**611.946**	**6,35**	**1,84**	**1,96**		**82,00**	**131,69**		**11,062**	
Joinville (CSR 1)[a]	SC	1	6	397.951	8,16	3,49	2,82	4	93,65	367,79	1	14,567	98,30
Araquari	SC	5	1	17.573	0,36	4,61	7,15	3	71,64	43,61	2	0,125	73,00
Garuva	SC	5	1	10.285	0,21	4,11	3,29	3	69,28	20,57	2	0,071	71,70
São Francisco do Sul	SC	3	1	27.787	0,57	3,29	-1,27	0	89,14	51,27	2	0,473	91,50
Itapoá	SC	3	1	5.830	0,12	4,59	7,92	3	89,83	22,77	3	0,034	70,90
Jaraguá do Sul	SC	2	4	93.076	1,91	4,20	3,94	4	77,47	172,36	3	5,157	94,20
Schroeder	SC	5	1	9.294	0,19	0,00	7,19	1	50,87	62,38	3	0,171	87,50
Guaramirim	SC	3	1	20.830	0,43	4,40	3,44	3	81,47	85,72	4	0,545	85,50
Subtotal				**582.626**	**11,95**	**3,77**	**2,83**		**88,60**	**156,83**		**21,143**	
Pelotas (CSR 1)[a]	RS	1	7	307.667	3,19	1,73	1,13	4	91,89	160,08	1	2,575	88,80
Rio Grande	RS	2	4	178.256	1,85	1,52	0,68	0	96,17	62,85	2	2,055	89,90
Capão do Leão	RS	3	1	20.978	0,22	3,77	2,15	-0	88,64	26,76	2	0,169	90,30
Subtotal				**506.901**	**5,26**	**1,58**	**1,00**		**93,26**	**91,47**		**4,799**	

Continua

TABELA 11
REGIÃO SUL — ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1980-96)

Continuação

Categoria	UF	Tipo 1996[b]	Regic[c]	População 1996 Total	População 1996 % no Total do Estado	Taxa de Cresc. Anual % 1980-91	Taxa de Cresc. Anual % 1991-96	Evol.cresc. 1970-96[d]	Grau de Urban. 1996	Densidade	Mancha de Ocup.[e]	Valor Adic. 1996[f]	PEA Urbana 1991[g]
Blumenau (CSR 1)[a]	SC	2	6	231.401	4,75	2,71	1,79	4	85,94	453,73	1	9,008	98,50
Gaspar	SC	5	2	40.584	0,83	3,00	2,69	4	64,21	109,69	2	1,029	92,80
Indaial	SC	3	2	35.340	0,72	3,68	3,28	4	94,18	82,19	2	0,911	94,40
Timbó	SC	3	3	26.497	0,54	2,59	2,20	4	80,17	203,82	2	1,009	92,40
Brusque	SC	2	4	66.558	1,37	3,09	2,85	3	91,20	236,86	3	2,256	98,40
Guabiruba	SC	5	1	11.539	0,24	2,96	3,15	3	58,38	66,70	3	0,122	95,20
Pomerode	SC	3	1	21.189	0,43	2,44	2,50	3	75,33	97,20	3	0,644	93,00
Ilhota	SC	5	1	10.023	0,21	1,45	1,21	0	58,26	40,91	4	0,369	83,40
Subtotal				**443.131**	**9,09**	**2,59**	**2,19**		**83,20**	**188,01**		**15,348**	
Maringá (CSR 1)[a]	PR	1	7	267.942	2,98	3,24	2,18	4	97,39	545,71	1	2,888	95,70
Paiçandu	PR	3	1	27.119	0,30	5,63	4,01	3	97,11	158,59	2	0,111	86,10
Sarandi	PR	2	1	60.212	0,67	7,17	4,54	3	95,45	578,96	2	0,148	94,00
Marialva	PR	3	2	25.254	0,28	0,87	2,20	2	75,06	53,05	3	0,230	65,70
Subtotal				**380.527**	**4,23**	**3,73**	**2,70**		**95,58**	**306,38**		**3,377**	
Aglomerações Urbanas (menor porte)													
Cascavel (CSR 1)[a]	PR	2	6	219.652	2,44	2,87	2,59	4	93,51	106,32	1	2,324	90,30
Santa Tereza do Oeste	PR	5	1	10.406	0,12	-1,46	10,62	0	60,74	29,82	2	0,042	51,00
Toledo	PR	2	4	90.417	1,00	2,54	0,94	0	84,19	75,16	2	1,301	75,40
Cafelândia	PR	5	1	10.334	0,11	2,39	4,89	3	73,18	40,37	3	0,288	69,60
Corbélia	PR	3	2	15.968	0,18	-1,15	-0,40	0	76,53	29,25	3	0,140	49,50
Ibema	PR	5	1	6.756	0,08	4,52	2,02	3	61,32	43,31	3	0,054	58,40
Subtotal				**353.533**	**3,93**	**2,38**	**1,33**		**88,19**	**77,26**		**4,149**	
Criciúma (CSR 2)[a]	SC	2	5	159.101	3,26	3,33	1,72	4	90,02	757,62	1	2,570	97,30
Içara	SC	5	1	42.096	0,86	4,04	2,05	4	72,62	133,22	2	0,572	77,30
Araranguá	SC	2	4	55.449	1,14	3,27	2,80	4	83,50	141,45	3	0,486	85,90
Cocal do Sul	SC	3	1	12.486	0,26	0,00	0,99	0	78,62	157,05	3	0,498	-
Maracajá	SC	5	1	5.352	0,11	0,99	2,94	1	56,52	75,38	3	0,090	72,90
Forquilhinha	SC	6	1	16.106	0,33	3,83	2,80	3	33,66	87,53	3	0,378	75,60
Morro da Fumaça	SC	5	1	13.389	0,27	2,80	1,62	4	67,81	161,31	3	0,210	87,90
Sombrio	SC	5	1	25.532	0,52	5,91	2,84	3	66,25	84,54	3	0,183	75,80
Subtotal				**329.511**	**6,76**	**3,34**	**2,86**		**80,23**	**174,62**		**4,987**	
Itajaí (CSR 2)[a]	SC	2	5	134.942	2,77	2,95	2,48	4	95,78	443,89	1	4,162	94,10
Balneário Camboriú	SC	2	3	58.188	1,19	5,55	7,75	4	98,11	1.265,00	2	0,502	97,30
Camboriú	SC	3	1	34.054	0,70	5,51	5,80	4	95,14	160,63	2	0,167	92,20
Navegantes	SC	3	1	32.363	0,66	5,06	6,58	4	87,54	271,96	2	0,411	78,20
Itapema	SC	3	1	18.222	0,37	5,57	8,55	4	94,50	308,85	3	0,100	91,20
Porto Belo	SC	3	1	7.606	0,16	2,93	1,81	3	91,24	80,91	3	0,073	71,20
Subtotal				**285.375**	**5,85**	**4,04**	**4,11**		**95,04**	**342,18**		**5,415**	
Foz do Iguaçu (CSR 1)[a]	PR	2	5	231.627	2,57	3,83	3,95	4	98,57	392,59	1	6,065	97,20
Santa Terezinha de Itaipu	PR	3	1	16.690	0,19	1,86	3,30	3	86,45	57,75	2	0,101	83,40
Ciudad del Este (Paraguai)[k]			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Puerto Iguazu (Argentina)[k]			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal				**248.317**	**2,76**	**3,75**	**3,98**		**97,76**	**282,50**		**6,166**	
Aglomerações Descontínuas													
Ijuí	RS	2	6	75.575	0,78	0,53	0,68	0	84,48	83,23	1	0,732	78,50
Cruz Alta	RS	2	5	71.135	0,74	1,03	0,68	0	91,32	29,20	4	0,626	85,60
Horizontina	RS	3	-	16.993	0,18	0,12	-0,04	0	76,33	73,56	4	0,270	71,10
Panambi	RS	3	3	31.647	0,33	1,91	1,52	4	83,21	64,45	4	0,382	80,60
Santa Rosa	RS	2	5	62.553	0,65	1,00	1,45	2	85,16	128,18	4	0,633	84,40
Santo Ângelo	RS	2	5	75.511	0,78	0,64	0,92	0	86,13	111,54	4	0,438	79,80
Subtotal				**333.414**	**3,46**	**0,28**	**0,50**		**85,91**	**63,74**		**3,081**	
Ponta Grossa (CSR 2)[a]	PR	1	6	256.302	2,85	2,05	1,82	4	95,32	115,09	1	2,741	94,20
Carambeí	PR	3	-	0	-	0	0	0		-	2	-	-
Castro	PR	4	2	67.553	0,75	2,29	1,06	0	65,13	22,31	3	1,166	68,10
Subtotal				**323.855**	**3,60**	**2,13**	**1,68**		**89,02**	**61,63**		**3,907**	

Continua

TABELA 11
REGIÃO SUL — ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1980-96)

Continuação

Categoria	UF	Tipo 1996[b]	Regic[c]	População 1996		Taxa de Cresc. Anual %		Evol.cresc. 1970-96[d]	Grau de Urban. 1996	Densidade	Mancha de Ocup.[e]	Valor Adic. 1996[f]	PEA Urbana 1991[g]
				Total	% no Total do Estado	1980-91	1991-96						
Passo Fundo (CSR 2)[a]	RS	2	7	156.333	1,62	2,15	2,06	4	96,08	205,97	1	1,525	91,90
Carazinho	RS	2	5	56.959	0,59	0,82	1,18	2	93,52	62,59	3	0,398	80,40
Marau	RS	3	3	25.348	0,26	1,95	2,90	3	75,16	41,42	3	0,265	66,40
Erechim	RS	2	5	81.932	0,85	1,96	2,57	4	86,69	107,38	4	0,654	84,80
Subtotal				**320.572**	**3,33**	**1,31**	**1,10**		**91,57**	**105,31**		**2,842**	
Chapecó (CSR 2)[a]	SC	2	6	131.014	2,69	3,48	3,09	4	87,00	209,62	1	3,150	77,20
Xanxerê	SC	3	4	37.392	0,77	2,01	1,79	1	82,96	86,76	1	0,683	72,30
Xaxim	SC	5	1	22.677	0,47	2,23	2,46	3	54,68	73,39	3	0,753	55,00
Concórdia	SC	4	4	58.502	1,20	1,44	-0,52	0	62,77	63,94	4	2,195	61,40
Joaçaba	SC	3	5	28.346	0,58	1,18	0,15	0	85,69	79,40	4	0,692	80,60
Videira	SC	3	3	39.339	0,81	2,29	1,87	4	77,18	81,45	4	1,610	76,90
Subtotal				**317.270**	**6,51**	**3,79**	**0,44**		**78,41**	**101,69**		**9,083**	
Eixos Articulados													
São Bento do Sul	SC	2	3	57.098	1,17	3,24	2,60	4	86,82	117,00	1	2,406	95,70
Rio Negrinho	SC	3	2	31.611	0,65	2,77	2,16	4	90,79	53,67	3	0,665	92,80
Mafra	SC	5	4	49.479	1,01	1,33	1,03	0	71,22	27,67	3	0,741	76,70
Subtotal[i]					**2,83**							**3,812**	
Piên	PR	6	1	8.771	0,10	2,34	2,49	4	19,74	33,73	3	0,053	35,20
Rio Negro	PR	3	1	27.824	0,31	1,76	1,12	0	77,86	45,99	3	0,576	79,10
Subtotal[i]					**0,41**							**0,629**	
Subtotal				**174.783**		**2,30**	**1,80**		**78,33**	**46,86**			
Francisco Beltrão	PR	2	5	65.730	0,73	2,08	1,40	4	79,16	91,42	1	0,480	68,00
Pato Branco	PR	2	5	57.750	0,64	1,75	2,15	4	84,71	106,94	1	0,529	78,80
Dois Vizinhos	PR	5	3	32.084	0,36	-0,48	0,57	0	67,54	76,57	3	0,355	48,90
Subtotal				**155.564**	**1,73**	**1,25**	**0,83**		**78,82**	**92,71**		**1,364**	
Gramado	RS	3	1	25.118	0,26	2,79	2,64	4	82,95	103,37	1	0,158	82,60
Canela	RS	3	1	30.778	0,32	2,32	4,49	4	93,55	121,65	2	0,256	94,10
Nova Petrópolis	RS	5	1	15.298	0,16	1,74	3,48	3	63,00	52,21	3	0,162	66,80
São Francisco de Paula	RS	5	1	18.631	0,19	0,13	-0,66	0	60,56	5,59	3	0,104	69,80
Subtotal				**89.825**	**0,93**	**1,21**	**1,61**		**78,54**	**21,79**		**0,680**	
Caçador	SC	2	4	58.620	1,20	2,67	2,97	3	81,92	58,62	1	1,244	84,70
Fraiburgo	SC	3	1	30.265	0,62	5,21	2,62	4	80,96	70,55	3	0,686	70,40
Subtotal				**88.885**	**1,82**	**3,51**	**2,30**		**81,59**	**62,20**		**1,930**	
Ocupações Contínuas de Fronteira													
Uruguaiana (CSR 2)	RS	2	3	124.881	1,30	2,30	1,25	4	90,69	18,45	2	1,276	85,70
Paso de los Libres (Argent.)[k]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal				124.881	1,30	2,30	1,25		90,69	18,45		1,276	
Santana do Livramento	RS	2	3	85.554	0,89	1,50	1,31	3	92,89	12,29	2	0,43	86,70
Rivera (Uruguai)[k]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal				85.554	0,89	1,50	1,31		92,89	12,29		0,43	
Ocupações Contínuas Litorâneas													
Capão da Canoa	RS	6	2	25.629	0,27	5,86	5,75	0	99,40	264,22	3	0,039	97,60
Osório	RS	3	4	33.782	0,35	1,33	2,41	1	80,72	50,80	3	0,637	82,40
Tramandaí	RS	3	1	27.874	0,29	4,88	6,84	4	91,00	193,57	3	0,048	94,10
Torres	RS	5	3	31.124	0,32	0,49	-0,61	0	73,80	78,20	4	0,085	64,90
Subtotal				**118.409**	**1,23**	**1,02**	**1,04**		**85,37**	**90,80**		**0,809**	
Guaratuba	PR	3	1	31.635	0,35	3,55	11,28	4	88,05	23,79	2	0,072	76,30
Matinhos	PR	3	-	18.721	0,21	6,29	10,05	4	98,53	185,36	3	0,060	93,20
Pontal do Paraná[h]	PR	3	-	0	-	0,00	0,00	4	-	-	3	-	-
Subtotal				**50.356**	**0,56**	**4,61**	**11,42**		**84,00**	**35,19**		**0,132**	
Barra Velha	SC	3	1	13.204	0,27	1,11	3,10	1	92,08	92,99	2	0,075	75,70
Penha	SC	3	1	15.473	0,32	2,51	3,43	4	83,76	257,88	2	0,066	60,00
Piçarras	SC	3	1	9.484	0,19	3,18	3,69	4	75,14	110,28	2	0,081	87,10
Subtotal				**38.161**	**0,78**	**2,10**	**2,17**		**84,49**	**132,50**		**0,222**	

Continua

TABELA 11
REGIÃO SUL — ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1980-96)

Conclusão

Categoria	UF	Tipo 1996[b]	Regic[c]	População 1996 Total	População 1996 % no Total do Estado	Taxa de Cresc. Anual % 1980-91	Taxa de Cresc. Anual % 1991-96	Evol.cresc. 1970-96[d]	Grau de Urban. 1996	Densidade	Mancha de Ocup. [e]	Valor Adic. 1996[f]	PEA Urbana 1991[g]
Centros Regionais													
Santa Maria (CSR 2)[a]	RS	2	7	233.351	2,42	1,79	1,73	3	91,74	89,34	1	1,242	91,90
Guarapuava (CSR 2)[a]	PR	2	5	155.835	1,73	2,17	2,02	4	85,25	43,22	1	1,527	75,70
Paranaguá (CSR 2)[a]	PR	2	1	124.920	1,39	2,48	2,97	4	86,48	121,87	1	1,318	94,40
Centros Sub-regionais													
Lages (CSR 2)[a]	SC	2	5	148.860	3,05	1,39	-0,32	0	93,15	28,10	1	2,233	90,80
Bagé	RS	2	4	115.657	1,20	1,58	1,38	3	81,88	20,38	1	0,566	83,30
Umuarama	PR	2	5	90.878	1,01	-0,03	0,44	0	84,24	54,71	1	0,490	73,00
Cachoeira do Sul	RS	2	4	88.612	0,92	0,67	-0,12	0	82,39	22,62	1	0,498	78,10
Tubarão	SC	2	5	83.728	1,72	2,13	1,14	0	85,98	294,82	1	1,283	95,20
Campo Mourão	PR	2	5	79.508	0,88	2,59	0,40	0	92,49	103,53	1	0,599	84,10
Paranavaí	PR	2	5	72.972	0,81	0,77	0,53	0	92,96	60,51	1	0,440	83,50
Rio do Sul	SC	3	5	47.822	0,98	2,10	0,94	0	93,27	183,23	1	0,893	89,30
União da Vitória	PR	3	5	45.945	0,51	0,95	0,86	0	92,37	62,68	1	0,501	90,30
São Miguel d'Oeste	SC	5	5	36.337	0,75	1,51	-1,45	0	73,63	86,11	1	0,437	54,60

Fontes: Ipardes (1996)/Degeo-IBGE/IBGE (Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População 1996; Sefa/FPM-PR (1996); SDE/DG/Geres-SC (1996); Renda Interna Municipal-RS.

Notas:

(a) Classes da Escala da Rede Urbana Brasileira: MG (metrópole global), MN (metrópole nacional), MR (metrópole regional), CR (centro regional), CSR 1 (centro sub-regional 1) e CSR 2 (centro sub-regional 2).
(b) Tipologia 1996: 1 - urbanos grande dimensão; 2 - urbanos média dimensão; 3 - urbanos pequena dimensão; 4 - em transição média dimensão; 5 - em transição pequena dimensão; 6 - rural pequena dimensão.
(c) Regic - nível de centralidade: 8 - máximo; 7 - muito forte; 6 - forte; 5 - forte para médio; 4 - médio; 3 - médio para fraco; 2 - fraco; 1 - muito fraco.
(d) Crescimento anual da população acima da média do Estado: 4 - desde 1970; 3 - desde 1980; 2 - entre 1970-80 e 1991-96; 1 - após 1991; 0 - menor que a média do estado.
(e) Ocupação: 1 - centro; 2 - contígua; 3 - contínua; 4 - descontínua.
(f) Paraná e Santa Catarina, 1996; Rio Grande do Sul, 1992.
(g) Corresponde aos setores secundário e terciário.
(h) Município criado após 1996.
(i) Município criado após 1980.
(j) Proporções referentes aos respectivos estados.
(k) Pelo fato de o estudo abranger apenas o território nacional, não foram obtidos dados das cidades situadas além da fronteira do Brasil.

Centros regionais e/ou sub-regionais isolados que não se enquadraram na categoria de crescimento elevado foram incluídos no final da escala de classificação quando confirmada sua importância na rede urbana local.

A classificação e hierarquização aqui desenvolvidas (Tabela 11) subsidiaram a composição da Escala da Rede Urbana Brasileira, anunciada no capítulo de Introdução deste *Estudo regional*.

2.2.1 Aglomerações urbanas metropolitanas

As aglomerações urbanas de caráter metropolitano[4] possuem abrangência nacional quanto a sua importância econômica e funcional. Caracterizam-se por uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação[5]. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário).

Na região Sul, as aglomerações metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, por seu padrão funcional e abrangência da polarização, foram categorizadas como aglomerações metropolitanas de nível nacional. A aglomeração urbana de Florianópolis, pelas características de pólo

[4] Embora reconhecendo como urbanas tanto as aglomerações de caráter metropolitano quanto as de caráter não-metropolitano, para efeitos deste *estudo*, as primeiras serão denominadas *aglomerações metropolitanas* e as segundas, *aglomerações urbanas*.

[5] Consideram-se contíguos os municípios vizinhos com alta densidade e mancha de ocupação única; contínuos, os municípios vizinhos com alta densidade e mancha de ocupação independente, porém com tendência a tornar-se única; descontínuos, os municípios próximos, com forte articulação econômica e social.

catarinense de maior complexidade, pela função de capital administrativa do estado e pelas tendências de metropolização, foi classificada como aglomeração pré-metropolitana.

Os centros de Porto Alegre e Curitiba sobressaem-se por um exercício de funções de alta e média complexidade – com especialização em serviços de saúde e educação superior; no comércio de produtos e equipamentos de ponta para as áreas de informática, saúde e educação, e de equipamentos de precisão – e pela localização de agências de publicidade, escritórios de consultoria, além do desempenho de funções especiais nos meios de comunicação. A estrutura ocupacional terciária desses centros apresenta as maiores proporções da região Sul quanto a ocupações em atividades bancárias e em serviços técnico-profissionais, e proporções secundárias no comércio geral e de máquinas e veículos. Florianópolis, embora seja uma aglomeração pré-metropolitana, apresenta a segunda maior proporção da região Sul quanto à ocupação em bancos – posição intermediária entre Porto Alegre e Curitiba – e uma terceira posição, pouco inferior à de Curitiba, quanto a ocupações em serviços técnico-profissionais.

• Aglomeração metropolitana de Porto Alegre

A aglomeração metropolitana de Porto Alegre agrupa em uma mancha urbana comum 39 municípios[6]. Situada na mesorregião de mesmo nome, engloba, além da região metropolitana oficial, os conjuntos de municípios formados por Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz; Lageado e Estrela e Montenegro, que ocupam o território e comandam, respectivamente, duas mesorregiões: a metropolitana e a centro-oriental riograndense.

A aglomeração agrega 3.752.469 habitantes, em um processo de crescimento com taxas decrescentes de 2,33% e 1,26% a. a. entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 1996, respectivamente. Caracteriza-se pela elevada densidade demográfica de 321,44 habitantes por quilômetro quadrado. É nessa aglomeração que está localizado o principal pólo industrial do Rio Grande do Sul, respondendo por 49,79% de seu valor adicionado total. Seu principal centro é Porto Alegre, com nível de centralidade máximo, exercendo influência sobre toda a rede do estado, adentrando inclusive o oeste catarinense. Outros centros de destaque com centralidade de forte para média são: São Leopoldo, uma das mais importantes e antigas cidades da região, concentrando atividades industriais, comerciais e de fornecimento de serviços – como o de educação de nível superior, sediando uma das mais importantes universidades gaúchas fora da capital –; Canoas, desde 1980 integrando o conjunto das cinco maiores cidades do estado, estabelecendo forte intercâmbio com o pólo em termos de moradia e trabalho; Novo Hamburgo, a mais importante cidade do circuito coureiro-calçadista do Vale do Rio dos Sinos, também exercendo, junto com São Leopoldo, forte influência sobre os demais municípios com base econômica sustentada por esse setor na aglomeração metropolitana; Lageado e Santa Cruz do Sul, tendo sua polaridade limitada pela proximidade do pólo metropolitano; esta última tem destacada importância econômica por constituir o principal pólo exportador de fumo do estado.

• Aglomeração metropolitana de Curitiba

Localizada na mesorregião de mesmo nome, a aglomeração metropolitana de Curitiba compreende 19 municípios. Desses, somente dez se encontram em uma mancha de ocupação contígua a Curitiba[7], decorrente do extravasamento do pólo sobre áreas vizinhas, em um típico processo de periferização, com alta densidade e elevado grau de urbanização. Essa ocupação, com o passar dos anos, vem alongando-se em um sentido contínuo, abrangendo, na mesma mancha, municípios já não limítrofes ao pólo, assim como outros municípios fora dessa mancha contínua de ocupação, que já se apresentam em processo de inserção regional. A população desse conjunto, em 1996, corresponde a 2.381.195 habitantes, com uma densidade demográfica de 260,13, tendo apresentado taxas de crescimento elevadas e crescentes (3,03% e 3,44% a.a., respectivamente, entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 1996).

A aglomeração metropolitana de Curitiba concentra 39,72% do valor adicionado fiscal total do estado. Essa participação é crescente ao longo dos anos e caracteriza-se por uma estrutura industrial diversificada – com a presença dos principais segmentos industriais modernos da metal-mecânica –, assim como por um setor terciário mais complexo. Nesse conjunto, evidencia-se nítida hegemonia de Curitiba, com centralidade de nível máximo abrangendo todos os municípios do Paraná e grande parte dos de Santa

[6] Porto Alegre contiguamente a Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão; continuamente a Araricá, Charqueadas, Glorinha, Igrejinha, Ivoti, Parobé, Portão, Rolante, São Jerônimo, São Sebastião do Caí, Taquara, Três Coroas e Triunfo; e descontinuamente a Bom Retiro do Sul, Dois Irmãos e Nova Hartz, assim como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz (contíguas entre si), Lageado e Estrela (conurbados) e Montenegro.

[7] Curitiba contiguamente a Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais; continuamente a Balsa Nova, Campo Magro, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul; e descontinuamente a Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

Catarina. Além de Curitiba, apenas destaca-se a centralidade de Campo Largo, com nível médio para fraco, porém subpolarizando apenas Balsa Nova. Em sua área metropolitana estão sete municípios com população superior a 50 mil habitantes – Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo e Pinhais, bem como Colombo e São José do Pinhais, esses com mais de 150 mil habitantes.

- **Aglomeração pré-metropolitana de Florianópolis**

A aglomeração urbana de Florianópolis, localizada na mesorregião catarinense da grande Florianópolis, agrega oito municípios, três em uma mancha contígua ao pólo (São José, Biguaçu e Palhoça). Sua ocupação, sofrendo as limitações de um substrato natural permeado por áreas inadequadas, adensou a porção territorial continental, extravasando-se sobre municípios vizinhos, constituindo, assim, densa aglomeração urbana. Continuamente, inserem-se Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e Antonio Carlos, e, mais distante, Tijucas. Sua população é de 595.128 habitantes, com uma densidade demográfica de 258,86, e vem apresentando crescimento em declínio (de 3,49% para 1,75% a. a., respectivamente, entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 1996). Florianópolis, capital administrativa, tem a segunda maior população do estado[8]. Seu nível de centralidade é bastante forte, e sua estrutura ocupacional confirma uma seletividade dos serviços financeiros e técnicos especializados, com um terciário moderno e complexo, reforçado por importantes unidades de ensino superior, qualificando a aglomeração distintamente das demais aglomerações catarinenses. Nessa aglomeração, além de Florianópolis, apenas São José apresenta nível de centralidade significativo, de forte para médio, com características de estreita complementaridade funcional com Florianópolis. Essa aglomeração tem forte articulação espacial com as aglomerações de Itajaí, Joinville e Blumenau. Sua participação no valor adicionado total de Santa Catarina, quase totalmente advinda de Florianópolis, é pequena, porém se distingue por um desempenho crescente com ganhos percentuais que dobram sua contribuição no período (de 4,64%, em 1980, para 8,17% em 1996).

2.2.2 Centros e aglomerações não-metropolitanos

Nessa categoria é identificada uma escala de seis ordens de centros e aglomerações urbanas de caráter não-metropolitano: as cinco primeiras, integrando conjuntos com elevado crescimento populacional, peculiarizadas pela importância econômica e pela continuidade ou descontinuidade da mancha de ocupação; e a sexta, por um grupo de pequenos e médios centros com polaridade destacável.

As duas primeiras ordens são polarizadas por centros de reconhecida importância na rede urbana regional e têm abrangência da polarização mais restrita ao âmbito de seus próprios estados. A especialidade funcional desses centros, além da prestação de serviços de média complexidade, está no comércio geral e de máquinas e veículos, para atendimento da demanda regional. Sua estrutura ocupacional terciária apresenta as maiores proporções de ocupação nas atividades desse comércio e proporções secundárias em atividades bancárias e serviços técnico-profissionais.

2.2.2.1 Aglomerações urbanas de maior porte

No início da escala estão as aglomerações urbanas com abrangência regional, reunindo as mesmas condições de uma aglomeração metropolitana mas distinguindo-se desta pelo menor contingente populacional, por serem polarizadas por centros com nível de centralidade igual ou superior a forte para médio e por uma distribuição de bens e serviços mais voltada a parcelas da própria região Sul ou do estado.

- **Aglomerações urbanas de Londrina e Maringá**

Em um eixo de intensa complexidade, na mesorregião norte-central paranaense, articulam-se as aglomerações de Londrina e Maringá – dois dos principais pólos regionais do estado, ambos com centralidade forte e grande dimensão. Londrina forma com Ibiporã e Cambé uma mancha de ocupação contígua. Continuamente, sua aglomeração integra os municípios de Apucarana, Arapongas, Jandaia do Sul e Rolândia, com níveis de centralidade significativos, de forte para médio até médio para fraco, além de Tamarana e Jataizinho. Essa mancha contínua descreve um vetor de ocupação ao longo da ligação Londrina-Cornélio Procópio. A aglomeração de Londrina tem 773.604 habitantes, com uma densidade de 172,29, e cresce a taxas elevadas porém decrescentes (de 2,07% a.a., entre 1980 e 1991, para 1,65% a.a., entre 1991 e 1996). A aglomeração de Maringá agrega continuamente Sarandi e Paiçandu, e continuamente, Marialva. Possui 380.527 habitantes, com densidade demográfica de 306,38, em uma das áreas de maior densidade de ocupação do norte do estado. Suas taxas de crescimento permanecem bastante elevadas (3,73% e 2,70% a.a., nos períodos analisados). Esse conjunto configura a principal aglomeração urbana do Paraná, na qual a polarização concorrente entre Londrina e Maringá exerce grande força em todo o interior do estado, penetrando no Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e São Paulo (regiões de Presidente Prudente e Assis). Deve-se ressaltar a importância regional de Londrina por oferecer funções que se equiparam a Curitiba

[8] A primeira maior população do Estado de Santa Catarina pertence a Joinville (Contagem da População 1996-IBGE).

no atendimento a demandas de alta e baixa complexidade. Concentrando a segunda maior população urbana do estado, seguramente essas aglomerações vêm exercendo o papel de principais absorvedoras interioranas do movimento migratório intra-estadual. Um papel que tende a ser mantido, dado o peso de sua economia – detêm a participação de 10,47% do valor adicionado total (7,10% correspondendo à aglomeração de Londrina e 3,37% à de Maringá). O conjunto pode ser considerado como o mais importante do interior, com peso elevado de participação das atividades urbanas – especialmente as de comércio e serviços, sediando as duas mais importantes universidades estaduais – e um setor industrial caracterizado por uma estrutura diversificada, com predominância agroindustrial.

• Aglomeração urbana de Caxias do Sul

Na mesorregião nordeste riograndense, a aglomeração de Caxias do Sul detém 611.946 habitantes e uma densidade de 131,69. Seu crescimento é intenso, com taxas crescentes de 1,84% e 1,96% a.a., nos períodos analisados. Caxias do Sul é o principal centro urbano, com centralidade de nível forte e grande dimensão, seguido por Bento Gonçalves, com centralidade de nível forte para médio. Caxias do Sul apresenta contigüidade de mancha de ocupação com Farroupilha e São Marcos, sua área de expansão. Abrange continuamente Bento Gonçalves, que tem ocupação contígua com Garibaldi, Carlos Barbosa e Flores da Cunha, e descontinuamente, Antonio Prado, Guaporé, Nova Prata e Veranópolis. Com participação de 11,06% no valor adicionado total do estado, é uma de suas áreas mais dinâmicas, tendo elevado sua participação no total da produção do Rio Grande do Sul em todos os setores econômicos entre 1980 e 1992. Esse dinamismo é dado por uma estrutura industrial relativamente diversificada, em que se destaca o pólo metal-mecânico, que, junto com a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, forma o mais importante eixo industrial do estado, estendendo seu raio de influência para além da mesorregião onde se localiza. É caracterizado também por ampla oferta de serviços, dos quais se destaca o ensino superior.

• Aglomeração urbana de Joinville

Desenvolve-se a partir do litoral, penetrando nos vales em direção ao planalto, na mesorregião norte catarinense. Integra-se às aglomerações de Blumenau e Itajaí. Agrega oito municípios, compondo 582.626 habitantes, com uma densidade de 156,83. Sua dinâmica de crescimento é notória: entre 1980 e 1991, apresenta taxas de 3,77% a.a., tendo pequena redução entre 1991 e 1996, quando passa a apresentar 2,83% a.a. O pólo Joinville, num processo de periferização, extravasou seu crescimento sobre os municípios de São Francisco do Sul e Araquari, com contigüidade de mancha de ocupação, e vem definindo vetores de expansão em direção a Schroeder, Garuva, Guaramirim e Jaraguá do Sul, num processo intenso de comutação. Sua rede de cidades estrutura-se a partir do centro principal, Joinville, com nível de centralidade forte e grande dimensão. Com nível de centralidade médio, compõe a rede urbana da aglomeração Jaraguá do Sul, média dimensão. A aglomeração participa na renda do estado com 21,14%, em uma estrutura setorial nitidamente industrial com um perfil caracterizado por segmentos modernos. Sedia os pólos metal-mecânico e plástico de Santa Catarina. Essa estrutura industrial tem reforço nas unidades de ensino superior e técnico, sediadas principalmente em Joinville.

• Aglomeração urbana de Pelotas

Localizada na mesorregião sudeste riograndense, a aglomeração de Pelotas, composta de três municípios, possui 506.901 habitantes e uma densidade de 91,47. Suas taxas de crescimento são comparativamente baixas (1,58% e 1,00% a.a., respectivamente, nos períodos analisados). Pelotas, pólo da aglomeração, com mais de 300 mil habitantes, tem centralidade de nível muito forte. Contiguamente a Pelotas, como um bairro do município, situa-se Capão do Leão. Rio Grande é a mais importante cidade portuária do estado. A participação da aglomeração no valor adicionado do estado é de 4,79%, oriunda equilibradamente de Pelotas e Rio Grande. Nesses municípios, localizam-se importantes unidades de ensino superior, reforçando a polarização da aglomeração como um todo.

• Aglomeração urbana de Blumenau

Localizada na mesorregião do Vale do Itajaí, a aglomeração urbana de Blumenau apresenta alta densidade populacional e clara definição de sua dinâmica econômica, integrando-se espacialmente às aglomerações de Joinville, Itajaí e Florianópolis. Possui 443.131 habitantes e uma densidade demográfica de 188,01. Vem mantendo níveis bastante elevados de crescimento, com taxas de 2,59% a.a., entre 1980 e 1991, e 2,19% a.a., entre 1991 e 1996. Forma uma mancha de ocupação contígua com os municípios de Blumenau, Gaspar, Indaial e Timbó, e contínua com Brusque, Guabiruba e Pomerode, agregando, descontinuamente, Ilhota. Seu principal centro é Blumenau, com centralidade de nível forte e média dimensão, seguido por Brusque, que apresenta centralidade de nível médio. Sua participação no valor adicionado catarinense é de 15,34%, em uma dinâmica pautada fundamentalmente nas atividades da indústria têxtil e de confecção. A polaridade regional reforça-se pela presença da Universidade Regional de Blumenau (Furb).

2.2.2.2 Aglomerações urbanas de menor porte

Sob as mesmas condições que as de maior porte, essas aglomerações diferem por apresentar menor peso econômico e pela não-obrigatoriedade de contigüidade de mancha de ocupação.

• Aglomeração urbana de Cascavel

A aglomeração urbana de Cascavel localiza-se na mesorregião oeste paranaense, possui 353.533 habitantes e uma densidade demográfica de 77,26. Apresenta ritmo de crescimento da população em declínio, com taxas de crescimento reduzindo-se de 2,38% a.a., entre 1980 e 1991, para 1,33% a.a. entre 1991 e 1996. Configura mancha de ocupação contígua com Toledo e Santa Tereza do Oeste e vetores de expansão definidos na direção de Marechal Cândido Rondon. Forma anéis de intenso crescimento de população nos municípios vizinhos a Cascavel, como Cafelândia, Corbélia e Ibema. Cascavel, com centralidade de nível forte, é o pólo regional que se coloca entre as principais cidades paranaenses, reforçando-se na diversidade das atividades e funções que desempenha. Sua especificidade está na localização estratégica, no fato de ser um entroncamento de acesso a fronteiras internacionais e no acúmulo de funções de alta e média complexidade para o atendimento das demandas regionais. Toledo é o centro secundário, com nível de centralidade médio. Essa aglomeração comanda uma região agroindustrial, tendo participação de 4,14%, no valor adicionado do estado, fortemente condicionada por Cascavel e Toledo. Várias unidades de ensino superior localizam-se nesse centros.

• Aglomeração urbana de Criciúma

Na mesorregião sul catarinense, a aglomeração urbana de Criciúma abriga 329.511 habitantes e tem uma densidade de 174,62. Vem crescendo expressivamente a taxas de 3,34% e 2,86% a.a. nos períodos analisados. Seu centro principal é Criciúma, com centralidade de nível forte para médio e elevada população. Sua importância na economia estadual atrai para seu entorno um processo de ocupação crescente, percebido na ocupação contígua que desenvolve com Içara. É seguido por Araranguá, com centralidade de nível médio. Agrega em continuidade Cocal do Sul, Forquilhinha, Maracajá, Morro da Fumaça e Sombrio. Responde por 4,98% do valor adicionado total do estado e é o mais importante parque de cerâmica existente no país.

• Aglomeração urbana de Itajaí

Também na mesorregião do Vale do Itajaí, a aglomeração urbana de Itajaí agrega quatro localidades contíguas – Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí e Navegantes – e duas contínuas, Itapema e Porto Belo. É fortemente integrada à aglomeração de Blumenau. Possui 285.375 habitantes e elevada densidade de 342,18. Apresenta taxas de crescimento entre as mais elevadas da região Sul e em ritmo crescente: de 4,04% para 4,11% a.a., entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 1996, respectivamente. Itajaí, com centralidade de nível forte para médio e média dimensão, exerce uma função portuária fundamentalmente voltada à exportação de industrializados da confecção e da metal-mecânica, polarizando a área litorânea com importantes balneários, como Camboriú e Itapema. Sedia a Univale, uma das mais importantes universidades catarinenses. A aglomeração participa com 5,41% do valor adicionado total do estado, plenamente influenciado por Itajaí.

• Aglomeração urbana de Foz do Iguaçu

Também localizada na mesorregião oeste paranaense, a aglomeração urbana de Foz do Iguaçu, com forte integração socioeconômica e proximidade geográfica à de Cascavel, contém 248.317 habitantes e densidade demográfica de 282,50. Apresenta as maiores taxas de crescimento entre as aglomerações da região Sul: 3,75% a.a., entre 1980 e 1991, e 3,98% a.a., entre 1991 e 1996. Com elevada densidade populacional, configura mancha de ocupação contígua a Santa Terezinha do Itaipu, e contínua com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). Cumpre, dessa forma, o complexo papel de polarizar uma aglomeração de fronteira internacional, desempenhando funções que ora se complementam, ora concorrem, em um movimento de oportunidades regido pela política econômica e institucional de cada um dos países. Foz do Iguaçu é um importante centro na rede urbana paranaense, posicionando-se entre os principais centros nacionais. Destaca-se pelas atividades de turismo – devido ao Parque Nacional do Iguaçu, das Cataratas e Itaipu – e do comércio de fronteira. Sua participação no valor adicionado do estado é de 6,16%, bastante influenciada pela geração de energia de Itaipu.

2.2.2.3 Aglomerações descontínuas

Com as características de elevadas população e densidade, alto grau de urbanização e PEA predominantemente urbana, difere das categorias anteriores por apresentar menor peso econômico, inexistência de (ou apenas tendência à) formação de manchas contíguas de ocupação, porém com centros descontínuos fortemente articulados e envolvidos na mesma dinâmica socioeconômica.

• Aglomeração descontínua de Ijuí

Na mesorregião noroeste riograndense, Ijuí compõe um conjunto fortemente articulado com mais cinco

municípios, sendo três com população superior a 50 mil habitantes – Cruz Alta, Santa Rosa e Santo Ângelo –, e mais Horizontina e Panambi. Tem uma população de 333.414 habitantes e taxas de crescimento passando de 0,28% para 0,50% a.a. nos períodos analisados. Ijuí tem nível de centralidade forte, distinguindo-se dos demais centros da aglomeração e sediando uma das mais importantes universidades do interior do estado. Outra importante universidade gaúcha localiza-se em Santo Ângelo. A aglomeração constitui significativo eixo industrial naquela área do estado, respondendo por 3,08% do valor adicionado do Rio Grande do Sul.

• Aglomeração descontínua de Ponta Grossa

Localizada na mesorregião Centro-oriental paranaense, essa aglomeração reúne Ponta Grossa, Carambeí – com a qual compõe um vetor de contigüidade de mancha – e Castro. Agrega 323.855 habitantes, apresentando taxas de crescimento da população de 2,13% e 1,68% a.a., respectivamente, entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 1996. Ponta Grossa, principal pólo antigo do Paraná e um dos principais recentes, tem nível de centralidade forte e grande dimensão, sendo o quarto maior município em população. Os limites às especialidades funcionais de Ponta Grossa decorrem da proximidade com Curitiba e, embora se reforce como pólo regional, está longe de concorrer com a metrópole na oferta de funções de média e alta complexidade e na abrangência da polarização. Participa com 3,90% do valor adicionado total do estado em função de uma indústria diversificada, com forte peso agroindustrial na linha de lacticínios.

• Aglomeração descontínua de Passo Fundo

Localizada na mesorregião noroeste riograndense, Passo Fundo, Carazinho, Erechim e Maraú formam um conjunto com forte articulação, que reúne 320.572 habitantes. Apresenta taxas de crescimento de 1,31% e 1,10% a.a., nos períodos de 1980 a 1991 e de 1991 a 1996. Passo Fundo é o mais importante pólo regional, com nível de centralidade forte, sediando uma unidade de nível superior. O conjunto compõe importante eixo agroindustrial no estado, respondendo por 2,84% do valor adicionado total – muito influenciado pelo valor adicionado fiscal agropecuário e pelo valor adicionado fiscal do comércio.

• Aglomeração descontínua de Chapecó

Chapecó, Xaxim, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia e Videira, na mesorregião oeste catarinense, articulam-se em uma aglomeração pautada no complexo da carne de aves e suínos. Chapecó, com nível de centralidade forte, é município urbano de média dimensão, distingue-se por uma estrutura ocupacional com maior diversificação e pelo maior peso em atividades urbanas. Os municípios da aglomeração abrigam 317.270 habitantes e vêm crescendo a taxas de 3,79% e 0,44% a.a., entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 1996, respectivamente. Participam com 9,08% do valor adicionado de Santa Catarina, com forte influência de Chapecó, um dos municípios mais importantes do estado.

2.2.2.4 Eixos articulados

Essa categoria integra centros de menor porte, fortemente articulados, em localizações próximas, porém descontínuas, com menor população e menor densidade, integrados por uma dinâmica socioeconômica comum. Podem ser formados a partir de eixos econômicos alinhados pela presença de algum elemento estruturador natural e/ou construído.

• Eixo do mobiliário de São Bento do Sul

Na mesorregião norte catarinense, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra constituem o eixo da atividade mobiliária mais importante da região Sul, incluindo também os municípios paranaenses de Piên e Rio Negro. Destaca-se, como pólo, São Bento do Sul, município urbano com nível de centralidade médio para fraco e média dimensão. Reúne em seu conjunto 174.783 habitantes e suas taxas de crescimento são elevadas, mas em declínio (2,30% e 1,80% a.a.) nos períodos analisados. Participa com 3,81% do valor adicionado do estado de Santa Catarina, tendo em São Bento do Sul a maior contribuição, e com 0,62% do valor adicionado fiscal do Paraná.

• Eixo da avicultura de Pato Branco/Francisco Beltrão

Na mesorregião sudoeste paranaense, Pato Branco e Francisco Beltrão, e secundariamente Dois Vizinhos, são os centros principais de uma região que tem sua base produtiva caracterizada predominantemente por uma agropecuária voltada à agroindústria de aves e suínos, como extensão do eixo da agroindústria do oeste catarinense. Sua participação no valor adicionado total do estado é de 1,36%. Juntos somam 155.564 habitantes e apresentam taxas de crescimento baixas e em queda: de 1,25% a.a., entre 1980 e 1991, para 0,83% a.a. no período seguinte. Esses centros estão próximos entre si e nenhum deles está entre os mais fortes na rede urbana do estado.

• Eixo turístico de Gramado e Canela

Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Nova Petrópolis formam importante eixo turístico localizado entre a aglomeração metropolitana de Porto Alegre e a aglo-

meração urbana de Caxias do Sul. Embora possua algumas indústrias moveleiras, Gramado tem sua economia bastante ligada ao turismo. Em seu conjunto, alguns municípios crescem a taxas elevadas e, na média, a região apresenta taxas crescentes de 1,21% e 1,61% a.a. nos períodos analisados. O eixo reúne 89.825 habitantes e responde por 0,68% do valor adicionado estadual.

• Eixo da fruticultura e da madeira de Caçador

Caçador e Fraiburgo, na mesorregião oeste catarinense, formam um eixo cuja dinâmica é definida pela fruticultura e pela madeira. Possuem 88.885 habitantes e taxas elevadas de crescimento (3,51% e 2,30% a.a.) nos períodos analisados. Caçador tem nível de centralidade médio. A participação desse eixo no valor adicionado de Santa Catarina é de 1,93%.

2.2.2.5 Ocupações contínuas

São contínuas as ocupações formadas por conjuntos de municípios urbanizados, com crescimento populacional acima da média dos estados. Correspondem às ocupações contínuas de fronteira – com contigüidade de mancha de ocupação em parcelas territoriais de diferentes estados ou países, apresentando intensos fluxos de relações, complementaridade funcional, integração social e econômica – e às ocupações litorâneas, com contigüidade ou continuidade da mancha de ocupação da faixa litorânea e padrão funcional peculiar de balneários.

• Centros fronteiriços de Santana do Livramento e Uruguaiana

Localizados na mesorregião sudoeste riograndense, Santana do Livramento está conurbado a Rivera, no Uruguai, e Uruguaiana a Paso de los Libres, na Argentina. Constituem espaços urbanos contínuos, situados em territórios político-administrativos distintos, que se apóiam e se beneficiam por concentrar um contingente maior de população, fortalecendo o mercado local. A importância desses centros decorre de sua função estratégica, reforçada pelo comércio de fronteira. Ambos têm nível de centralidade médio para fraco, mas reúnem significativa população (Santana do Livramento, 85.554 habitantes, e Uruguaiana, 124.881).

• Ocupações litorâneas

No Paraná, tais ocupações correspondem ao eixo de ocupação contínua de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, com taxas de crescimento superiores a 10% a.a. entre 1991 e 1996. Em Santa Catarina, ao eixo de Barra Velha, Penha e Piçarras, com taxas superiores a 3% a.a. e contigüidade de mancha de ocupação. No Rio Grande do Sul, em descontinuidade, correspondem ao eixo Capão da Canoa e Tramandaí, com taxas de crescimento populacional superiores a 5% a.a., e aos centros já consolidados de Osório e Torres, com taxas menores. São ocupações que se alteram sazonalmente, em termos de densidade e demandas, mas que, principalmente em Santa Catarina e no Paraná, já indicam alterações no perfil das cidades, criando uma dinâmica local que extrapola a sazonalidade de uso.

2.2.2.6 Centros regionais e sub-regionais

Alguns centros regionais e sub-regionais desempenham importante papel de polarizar regiões com base agropecuária ou desempenhar atividades terciárias relevantes, sem apresentar evidências de aglomeração.

• Centro regional de Santa Maria

Na mesorregião centro-ocidental riograndense, o centro regional de Santa Maria conta com 233.351 habitantes e taxas de crescimento compatíveis às dos pólos regionais (1,79% a.a., entre 1980 e 1991, e 1,73% a.a., entre 1991 e 1996), e exerce forte centralidade na região como provedor de comércio e serviços especializados. Seu setor terciário é constituído predominantemente por atividades organizadas em bases modernas. A principal especificidade dos serviços, nesse município, é dada pela natureza pública (estatal) de grande parte desses, onde se destacam o ensino superior (Universidade Federal de Santa Maria) e a segurança nacional, atendida por diversas unidades do Exército Nacional e uma Base Aérea. Situa-se entre os municípios com participação significativa no valor adicionado estadual (1,24%), sendo o mais importante centro de uma região especializada na produção de alimentos.

• Centro regional de Guarapuava

Guarapuava, na mesorregião centro-sul paranaense, é um centro regional com 155.835 habitantes e taxas de crescimento expressivas (2,17% e 2,02% a.a.) nos períodos analisados. Destaca-se como município urbano de média dimensão e nível de centralidade forte para médio. Com uma estrutura urbana ainda não consolidada, começa a viver a pressão da evasão populacional das proximidades. Lidera uma região agroindustrial que integra a produção de soja e milho e a indústria de madeira. Responde por 1,52% do valor adicionado do estado.

• Centro regional de Paranaguá

Situado na porção litorânea da mesorregião metropolitana de Curitiba, Paranaguá é o centro portuário mais

importante do estado. Possui população de 124.920 habitantes e vem apresentando expressivo crescimento, com taxas de 2,48% e 2,97% a.a., nos períodos analisados. Abriga um moderno porto especializado na exportação de grãos. Sua participação no valor adicionado do Paraná é de 1,31%.

- **Centros sub-regionais**

Enquadram-se nesta categoria aqueles municípios cujo crescimento populacional é inferior à média dos estados e que não conformam nem se integram a aglomerações urbanas, exercendo, porém, papel polarizador.

No Paraná, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama polarizam regiões de base agropecuária, firmando-se como centros de comércio e serviços, e União da Vitória polariza uma região madeireira, situando-se numa posição de divisa entre o Paraná e Santa Catarina, formando uma ocupação contígua a Porto União. Todos esses centros têm população superior a 50 mil habitantes e nível de centralidade forte para médio.

Em Santa Catarina, São Miguel d'Oeste faz parte do complexo agroalimentar; Rio do Sul polariza uma região de agricultura de pequenos produtores; Tubarão sedia uma usina termoelétrica na porção sul do estado; e Lages é o centro tradicional de uma região madeireira, com a maior população desses pólos (148.860 habitantes). Todos têm nível de centralidade forte para médio.

No Rio Grande do Sul, Bagé e Cachoeira do Sul, embora com nível de centralidade médio, possuem tamanhos populacionais expressivos (115.657 e 88.612 habitantes, respectivamente). Bagé localiza-se no sul do estado, polarizando uma região agropecuária, e Cachoeira do Sul, próximo à aglomeração metropolitana de Porto Alegre.

Essa escala não foi incorporada na hierarquia da rede urbana brasileira exatamente conforme sua construção original, dado que, na finalização dos trabalhos, o processo de análise conjunta das demais redes urbanas das grandes regiões do país, bem como a consideração de outros indicadores e critérios comparativos resultaram na alteração da denominação e das categorias da rede urbana. Com pequenas exceções, foi mantida a classificação de Porto Alegre e Curitiba como metrópoles nacionais. A inexistência de uma categoria de aglomerações pré-metropolitanas colocou Florianópolis na escala dos centros regionais, juntamente com Londrina, que se destacou dentre as aglomerações urbanas da região Sul. Essas e Santa Maria classificaram-se entre os centros sub-regionais de nível 1 e 2. Das aglomerações descontínuas, excluindo a de Ijuí, todas foram classificadas como centros sub-regionais de nível 2. Também mantiveram-se nesse nível os centros isolados de Guarapuava e Paranaguá. Das demais categorias originais, Uruguaiana e Lages foram denominadas como centros sub-regionais de nível 2.

3 Qualidade da Urbanização

As espacialidades de concentração, constituindo aglomerações urbanas, têm como característica principal a complexificação dos sistemas urbanos regionais, principalmente no que diz respeito à oferta e implementação de serviços públicos de saneamento, atendimento a saúde, educação, segurança, habitação e infra-estrutura (transporte coletivo, arruamento, iluminação pública etc.). A demanda por esses serviços não tem sido suficientemente atendida pelo poder público, em especial nos bairros mais pobres das maiores cidades, onde os problemas assumem contornos críticos.

Intervenções urbanísticas modernizadoras e com efeito controlador da ocupação nos municípios-núcleo das aglomerações urbanas, em geral, provocam a valorização do solo. Passam a incluir municípios periféricos como prolongamentos da expansão de sua ocupação urbana e, muitas vezes, da localização da atividade econômica, favorecendo uma relação de exclusão, à medida que novas áreas são alçadas por essa valorização.

Essas periferias pertencem a municípios quase sempre financeiramente dependentes de repasses de recursos, sofrendo restrições a práticas de políticas e intervenções que acompanhem o ritmo e a velocidade das pressões das demandas intensificadas, muitas vezes, pelo processo concentrador.

Assim, as aglomerações urbanas, ao mesmo tempo em que ampliam as oportunidades, podem revelar o grau de carências. Da mesma forma, impactantes estruturas econômicas e de serviços, quase sempre localizadas nos municípios-núcleo das aglomerações urbanas, contrastam com a ocupação do espaço periférico e com as áreas de extrema pobreza.

Tal constatação revela que o crescimento econômico, associado ao crescimento demográfico, produz sobre o meio urbano efeitos positivos, como o incremento de setores da economia largamente empregadores de mão-de-obra (comércio, construção civil e prestação de serviços em geral), gerando maiores facilidades para a obtenção de algum tipo de ocupação e renda, seja no setor formal ou informal; a oferta de relativa melhora nos serviços públicos; e surgem algumas oportunidades de acesso à diversificação cultural, dentre outros. Quanto aos efeitos negativos, tem-se o aumento da concorrência ante as oportunidades que o mercado de trabalho oferece, com critérios cada vez mais seletivos; a degradação ambiental; e principalmente as restrições em relação ao acesso aos benefícios do meio urbano.

Essas observações confirmam-se na leitura das condições sociais, de moradia e ambiente das mesorregiões sulinas, principalmente nas suas aglomerações urbanas e metropolitanas.

3.1 Renda e Instrução

Para a satisfação de um patamar mínimo de qualidade de vida urbana dentro dos parâmetros de cidadania, a organização da sociedade torna imperativa a obtenção de renda, que passa a ser o elemento determinante do acesso aos bens e serviços urbanos, bem como da apropriação do solo mediada pelo mercado.

A concentração de atividades mais complexas da base produtiva dos estados coloca nas aglomerações urbanas e metropolitanas as mais altas faixas de renda familiar *per capita*, porém com grandes diferenças internas. As capitais têm as mais altas médias de rendimento da região Sul. Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, em ordem decrescente, têm faixas superiores em até cinco vezes às menores faixas ocorrentes em municípios da própria região.

As mesmas diferenças internas são confirmadas na proporção de chefes de domicílio com rendimento de até um salário mínimo – corte altamente seletivo das condições de pobreza. O pólo metropolitano de Curitiba tem a proporção de 12,88% dos chefes de domicílio com esse rendimento. Os municípios do entorno imediato, com contigüidade de mancha de ocupação, elevam essa proporção para a ordem de 20%; os do entorno mais distante, acima de 30% (IBGE/Ipea, 1996, v. 16). O pólo metropolitano de Porto Alegre tem 15,15% dos chefes de domicílio com essa faixa de renda, e seus municípios periféricos reproduzem as proporções verificadas na aglomeração de Curitiba (IBGE/Ipea, 1996, v. 21). Florianópolis tem a proporção de 14,66%; outros municípios de sua periferia imediata, como Palhoça e Biguaçu, apresentam as proporções de 23,03% e 32%, respectivamente (IBGE/Ipea, 1996, v. 24). Uma leitura dos valores absolutos aponta que, embora os pólos metropolitanos tenham as menores proporções, é neles que se encontram os maiores contingentes: em Porto Alegre correspondem a 57.614 chefes de domicílio com renda de até um salário mínimo; em Curitiba, a 45.160; e em Florianópolis, a 10.032.

Tomando como medida de análise os dados censitários dos chefes de domicílio que, em 1991, auferiam uma renda de até dois salários mínimos mensais, verifica-se que os baixos rendimentos disseminam-se por toda a região. O percentual médio estadual de chefes de família nessa faixa de renda no Rio Grande do Sul é de 53,88%; em Santa Catarina, de 49,53%; e no Paraná, o mais elevado do Sul, de 56,02%. Os municípios com menor percentual médio são os mais urbanizados, como Curitiba, Caxias do Sul e Maringá.

Observando como os rendimentos distribuem-se nas mesorregiões, foram verificados os menores percentuais de chefes de domicílio vivendo com condições precárias nas aglomerações metropolitanas ou naquelas onde se localizam as maiores cidades (grupo D do *cluster*), bem como nos principais aglomerados dos estados e naqueles com forte predominância econômica nos setores industriais e de serviços. É o caso da grande Florianópolis (31,36%), metropolitana de Curitiba (31,98%), metropolitana de Porto Alegre (36,06%), nordeste riograndense (34,74%), Vale do Itajaí (35,54%) e norte-catarinense (37,07%) (Tabela 12). As mais elevadas proporções estão em mesorregiões onde ocorrem as espacialidades de esvaziamento: centro-ocidental, norte pioneiro, noroeste, sudoeste, centro-sul e sudeste paranaense – com proporções que crescem de 58,73% na primeira para 65,57% na última – e ainda a noroeste riograndense e serrana catarinense, com 55,10% e 53,58%, respectivamente. São também elevadas as proporções de chefes de domicílio com renda de até dois salários mínimos nas cidades de menor porte (grupo A do *cluster*), com tendência à diminuição dessas proporções à medida que aumenta o porte urbano.

Em termos absolutos, é nas mesorregiões metropolitanas que se concentra o maior contingente de chefes de domicílio com baixa remuneração, e mais particularmente nas aglomerações urbanas e metropolitanas. Vale lembrar que, nas metrópoles e centros maiores, o custo de vida – incluindo cesta básica, aluguéis, transportes, dentre outros itens essenciais – é mais elevado que nas menores cidades, fato que atinge de modo particular o contingente de pessoas que vivem processos de empobrecimento de longo prazo.

Como elemento de mobilidade social, a instrução é fundamental para que indivíduos e grupos sociais sejam ou não incluídos entre os que têm acesso aos benefícios e às vantagens que as cidades podem oferecer. Em 1991, na região Sul, aproximadamente 10% da população com mais de 15 anos, ou seja, em idade ativa para o trabalho, era analfabeta, o que significa que estava fora do mercado formal de trabalho. No âmbito de suas mesorregiões, as dez maiores proporções de analfabetos nessa faixa etária (entre 12,51% e 23,10%) correspondiam, em ordem decrescente, a sete regiões paranaenses (norte pioneiro, centro-ocidental, noroeste, centro-sul, norte-central, sudoeste e centro-oriental), duas catarinenses (serrana e oeste) e uma gaúcha (sudeste) – esta ocupando a nona posição entre elas (Tabela 9). Com menos de 10% de analfabetos, além das metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre, enquadram-se as mesorregiões da grande Florianópolis, nordeste riograndense, além da norte catarinense e da do Vale do Itajaí – essas com as menores proporções da região Sul (7,35% e 7,33%, respectivamente).

TABELA 12
MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — RENDA MÉDIA FAMILIAR, PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIO COM RENDA ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, POPULAÇÃO ALFABETIZADA DE 15 ANOS E MAIS E ESCOLARIDADE MÉDIA (1991)

Mesorregião	Renda Familiar (Em Cruzeiros)	Chefes de Domicílio com Renda até 2 SM (%)	População Alfabetizada com 15 Anos e Mais (%)	Anos de Estudo
Paraná				
Noroeste Paranaense	30.694,65	59,11	79,18	3,85
Centro-ocidental Paranaense	31.874,42	58,73	77,96	3,77
Norte-central Paranaense	35.834,27	45,96	83,88	4,14
Norte pioneiro Paranaense	33.133,06	58,79	76,90	4,07
Centro-oriental Paranaense	37.939,46	50,00	84,45	4,04
Oeste Paranaense	36.200,45	46,59	86,20	4,25
Sudoeste Paranaense	30.372,37	60,74	84,09	4,50
Centro-sul Paranaense	29.053,88	63,78	80,65	4,03
Sudeste Paranaense	27.764,61	65,57	87,75	4,34
Metropolitana de Curitiba	38.429,43	31,98	91,28	4,42
Santa Catarina				
Oeste Catarinense	35.372,79	52,82	87,49	4,89
Norte Catarinense	42.287,88	37,07	92,65	4,69
Serrana Catarinense	31.436,27	53,58	85,20	4,48
Vale do Itajaí	44.567,21	35,54	92,67	4,85
Grande Florianópolis	41.433,65	31,36	91,12	5,12
Sul Catarinense	**39.331,84**	**45,53**	**89,03**	**4,82**
Rio Grande do Sul				
Noroeste Riograndense	34.226,31	55,10	87,87	5,01
Nordeste Riograndense	50.259,64	34,74	91,54	5,20
Centro-ocidental Riograndense	41.680,58	45,18	89,45	5,06
Centro-oriental Riograndense	41.039,98	51,14	88,62	4,92
Metropolitana de Porto Alegre	48.279,41	36,06	91,79	4,72
Sudoeste Riograndense	47.245,74	52,10	87,80	5,00
Sudeste Riograndense	38.850,24	50,70	87,29	4,44

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991)/Nesur (1991).

De modo geral, com relação à escolaridade, novamente as aglomerações metropolitanas apresentam as melhores posições dos estados, tendo nos pólos as maiores médias de anos de estudos: Florianópolis, na mais elevada posição da região Sul, apresenta 7,3 anos em média; Porto Alegre, 7 anos; e Curitiba, 6,4. Nas periferias das aglomerações metropolitanas, os municípios chegam a apresentar médias equivalentes à de municípios rurais, como Rio Branco do Sul, na aglomeração de Curitiba, que tem 3,5 anos em média; Parobé, na de Porto Alegre, 3,9; e Governador Celso Ramos, na de Florianópolis, com 4,3 anos.

No conjunto das mesorregiões, confirma-se, em parte, o comportamento dos demais indicadores (Tabela 12). Em Santa Catarina e no Paraná, as médias de anos de estudos nas mesorregiões metropolitanas são, respectivamente, a primeira e segunda dos estados (5,12 e 4,42); já no Rio Grande do Sul, a metropolitana de Porto Alegre tem a penúltima menor média (4,72). No entanto, é esse o estado que tem o melhor comportamento no cômputo geral das mesorregiões, possuindo quatro das sete mesorregiões com mais de cinco anos de estudos em média – sudoeste, noroeste, centro-ocidental e nordeste –, esta última com a maior média do Sul (5,20). No extremo oposto, o Paraná é único estado da região Sul com mesorregiões apresentando médias pouco superiores e/ou inferiores a quatro anos de estudos (norte pioneiro, centro-oriental e centro-sul, com quatro; e noroeste e centro-ocidental, com 3,85 e 3,77, respectivamente).

Esses indicadores demonstram que há grande correspondência entre o comportamento da renda e da instrução, assim como enfatizam que, em termos absolutos, as aglomerações urbanas e metropolitanas concentram os maiores contingentes de população nas mais críticas condições sociais da região Sul. Essas áreas e as mais industrializadas potencialmente são as que oferecem maiores oportunidades de emprego e/ou ocupação. No entanto, o emprego no setor formal tem exigido cada vez mais requisitos de escolaridade, tornando as condições de analfabeto e de baixa escolaridade cada vez mais determinantes da exclusão social.

3.2 Moradia e Ambiente

O acesso à terra urbana, relacionado às condições sociais e à localização da moradia, espelha com absoluta clareza a seletividade na apropriação do espaço nas cidades.

As características locacionais da terra urbana são produto histórico da ação conjunta de governos e indivíduos, e seu preço representa as externalidades geradas pelos diferentes agentes sociais. Quanto maiores as externalidades, maior o preço do solo e da moradia. Essa equação está relacionada à estrutura da propriedade da terra, tanto voltada à moradia ou local de desenvolvimento da atividade econômica, quanto transformada em elemento especulativo, como reserva de valor. Os excluídos desse mercado têm como alternativa a aquisição de lotes distantes, muitas vezes em parcelamentos ilegais, o pagamento do aluguel ou, nas situações extremas, a ocupação dos vazios das cidades – sejam propriedades particulares à espera de valorização, sejam áreas públicas, ou locais ambientalmente impróprios; em qualquer caso, áreas de risco, espaços circunscritos, violentos e segregados das cidades, expressando a exclusão urbana.

Na ocupação do solo das cidades, vários processos simultâneos podem ser evidenciados ao longo das últimas décadas, como a expansão das periferias urbanas nas metrópoles ou nos principais centros regionais e o surgimento de periferias que reproduzem o padrão metropolitano em novas áreas e regiões dos estados. Isso quase sempre resulta no extravasamento da ocupação dos municípios-núcleo das aglomerações urbanas em direção aos municípios vizinhos, em terras de menor preço. A intensificação dos processos de ocupação legal e precária do solo urbano em áreas centrais, com a produção de moradias subnormais e/ou provisórias, traz em geral consigo os efeitos da degradação e desvalorização do solo nessas áreas. Concomitantemente, porções privilegiadas nas mesmas áreas periféricas – antes destinadas apenas a ocupações de baixa renda – passam a ser apropriadas por uma ocupação de média e alta renda. As periferias se expandem para regiões ainda mais longínquas das áreas de trabalho ou se adensam em áreas ambientamente impróprias.

Com as dificuldades que envolvem o acesso à moradia, crescem as ocupações e com elas a precariedade dos assentamentos humanos e da qualidade de vida. Amplia-se o contingente de subabitações localizadas em áreas impróprias, consideradas de risco, como as alagadiças e mangues, que colocam em risco a saúde dos moradores; encostas de morro sujeitas a deslizamentos; sob redes de alta tensão; faixas de domínio do sistema viário, como beira de estrada, margens de trilhos de trens; e reservas ambientais. Esses núcleos de habitação caracterizam-se, ainda, pela precariedade de oferta de serviços de saneamento básico e de acesso à energia elétrica, cuja solução passa por improvisações, como captação clandestina de energia elétrica, água, abertura de valas geralmente pelos próprios moradores, com o esgoto a céu aberto e instalações sanitárias muito precárias.

A carência de infra-estrutura, as limitações na oferta de serviços sociais essenciais, o custo do transporte e as dificuldades de acesso ao trabalho aumentam os problemas que a população periférica enfrenta. A formação desse modelo de periferias urbanas conforma e acentua o quadro de desigualdades socioespaciais.

Há também forte associação entre o crescimento de áreas de ocupação ilegal e o movimento migratório, tanto originário do campo ou de cidades menores em direção às grandes cidades, quanto dos próprios movimentos intra-urbanos, resultantes dos efeitos da valorização do solo e por vezes do empobrecimento da população.

No Rio Grande do Sul, existem poucos dados que contabilizam com relativa precisão as carências de moradia para a população de baixa renda. Em termos aproximados, dados levantados pela antiga Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul (Cohab/RS), em 1993, estimavam que no estado havia carência total em torno de 433 mil moradias. Desse total, 39% (cerca de 169 mil) situava-se na Região Metropolitana de Porto Alegre. Outro dado que esse levantamento revela é que mais de 70% das carências habitacionais, tanto do estado (70,4%) como da região metropolitana (73,4%), atingem a população com renda de até cinco salários mínimos. A maior parte do déficit habitacional da população com renda abaixo de cinco salários mínimos refere-se à categoria dos sem-terra e sem-teto (26,6% do total no estado e 23,7% na RMPA), seguida da população residente em favelas em áreas passíveis de regularização (18,6% e 31,8%, respectivamente) e dos residentes em áreas de risco (9% e 12%). Segundo dados mais recentes, o déficit habitacional no Rio Grande do Sul é estimado em 700 mil moradias, atingindo 2,8 milhões de gaúchos (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997).

Diante desse déficit, as ocupações ilegais tornam-se freqüentes. Levantamento realizado na Região Metro-

politana de Porto Alegre aponta que, das ocupações ocorridas nos anos 80 nessa região, excetuando a capital, 77% foram em áreas públicas, 13% em áreas privadas e 10% em mistas. O estudo registra aumento de 187% no número de ocupações irregulares na periferia metropolitana, passando de uma área ocupada de 677 hectares, em 1980, para 1.324 hectares, em 1991. Sua população residente eleva-se de 8,4% da população total dos municípios, em 1980, para 14% em 1991, sendo estimada, neste último ano, em mais de 230 mil moradores.

As 167 vilas existentes em 1980 aumentaram para 480 em 1991, tendo apresentado maior crescimento em municípios polarizados pela capital, como Esteio (320%), Canoas (270%), Alvorada (260%) e Sapucaia do Sul (250%). Porém, em termos absolutos, foi no município de São Leopoldo que as vilas irregulares cresceram em maior número, com aumento de 38 vilas.

O número de domicílios estabelecidos nessas ocupações amplia-se na década em torno de 163%, passando de 20.835 moradias, em 1980, para 54.874 em 1991. No Vale do Rio dos Sinos, Campo Bom é o único município a ter incremento negativo de domicílios em vilas irregulares (-87,62%), explicado pela adoção de políticas locais de regulação e contenção de entrada de migrantes urbanos e medidas locais de regularização fundiária. O maior incremento relativo ocorre em Sapiranga, com 724,83%. Em Porto Alegre, segundo dados da Prefeitura Municipal, a situação não é menos intensa: em 1980, há 38.093 moradias nessa situação irregular; em 1991, esse número eleva-se para 96.945, em um incremento de 154,50%.

Em termos populacionais, os dados não são menos contundentes. Comparando o crescimento da população total nos municípios e o aumento da população residente nas vilas irregulares, verifica-se que sua população total aumenta em torno de 47% na década; a população das vilas irregulares, por outro lado, aumenta 148%; em Porto Alegre, o aumento na população total é de 12,3%, já nas vilas irregulares é de 137,5% – uma distância ainda maior que a dos municípios periféricos.

Existem 301 vilas e núcleos irregulares em áreas públicas e privadas em Porto Alegre, geralmente em espaços da periferia, impróprios para morar (áreas de risco). A estimativa é de que 250.541 habitantes residam nessas vilas, em cerca de 61 mil moradias. Além delas, há 362 loteamentos irregulares no município.

Em Caxias do Sul, segundo dados da Prefeitura Municipal, em 1994, a população dos núcleos de subabitação é de 14.953 habitantes, o que representa aproximadamente 10% da população urbana. Em Bento Gonçalves, na mesma aglomeração urbana de Caxias do Sul, a população residente nas vilas localizadas em encostas de morros e zonas de domínio público, beirando os trilhos do trem, alcança cifra aproximada de 13.500 habitantes, representando pouco menos de 20% nos moradores da cidade.

No Paraná, levantamento realizado em 1997 pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), relativo às favelas existentes nos municípios excluindo a Região Metropolitana de Curitiba (oficial) e o município de Londrina, revela no interior do estado a presença de 184 municípios com favelas e 32 com subabitações esparsas. O estudo estima que Londrina tenha 1.896 famílias vivendo em barracos.

As mesorregiões do interior que apresentam o maior número de favelas são: a centro-oriental, onde Ponta Grossa possui o maior número do estado de famílias em favelas (4.111), correspondente a 6,69% da população do município; e a oeste, onde Foz do Iguaçu detém o segundo maior número do estado, 3.139 famílias com uma população correspondente a 5,57% da do município (observando que neste caso o levantamento ainda prossegue e já se estima um número de 5.200 famílias) e Cascavel, na décima posição, conta com 399 famílias faveladas, correspondendo a 0,75% de sua população. Essas mesorregiões vêm seguidas da centro-ocidental e da sudoeste.

O levantamento aponta, ainda, que os municípios com mais de 100 mil habitantes são os que possuem maior proporção da população em favelas (3,08%), não descartando, porém, elevada concentração nos municípios com até 20 mil habitantes (2,72%). Dentre eles, chama a atenção Campo do Tenente, na mesorregião metropolitana de Curitiba, cuja porcentagem de favelados é de 10,98% de sua população, correspondendo à maior proporção do estado.

Revela ainda esse levantamento que, da população favelada, 58% ganha menos que um salário mínimo de renda média familiar; 10,23% são desempregados; 17,96% são bóias-frias; e 13,72%, aposentados e pensionistas. O estudo salienta que a maioria das áreas consideradas favelas são públicas e de preservação, principalmente fundos de vale e áreas de risco. Apenas 18,46% são particulares.

Para a Região Metropolitana de Curitiba oficialmente instituída, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) realizou levantamento de áreas de invasões em 1997, que revela a existência de 29.284 domicílios na região. A grande maioria deles situa-se em municípios limítrofes a Curitiba, em áreas próximas às fronteiras administrativas. São 6.253 em Colombo, 4.785 em Almirante Tamandaré, 4.202 em Piraquara, 3.838 em São José dos Pinhais, 2.293 em Pinhais, 1.723 em Campo Largo, 1.557 em Fazenda Rio Grande e 1.552 em Araucária, formando um anel em todo o perímetro de Curitiba. No conjunto, o levantamento informa a existência de população aproximada de 122.700 habitantes, correspondendo a 12,27% da população da região. O mesmo levantamento agrega in-

formações fornecidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc): no pólo metropolitano há 180 áreas de invasão, com 32.346 domicílios e população estimada de 121.298 habitantes, ou 8,03% da população do município.

Em Santa Catarina, estudo do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuf) identificou 28 áreas carentes na ilha e 18 no continente, com estimativa de 32.202 habitantes, 12,63% da população total do município. O estudo considera como áreas carentes aquelas resultantes de agrupamentos populacionais, onde cerca de 70% das famílias têm renda de até três salários mínimos e apresentam problemas na habitação, infra-estrutura sanitária e equipamentos urbanos.

Dados municipais identificam em Palhoça, na grande Florianópolis, oito áreas carentes com 828 famílias, e apenas 5,6% delas sempre moraram no município.

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/SC) estima déficit habitacional na Grande Florianópolis de 21.075 moradias para famílias com baixa renda, principalmente em São José e Palhoça, dois dos municípios com as maiores taxas de crescimento populacional nos últimos anos.

A carência nessas áreas é crítica no que se refere a saneamento, com implicações diretas na saúde dos moradores. Os indicadores de saneamento básico, reproduzindo o padrão, demonstram que sua qualidade nas aglomerações metropolitanas é bastante heterogênea, com maior cobertura apenas no abastecimento de água por rede. Os pólos sempre se destacam com o desempenho acima da média dos estados. Numa escala decrescente abaixo da média está a maioria dos municípios periféricos, reproduzindo os resultados de um processo de ocupação e atendimento a demandas conduzido por forte segregação socioespacial. Porém, internamente a cada município, as piores condições são percebidas nas áreas de favelas e outras ocupações precárias.

A associação entre as condições sociais (medidas por domicílios com crianças de 11 a 14 anos analfabetas e/ou chefiados por mulheres com até um salário mínimo de rendimento mensal) e o saneamento básico (medido pela ausência de qualquer forma de esgotamento sanitário) sintetizam-se no indicador *domicílios e pessoas em condição precária* (IBGE/Ipea, 1996). Esse indicador confirma a exclusão nessas aglomerações e aponta para as proporções mais elevadas de domicílios precários nos municípios periféricos ao pólo: na aglomeração metropolitana de Porto Alegre, o pólo tem a proporção de 16,94% domicílios precários, e em municípios como Viamão, tipicamente *dormitório*, essa proporção é de 35,39%; em Parobé, 41,55%; e em Portão, 54,56%. Na aglomeração metropolitana de Curitiba, em Mandirituba, é de 56,87%; em Colombo, 52,15%; em Almirante Tamandaré, 39,9% – esses considerados *dormitórios* –; já em Curitiba, essa proporção está em 17,72%. Na aglomeração de Florianópolis, o pólo apresenta a proporção de 16,22%, Biguaçu, 28,27%, e Palhoça, 21,58%.

Algumas diferenças regionais quanto à qualidade de vida têm sido reveladas por estudos recentes que apontam a região Sul como a que apresenta os melhores indicadores. São dessa região os primeiros municípios do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 1998), assim como as melhores condições quanto aos indicadores de pobreza e qualidade de vida (Peliano, 1993). No entanto, conforme aponta essa análise desagregada, fica claro que as disparidades sociais em termos intra-regionais são muito acentuadas, tanto no que se refere ao comportamento diferenciado entre os três estados da região – desfavorecendo o Paraná –, quanto internamente a cada estado, constatando-se situações críticas na metade sul do Rio Grande do Sul e nas áreas de esvaziamento do Paraná e de Santa Catarina. Tais diferenças são ainda mais acentuadas quando se penetra no interior das aglomerações urbanas e metropolitanas, onde se encontram situações de grande precariedade.

Em muitas dessas, com médias de atenção às demandas sociais em proporções mais críticas, e com menores oportunidades econômicas, podem estar contidos os municípios mais carentes dos estados. Em qualquer caso, onde quer que haja periferias urbanas, essas estarão contendo carências sociais generalizadas, sintetizadas na falta de emprego e na tendência de crescimento da violência, tornando-se, portanto, o objeto de prioridade para as políticas sociais.

A característica das periferias é a presença de moradores de baixos rendimentos, portanto mais necessitados de atenção. Tais ocupações correspondem a parcelas territoriais de municípios menos dinâmicos economicamente e financeiramente dependentes, que nem sempre têm condições de atender com recursos próprios às demandas sociais.

Essas periferias esbarram, ainda, em estruturas institucionais frágeis, incapazes de solucionar os problemas jurídico-institucionais – que envolvem processos de regulamentação da posse da terra e formulação de políticas fundiárias em relação ao uso do solo, no âmbito intra-urbano –, como também, principalmente, a alocação de infra-estrutura e serviços sociais básicos com qualidade, em um exercício conjunto entre os municípios, para o desempenho das funções públicas de interesse comum, em áreas de ocupação contínua.

4 Mudanças Econômicas e Impactos sobre a Rede Urbana

A dinâmica econômica da região Sul vem sofrendo uma série de transformações nos últimos anos, e seus efeitos são sensíveis na dimensão social e nos arranjos espaciais, exigindo novos mecanismos institucionais de planejamento e gestão.

A inserção dos estados do Sul na dinâmica dos segmentos modernos da metal-mecânica, até algumas décadas atrás mais restritos ao Sudeste brasileiro, favorece o eixo que se estende desde a aglomeração metropolitana de Curitiba, passando pelo leste catarinense, que envolve as aglomerações de Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma, até a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que incorpora a aglomeração urbana de Caxias do Sul.

Esse eixo, em toda a sua extensão, percorre rodovias federais, objetos recentes de duplicação. São 1.070 quilômetros de rodovias ligando São Paulo ao Paraná, pela BR 116, e o Paraná a Osório, no Rio Grande do Sul, pela BR 101, cruzando todo o leste catarinense. Essa duplicação, com a melhoria nas condições de segurança e redução dos custos de transportes, vai favorecer a região Sul e, em particular, fortalecer a integração ao Mercosul.

Ao longo desse eixo, situam-se os municípios com as maiores taxas de crescimento populacional da região nas últimas décadas, constituindo extensa área de forte concentração econômica e demográfica.

As vantagens comparativas desse eixo fazem com que se dirijam para lá os principais investimentos em curso ou previstos para o Sul. Embora com políticas de atração e/ou reforço de investimentos diferenciadas entre os três estados, esse eixo seguramente configurará um complexo econômico e social de grandes proporções no cenário da urbanização brasileira.

Em menor escala, o fenômeno da concentração também ocorre em outras áreas, movido por atividades tanto de uma indústria diversificada quanto da agroindústria, que exercem importante papel na configuração da rede de cidades do interior dos estados.

Paralelamente à tendência de concentração, o esvaziamento terá seu curso na região, movido pela continuidade da modernização do setor agropecuário. Persistirá em áreas antigas e incorporará novas áreas, em um processo que se intensifica, não se restringindo ao rural, mas atingindo também centros urbanos.

4.1 Tendências e Impactos Econômicos

Os três estados do Sul têm em comum a tendência de fortalecimento dos segmentos modernos da metal-mecânica. O Paraná, com uma estrutura embrionária, é alavancado por uma política estadual de atração de novos investimentos, que concede incentivos fiscais e financeiros e investimentos diretos. O montante aproximado de novos investimentos ultrapassa os US$ 7 bilhões destinados, em elevadas proporções, à metal-mecânica, liderada por três montadoras. Além dessa política, contam na atratividade as vantagens locacionais da proximidade do mercado do Sudeste e do porto de Paranaguá e a oferta de infra-estrutura de energia elétrica, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias, dentre outros fatores.

A maior das montadoras, a Renault, tem investimentos de US$ 1,12 bilhão. A Chrysler, com investimentos de US$ 315 milhões, a Volkswagem/Audi, com US$ 750 milhões, e mais a expansão das atividades da Volvo, New Holland, Krone e Bosch representam um adensamento do segmento metal-mecânico, em particular do gênero de transporte, no estado. Essas vantagens também estarão atraindo grande número de fornecedores e empresas complementares.

Contudo, mais que das próprias montadoras, a densificação do parque automotivo depende de uma estruturação dos fornecedores que viabilize a agregação dos segmentos locais. A possibilidade desse envolvimento dependerá de uma gestão que articule uma política estadual/regional, já que atualmente o setor se movimenta muito mais na dependência da atuação financeira privada que de incentivos e recursos públicos para as empresas locais.

Os impactos dessas linhas de atuação já são perceptíveis e confirmam o reforço das áreas de aglomeração pela concentração dos investimentos econômicos previstos. Dos novos investimentos, ou dos previstos para o Paraná, a grande maioria, na linha da metal-mecânica, destinam-se à aglomeração metropolitana de Curitiba (60,92%), mais precisamente aos municípios de São José dos Pinhais, que sedia a localização das duas maiores montadoras (Renault e Volkswagem/Audi); Campo Largo, que sedia a Chrysler; Araucária e Curitiba, dentre outros (Tabela 13).

Santa Catarina, com uma política distinta, centrada no esforço de retenção dos grupos existentes e no apoio a novos, instituiu o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), pautado em incentivos fiscais. Nesse programa, entre 1995 e 1998, encontram-se 49 empresas inscritas, cujos investimentos previstos correspondem a projetos da indústria têxtil (27,08%), da agroindústria (20,31%) e dos demais segmentos industriais (52,61%). Esses investimentos obedecem espacialmente à hierarquia dos pólos econômicos. O maior montante está destinado à aglo-

TABELA 13
ESTADO DO PARANÁ — INVESTIMENTOS PREVISTOS (1996-99)

Continuação

Local	Gênero	Investimentos (US$ Milhões/ Participação %)
Metropolitana de Curitiba e Região		**4.137,65 (60,92%)**
Araucária	Química	11,43
Araucária	Metal-mecânica	20,00
Araucária	Metal-mecânica	325,00
Araucária	Metal-mecânica	30,00
Campo Largo	Bebidas	3,43
Campo Largo	Metal-mecânica	315,00
Campo Largo	Metal-mecânica	500,00
Campo Largo	Metal-mecânica	14,00
Campo Largo	Metal-mecânica	10,00
Curitiba (CIC)	Não-metálicos	7,00
Curitiba	Química	25,00
Curitiba	Gráfica	6,00
Curitiba	Alimentos	11,50
Curitiba	Metal-mecânica	130,00
Curitiba (CIC)	Metal-mecânica	13,71
Curitiba (CIC)	Plástico	4,86
Curitiba (CIC)	Metal-mecânica	60,00
Curitiba e Almirante Tamandaré	Metal-mecânica	58,86
Fazenda Rio Grande	Têxtil	7,71
Fazenda Rio Grande	Metal-mecânica	14,29
Lapa	Metal-mecânica	6,50
Mandirituba	Bebidas	2,00
Piên	Madeira	30,00
Piên	Madeira	180,00
Pinhais	Plástico	1,71
Pinhais	Metal-mecânica	0,91
Pinhais	Metal-mecânica	3,14
Piraquara	Plástico	9,71
Piraquara	Madeira	10,00
Quatro Barras	Bebidas	4,57
Quatro Barras	Têxtil	18,00
Quatro Barras	Metal-mecânica	40,00
Quatro Barras/São José dos Pinhais	Metal-mecânica	30,00
Rio Branco do Sul	Não-metálicos	2,29
Sao José dos Pinhais	Plástico	6,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	1,03
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	6,86
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	6,86
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	26,29
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	120,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	1.000,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	750,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	50,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	35,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	35,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	35,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	50,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	8,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	25,00
São José dos Pinhais	Metal-mecânica	35,00
São José dos Pinhais	Plásticos	35,00
Litoral		**54,90 (0,81%)**
Paranaguá	Alimentos/Química	54,90
Aglomeração de Ponta Grossa		**644,86 (9,49%)**
Carambeí	Agroindústria	41,14
Castro	Alimentos	6,00
Castro	Alimentos	33,00
Ponta Grossa	Madeira	74,29
Ponta Grossa	Papel/Papelão	50,00
Ponta Grossa	Mecânica	13,00
Ponta Grossa	Alimentos	57,43
Ponta Grossa	Têxtil	90,00
Ponta Grossa	Bebidas	130,00
Ponta Grossa	Borracha	150,00
Aglomeração do Norte		**921,37 (13,57%)**
Apucarana	Bebidas	5,00
Apucarana	Têxtil	42,00
Cambé	Couro	30,00
Cambé	Metal-mecânica	4,57
Cornélio Procópio	Alimentos	10,00
Cornélio Procópio	Metal-mecânica	10,00
Londrina	Plástico	5,71
Londrina	Bebidas	9,14
Londrina	Plástico	1,37
Londrina	Confecções	1,71
Londrina	Plástico	2,86
Londrina	Alimentos	28,00
Londrina	Papel/Papelão	65,00
Londrina	Papel/Papelão	90,00
Londrina	Metal-mecânica	130,00
Londrina	Metal-mecânica	300,00

Continua

TABELA 13
ESTADO DO PARANÁ — INVESTIMENTOS PREVISTOS (1996-99)

Continuação

Local	Gênero	Investimentos (US$ Milhões/ Participação %)
Londrina	Borracha	166,00
Maringá	Química	20,00
Aglomeração do Oeste		**98,30 (1,45%)**
Cafelândia	Agroindústria	10,30
Cascavel	Alimentos	32,00
Matelândia	Alimentos	56,00
Pólos e Subpólos		**466,00 (6,86%)**
Campo Mourão	Plástico	9,10
Campo Mourão	Agroindústria	4,60
Guarapuava	Bebidas	2,30
Guarapuava	Bebidas	3,00
Guarapuava	Papel/Papelão	35,00
Paranavaí	Têxtil	50,00
Paranavaí	Alimentos	30,00
Paranavaí	Alimentos	8,00
Telêmaco Borba	Papel/Papelão	206,00
Umuarama	Bebidas	6,00
Umuarama	Têxtil	5,00
União da Vitória	Alimentos	107,00

Continua

Conclusão

Local	Gênero	Investimentos (US$ Milhões/ Participação %)
Demais Municípios		**468,89 (6,90%)**
Andirá	Têxtil	27,00
Astorga	Papel	0,61
Irati	Metal-mecânica	20,00
Irati	Metal-mecânica	8,50
Itaipulândia	Agroindústria	3,03
Itapejara do Oeste	Alimentos	17,80
Ivaté	Química	20,00
Jaguariaíva[a]	Madeira	80,00
Marilena	Agroindústria	1,71
Palotina	Alimentos	4,50
Palotina	Alimentos	65,00
Paranacity	Química	20,00
Prudentópolis	Têxtil	38,00
Prudentópolis	Têxtil	38,00
Prudentópolis	Têxtil	38,00
Rio Azul	Agroindústria	4,57
São Mateus do Sul	Têxtil	6,60
Tapejara	Química	20,00
Ubiratã	Alimentos	23,00
União da Vitória	Agroindústria	32,57

Fonte: Ipardes - Análise Conjuntural (posição julho de 1999).
Notas: Total previsto: US$ 6.791,96.
Para São José dos Pinhais, há ainda 9 empresas no gênero Metal-mecânica sem valores definidos.
(a) US$ 50 milhões de reserva.

meração de Joinville e volumes de recursos um pouco menores à aglomeração de Blumenau e ao oeste catarinense (Tabela 14).

Santa Catarina deve beneficiar-se com a proximidade de seu pólo metal-mecânico – situado na aglomeração de Joinville – ao da aglomeração de Porto Alegre, bem como ao pólo automotivo em implantação na aglomeração de Curitiba. A integração desses pólos tem como fator indutor a presença de diversas empresas da metal-mecânica e da indústria de matéria plástica, com expressão nacional e qualificadas empresarial e tecnologicamente, já atuando como fornecedoras de autopeças no mercado nacional. Além disso, como segmento automotivo, essas empresas enquadram-se como prioridade no Prodec, com direito aos estímulos e apoio do Programa que vem gerando seu processo de reestruturação e modernização produtiva.

Vale observar que, para o mercado de trabalho formal, em ambos os estados, os segmentos da metal-mecânica apresentam o cenário mais positivo, embora reconhecidamente seletivo e restrito. O Paraná ofereceu, em 1996, 55.639 postos de trabalho nesse segmento, 18,20% dos empregos industriais, com saldo favorável no período (3.859 postos). Em Santa Catarina, particularizando o gênero mecânica e transporte, houve acréscimo de 14.066 postos no período, num total de 34.174 empregos ofertados, que representam 11,15% dos empregos industriais em 1996 (Tabelas A.12 e A.13, dos anexos).

Os demais segmentos estruturantes das aglomerações sulinas encontram-se, de modo geral, pressionados por exigências de reestruturação tecnológica e empresarial, assim como de reconversão produtiva e deslocamentos espaciais.

TABELA 14
ESTADO DE SANTA CATARINA — INVESTIMENTOS PREVISTOS PELO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS (PRODEC) (1995-98)

Local	Gênero	Investimentos (R$ 1.000,00/ Participação %)
Aglomeração Pré-metropolitana de Florianópolis		**72.312,74 (6,02%)**
Florianópolis	Industrial	4.530,55
São José	Industrial	62.743,52
Antônio Carlos	Industrial	5.038,68
Aglomeração de Joinville		**439.695,00 (36,59%)**
Joinville	Industrial	155.449,53
Joinville	Agroindustrial	3.348,31
Joinville	Têxtil	3.913,00
Jaraguá do Sul	Industrial	179.057,17
Jaraguá do Sul	Têxtil	85.375,21
Guaramirim	Industrial	9.236,23
Guaramirim	Têxtil	3.315,55
Aglomerações de Blumenau e Itajaí		**266.686,61 (22,19%)**
Blumenau	Industrial	40.336,15
Blumenau	Têxtil	172.109,39
Indaial	Têxtil	1.072,26
Brusque	Têxtil	48.231,19
Guabiruba	Têxtil	1.641,80
Pomerode	Industrial	628,47
Itajaí	Têxtil	2.667,36
Aglomerações do Oeste		**335.057,13 (27,87%)**
Caçador	Industrial	49.261,72
Capinzal	Agroindustrial	58.979,00
Chapecó	Industrial	5.000,00
Chapecó	Agroindustrial	30.108,22
Concórdia	Agroindustrial	39.479,97
Guarujá do Sul	Agroindustrial	6.870,22
Herval d'Oeste	Agroindustrial	17.520,00

Continua

Conclusão

Local	Gênero	Investimentos (R$ 1.000,00/ Participação %)
Ipumirim	Agroindustrial	5.168,96
Itapiranga	Industrial	1.088,25
Quilombo	Industrial	23.516,11
Salto Veloso	Agroindustrial	9.386,00
São Lourenço d'Oeste	Industrial	14.660,73
São Lourenço d'Oeste	Industrial	1.813,46
Videira	Agroindustrial	69.023,00
Xaxim	Industrial	2.181,50
Xaxim	Têxtil	1.000,00
Aglomeração de Criciúma		**9.446,60 (0,79%)**
Criciúma	Industrial	4.592,36
Criciúma	Agroindustrial	274,00
Criciúma	Têxtil	1.538,50
Nova Veneza	Industrial	3.041,74
Eixo de São Bento do Sul		**58.113,84 (4,84%)**
São Bento do Sul	Industrial	27.233,68
São Bento do Sul	Têxtil	1.925,70
Rio Negrinho	Industrial	954,47
Mafra	Industrial	28.000,00
Pólos e Subpólos		**14. 429,11 (1,20%)**
Lages	Industrial	2.690,00
Lages	Agroindustrial	5.539,11
Lages	Agroindustrial	6.200,00
Demais Municípios		**6.039,16 (0,50%)**
Agrolândia	Industrial	228,82
Praia Grande	Industrial	1.216,00
Campos Novos	Industrial	2.796,59
Porto União	Industrial	660,75
Luzerna	Industrial	1.137,00

Fonte: SDE/Secretaria Executiva do Prodec-SC.
Notas: Posição em 13/10/1998.
Total previsto: R$ 121.780,22 milhões.

Nesse contexto, a agroindústria, em suas diferentes especialidades, deve continuar como o fator de sustentação da economia de grande parte do interior do Paraná e de todo o oeste catarinense. Contudo, dificilmente vai reproduzir o desempenho anterior. No Paraná, já é nítido o esgotamento de sua dinâmica em bases extensivas, sem a possibilidade de incorporação de novas áreas ou de ganhos expressivos de produtividade que assegurem maior oferta. As alternativas de sua expansão são de duas ordens: o deslocamento para novas regiões produtoras – o que já é evidente em direção ao Centro-oeste brasileiro – ou o seu avanço para um novo padrão agroindustrial orientado para a produção de bens mais elaborados, condizentes com a qualidade e a estratégia das grandes indústrias de alimentos.

Os indicativos nessa direção têm forte liderança das cooperativas e secundariamente das empresas. Ajustando-se às exigências da competitividade, essas entram em

um processo de incorporação e fusão, transferência e abertura de capitais entre si e com empresas nacionais e multinacionais. São exemplos o acordo entre a Coamo e a Cocamar, quanto ao processamento da produção de grãos, estabelecendo a transferência do excedente da primeira para processamento pela segunda; a transferência do controle acionário da Batavo para a Parmalat; a fusão entre a Clac e a Witmarsun, na linha láctea, resultando na Centralpar, dentre outros.

Tais modificações sinalizam para uma mudança de patamar, com o aumento da competitividade nos mercados interno e externo e a incorporação de novas tecnologias. No plano regional, implicam total desvinculação da proximidade da matéria-prima, prescindindo do lugar de origem. Da mesma forma, no plano empresarial, passam a ser regidas por comandos externos, que atendem a vantagens locacionais de outra ordem, nem sempre em consonância com os interesses locais.

Nessa área, no Paraná, os investimentos encontram-se distribuídos com certo equilíbrio entre os principais pólos e aglomerações. Para a aglomeração de Ponta Grossa, estão previstos quatro novos investimentos em alimentos e um na área têxtil; para a de Londrina, dois em alimentos, um têxtil e um sucoalcooleiro; para a região de Cascavel, três em alimentos; para o pólo da mesorregião noroeste, Paranavaí, dois em alimentos e um têxtil. Outras três mesorregiões – a norte pioneiro, a centro-sul e a sudeste – serão contempladas com cinco investimentos do gênero têxtil; Curitiba e Paranaguá, com dois no gênero de alimentos.

O segmento agroindustrial catarinense, diferentemente do Paraná, ostenta o perfil de uma sofisticada indústria de alimentos. Contudo, sua posição nos mercados nacional e internacional depende de aumentos de produção e produtividade em todos os segmentos da cadeia produtiva do complexo. Assim, ainda que a política estadual defina também esse segmento como área prioritária de incentivos fiscais, via Prodec, a retenção de seus reinvestimentos será limitada. Os planos de expansão dos grandes grupos – como Perdigão, Sadia e Ceval – incluem Santa Catarina, porém os maiores montantes destinam-se a novas áreas de atuação no Centro-oeste e em outros países.

Nesse processo de deslocamento de capitais, pesam fatores de ordem econômica decisivos para elevar o grau de competitividade, como as vantagens comparativas de uma expansão da agropecuária em um novo patamar produtivo. São visíveis os limites à modernização da base produtiva pecuária em território catarinense, comprometendo a elevação da oferta de aves e suínos. Contudo, devem permanecer em Santa Catarina as unidades de processamento mais elaborado.

A produção pecuária, especialmente de aves, também expande seu lado moderno para o Centro-oeste, ficando no estado o seu tradiconal modelo de produção integrado. A produção agrícola continua avançando na modernização, com ganhos de produtividade e investimentos em tecnologia. Isso vai representar a eliminação permanente e contínua das oportunidades que ainda restam a pequenos produtores, a exemplo do que ocorre com a cotonicultura paranaense, que tende a transformar-se, de uma lavoura de pequenos produtores não-proprietários, a uma produção mecanizada em grandes extensões.

O cenário mais crítico da economia catarinense está na fragilização do parque produtivo com a crise do complexo têxtil e de confecção, centrado na aglomeração urbana de Blumenau. Esse setor passa pela necessidade de reestruturação de toda a cadeia produtiva, adaptando-se às inovações tecnológicas, intensivas em capital. Através do Prodec, têm sido destinados recursos substanciais para investimentos; entretanto, a defasagem do parque catarinense diante da concorrência mundial é extremamente elevada. A capacidade de competição, mesmo das empresas de grande porte, diminui consideravelmente nos mercados internos e externos e atinge toda a cadeia produtiva, a começar pela fiação, profundamente abalada com a *comoditização* do algodão. Mesmo assim, esse segmento tem fôlego para recompor-se tanto no Paraná quanto em Santa Catarina.

O segmento da confecção, também na aglomeração de Blumenau, tem sido menos afetado por avanços tecnológicos, sofrendo maior impacto com a abertura do mercado. Apresenta grandes desvantagens quanto ao custo da mão-de-obra no mercado de trabalho nacional e internacional; porém, como importante parque têxtil e de confecção, dispõe de elevada qualificação. A estruturação desse complexo deverá representar sua especialização em área de maior competitividade, ao lado da exploração de nichos para artigos mais bem elaborados, o que não deve impedir um drástico enxugamento.

Em torno da dinâmica desses três complexos, são geradas as principais oportunidades do mercado de trabalho do estado. Tomando-se como referência o emprego formal da indústria, o segmento têxtil e de confecção, com 80.175 empregos em 1996 – 26,16% do emprego estadual –, apresenta saldo negativo de 7.625 postos de trabalho em dez anos. Pesquisa da Federação da Indústria de Santa Catarina (Fiesc), em uma amostra de 42 empresas, informa que, entre 1992 e 1996, o número de demitidos chega a 11.600 empregados.

A agroindústria, com metade desse número (42.731 empregos gerados em 1996) e com excelente desempenho no período, tem saldo positivo de 2.919 postos, porém dificilmente deverá manter, no estado, o mesmo ritmo de expansão.

A trajetória dos gêneros madeira, mobiliário e papel-papelão aponta para um interesse cada vez mais complementar no uso de madeiras reflorestadas, com resulta-

dos favoráveis, principalmente para madeira e mobiliário, em adaptação à restrição do uso de matas naturais como principal fonte de matéria-prima. Destaca-se a modernização tecnológica e gerencial, bastante seletiva na madeira e mobiliário e reforçada na atividade papeleira, com pesado ônus para o mercado de trabalho, uma vez que esses gêneros são grandes empregadores nos estados do Sul.

O Rio Grande do Sul tem sido um dos espaços privilegiados pelas decisões locacionais do capital industrial no contexto brasileiro, já há algumas décadas e também por blocos de investimentos de empresas estatais (Refinaria Alberto Pasqualini, Aços Finos Piratini e III Pólo Petroquímico). Com o advento do Tratado de Assunção e com pesados incentivos decorrentes da guerra fiscal e da boa vontade dos governos da União e do estado, o Rio Grande do Sul reforçou seu credenciamento para capturar novos investimentos no verdadeiro leilão que se estabeleceu no país. Tomando como referência o volume de investimentos industriais incentivados pelo Fundo de Operação Empresa do Rio Grande do Sul (Fundopem), no período de 1994 a julho de 1997, constata-se que o total atinge US$ 7,33 bilhões (Governo do Estado..., 1998) (Tabela 15). Somando-se os novos projetos anunciados no segundo semestre de 1997, essa cifra eleva-se para algo em torno de US$ 7,6 bilhões. No período considerado, alguns desses projetos maturam e outros estão em fase de implantação. Isso significa que, definidas suas locações, constituem inversões que apontam com nitidez os rumos da espacialidade do estado nos próximos anos.

Do total desses investimentos, 96,55% estão previstos para localizar-se em apenas três aglomerações urbanas do estado: RMPA e municípios do entorno, AURNe e aglomeração urbana de Pelotas/Rio Grande. Somente na primeira, a previsão é de investir 83,06% do total do Rio Grande do Sul, sendo 7,7% na extensa área que a circunda; na AURNe, 5,15%; e na de AURPelotas/Rio Grande, 8,34%. Dos 3,45% restantes, parte (2,16%) será distribuída no conjunto de municípios que constitui as aglomerações descontínuas localizadas no Planalto e nas suas proximidades, e 1,29% serão dispersos entre os demais municípios do estado.

Essas informações indicam aumento substancial da concentração espacial do parque industrial do estado na RMPA. Além disso, expressam a tendência ao espraiamento das localizações industriais para fora dos limites da RMPA, acompanhada, no presente, por um movimento de reconcentração no interior da mesma, em municípios em que se acreditava estarem esgotadas as possibilidades de atração de novas plantas por causa dos custos elevados do solo e das deseconomias de aglomeração. Dois aspectos desse ciclo de investimentos industriais contribuíram para superar as restrições a novas indústrias na RMPA. O primeiro refere-se à natureza de novos segmentos industriais no estado, como é o caso do ramo automotivo e de toda sua cadeia mais imediata. Sabe-se que esse tipo de atividade tem como um de seus requerimentos mais importantes a existência de economias de aglomeração e urbanização. No Rio Grande do Sul, tal condição está presente com maior intensidade em alguns municípios da RMPA, o que torna compreensível a exigência das montadoras. O segundo aspecto está ligado aos incentivos e benefícios proporcionados pelo governo do estado, que certamente permitiu a compensação dos custos que esses locais imporiam à produção industrial em geral, se os mecanismos de localização fossem estabelecidos exclusivamente pelo mercado. Esse último aspecto vale também para os ramos industriais que já operam na RMPA e que têm sua expansão planejada para essa região. Quase todos os gêneros industriais estão contemplados nessa expansão de investimentos na RMPA pelos incentivos do Fundopem.

Contrariando as expectativas, a AURNe oficial absorveu apenas 4,16% dos investimentos no período. Atingem 5,18% se somados aos valores de municípios que são, de alguma forma, uma expansão do aglomerado – Vacaria, Cambará do Sul, Vila Flores, Nova Prata, Guaporé, Antônio Prado, Nova Araçá e São Francisco de Paula, que estão recebendo 1,02% do total dos investimentos do estado, ou US$ 74,2 milhões. A composição desse volume de investimentos é diversificada, com destaque para a consolidação dos gêneros que constituem a base industrial da aglomeração, como o complexo metal-mecânico, material de transportes, madeira e móveis, produtos de matéria plástica, material elétrico e de comunicações, bebidas, dentre outros. O que deve ser enfatizado neste caso é justamente a continuação de um processo de diversificação industrial calcado em indústrias de bens intermediários e de consumo final que operam com alto valor agregado, assegurando para a região o lugar de segundo pólo industrial do estado.

Para a área de expansão metropolitana, está previsto o recebimento de expressivo volume de investimentos (em torno de 7,7%, ou US$ 565 milhões). Esses serão distribuídos entre Santa Cruz do Sul/Venâncio Aires, Lageado/Estrela/Teutônia e Taquari – todos a oeste da RMPA –, Três Coroas ao norte, Osório e Mostardas a leste e Camaquã e Barra do Ribeiro ao sul. A idéia de que o crescimento industrial da RMPA se espraia para áreas imediatatamente fora de seus limites – tendência já detectada nas décadas de 70 e 80 – confirma-se com o movimento atual. Na verdade, o espaço perimetropolitano é uma expansão do campo aglomerativo da própria RMPA. Nesse território, aqueles gêneros que não exigem, para sua reprodução, a existência de alto grau de aglomeração urbano-industrial podem operar a custos mais baixos, ao

TABELA 15
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — INVESTIMENTOS PREVISTOS PELO FUNDO DE OPERAÇÃO EMPRESA DO RIO GRANDE DO SUL (FUNDOPEM) (1994-97)

Conclusão

Local	Investimentos (US$ Milhões)	Participação (%)
Aglomeração Metropolitana de Porto Alegre	**6.089,6**	**83,06**
Guaíba	1.031,8	14,07
Cachoeirinha	863,9	11,78
Gravataí	833,5	11,37
Triunfo	796,2	10,86
Canoas	606,7	8,27
Charqueadas	353,1	4,82
Nova Santa Rita	350,0	4,77
Santa Cruz do Sul	322,8	4,40
Viamão	171,1	2,33
Porto Alegre	155,4	2,12
Estrela	72,6	0,99
Eldorado do Sul	45,7	0,62
Novo Hamburgo	44,7	0,61
São Leopoldo	43,3	0,59
Sapucaia do Sul	42,9	0,59
Venâncio Aires	41,2	0,56
Lajeado	31,5	0,43
Esteio	23,6	0,32
Três Coroas	20,0	0,27
Sarandi	15,0	0,20
Parobé	13,7	0,19
Campo Bom	10,1	0,14
Portão	6,0	0,08
Sapiranga	5,1	0,07
Barra do Ribeiro	4,6	0,06
Teutônia	2,6	0,04
Alvorada	0,6	0,01
Ivoti	0,6	0,01
Salvador do Sul	0,5	0,01
Nova Araçá	0,4	0,01
Vila Flores	0,4	0,01
RMPA (sem definição)	180,0	2,46
Aglomeração de Caxias do Sul	**378,0**	**5,15**
Caxias do Sul	215,5	2,94
Bento Gonçalves	60,9	0,83
Nova Prata	58,7	0,80
Farroupilha	8,8	0,12
Flores da Cunha	7,2	0,10
Garibaldi	6,9	0,09
São Francisco de Paula	5,7	0,08
Guaporé	5,4	0,07
Carlos Barbosa	4,7	0,06
Antônio Prado	2,4	0,03
São Marcos	1,1	0,02
Vacaria	0,7	0,01
Aglomeração de Pelotas	**611,1**	**8,34**
Rio Grande	606,0	8,27
Pelotas	5,1	0,07
Aglomeração de Ijuí	**57,3**	**0,78**
Horizontina	41,0	0,56
Ijuí	8,8	0,12
Panambi	7,5	0,10
Aglomeração de Passo Fundo	**101,0**	**1,38**
Marau	32,6	0,44
Erechim	24,9	0,34
Carazinho	23,2	0,32
Passo Fundo	15,5	0,21
Estação	4,8	0,07
Demais Municípios	**94,9**	**1,29**
Taquari	43,4	0,59
Osório	16,4	0,22
Alegrete	8,8	0,12
Camaquã	5,5	0,08
Candiota	4,8	0,07
Mostardas	4,0	0,05
Uruguaiana	3,2	0,04
Não-Me-Toque	2,5	0,03
São Gabriel	1,8	0,02
Espumoso	1,3	0,02
Encruzilhada do Sul	0,8	0,01
Barra Funda	0,7	0,01
Casca	0,6	0,01
Quaraí	0,6	0,01
Cambará do Sul	0,5	0,01

Continua

Fonte: Projeto RS2010 Investimentos - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - 1998.
Nota: Total previsto: US$ 7.331,9 milhões.

mesmo tempo que absorvem as vantagens da proximidade do aglomerado metropolitano. Assim, alguns centros localizados nessa área acabam atraindo investimentos industriais e com isso se credenciando a ser incorporados à RMPA ou se constituir em aglomerado urbano não-metropolitano. São os casos de Santa Cruz do Sul/Vera Cruz/Venâncio Aires e Lageado/Estrela/Teutônia e os respectivos municípios mais próximos. Nessa mesma condição, o município de Montenegro foi recentemente incorporado à RMPA.

A AUPelotas/Rio Grande é outro pólo que está recebendo expressivo volume dos novos investimentos industriais (8,34% do total). Todavia, neste caso, é necessário esclarecer que os US$ 611,1 milhões estão concentrados em apenas dois gêneros ou dois projetos de grande porte: madeira e minerais metálicos. O primeiro concentra o investimento em uma fábrica de painéis com produção semelhante à chapa de madeira compensada, voltada aos setores de embalagem, construção civil e moveleiro. Esse projeto é o complemento de outras atividades de uma empresa canadense que já dispõe de 21.700 hectares de florestas de *Pinus elioti* e eucalipto em São José do Norte e Rio Grande. Portanto, trata-se de um complexo que se verticaliza e que tem como objetivo os mercados interno (35% da vendas) e o externo (65% das vendas). O segundo é também um complexo verticalizado, constituído por cinco unidades – uma unidade de lavra, uma de separação de minerais pesados, uma planta de zircônio, uma de rutilo sintético e uma de pigmento de titânio –, projetado para a extração e o beneficiamento de titânio e zircônio, também localizado nos municípios de São José do Norte e Rio Grande. Trata-se de um projeto importante, mas com características de *enclave industrial*, com poucas possibilidades em termos de atração de empresas, com vistas a formar na região toda a sua cadeia produtiva. Os demais projetos são de pequena monta e pertencem a ramos já existentes nos dois centros mais importantes da aglomeração. O conjunto de projetos destinado ao AUPelotas/Rio Grande certamente reforçará a importância industrial no contexto do sul do estado, mas não será suficiente para alavancar uma fase de desempenho econômico melhor do que o que vinha sendo obtido nas últimas décadas.

A região do Planalto, composta da mesorregião noroeste riograndense está recebendo 2,16% dos investimentos do estado (ou US$ 178,4 milhões), que estão geograficamente concentrados nas duas aglomerações descontínuas: Erechim, Passo Fundo e Carazinho e alguns municípios de seu entorno, os quais também estão recebendo investimentos industriais; Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina, mais o município de Espumoso, igualmente privilegiado como local para sediar novos investimentos no setor industrial. Essas aglomerações descontínuas estão consolidando a sua centralidade na região, na medida em que já constituem o principal pólo de crescimento há duas ou três décadas. É possível que venham a formar em futuro próximo novas aglomerações urbanas no estado. Para tanto, parecem já existir todas as condições prévias, dado que tais centros dispõem de infra-estrutura urbana e ofertam grande parte dos serviços mais complexos da região. Deve ficar claro, todavia, que estão localizadas em uma região tipicamente agropecuária (principalmente lavoureira), portanto seu fortalecimento depende, em grande medida, da expansão desse setor.

Os novos investimentos industriais dirigidos à mesorregião sudoeste riograndense correspondem a 0,19% do total do estado. Esses investimentos somam US$ 14,4 milhões e estão dispersos por quatro municípios: Uruguaiana, Quaraí, Alegrete e São Gabriel. São investimentos em plantas ligadas à base agropecuária regional, que terão repercussão somente local, portanto, sem possibilidade de alavancagem da renda agregada regional, como seria desejável.

A mesorregião centro-ocidental riograndense, comandada por Santa Maria, não foi contemplada com nenhum dos projetos incentivados pelo Fundopem, ficando fora do cenário industrial do estado, pelo menos no curto prazo.

O rumo dos investimentos aponta a RMPA, e parte dos municípios do seu entorno, e a AURNe como as áreas mais dinâmicas da economia gaúcha. Essa afirmação está baseada não somente no desempenho dos agregados macrorregionais e na crescente diversificação dessas economias, nas últimas décadas, mas também nas preferências dos agentes econômicos em geral com relação às novas localizações. Essas aglomerações e seus espaços imediatos têm sido o receptáculo de atividades industriais que operariam com custos crescentes se optassem pelas áreas mais congestionadas da RMPA. Fazem parte desse movimento, desde 1970, diversos gêneros, com coureiro-calçadista, mobiliário, vestuário, bebidas, metalurgia e material de transporte.

No centro dessas transformações, cresce e consolida-se na economia do Sul uma abertura comercial aos mercados interno e externo, tendo como particularidade uma pauta com a presença significativa de produtos mais elaborados.

Os países do Mercosul, pela proximidade geográfica, tornam-se cada vez mais presentes e considerados nas estratégias empresariais. Entretanto, no âmbito de suas relações, as oportunidades comerciais não apresentam uma particularidade maior para os estados do Sul. Estes encontram-se entre os principais exportadores, porém são superados por São Paulo, que lidera com grande vantagem, e por Minas Gerais. Santa Catarina, ainda que com a menor participação nas exportações, é o estado sulino que vem apresentando maior avanço nessa relação comercial.

A expansão de algumas empresas para os países desse bloco se dá por vantagens locacionais ou de complementaridade, como estratégia de grandes grupos ou cooperativas para fins de ganhos de escala e produtividade. No entanto, é praticamente inexistente uma perspectiva mais política de integração a partir de relações de complementação e reforço mútuos interempresariais, visando a posições mais competitivas do bloco econômico do Mercosul ante outros mercados.

4.2 Tendências e Impactos no Arranjo Socioespacial

O crescimento diferenciado, em grande parte influenciado pela localização de oportunidades econômicas, provocará uma distribuição espacial da população centrada na urbanização e na concentração. O movimento de expansão das aglomerações metropolitanas do Sul, com a incorporação de áreas adjacentes, exercerá importante papel nesse processo. Verdadeiros complexos urbanos passarão a contrastar com regiões que terão como característica uma dinâmica lenta ou até de esvaziamento e estagnação. No entanto, as atividades tradicionais ainda exercem grande influência na possibilidade de retenção populacional no interior dos estados, provocando até mesmo a configuração de eixos de intenso crescimento e aglomerações.

De modo geral, os processos migratórios interregionais e interestaduais dos estados do Sul devem continuar ocorrendo, porém com diferenciações de ritmo e de sentido. É de esperar um arrefecimento contínuo da evasão populacional para fora da região, uma vez que se têm alterado os vetores que orientaram esse movimento no passado recente. Aumentam os fluxos de curta distância, intra-estaduais, tendo continuidade o destino para as áreas de maior concentração. Passam a ser perceptíveis, em maior escala no Rio Grande do Sul, os movimentos intra-urbanos das aglomerações metropolitanas, com fluxos de partida dos pólos no sentido dos municípios periféricos e de aglomerações adjacentes. Os fluxos de migração de retorno que começam a ser vislumbrados, embora tendam a intensificar-se, não chegarão a compensar as perdas de população que a região deve continuar sofrendo.

Assim, é nítida a tendência de concentração da população urbana nas aglomerações, em que deverá haver pequena diminuição nas taxas de crescimento dos municípios polarizadores e a manutenção do ritmo elevado de crescimento dos periféricos, em um movimento que absorve municípios cada vez mais distantes dos pólos. Nessas áreas, a dinâmica de crescimento populacional também será estendida a pequenos e médios municípios. Nas ocupações contínuas litorâneas, a mudança do perfil funcional urbano dos centros, independentemente do tamanho, poderá induzir à manutenção e até à elevação do ritmo de incremento da população.

Com o declínio e/ou automação das atividades industriais, continuará ocorrendo uma regressão do mercado de trabalho com conseqüências diretas na remuneração e na estruturação social. Continuará acontecendo, também, o aumento da informalidade – com trabalhadores sem carteira assinada e daqueles trabalhando por conta própria, sob a exigência de maior escolaridade –, assim como maior concentração de renda, intensificando o processo segregador e excludente da ocupação do espaço urbano. O cenário previsto passa a ser o de cidades divididas, onde a polarização e a segmentação socioespacial resultam no aumento da contradição entre as áreas nobres e a periferia.

Os investimentos em infra-estrutura e serviços reorganizam esses espaços para adequá-los às exigências urbanas de grandes projetos e então qualificá-los para concorrer na atração de atividades econômicas decorrentes dos novos circuitos de produção. Assim, as referências veiculadas sobre a dispersão da atividade econômica ou a localização de atividades modernas em municípios do Sul escondem o fato de que apenas poucos centros, que oferecem melhores vantagens comparativas, serão beneficiados, aprofundando o desnível na capacidade financeira dos municípios. Muitos dos municípios periféricos, preteridos pela escolha da alocação, terão dificuldades em atender às demandas sociais agudizadas pelo afluxo populacional que busca o emprego anunciado pelos novos investimentos. No entanto, as atividades resultantes desses novos circuitos de produção caracterizam-se por um uso seletivo e reduzido de mão-de-obra, não gerando, dessa forma, empregos compatíveis nem com o volume nem com o perfil da demanda que seguramente já está atraindo.

Deve ficar claro que, mesmo nas áreas consideradas dinâmicas ou moderadamente dinâmicas, existem zonas deprimidas economicamente, como ocorrem, por exemplo, nas cidades-dormitório das aglomerações metropolitanas e também de algumas áreas do interior dos estados.

A reorganização do espaço vai reforçar o aparecimento de novas – mas secundárias – centralidades e redirecionar os vetores de segregação socioespacial, reproduzindo o processo seletivo de ocupação já presenciado: a população mais bem empregada e de melhor renda estará localizada no pólo e nesses centros regionais inseridos no *mapa da metrópole*; os excluídos buscarão os mesmos municípios empobrecidos que sustentam o crescimento da região desde décadas anteriores, e que estarão excluídos do processo modernizante ou apenas usufruindo de suas sobras.

Assim, a elevação dos investimentos modernizadores das áreas nobres configura áreas diferenciadas e cria externalidades incorporadas ao valor dos imóveis, definindo a seletividade no acesso e na localização espacial e contribuindo para ampliação das periferias pela falta de acesso dos pobres ao mercado fundiário. Ao mesmo tempo, a retração na oferta de moradia nas áreas centrais e dos lotes populares nas periféricas pode conduzir à favelização e contribuir para ocupação ilegal nas áreas públicas e privadas.

Decorrente do mesmo processo de mudança do perfil econômico e da valorização do solo das áreas centrais, é possível haver deslocamentos de segmentos de renda média e alta para a periferia, levando a população pobre para áreas ainda mais distantes. Dessa forma, a modernização das periferias, seja por ocupações residenciais, seja pela presença de atividades comerciais de grande porte, como *shoppings* e supermercados, conviverá com a informalidade da produção da moradia de baixa renda, alternativa restante quando da ausência de políticas habitacionais. As desigualdades sociais entre centro e periferia reforça a manutenção da polaridade do centro ao mesmo tempo em que recria polaridades e intensifica a fragmentação das áreas periféricas.

A forma espacial que a cidade encontra para enfrentar os efeitos das contradições desse espaço fragmentado é a busca de proteção em *enclaves*, ou seja, na conformação de espaços de moradia e/ou trabalho, murados ou sob forte aparato de segurança, tanto nas ocupações legais – compondo condomínios verticais ou horizontais – quanto nas ocupações ilegais ou bairros protegidos.

Esse processo é também perceptível nos centros urbanos que não constituem aglomerações urbanas, situados no interior dos estados, que, pela diversificação de suas funções que valorizam heterogeneamente o solo, também estarão induzindo à segregação socioespacial.

No inverso do processo de concentração, as áreas de esvaziamento também mesclam características espaciais contraditórias. Ao lado de um rural moderno, conectado às novas relações econômicas, persiste um rural arcaico, que não viabiliza dinamismo que garanta as condições para a retenção de sua população, confirmando também a seletividade e a exclusão.

5 Considerações Finais

As aglomerações, em suas diferentes escalas, são a marca da morfologia da rede urbana da região Sul. Em torno delas giram as questões centrais relativas às transformações socioespaciais dessa região. Portanto, prioridades e recomendações devem estar voltadas para administrar e maximizar as vantagens comparativas e, ao mesmo tempo, superar suas contradições. Nesse sentido, algumas ações devem ser destacadas:

- implementar um processo de planejamento que defina as referências nacionais em termos de prioridades setoriais e locacionais para os grandes investimentos urbanos, articulado a uma discussão local que inclua os vários agentes intervenientes na gestão urbana, do governo e sociedade, com garantia de maior contrapartida da iniciativa privada;
- regulamentar as políticas de incentivos como estratégias ao fortalecimento de centralidades, sem tornar precário o atendimento às demandas sociais e comprometer a coesão regional/nacional, minimizando os efeitos da *guerra dos lugares*;
- dirigir uma política compensatória aos municípios-dormitório, preteridos pelo investimento econômico, porém absorvedores de grande contingente de população e sob pressão de crescente demanda, fragilizados em sua capacidade financeira;
- reconhecer a precarização do emprego, oriunda da reestruturação e modernização das atividades econômicas, criando instrumentos que facilitem o desenvolvimento de atividades alternativas e priorizem programas de atenção às demandas sociais ampliadas – políticas para as áreas de educação, saúde, habitação e saneamento básico – e de oferta de equipamentos urbanos sociais;
- viabilizar e implementar instrumentos de controle do uso e ocupação do solo que garantam o cumprimento da função social da propriedade e da cidade e a sustentabilidade ambiental;
- agilizar a institucionalização de legislações adequadas às aglomerações urbanas e metropolitanas, pautadas em critérios nacionais, bem como a constituição de canais de representação que amenizem os conflitos entre a autonomia municipal, os interesses regionais e os da pluralidade dos segmentos;
- estabelecer pactos territoriais que rediscutam as prioridades de investimentos e redirecionem políticas públicas, efetivando a redistribuição da renda e da receita, respeitando e reforçando as funções regionais de cada município.



CAPÍTULO II

Análise das Mesorregiões Geográficas

1 Introdução

A análise mesorregional para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul serviu de base às caracterizações da economia e da rede urbana regional, apresentadas anteriormente.

Tal análise apoiou-se em um conjunto de informações sintetizadas em tabelas que se encontram nos Anexos (A.1 a A.20), as quais subsidiaram a leitura do comportamento dos fenômenos demográficos, econômicos – neste caso, desagregando setores da economia, gêneros industriais e produtos agrícolas –, sociais e do arranjo territorial.

Pelo fato de os textos não obedecerem a uma mesma seqüência na análise dos temas, evitaram-se remissões a essas tabelas, que se encontram ordenadas tematicamente.

Um quadro sucinto sintetiza, em cada mesorregião, as principais características da morfologia da rede urbana regional.

Um mapa da região Sul espacializa as mesorregiões, enumerando-as em uma seqüência para cada estado (Mapa 10). Para facilitar a localização dos municípios que integram as mesorregiões, foram individualizados mapas com sua composição político-administrativa, apontando as principais centralidades, segundo o estudo *Regiões de Influência das Cidades* (Regic) (Mapas 11 a 33).

2 Mesorregiões do Estado do Paraná

Os indicadores de saneamento básico, educação e renda referem-se ao Censo Demográfico de 1991.

2.1 Noroeste Paranaense

A mesorregião noroeste, com uma área de 24.600 quilômetros quadrados, compõe-se de 61 municípios. Em 1996, possui 628.840 habitantes, representando 6,98% da população do estado e uma das menores densidades demográficas dentre as mesorregiões paranaenses (25,56 habitantes por quilômetro quadrado).

Seu grau de urbanização (74,86%, em 1996) resulta de um processo intenso, já que em 1970 a região ainda detém quase 75% de sua população na área rural. Atualmente, apenas 13,11% de seus municípios são rurais de pequena dimensão. A grande maioria (52,46%) é de pequena dimensão e em transição para o urbano.

Seus centros principais são Paranavaí e Umuarama, com nível de centralidade forte para médio, e Cianorte (Mapa 11), com centralidade de nível médio, todos urbanos de média dimensão. Esses centros estão equilibradamente distribuídos no território regional. Nenhum deles está entre os mais fortes na rede urbana do estado, e seu pólo imediato é Maringá. O papel desses centros é sustentar localmente as atividades da base produtiva regional,

mais municípios da região. Paranavaí distingue-se como centro regional, com maior número de funções que Umuarama, embora este apresente uma área de abrangência de polarização maior, atraindo demandas até mesmo do Mato Grosso do Sul.

A dinâmica populacional da região vem apresentando, ao longo das últimas décadas, um dos menores crescimentos do estado. Sua população urbana cresceu à taxa de 1,3% a.a., entre 1991 e 1996, praticamente metade do que cresceu a do Paraná. A rural segue entre as duas mesorregiões com maiores perdas (-5,94% a.a.), tendo apresentado declínio absoluto de 551.191 habitantes, o correspondente a 77,71% de sua população atual, entre 1970 e 1996. Cerca de 70% de seus municípios perdem população total entre 1991 e 1996; metade já vinha perdendo desde 1970.

Esse esvaziamento decorre fundamentalmente das mudanças nas atividades da base produtiva rural, com a erradicação da cultura cafeeira – intensiva no uso de mão-de-obra –, que dá lugar a pastagens, extinguindo as relações de trabalho que sustentavam uma estrutura fundiária de pequenos estabelecimentos de parceiros arrendatários. A forte incidência dessa evasão associa-se ainda ao solo altamente erodível (arenito caiuá) e que demonstra sinais de esgotamento para usos agrícolas.

Algumas áreas cafeeiras mantêm-se, e ainda hoje a região detém o maior parque cafeeiro do estado, com 34,17% da área colhida do período de 1992-94. No entanto, a expansão da atividade pecuária passa a ser a especialidade regional, concentrando um dos maiores rebanhos para corte e leite, porém em um padrão extensivo de criação, que reflete as condições de seu solo degradado. Embora seja a região que compreenda a maior área de atividades agropecuárias do estado, com nítida predominância de pastagens, é a terceira quanto à participação no valor da produção pecuária (14,68%) e está entre aquelas com menor participação no valor da produção agrícola (6,81%).

Além do café, uma cultura peculiar dessa região é o algodão, com a expressividade de 18,21% da área colhida do estado, porém já apresentando sinais de declínio, dada a crise da cotonicultura tradicional.

A reestruturação agrícola da região está pautando-se na intensificação da produção da mandioca e na inserção da cana e da laranja, estreitamente associadas ao processamento agroindustrial. Isso tem garantido sua posição, embora com um desnível considerável, entre as quatro mesorregiões com maior participação no valor adicionado do setor primário do Paraná (9,05% em 1996).

Entretanto, seu desempenho agrícola, com pouca expressão nas *commodities*, não tem sustentado sua participação na formação da renda total do estado. Em 1975, a região participava com 11,21% do valor adicionado total – quarta posição entre as mesorregiões paranaenses –, quando se inicia um período de forte queda, com pequena recuperação em 1985, prosseguindo o fluxo de declínio que se estende até o presente. Em 1996, a região participa com apenas 3,8% do valor adicionado total do estado – quinta posição –, revelando-se a mais frágil das áreas cafeeiras. Da mesma forma, essa base agrícola não impulsiona uma agroindustrialização com a mesma força exercida em outras regiões do estado, como as mesorregiões oeste e norte-central.

A região tem uma das menores participações também no valor adicionado do setor secundário do Paraná (2,28% em 1996). No entanto, destaca-se no cenário da indústria com notada participação em alguns gêneros, porém aqueles com menor expressividade; dentre eles, estão confecção e têxtil (12,38% e 7,19%, respectivamente). Suas atividades e a presença de algumas das principais empresas do estado constituem um pólo que abrange principalmente Cianorte, Paranavaí e Umuarama e, secundariamente, Jussara e Mariluz. Esse pólo de confecção e têxtil reforça-se na revitalização da sericicultura e na reativação da Kanebo Silk, uma das mais importantes empresas nesse setor.

Outro segmento industrial que se mantém expressivo no estado, com participação de 4,88% do total do gênero, é o da indústria química. Está pautado no complexo sucroalcooleiro, viabilizado com os incentivos do Proálcool como forma de controle da erosão na área do arenito caiuá. As principais empresas estão nos municípios de Cidade Gaúcha, Paranacity, São Carlos do Ivaí, São Tomé, Tapejara e Jussara.

A região também se evidencia no gênero alimentos, com a participação de 4,47% do total. Essa atividade, voltada à produção da fécula *in natura* e modificada, está ancorada em duas grandes empresas – a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (Cotrefal) e a Lorenz – e na produção de sucos, associada à expansão da citricultura como parte de um projeto da Cooperativa de Cafeicultores e Pecuaristas de Maringá (Cocamar). Já a agroindústria de carnes e laticínios, embora ainda seja representativa na base produtiva regional, não acompanha a dinâmica de crescimento do gênero no estado. Como tendência regional, a indústria do couro sinaliza um potencial de ascensão.

Essas atividades vêm possibilitando o crescimento do emprego formal da indústria. Embora a participação regional na formação da renda da indústria paranaense esteja na ordem de 2%, a mesorregião detém 5,17% dos empregos industriais do estado. Entre 1986 e 1996, a mesorregião é uma das que mais crescem no Paraná, com incremento de 6,7%, praticamente dobrando o número de postos de trabalho nesse setor de atividade – um crescimento praticamente garantido pelos gêneros têxtil, confecção, alimentos e bebidas.

Do total dos empregos formais do estado, a mesorregião contribui com a pequena parcela de 4,1%. Em sua

MAPA 10
REGIÃO SUL — MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS (1996)

PR

1 - NOROESTE PARANAENSE
2 - CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE
3 - NORTE-CENTRAL PARANAENSE
4 - NORTE PIONEIRO PARANAENSE
5 - CENTRO-ORIENTAL PARANAENSE
6 - OESTE PARANAENSE
7 - SUDOESTE PARANAENSE
8 - CENTRO-SUL PARANAENSE
9 - SUDESTE PARANAENSE
10 - METROPOLITANA DE CURITIBA

SC

1 - OESTE CATARINENSE
2 - NORTE CATARINENSE
3 - SERRANA CATARINENSE
4 - VALE DO ITAJAÍ
5 - GRANDE FLORIANÓPOLIS
6 - SUL CATARINENSE

RS

1 - NOROESTE RIOGRANDENSE
2 - NORDESTE RIOGRANDENSE
3 - CENTRO-OCIDENTAL RIOGRANDENSE
4 - CENTRO-ORIENTAL RIOGRANDENSE
5 - METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
6 - SUDOESTE RIOGRANDENSE
7 - SUDESTE RIOGRANDENSE

Fonte: Contagem da População 1996-IBGE.
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 72 144 km



MAPA 11
NOROESTE PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Jardim Olinda
Paranapoema
Diamante do Norte
Marilena
Itaúna do Sul
Terra Rica
Santo Antônio do Caiuá
Inajá
São Pedro do Paraná
Porto Rico
Nova Londrina
São João do Caiuá
Paranacity
Guairaçá
Loanda
Paranavaí
Cruzeiro do Sul
Santa Cruz do Monte Castelo
Querência do Norte
Santa Isabel do Ivaí
Alto Paraná
Planaltina do Paraná
Amaporã
Santa Mônica
Nova Aliança do Ivaí
Tamboara
Mirador
Paraíso do Norte
São Carlos do Ivaí
Guaporema
Tapira
Douradina
Ivaté
Icaraíma
Cidade Gaucha
São Manoel do Paraná
Japurá
Nova Olímpia
Rondon
Indianópolis
Vila Alta
Maria Helena
São Tomé
Jussara
Tapejara
Esperança Nova
Xambrê
Umuarama
Cruzeiro do Oeste
Cianorte
São Jorge do Patrocínio
Pérola
Altônia
Cafezal do Sul
Perobal
Tuneiras do Oeste
Iporã
Alto Piquiri
Mariluz
Francisco Alves
Brasilândia do Sul

NÍVEIS DE HIERARQUIA
- Médio para fraco e médio
- Médio para forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).



0 15 30 km

cujas características são predominantemente agropecuárias. Sua estrutura ocupacional, pautada em atividades urbanas, é bastante diversificada, comparativamente aos de- estrutura interna, a distribuição setorial do emprego formal apresenta maior proporção nos serviços (38,8%), em que o emprego está fundamentalmente ligado à administração pública, seguido da indústria (30,7%). Apenas 11 municípios apresentam mais de 40% de seus empregos no setor industrial, dentre os quais destacam-se – com mais de 60% do emprego na indústria do açúcar e álcool – Ivaté, Tapejara, Paranacity, Paraíso do Norte e São Carlos do Ivaí. São poucos os municípios com preponderância do emprego formal nas atividades comerciais. Tal predominância coincide com as centralidades mais importantes, como Paranavaí e Umuarama (25,22% e 22,03%, respectivamente, de seu emprego no comércio).

Da ótica da ocupação da mão-de-obra regional, não restrita ao mercado formal, as atividades agropecuárias continuam sendo as que proporcionalmente mais absorvem a força de trabalho – correspondem a mais de 50% do emprego regional, sendo a atividade principal na ocupação do trabalhador em mais de 70% dos municípios. Dentre as atividades ocupacionais urbanas, há predominância do setor terciário, porém, nos municípios com grau de urbanização superior a 75%, é predominante a conjunção de atividades do terciário e do secundário.

Mesmo considerando o desempenho positivo da economia da região nos anos recentes, a noroeste posiciona-se entre as outras quatro mesorregiões com os indicadores mais críticos de renda. Sua renda *per capita* familiar é relativamente baixa e a proporção de chefes de domicílios com rendimento de até dois salários mínimos é de 59,11%. Percebe-se rendimento médio superior nos centros principais e baixo nos municípios de base agropecuária, com um gradiente de variação amplo, expressando situações sociais bastante heterogêneas. A região também apresenta a menor proporção de adultos alfabetizados dentre as mesorregiões paranaenses (apenas 79,18%). Confirmando esse fraco desempenho, é também uma das duas regiões com menor escolaridade (média de 3,9 anos de estudo).

Da mesma forma, a qualidade da urbanização, medida por alguns indicadores de saneamento básico, também não a coloca entre as melhores do estado. Embora apresente 90,28% dos domicílios ligados à rede de água, o esgotamento sanitário e a coleta de lixo são precários, com 14,73% e 79,39%, respectivamente, dos domicílios atendidos.

2.1.1 Síntese da morfologia da rede urbana

Caracterizada como uma região de base agropecuária, os padrões de seu desenvolvimento não vêm garantindo a capacidade de sustentação da população por seus centros, inserindo-a na espacialidade de esvaziamento. A configuração de sua rede urbana caracteriza-se por apresentar:

- um conjunto de centros de médio e pequeno porte sem condições de reter os fluxos de evasão rural, o que se confirma pelas reduzidas taxas de crescimento da população urbana, verificadas nos pólos de Paranavaí e Umuarama, a despeito de seu relativo dinamismo econômico;
- crescimento urbano elevado (3,02% a.a.) apenas em Cianorte, o menor dos pólos, que constitui o núcleo da indústria têxtil e de confecção regional;
- reduzido número de municípios de pequeno porte – Cidade Gaúcha, São Tomé, Tapejara, Ivaté e Rondon – com crescimento populacional urbano elevado (acima de 3% a.a.), integrado às atividades da indústria química, que associa ao emprego industrial o trabalho temporário na atividade agrícola;
- elevado crescimento da população urbana em pequenos municípios contíguos aos limites do pólo Paranavaí – Tamboara, Amaporã, Guairaçá e Nova Aliança do Ivaí –, com o crescimento da população urbana próximo ou superior a 3% a.a.;
- número significativo de sete núcleos urbanos com crescimento negativo da população urbana no período de 1991-96.

Esses comportamentos demonstram e apontam restrita possibilidade de retenção populacional na região. A atividade econômica em desenvolvimento não viabiliza a ampliação na oferta de postos de trabalho nem a geração de efeitos multiplicadores na economia da região, já que seu processo de reestruturação modernizadora passa por padrões sujeitos a maior seletividade e exclusão. Isso aponta como tendência para as cidades a manutenção de sua estrutura urbana, com aumento do grau de urbanização, porém sem avanços em termos de qualidade, complexidade e sofisticação funcional.

2.2 Centro-ocidental Paranaense

A mesorregião centro-ocidental tem uma área de 11.942 quilômetros quadrados e uma das menores densidades demográficas dentre as mesorregiões paranaenses (29,83 habitantes por quilômetro quadrado). Compõe-se de 25 municípios e, em 1996, possui 356.191 habitantes, representando 3,96% da população do estado.

Mesmo com grau de urbanização não muito elevado (67,72% em 1996), a ocupação de suas cidades é repentina: em 1970, a região ainda detém na área urbana pouco mais de 100 mil habitantes e um grau de urbanização de 19,02%. Sua população urbana dobra em 20 anos, estando mais de 30% concentrada em Campo Mourão. Porém, de modo geral, a região guarda fortes relações com uma estrutura predominantemente agropecuária, mantendo 44% de seus municípios de pequena dimensão.

Campo Mourão, município urbano de média dimensão e com nível de centralidade forte para médio, tem sua dinâmica urbana estruturada principalmente em função da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), que é a maior cooperativa do Paraná tanto em termos de valor comercializado quanto em número de associados. Sua estrutura ocupacional destaca-se em atividades urbanas diversificadas, comparativamente aos demais municípios da região, sendo nitidamente um centro regional de comércio e serviços. Além desse, o único centro que se destaca é Goio-Erê, município urbano de pequena dimensão e nível de centralidade médio (Mapa 12). Possui uma estrutura ocupacional com relevância ao mesmo tempo em atividades do setor terciário e do setor agropecuário. O principal papel desses centros é sustentar localmente as atividades da base produtiva regional. Campo Mourão distingue-se como centro regional com maior e mais diversificado número de funções que Goio-Erê, e com uma área de abrangência de polarização maior. Ambos são polarizados por Maringá.

A região vem apresentando uma das mais altas taxas de evasão da população, tanto total quanto rural. Entre 1991 e 1996, sua taxa geométrica de crescimento é de -1,70% a.a., repetindo o declínio já verificado nos anos 70. Inicialmente, o urbano absorve parte dessa evasão, tendo apresentado taxas de crescimento entre 3% e 5% a.a. entre 1980 e 1991. Atualmente, é a região com menor crescimento da população urbana no estado (0,43% a.a.). Nenhum município apresenta crescimento acima da média do estado, e 21 municípios (84% do total) apresentam crescimento negativo já desde os anos 70. Entre 1970 e 1991, a região perde 172.543 habitantes, o correspondente a 48,44% de sua população atual. Essa perda está associada à evasão rural; no entanto, recentemente, avança na direção da evasão urbana. Entre 1991 e 1996, 40% dos municípios da região perdem população também na área urbana.

Tal comportamento demográfico resulta de mudanças que vêm ocorrendo na base produtiva rural. A região, uma das mais importantes produtoras de grãos (soja e trigo), também apresenta um sistema de exploração da terra com pequenos parceiros e arrendatários no café e principalmente no algodão, do qual é a principal produtora do estado. As oscilações da produção cafeeira, e fundamentalmente a crise cotonicultora, explicam o processo de esvaziamento que ainda deve manter a extinção dessas relações, assim como intensificar os fluxos de partida da região.

Mesmo com uma área relativamente pequena ocupada por atividades agropecuárias, a participação da região no valor da produção agrícola do estado está entre as maiores (9,11%). As áreas cultivadas com trigo e soja – cultura que coloca a região entre as três mais importantes – no período de 1992-94 correspondem a 16,39% e 22,86% da área cultivada do estado, respectivamente. O algodão ocupa 24,16% da área cultivada no período.

É no setor primário que a região tem maior participação na composição do valor adicionado setorial do Paraná (8,6%). Acompanhando o comportamento de outras regiões agrícolas, vem reduzindo gradativamente a participação no valor adicionado total do estado – de 4,95% em 1975 para 2,72% em 1996. Vale observar que a região tem desempenho destacado na produção de *commodities* e insumos, com expressão mínima em outros produtos, revelando sua inserção numa estrutura comercial moderna.

Na indústria, destacam-se os segmentos têxtil e de confecção como uma expansão física dos plantios de Cianorte (mesorregião noroeste), com importantes empresas localizadas em Campo Mourão, Goio-Erê, Janiópolis, Ubiratã e Terra Boa. Essa atividade representa 14,56% do valor adicionado do gênero no estado. São também regionalmente importantes os gêneros alimentos e química, com álcool processado pela Coamo, em Campo Mourão e Engenheiro Beltrão, bem como mobiliário, que tem em Araruna uma das maiores indústrias do setor.

A presença da Coamo na região, com atuação no segmento agroalimentar, desempenha papel importante na diversificação da produção agrícola, pelo amplo espectro de produtos comercializados *in natura* e pela verticalização no processamento de vários deles, como cana, soja, algodão, seda, dentre outros. Como tendência, vem implementando uma estratégia de expansão e diversificação industrial, com a instalação de fábrica de margarina, moinho de trigo, indústria de álcool anidro, bem como a duplicação da indústria de óleo de soja, no Porto de Paranaguá. Contudo, pelo fato de essa indústria regional ainda estar ancorada na geração de valor a partir de primeiros beneficiamentos – tanto no caso do segmento alimentar como no da fiação –, seu desenvolvimento implica um processo de transição que sofre limites em função dos elevados investimentos necessários. Além disso, essa nova indústria dispensa as vantagens comparativas da proximidade da matéria-prima.

A mesorregião centro-ocidental tem um dos menores contingentes de empregados no setor formal do Paraná (2,5%). No emprego industrial, embora possua participação inexpressiva na estrutura ocupacional do estado, é uma das que mais cresce. De 1986 para 1996, passa de 3.411 para 6.631 empregados no setor, alcançando uma participação de 2,17% no total do emprego industrial formal. Quem sustenta esse crescimento é a indústria de alimentos, que mantém crescimento, ao longo do período, de 16,9%. O segundo gênero com elevada absorção é o têxtil, que cresce no período 5,6%; porém, a partir de 1993, há indicativos de que começa a perder posição. Mantendo ainda elevado número de empregos formais, o setor mobiliário vem de-

MAPA 12
CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Terra Boa
Engenheiro Beltrão
Quinta do Sol
Fênix
Peabiru
Araruna
Moreira Sales
Barbosa Ferraz
Campo Mourão
Corumbataí do Sul
Farol
Janiópolis
Goio-Erê
Boa Esperança
Quarto Centenário
Rancho Alegre D' Oeste
Iretama
Luiziana
Mamborê
Juranda
Ubiratã
Roncador
Campina da Lagoa
Nova Cantu
Altamira do Paraná

NÍVEIS DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio
Médio para forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 9 18 km



monstrando sinais de estagnação, tendo crescido no período apenas 0,8%.

O setor de serviços concentra 48,4% dos empregos formais da região, o que confirma a importância da atuação da Coamo em atividades terciárias. Essa estrutura de cooperativas vem sustentando uma agricultura familiar das mais expressivas do estado, com uma importância que pode ser constatada em quase 80% dos municípios da região, que detêm a maior proporção da população ocupada em atividades agropecuárias. A predominância do terciário na oferta dos empregos, em atividades ligadas à Coamo, é verificada apenas nos municípios com maior grau de urbanização. Em termos de ocupação em atividades urbanas, independentemente do grau de urbanização, são poucos os municípios que conjugam a ocupação em atividades do setor secundário com as do setor terciário, apontando para uma inexpressividade da atividade industrial na região. Apenas três municípios distinguem-se pela oferta de emprego na indústria: Araruna, por sediar uma das maiores empresas do setor mobiliário; Engenheiro Beltrão, onde se localiza uma destilaria de álcool; e Terra Boa, com duas grandes empresas da indústria da confecção. A grande maioria dos municípios tem o emprego urbano no setor terciário, sendo, nos de menor porte, em atividades da administração pública municipal.

Com uma dinâmica das atividades urbanas menos complexa, a região, nos anos recentes, mantém-se entre aquelas com elevada proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (58,73%). Sua renda média familiar *per capita*, em 1991, é relativamente baixa entre as regiões paranaenses, apresentando uma variação bastante acentuada entre seus municípios, concentrando as médias mais elevadas nos centros principais. Também apresenta as mais baixas proporções de adultos alfabetizados (77,96%), e é a mesorregião paranaense com menor indicador de anos médios de estudo, apontando apenas 3,8.

A qualidade de sua urbanização também pode ser avaliada como precária se medida por alguns indicadores de saneamento básico. Sua cobertura de água está na média do estado, com 86,52% dos domicílios atendidos; o esgotamento sanitário, contudo, cobre apenas 10,11%, a menor proporção entre as mesorregiões. A coleta de lixo, compreendendo 78,69% dos domicílios urbanos, também está entre as menores proporções.

2.2.1 Síntese da morfologia da rede urbana

Essa região caracteriza-se pela elevada presença de pequenos produtores, principalmente na cultura do algodão tradicional. Com a crise algodoeira e com as mudanças em seu padrão produtivo – em grandes extensões e mecanizado –, passa a sofrer mais intensamente os efeitos do esvaziamento. Assim, a configuração de sua rede urbana peculiariza-se por:

- ser uma região de fluxos de saída, a despeito de possuir importante estrutura de serviços agropecuários prestados principalmente pela Coamo, assim como pela relevância dos segmentos têxtil e de confecção, dentre outros;
- ter crescimento muito baixo também nos centros com expressão industrial – exceto em Araruna e Terra Boa –, que registram crescimento urbano positivo (2,38% e 1,52% a.a., respectivamente);
- apresentar taxas de crescimento da população urbana inferior a 1% a.a., mesmo em seus centros mais importantes – Campo Mourão e Goio-Erê –, que não vêm demonstrando capacidade de reter minimamente um crescimento vegetativo;
- reproduzir o fenômeno do crescimento elevado ao redor de pólos, sem constituir mancha de ocupação contínua, o que se verifica em Luiziana e Corumbataí do Sul, localizados adjacentemente a Campo Mourão;
- apresentar muitos municípios inseridos no processo de esvaziamento urbano, associado a um inexpressivo desempenho econômico local, reforçando o fenômeno dos fluxos de saída.

Com fraca possibilidade de retenção populacional e restrita capacidade de ampliação na oferta de empregos, a tendência para a região é de forte esvaziamento rural e da manutenção dos padrões de urbanização, sem indicativos de formação de áreas de concentração, o que se confirma no baixo crescimento populacional de seus municípios.

2.3 Norte-central Paranaense

A mesorregião norte-central tem área de 24.556 quilômetros quadrados, sendo uma das mais extensas do estado. Compõe-se de 79 municípios – também é a de maior número de unidades administrativas. Representa a segunda maior concentração populacional e densidade demográfica do estado – 70,21 habitantes por quilômetro quadrado. Sua população em 1996 é de 1.724.115 habitantes, o que corresponde a 19,15% do total do Paraná. Em 1970, a região já ultrapassa 1 milhão de habitantes, sendo nessa época a mais populosa do Paraná. Esses dados caracterizam seu avançado processo de ocupação e urbanização.

Seu grau de urbanização em 1996 é de 84,79%, superado apenas pelo da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Em 1970, com esse indicador em 39,93%, a região era uma das mais urbanizadas do estado, com um tamanho de população urbana também muito próximo ao da RMC. A partir de então, perde elevado contingente da população rural – da ordem de 640 mil habitantes até 1996, o correspondente a 37,22% de sua população total em 1996. Entretanto, mantém-

se como a segunda maior população rural do estado e também como a segunda maior população urbana, com um incremento de 754.426 habitantes nas áreas urbanas.

Seus municípios são predominantemente urbanos ou em transição para o urbano, sendo insignificante o número de municípios rurais. Desses, a maioria localiza-se ao sul da mesorregião, uma área com características e dinâmica incomparáveis ao restante da região, de agricultura fraca e grandes extensões de áreas subutilizadas.

Nessa mesorregião estão dois dos maiores pólos regionais do estado – Londrina e Maringá –, ambos com centralidade muito forte, urbanos e de grande dimensão (Mapa 13). Aglomeram-se próximos os municípios de Apucarana, com nível de centralidade forte para médio, município urbano de média dimensão, e Arapongas, com nível de centralidade médio, urbano e de média dimensão. No mesmo eixo de aglomeração estão ainda os centros de Jandaia do Sul, nível médio de centralidade e tipo urbano de pequena dimensão, Mandaguari, Nova Esperança e Rolândia, de nível médio para fraco, os primeiros em transição para urbano de pequena dimensão e o último, urbano de pequena dimensão. Além desses, ao norte está Colorado, com nível de centralidade médio para fraco e urbano de pequena dimensão, e, ao sul, Ivaiporã, com nível de centralidade médio e em transição para o urbano com pequena dimensão.

Essa rede de centros configura a principal aglomeração urbana do estado, estendendo-se para além dos limites da mesorregião, na direção leste – incorporando Jataizinho e Cornélio Procópio, municípios da mesorregião norte pioneiro – e insinuando-se na oeste. Sua polarização, na qual concorrem Londrina e Maringá, é muito forte em todo o interior do estado, adentrando o Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e São Paulo (regiões de Presidente Prudente e Assis). Deve-se ressaltar a importância regional de Londrina, por possuir grande número de municípios na área de abrangência de sua polarização – praticamente o dobro de Maringá, que também é polarizado por Londrina – e por oferecer uma gama de funções que se aproxima da de Curitiba no atendimento a demandas de alta complexidade.

É uma região onde coexistem os fenômenos de concentração e de esvaziamento populacional: 54,43% de seus municípios vêm perdendo população, sendo a grande maioria desde 1970; porém 21,52% vêm crescendo mais que a média do estado (alguns também desde 1970 – Londrina, Maringá e Cambé –, outros desde 1980 – Arapongas, Ibiporã, Paiçandu e Sarandi).

Esse complexo urbano, cuja estrutura remonta ao projeto de colonização que previa uma rede linear de centros e pequenos núcleos de apoio, sofre forte adensamento a partir dos anos 70. O crescimento intenso dos pólos – crescimento que não vive ainda um arrefecimento – e o extravasamento de sua ocupação em direção ao território de seus municípios vizinhos têm início em Londrina, que incorpora em uma mancha urbana única Cambé e Ibiporã, reproduzindo-se posteriormente em Maringá, que incorpora Sarandi e Paiçandu. Concomitantemente, outros centros de expressão regional passam a apresentar dinâmica de crescimento acima da média do estado, consolidando o fenômeno da constituição de uma aglomeração que reúne em seu conjunto cinco centros com população urbana superior a 50 mil habitantes em 1996.

Espacialmente, as áreas de esvaziamento são separadas pelo eixo de aglomeração bipolarizado por Londrina e Maringá, localizando-se tanto ao norte quanto ao sul da mesorregião.

O crescimento geométrico anual da população vem apresentando evolução positiva no período. Entre 1970 e 1980, a região apresenta perda da população total, com taxas de -0,28% a.a. Na década de 80, passa a crescer em níveis iguais ao estadual (0,93% a.a.), intensificando-se após 1991, quando passa a 1,04% a.a. No período, a população rural tem redução menor nas taxas de crescimento, embora permaneça apresentando fluxos de saída substanciais. Entre 1970 e 1980, a região perde população rural com a taxa geométrica de -5,58% a.a.; entre 1991 e 1996, tais perdas reduzem-se para taxas de -2,98% a.a. As taxas de crescimento da população urbana também diminuem durante o período – de 4,74% entre 1970 e 1980 para 1,87% entre 1991 e 1996 –, provocando mesmo assim elevados acréscimos, considerando que incidem sobre grande contingente populacional.

Independentemente desse arrefecimento, deve-se ressaltar a importância de seu complexo urbano, salientando que é nessa aglomeração que se situam os municípios com as mais elevadas taxas de crescimento da população: Sarandi e Paiçandu (com crescimento superior a 4% a.a.); Marialva e Mandaguaçu, no entorno de Maringá; e Cambé, Ibiporã, Arapongas e Mauá da Serra, no entorno de Londrina, todos com taxas superiores à média do estado. Desvinculados da dinâmica que adensa esse complexo, nos espaços ao norte e ao sul, encontram-se 24 municípios perdendo população urbana entre 1991 e 1996. Um fenômeno que não desqualifica o papel concentrador dessa mesorregião, mas circunscreve-a a uma espacialidade dinâmica.

Concentrando a segunda maior população urbana do estado, seguramente a região vem exercendo o papel de principal absorvedora no interior do movimento migratório inter-regional, papel que tende a ser mantido, dado o peso de sua economia. Embora venha perdendo participação relativa no valor adicionado – decréscimo provocado pela concentração da atividade econômica na Região Metropolitana de Curitiba –, a região detém a segunda maior participação dentre as mesorregiões do Paraná

(14,74%). Em 1975, tem a principal participação, perdendo essa primazia em favor da RMC, que passa a contar com a implantação de segmentos modernos da indústria. Em 1985, a região apresenta sinais de recuperação mas continua a trajetória de declínio relativo, atingindo seu nível mais baixo de participação em 1996. Mesmo assim, consolida-se como a mais importante do interior, participando no total do estado com 11,20% do setor secundário, 18,39% do comércio e 17,95% dos serviços. Essa participação setorial do valor adicionado reforça o caráter urbano de suas atividades principais.

O setor industrial caracteriza-se por certa diversidade, porém pautada nos gêneros mais tradicionais. Tem as maiores participações no total do estado nos gêneros mobiliário (47,82%), confecção (45,2%), alimentos (27,71%) e têxtil (27,65%). Com uma defasagem significativa em relação à Região Metropolitana de Curitiba, a mesorregião detém a segunda maior participação nos segmentos da indústria mais moderna, como mecânica, comunicação e transporte. Internamente, seu perfil vem modificando-se com pequeno declínio dos gêneros tradicionais, como alimentos, química e madeira.

A distribuição espacial dessas atividades ocorre preferencialmente em torno dos dois pólos regionais, estendendo-se em direção a municípios próximos. Londrina e o conjunto por ela polarizado apresentam indicadores de uma dinâmica mais forte que a de Maringá, particularmente na produção de alimentos – dividindo a produção com Rolândia, Arapongas, Apucarana e Porecatu. O segmento mais forte é o do café solúvel, seguido por lacticínios – sem indicativos de processamentos mais avançados – e frigoríficos, estes em retração. A indústria de confecção em Londrina é marcadamente mais forte, porém a atividade também se desenvolve em Apucarana e Rolândia. Nos gêneros da metal-mecânica, Londrina e os municípios do entorno centralizam as atividades especificamente em Cambé, Rolândia, Ibiporã e Apucarana. A indústria química, fundamentalmente de óleos vegetais, tem sua atividade dividida entre os dois conjuntos de municípios, desenvolvendo-se também em Colorado e Florestópolis, ao norte, e Jandaia do Sul e Mauá da Serra, mais ao sul. Londrina, Cambé e Arapongas participam expressivamente nesse gênero. Maringá, Marialva e Sarandi detêm a maior capacidade ligada ao processamento de soja e refino de óleo do estado, com empresas de grande porte, como a Cooperativa Agropecuária de Maringá (Cocamar) e a Ceval.

Além da indústria química, Maringá e, secundariamente, Mandaguari têm as maiores participações no gênero têxtil, com grande capacidade quanto à fabricação de fios a partir do algodão e da seda; já em Londrina essa atividade restringe-se ao primeiro beneficiamento do algodão. Maringá tem também expressiva participação no gênero mobiliário, porém é Arapongas que se destaca com a participação de 31,64% do gênero no estado, constituindo o segundo maior parque de fabricação de móveis do país.

As possibilidades para a indústria da região vêm sendo sinalizadas, por um lado, pelo esgotamento de atividades tradicionais e, por outro, pelo reforço da diversificação econômica, com projetos de implantação de atividades de maior agregação de valor e/ou base tecnológica, como evidenciam os investimentos da Dixie Toga (embalagens plásticas), Kumho (pneus) e da Atlas Elevadores, assim como a valorização do Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina (Sercomtel), para a construção de um centro de excelência em telecomunicações nesse município.

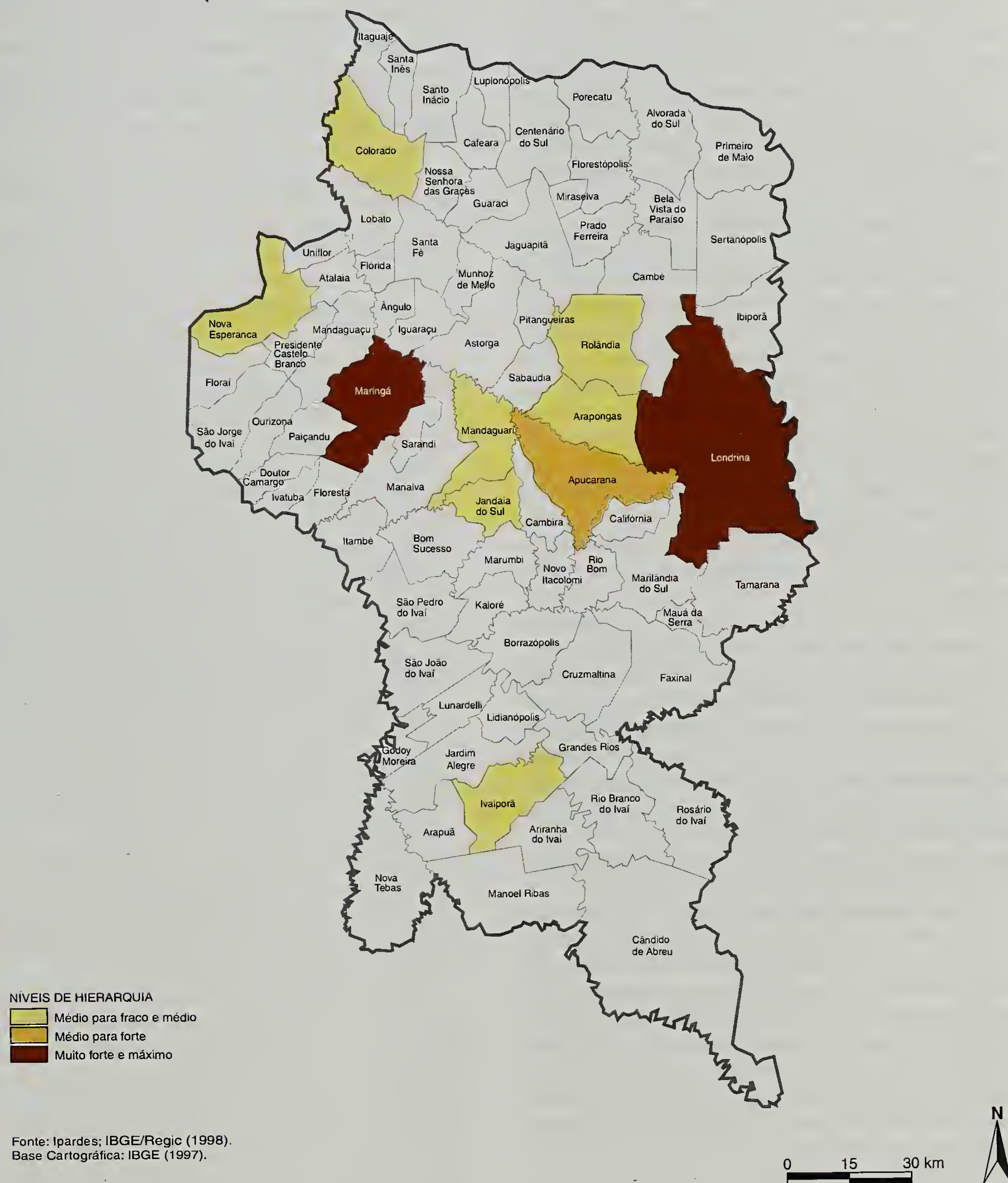
Alguns municípios, como Astorga, Colorado e Nova Esperança, têm seu destaque econômico a partir de atividades desenvolvidas por cooperativas ligadas ao processamento de soja, sericicultura e seus desdobramentos agroindustriais.

Caracterizada por uma industrialização intensiva em mão-de-obra e pela predominância de pequenas e médias indústrias, a região – com 11,2% do valor adicionado do setor secundário do estado – emprega 66.116 trabalhadores no mercado formal da indústria em 1996; a RMC, por sua vez, com uma participação cinco vezes maior no mesmo valor adicionado, não chega a empregar o dobro de trabalhadores no setor industrial. Também, ao contrário da RMC, o desempenho de sua atividade industrial sustenta, no período de 1986-96, crescimento do emprego de 2%, e a RMC reduz sua oferta de trabalho em -0,1%.

O gênero que mais emprega é o de alimentos, responsável por quase um terço do mercado, com 18.471 postos de trabalho formal, seguido do têxtil, com 14.652 postos, e do mobiliário, com 10.055. Os segmentos mais modernos apresentam crescimento significativo, embora gerando pequeno número de empregos.

Quanto à estrutura ocupacional, nos municípios com menor grau de urbanização, o emprego está majoritariamente no setor agropecuário e, no âmbito de suas atividades urbanas, no terciário. Nos municípios urbanizados, o setor agropecuário continua prevalecendo na absorção da força de trabalho. Em suas atividades urbanas, o terciário divide com o secundário a ocupação na maioria dos municípios. É importante observar que, mesmo nos municípios com grau de urbanização superior a 75%, as oportunidades de trabalho do setor agropecuário ainda são significativas. Porém, naqueles localizados na aglomeração urbana de Londrina e Maringá, as principais atividades absorvedoras estão no setor terciário, em sete municípios, e, na indústria, em Arapongas, Cambé, Porecatu e Paiçandu. Percebe-se um comportamento padrão no desempenho das atividades do setor terciário, sediando nos municípios-núcleo das aglomerações de maior complexi-

MAPA 13
NORTE-CENTRAL PARANAENSE — HERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

dade, como venda de máquinas e equipamentos, serviços bancários e atividades profissionais especializadas. Os municípios periféricos são os que apresentam maiores proporções de emprego nos transportes e nos serviços gerais e domésticos. Nos pequenos municípios, a atividade de administração municipal emprega em proporções elevadas.

Essa estrutura ocupacional ressalta a importância do setor agropecuário na região, o qual participa com 18,07% do valor adicionado setorial do estado – praticamente equiparando-se à participação da mesorregião oeste, a maior em 1996. Tal importância aponta para uma estrutura de complementaridade agroindustrial, consolidando sua dinâmica tanto nas atividades urbanas quanto nas agropecuárias.

Os produtos agrícolas dominantes são os referentes às *commodities* soja, trigo, milho e café, que representam 63,8% do valor dos principais produtos da região. Seguem os insumos algodão e cana, colocando a região como a maior produtora do estado (25,4%). A cana tem efeitos importantes, associados à agroindústria do açúcar e do álcool. Já o algodão vem apresentando acentuado recuo na produção, dada a crise da cotonicultura, sem sinais de retomada, a partir de um novo padrão produtivo. O café conserva certa importância, ainda que a região tenha sido afetada fortemente pela crise do setor, com a erradicação das culturas e, mais recentemente, as oscilações dos preços internacionais. Entretanto, pode vir a retomar sua importância no contexto do novo padrão de cultivo do café adensado.

A produção animal tem importância interna dividida entre a pecuária e a avicultura, porém sem indicativos de maior especialização na produção de proteína animal.

Ao contrário do padrão das atividades industriais, que ainda mantêm relativo nível de emprego, a agricultura já apresenta proporção menor de ocupação, se comparada com outras mesorregiões. Acentua essa trajetória a redução da cultura do algodão, uma das principais absorvedoras de mão-de-obra agrícola, reforçada pela tendência do novo padrão produtivo em grandes extensões e com colheita mecanizada.

Essa dinâmica consolida a periferização, reforçando um processo de urbanização caracterizado por expressivas contradições sociais. Tomando a renda média familiar *per capita*, a média regional para 1991 situa-se entre as maiores das mesorregiões paranaenses. Porém, internamente, seus municípios apresentam considerável desnível, uma vez que os indicadores dos maiores centros são cinco vezes mais elevados que os dos menores. A proporção comparativamente reduzida (45,96%) de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos aproxima a região do comportamento de áreas metropolitanas.

A região não apresenta bons indicadores de alfabetização e escolaridade. A proporção de adultos alfabetizados, 83,88%, é comparativamente baixa, assim como a média de anos de estudo, 4,1 anos. Nesse caso, verifica-se também grande diferença entre os municípios, com extremos de 2,9 a 5,7 anos de estudo, favorecendo os pólos e principais centros.

A qualidade da urbanização medida por alguns indicadores de saneamento básico coloca-a dentre as melhores do estado apenas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de lixo, com cobertura de 93,53% e 90,58% dos domicílios, respectivamente. Quanto ao esgotamento sanitário, sua cobertura coloca-se entre as mais baixas (37,7%).

2.3.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião norte-central combina uma base agropecuária com atividades do setor terciário e da indústria. Seu padrão de desenvolvimento acarretou uma das maiores evasões de população do estado, porém, paradoxalmente, consolidou um complexo urbano, cuja dinâmica vem garantindo a capacidade de sustentação dos centros inseridos nessa espacialidade, assim como absorvendo a evasão do interior. Sua rede urbana caracteriza-se por:

- apresentar aglomeração urbana bipolarizada por Londrina e Maringá, com intensa e complexa rede de relações, agrupando os principais centros regionais, estendendo-se além dos limites da mesorregião;
- destacar Londrina como o principal pólo regional, a despeito da bipolaridade, pela abrangência de sua polarização e diversidade de funções desempenhadas;
- configurar duas áreas com forte processo de extravasamento da ocupação e ampliação da contigüidade da mancha de ocupação urbana: Londrina, sobre Cambé e Ibiporã; e Maringá, sobre Sarandi e Paiçandu – municípios periféricos que apresentam as mais elevadas taxas de crescimento populacional da região;
- apresentar crescimento urbano intenso em municípios que integram a aglomeração, independentemente do tamanho ou centralidade;
- ter pequenos municípios ao sul da mesorregião com crescimento urbano muito elevado e baixo grau de urbanização, situados em áreas de evasão recente;
- exibir crescente número de municípios perdendo população urbana.

Esses comportamentos caracterizam essa mesorregião por apresentar processos que constituem duas espacialidades distintas: a de esvaziamento, distinguindo áreas de evasão antiga ao norte – nas quais essa evasão atinge atualmente o núcleo urbano – de áreas de evasão recente ao sul, nas quais ocorre ainda crescimento acentuado dos núcleos urbanos; e a espacialidade de aglomeração, reunindo as ocupações contíguas a Londrina e Maringá, bem como, em continuidade, os principais centros urbanos da região.

Essa aglomeração, que compõe um fenômeno espacial único, foi objeto da institucionalização, por lei estadual, de duas regiões metropolitanas: a de Londrina e a de Maringá. Tal institucionalização traduz a concorrência entre os dois pólos, oficializando uma ruptura da complementaridade e comprometendo uma integração funcional histórica, o que poderá dificultar a solução de problemas comuns entre municípios e de âmbito regional. Além disso, não incorpora a totalidade dos municípios que conformam a aglomeração, ignorando até mesmo municípios limítrofes a esses pólos e que com eles estabelecem forte processo de comutação diária. Por último, faz uma leitura parcial de conceitos ao instituir unidades metropolitanas em espaços nos quais, isoladamente, ainda não se confirmam características que os tipifiquem nessa categoria.

2.4 Norte Pioneiro Paranaense

A mesorregião do norte pioneiro, com 46 municípios em 1996, tem população de 540.178 habitantes, o correspondente a 6% da população paranaense. Ocupa uma área de 15.799 quilômetros quadrados e tem densidade populacional de 34,19 habitantes por quilômetro quadrado. De modo geral, essa mesorregião vem perdendo população desde os anos 70, evasão originada fortemente no âmbito rural, que sofre uma perda de 333.616 habitantes entre 1970 e 1996. Nesse período, a área urbana vem apresentando crescimento, pela absorção de parte dessa população. Seu grau de urbanização (69,73%) não reproduz a intensidade do processo urbanizador das demais regiões do norte do estado. Em 1970, com 29,78%, era superada por apenas três mesorregiões – atualmente é a quinta em grau de urbanização no Paraná.

Todos os seus municípios são pequenos, estando 52,17% em transição para o urbano, e um número considerável deles é rural de pequena dimensão.

Os principais centros distribuídos pelo território regional são Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, todos com nível de centralidade médio, não se integrando entre os mais representativos da rede urbana do estado (Mapa 14). Fazem parte da região de influência de Londrina, com destaque para Cornélio Procópio, que mantém relações mais intensas com a aglomeração urbana da mesorregião norte-central. Essas relações conferem a esse município um leque de funções mais diversificado que o dos demais centros regionais. Na área de abrangência de sua polarização está Bandeirantes, com nível de centralidade médio para fraco. Santo Antonio da Platina, que concorre com Jacarezinho, subpolariza Ibaiti e Wenceslau Brás, apresentando melhor estruturação funcional e servindo como centro de referência regional; Jacarezinho sustenta sua centralidade na função de educação de nível superior.

Apesar do crescimento de 1,09% a.a. da população urbana no período de 1991-96 – a segunda menor taxa do estado –, a dinâmica do crescimento populacional apresenta taxas geométricas que confirmam ritmo contínuo de esvaziamento, com perdas de -3,85% a.a. na área rural e -0,56% a.a. na população total – em ambos os casos representando maior evasão ainda que no período de 1980-91. De seus municípios, 60,71% vêm perdendo população desde os anos 70, e 35% estão perdendo população urbana, incluindo nesse caso Cornélio Procópio.

Essa tendência de esvaziamento deve ser compreendida pelo fato de que esta foi a primeira região do estado a sofrer os impactos da crise cafeeira, com a desvantagem de não contar com condições edafogeomórficas favoráveis à substituição por culturas mais competitivas. Em sua estrutura fundiária, prevalecem grandes propriedades que foram reorientadas para uma atividade pecuária com baixo rendimento e pouca expressão no estado, como confirma a participação de 6,71% da região no valor bruto da produção pecuária. Na atividade agrícola, sua participação também não é muito expressiva – a sexta entre as dez mesorregiões do Paraná.

Dois produtos principais garantem essa posição: a cana, que já vem perdendo participação e apresentando forte tendência à mecanização, deve reforçar a continuidade de expulsão populacional na região; e o café, que ainda coloca a região entre as três principais produtoras, com o emprego de técnicas de plantio adensado, pode continuar sendo uma possibilidade restrita a alguns produtores.

A fruticultura começa a desenvolver-se na região, especialmente com o plantio de laranja. Essa atividade pode ser uma alternativa para o setor agropecuário, porém ainda ocorre de forma incipiente. Embora em sua estrutura interna de produção as *commodities* representem mais que 50% do valor de produção regional, seu peso é pequeno no âmbito do estado e não há sinais de avanços na produtividade, tornando esgotadas as possibilidades de expansão de área. Ao lado de uma estrutura de grandes propriedades, existe um número elevado de pequenos produtores voltados à cultura de alimentos, sem perder, entretanto, posição tanto na estrutura interna da região quanto no estado.

A região tem uma participação no valor adicionado total decrescente, situando-se entre as menores do estado (3,47%), e nenhum de seus municípios se distingue com participação superior a 1%. Tem no setor primário a principal contribuição na composição de sua renda, representando 8% do valor setorial do estado em 1996. Não há na região presença significativa da atuação de cooperativas, e sua agroindústria está ligada aos primeiros beneficiamentos do algodão, o que lhe confere participação elevada no valor adicionado da indústria têxtil (15,67%), es-

MAPA 14
NORTE PIONEIRO PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Sertaneja
Itambaracá
Andirá
Cambará
Leópolis
Santa Mariana
Rancho Alegre
Barra do Jacaré
Jacarezinho
Bandeirantes
Uraí
Cornélio Procópio
Santa Amélia
Ribeirão Claro
Jataizinho
Santo Antônio da Platina
Abatiá
Nova América da Colina
Assaí
Nova Fátima
Ribeirão do Pinhal
São Sebastião da Amoreira
Jundiaí do Sul
Joaquim Távora
Carlópolis
Guapirama
Santo Antônio do Paraíso
Santa Cecília do Pavão
Quatiguá
Nova Santa Barbara
Congonhinhas
Conselheiro Mairinck
Salto do Itararé
Siqueira Campos
São Jerônimo da Serra
Jaboti
Santana do Itararé
Tomazina
Ibaiti
Japira
Wenceslau Braz
Sapopema
Figueira
São José da Boa Vista
Pinhalão
Curiúva

NÍVEL DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 10 20 km



tando entre as principais do gênero no estado. Essa atividade desenvolve-se nos municípios de Andirá e Assaí, e com uma qualidade diferenciada em Cornélio Procópio, onde atua a Kanebo Silk.

Na agroindústria, também se destaca o processamento do café, distinguindo-se a Café Solúvel Iguaçu, em Cornélio Procópio. Verifica-se o desdobramento dessa atividade com a instalação da Macsol, também de café solúvel liofilizado.

A cana reforça a atividade da indústria alimentar e da química em Jacarezinho, Bandeirantes, Ibaiti, Cambará e Andirá – este município, com importante desempenho também na indústria do mobiliário.

O reforço econômico de Cornélio Procópio está em sua participação (0,92%) no total do gênero mecânica, em parte devido à sua integração na aglomeração urbana do norte do estado, atuando complementarmente na linha de supridor de empresas do ramo. Existe, ainda, a possibilidade de reforço no gênero, dada a expansão de algumas empresas, como sinaliza a presença da Tormec. Além disso, há expectativa de ampliação da atuação do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) na região, modernizando a formação de mão-de-obra especializada. A metal-mecânica apenas tangencia a região, mesmo assim a atividade metalúrgica ocorre em Assaí e Bandeirantes.

Essa mesorregião possui um dos menores mercados formais da indústria de transformação do estado, e sua mão-de-obra concentra-se no gênero alimentos, seguido do têxtil e madeira, que, no período de 1986-96, apresentam sinais de crescimento.

A estrutura ocupacional tem em apenas cinco dos 46 municípios o principal mercado absorvedor em atividades do setor terciário. Nos demais, independentemente do grau de urbanização, prevalece o emprego em atividades agropecuárias. As atividades urbanas dos municípios com menor grau de urbanização são fundamentalmente decorrentes do setor terciário, na maioria dos casos com alta dependência da administração municipal. Nos municípios mais urbanizados, o terciário passa a dividir com a indústria a absorção da força de trabalho.

A região acompanha o padrão de renda média das regiões menos dinâmicas do norte do estado, estando mesmo assim em situação de superioridade em relação às menos dinâmicas do sul do estado. A proporção de chefes de domicílio com rendimentos de até dois salários mínimos é de 58,79% – proporção próxima à média das mesorregiões paranaenses. Internamente, seus municípios apresentam grande variação nos níveis médios de renda familiar *per capita*, estando associados os municípios menores e menos urbanizados a rendas muito baixas, e os maiores – Cornélio Procópio e Jacarezinho – aos melhores rendimentos. O mesmo ocorre com a escolaridade. A região tem em média 4,1 anos de estudo; os municípios onde prevalecem as características rurais não alcançam quatro anos, e os maiores e urbanizados ultrapassam os cinco anos de estudo. De sua população adulta, 76,9% é alfabetizada – o menor indicador entre as mesorregiões paranaenses.

Os indicadores de saneamento básico também colocam a região em uma posição próxima à das demais mesorregiões menos dinâmicas do estado: possui 85,63% dos domicílios ligados à rede de água, 42,89% com esgotamento sanitário, e 86,58% com coleta de lixo.

2.4.1 Síntese da morfologia da rede urbana

Notadamente, a mesorregião norte pioneiro está inserida na espacialidade de esvaziamento, não havendo nenhum fator que modere e/ou reverta esse processo. As principais características de sua rede urbana são:

- apresentar centros com pequena expressividade na rede urbana do estado;
- não configurar fenômenos característicos de concentração, salvo a inclusão de Cornélio Procópio e Jataizinho na dinâmica da aglomeração urbana da mesorregião norte-central, confirmada pelo elevado crescimento urbano de Jataizinho (4,34% a.a. entre 1991 e 1996), praticamente integrado à contigüidade da mancha de ocupação de Londrina e Ibiporã;
- possuir centros urbanos em esvaziamento, embora alguns pequenos municípios – caracterizados por atividades pontuais agropecuárias – ainda venham demonstrando capacidade de sustentação de sua população urbana e até apresentando crescimento;
- ter alguns municípios com crescimento elevado da população rural, vinculado à presença de assentamentos.

As características de sua base produtiva e a restrita perspectiva de investimentos para essa mesorregião indicam que sua condição de esvaziamento tende a perdurar nas áreas rurais, atingindo núcleos urbanos.

2.5 Centro-oriental Paranaense

A mesorregião centro-oriental compõe-se de 14 municípios, sendo a de menor número de unidades administrativas no Paraná. Possui área de 21.952 quilômetros quadrados, população total em 1996 de 581.143 habitantes, correspondendo a 6,45% da população total do estado, e densidade de 26,47 habitantes por quilômetro quadrado.

Com 77,71% de sua população vivendo nas áreas urbanas, a região consolida um processo de urbanização significativo já desde os anos 70, quando era a única do interior do estado a ultrapassar os 50% de grau de urbanização.

Ponta Grossa, centro principal da mesorregião (Mapa 15), durante muito tempo foi o mais importante pólo do estado do Paraná, operando como ponto de confluência das relações entre Sul e Sudeste brasileiros e da penetração para o interior do estado. Mantém-se como um dos principais municípios do estado, com nível de centralidade forte, sendo urbano de grande dimensão e o quarto maior do Paraná. Telêmaco Borba é urbano de média dimensão, e Jaguariaíva, urbano de pequena dimensão, ambos com nível de centralidade muito fraca. Castro, embora esteja em processo de transição para o urbano com média dimensão e nível de centralidade fraco, pode ser considerado, dentre os principais centros da região, integrante da aglomeração descontínua de Ponta Grossa. Outros cinco municípios estão em processo de transição para o urbano com pequena dimensão e apenas três são rurais com pequena dimensão.

Com uma população rural rarefeita e pequena, a região não pode ser caracterizada como área de esvaziamento. Apenas após 1980 passa a apresentar pequeno decréscimo nas taxas de crescimento da população rural, generalizado em todos os seus municípios, tendo no conjunto a taxa de -1,99% a.a. entre 1991 e 1996. Por outro lado, a população urbana vem crescendo de forma acentuada também em todos os municípios, com alguns apresentando as taxas mais elevadas do estado. O crescimento da população urbana, entre 1991 e 1996, é 2,26% a.a., e o da população total, 1,22% a.a., esse apenas superado pelo da Região Metropolitana de Curitiba.

A região mantém, ao longo do período, na formação da renda estadual, participação de aproximadamente 7%, quarta posição entre as mesorregiões do estado. Três de seus municípios – Ponta Grossa, Castro e Telêmaco Borba – estão entre os 14 que apresentam maior participação no valor adicionado fiscal do Paraná (2,74%, 1,17% e 1,08%, respectivamente). Setorialmente, a região está entre as quatro maiores do interior, com 7,05% no setor secundário e 9,49% no primário.

Com uma estrutura industrial diversificada e centrada em Ponta Grossa, tem como particularidade integrar três municípios que respondem pela maior produção de papel/papelão do estado, concentrando nessa mesorregião 61,86% desse gênero. Em Telêmaco Borba, com 37,48% do gênero no estado, localiza-se a Klabin; em Jaguariaíva, com 11,66%, a Pisa; e, em Arapoti, com 7,51%, a Inpacel. Como pólo papeleiro, agrega a participação de Sengés (1,98%), Palmeira (1,52%) e Piraí (1,38%). Em uma tendência de complementaridade, pelo uso comum da madeira reflorestada, o gênero madeira, com 12,66% do total no estado, é mais expressivo em Sengés, Castro, Palmeira e Ponta Grossa, e apenas neste último avança para o mobiliário, no qual participa com 5,70% do total do gênero no estado.

Ponta Grossa é, ainda, o município com maior participação no valor adicionado do gênero têxtil, com 17,14%, particularmente pela presença da COT Kurashiki do Brasil – multinacional com sede em São Paulo atuando em fios mais finos, o que não a submete às exigências de reestruturação do gênero –, porém não apresenta nenhum encadeamento com a indústria da confecção.

É expressiva sua participação na indústria metalúrgica (9,32%) e na mecânica (1,12%), únicos gêneros que integram sua indústria na dinâmica moderna. Sua especialidade está na fabricação de implementos agrícolas. No gênero transportes, embora não tenha participação relevante, já que a mesorregião metropolitana absorve quase a totalidade das atividades, sedia algumas das mais importantes empresas do gênero (Shiffer, Santa Cecília, Rede Ferroviária Federal e outras).

No gênero bebidas, Ponta Grossa tem a segunda maior participação (9,65%) e tende a aumentar a partir do efetivo funcionamento de plantas em implementação, como a da Kaiser.

É no segmento agroalimentar que ainda reside a principal dinâmica econômica da região. Representa 14,35% do gênero alimentos e 2,82% do gênero química no estado, situando-se entre as quatro maiores mesorregiões no setor. Ressalve-se que Ponta Grossa está entre os municípios com maior participação nesses gêneros, com 8,22% e 12,12%, respectivamente. O gênero alimentos é sustentado por duas grandes bases: uma moderna produção agrícola e uma forte expressão na produção de lácteos.

De sua produção agrícola – a mais elevada dentre as mesorregiões do estado –, 83,4% provém da soja, trigo e milho (uma produção de *commodities* que representa 9,2% da produção do estado). Tem uma atuação de empresas que lhe garantem a maior capacidade de moagem e de produção de óleo de soja do Paraná. As principais empresas atuantes nesse setor, situadas dentre as maiores no ramo em nível nacional, são a Cargil, Moinho Santista e Sanbra.

A região é a mais importante bacia leiteira do estado e tende a consolidar-se como o principal pólo de derivados lácteos. Essa atividade desenvolve-se na produção cooperativada, destacando-se a atuação de renomadas cooperativas: Batavo e Castrolanda, em Carambeí, e Witmarsum, em Palmeira, e, com menor porte, a Capal, em Arapoti. Com exceção da Witmarsum, as demais são formadoras da Cooperativa Central de Lacticínios do Paraná (CCLPL), que industrializa os produtos da marca Batavo. A atividade vem sofrendo processos de expansão e de fusão, incluindo cooperativas de outros estados, com o objetivo de atender às exigências de competitividade do mercado. Nesse processo de expansão, recentemente a Parmalat adquiriu o controle acionário da CCLPL, para fins de uso da marca Batavo.

MAPA 15

CENTRO-ORIENTAL PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Ortigueira
Ventania
Arapoti
Telêmaco Borba
Sengés
Jaguariaíva
Imbaú
Pirai do Sul
Reserva
Tibagi
Castro
Carambeí
Ponta Grossa
Palmeira

NÍVEL DE HIERARQUIA

Forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



Esse conjunto responde por 55,9% da produção de leite e derivados da produção cooperativada do estado e é dominante na economia estadual. No caso de aves e suínos, o setor cooperativo é bem menos expressivo, mas as cooperativas dessa região são responsáveis por quase 50% da produção cooperativada.

Trabalhando com produtores altamente tecnificados e selecionados, essas cooperativas diferenciam-se por possuir capacidade de operar no segmento de lácteos em elevados e competitivos padrões tecnológicos. Secundariamente, incluem a produção de aves e suínos, também nas mesmas bases. Há que se destacar que essas cooperativas, com nuanças étnicas consideráveis, constituem terri-torialidades demarcáveis no âmbito da agropecuária do estado pelo padrão produtivo alcançado.

Na maioria dos municípios, a mão-de-obra é preponderantemente ocupada na agropecuária, porém verifica-se nas atividades urbanas grande parte da sua ocupação. Apenas em Telêmaco Borba e Jaguariaíva, a indústria papeleira absorve maior proporção de trabalhadores que os demais setores.

No mercado formal da indústria, os segmentos madeira e papel respondem por aproximadamente 50% dos empregos gerados, ambos com decréscimo no período, em função da forte reestruturação tecnológica e organizacional que atinge esses segmentos. Em 1996, a mesorregião integra o quarto mercado de trabalho do estado, com 21.120 empregos, correspondendo a 6,91% dos postos da indústria do Paraná.

O padrão do emprego no setor terciário da região reforça a centralidade de Ponta Grossa e, secundariamente, de Castro.

A renda *per capita* regional é uma das mais elevadas do estado, próxima à da mesorregião metropolitana de Curitiba. No entanto, internamente, reproduz diferenças que mostram que seus principais centros – Ponta Grossa e Castro – têm renda duas vezes maior que a de municípios que não se integram à dinâmica econômica regional – como Ortigueira e Reserva. Na região, a proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos é de 50%, e a de analfabetos maiores de 15 anos é de 84,45% – indicadores desfavoráveis considerando-se o alto grau de urbanização. A escolaridade média é de quatro anos de estudo (dentre as mais baixas do estado), apontando para situações internas extremas: Ponta Grossa apresenta mais de cinco anos; Sengés, Tibagi e Reserva, contudo, ficam em torno de três.

A proporção de domicílios ligados à rede de água, com esgotamento sanitário e com coleta de lixo, é também relativamente baixa (84,37%, 57,5% e 84,14%, respectivamente), considerando seu grau de urbanização.

2.5.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A proximidade com a mesorregião metropolitana de Curitiba imprime peculiaridades à rede urbana regional da centro-oriental. Se geograficamente a região está para Curitiba assim como Campinas está para São Paulo, e Caxias do Sul para Porto Alegre, percebem-se apenas tênues relações de complementaridade socioeconômica e institucional que a definem como participante de um processo de expansão da economia metropolitana, com integração dos ramos industriais ou como vetor de localização de um processo desconcentrador da metrópole de Curitiba. A diversidade de atividades econômicas e principalmente os segmentos mais modernos ainda são embrionários e centrados apenas em Ponta Grossa, com poucos vestígios de desenvolvimento de atividades com caráter de integração metropolitana com os demais municípios. Assim, distinguem-se como principais características da rede urbana regional:

- os limites às especialidades funcionais de Ponta Grossa, que, embora se reforce como pólo regional, está longe de concorrer com a metrópole na oferta de funções de média e alta complexidade e na abrangência da polarização, dada sua proximidade com ela;
- a constituição de uma aglomeração descontínua formada por Ponta Grossa, Castro e Carambeí, com forte articulação entre os municípios;
- a inexistência do fenômeno de contigüidade de mancha de ocupação entre seus municípios – exceto de forma esparsa entre Ponta Grossa e Carambeí;
- a não-formação de continuidade de ocupação na direção de Curitiba, seja pela distância entre as sedes municipais, pela grande extensão territorial dos municípios, pela presença da escarpa do segundo planalto entre os limites da mesorregião metropolitana de Curitiba e Ponta Grossa, e pela própria expansão da ocupação metropolitana, que caminhou para a direção leste, muito em função do custo da terra. A infra-estrutura viária, que poderia ser elemento indutor de uma ocupação contínua, apenas facilitou um fluxo de trocas, favorecendo a Ponta Grossa o acesso às vantagens oferecidas por Curitiba;
- um crescimento urbano nitidamente associado a atividades da indústria papeleira, como o reflorestamento e o corte da madeira, verificadas em Sengés (7,63% a.a. de crescimento da população urbana) e Arapoti (5,84% a.a.) – atividades que, a médio prazo, não tendem a sustentar esse crescimento;
- um crescimento urbano ligado à evasão rural de áreas contíguas, como em Tibagi (3,96% a.a.), também sem sinalizar capacidade de sustentação, pelo perfil das atividades econômicas que a área desenvolve;
- a emergência de territorialidades decorrente do exercí-

cio de poder do setor cooperativo, confirmada pelo processo emancipatório de Carambeí e futuramente de Castrolanda.

A mesorregião apresenta espacialidades de esvaziamento e de aglomeração descontínua, reforçando Ponta Grossa como pólo regional. Sua localização estratégica integra-a no eixo de maior complexidade do estado, unindo o oeste ao porto de Paranaguá, passando pela aglomeração metropolitana de Curitiba.

2.6 Oeste Paranaense

A mesorregião oeste, composta de 50 municípios, possui área de 22.840 quilômetros quadrados e população de 1.078.584 habitantes em 1996 que lhe atribuem densidade demográfica de 47,22 habitantes por quilômetro quadrado. Sua participação no total da população do Paraná é de 11,98% – terceiro maior contingente populacional do estado.

Entre 1970 e 1996, essa mesorregião passa por processo intenso de urbanização, saltando do grau de 19,87% para 77,2%. Esse processo provoca grande transformação na distribuição geográfica de sua população: com a área rural da mesorregião alcançando 357.023 habitantes e incrementando suas áreas urbanas com um contingente de 683.175 habitantes, caracterizando-a como uma região receptora de fluxos interiores e exteriores aos seus limites. Vale observar que essa região foi a última fronteira de ocupação do estado, integrando-se à dinâmica estadual apenas a partir dos anos 70, quando coincidem fatores como a expansão da agricultura moderna e o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Esses fatos ocasionam crescimento geométrico da população, com características distintas das demais mesorregiões interioranas: sua evasão rural acentua-se apenas mais recentemente, porém seu crescimento urbano já é intenso desde os anos 70. Entre 1970 e 1980, o crescimento da população total de alguns de seus municípios situa-se dentre os mais altos do estado, como Foz do Iguaçu (14,91% a.a.) e Cascavel (6,16% a.a.). Esses municípios, que em 1996 representam 41,84% do total da população regional, continuam crescendo nos anos seguintes a taxas superiores à média do estado (3,95% e 2,59%, respectivamente, entre 1991 e 1996). O fenômeno que se destaca é a configuração, em suas áreas vizinhas, de conjuntos de municípios que reproduzem esse elevado crescimento. Limítrofes a Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu cresce a 3,3% a.a. e São Miguel do Iguaçu, a 2,43% a.a. Além desses, Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina) compõem com Foz do Iguaçu uma mancha de ocupação contínua. Limítrofes a Cascavel, crescem Santa Teresa do Oeste (10,62% a.a.), Cafelândia (4,89% a.a.) e Ibema (2,02% a.a.). Entre 1991 e 1996, o crescimento da população total da região é de 1,21% a.a.

Como contraponto dessa concentração, evidencia-se um fenômeno generalizado de forte esvaziamento rural, perceptível até mesmo no comportamento da população total dos municípios: 90% têm taxas de crescimento da população total inferiores a zero entre 1991 e 1996 – muitos desde o período de 1970-80. Percebe-se, também, o esvaziamento dos núcleos urbanos (11 municípios perdem população urbana).

Do conjunto de seus municípios, 44% são rurais e 38% em transição para o urbano, todos de pequena dimensão. Apenas três municípios são urbanos de média dimensão: Cascavel, com centralidade de nível forte, Foz do Iguaçu, de nível forte para médio, e Toledo, com nível de centralidade médio (Mapa 16). Além desse, outros centros também apresentam níveis de centralidade médios: Assis Chateaubriand, Guaíra e Medianeira – urbanos com pequena dimensão –, e Marechal Cândido Rondon e Palotina, em transição para o urbano com pequena dimensão.

Esse conjunto de centros distribui-se no território da região, tendo Cascavel como pólo regional, estrategicamente situado no acesso a fronteiras internacionais. Esse pólo destaca-se pelo desempenho de funções de alta e média complexidade para o atendimento das demandas regionais.

Diferentemente, Foz do Iguaçu peculiariza-se como pólo turístico – devido à existência do Parque Nacional do Iguaçu, das Cataratas e Itaipu – e centro comercial de fronteira. Como aglomeração internacional, Foz do Iguaçu divide com Ciudad del Este e Puerto Iguazu o desempenho de funções que ora se complementam, ora concorrem, em um movimento de oportunidades regido pela política econômica e institucional de cada um dos países. Em determinadas conjunturas, essa aglomeração movimenta recursos que a aproxima dos grandes centros fronteiriços comerciais internacionais. Foz do Iguaçu, mais que um pólo regional, é um centro importante na rede urbana paranaense e cumpre papel de destaque dentre os centros nacionais.

Esse perfil turístico-comercial pode ser estendido a outros municípios da região, lindeiros ao lago de Itaipu, pelos resultados da implementação de projetos voltados ao turismo ecológico e à realização de eventos. Esses municípios têm ainda uma estrutura de arrecadação fortalecida pelos repasses dos *royalties* de compensação financeira pelas terras alagadas para a geração de energia elétrica.

Guaíra, localizada no extremo norte do lago de Itaipu, pode vir a fortalecer-se com a ponte sobre o rio Paraná, ligando esse estado ao Mato Grosso do Sul e Paraguai, o que intensificará os fluxos de exportação da produção agrícola em direção ao Porto de Paranaguá. Os demais centros, embora com restrita abrangência de sua polarização, reforçam-se por com-

por uma aglomeração regida pela dinâmica do desenvolvimento agroindustrial.

A mesorregião oeste tem participação no valor adicionado total do Paraná que cresce no final dos anos 80, até atingir 14,68% em 1996. É a terceira maior participação do estado, bastante influenciada pela produção e distribuição de energia elétrica de Itaipu. Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu destacam-se dentre as 14 maiores participações do estado em 1996, com 2,32%, 1,3% e 6,06%, respectivamente, no valor adicionado total.

Setorialmente, a região tem a maior participação no valor adicionado do setor primário (21,75%) e está dentre as três maiores participações no secundário (13,83%), com 11,8% no comércio, e 12,23% em serviços.

Caracteriza-se por uma especialização na produção de grãos (soja, trigo e milho), respondendo por 23,6% do valor da produção de grãos comercializados no Paraná, bem acima das demais regiões produtoras. Possui as maiores participações no valor da produção agrícola (25,35%) e pecuária (18,47%); a maior proporção de terras ocupadas por lavouras (52,67%), em grande parte em terras consideradas de melhor qualidade para o cultivo mecanizado.

Internamente, predomina a produção de *commodities*, com 82% do total de suas principais culturas. Em termos de produtividade, esse grupo de produtos apresenta desempenho positivo que revela o nível de especia-lização dessa produção e de seus produtores. Sinaliza também para o aumento da produção de insumos e para maior diversificação, com a expansão das culturas de algodão e mandioca, ambas a partir de um novo padrão de produção, introduzindo uma moderna cotonicultura em grandes áreas mecanizadas, a exemplo do Centro-oeste brasileiro. A mandioca insere-se na perspectiva de novos processos de agroindustrialização para usos mais nobres, a exemplo da indústria farmacêutica, papeleira e alimentar, implicando uma seletividade dos produtores. Completando essa diversificação, começa a ter representatividade a cultura cafeeira em sua nova modalidade de cultivo adensado.

Juntamente com a agricultura, a região especializa-se na produção de aves e suínos, e também de leite, com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial, mediante o regime de cooperativas.

São várias cooperativas singulares, seis delas com sede em municípios da região. A Cooperativa Agrícola Consolata (Copacol), sediada em Cafelândia, e a Cooperativa Agropecuária Cascavel (Copavel), sediada em Cascavel – terceira e sexta maiores do estado, respectivamente, em termos de valor comercializado –, são relevantes regio-nalmente, porém com receitas muito distantes das principais cooperativas paranaenses situadas na região de Ponta Grossa e especializadas em leite e derivados. A Cooperativa Central Regional Iguaçu (Cotriguaçu), sediada em Cascavel, responde por 10,27% das receitas totais das cooperativas centrais, oriundas fundamentalmente da agroindústria de esmagamento e farelo de soja. As atividades dessas cooperativas estão ligadas aos processamentos iniciais, convivendo com as limitações comuns para avançar a um patamar de maior diversificação da estrutura industrial.

A particularidade da ação cooperativada na economia da mesorregião está em sua disseminação pela maioria dos municípios e produtores regionais. Dos produtores cooperativados do Paraná, quase 50% estão nessa região.

Industrialmente, é uma das regiões que apresentam maior grau de concentração de atividades na agroindústria (64%) e, dentro dessa, na produção de alimentos. Esse fato coloca-a como a terceira maior participação no gênero alimentos, com 17,06% do total do estado. Os principais municípios envolvidos nessa atividade são: Toledo, com 4,75% do valor adicionado do gênero, sustentado quase em sua totalidade pela empresa Frigobrás; e Cascavel, com 4,39%, pela atuação de cooperativas com várias unidades de processamento.

O conjunto formado por Cafelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Palotina e Marechal Cândido Rondon tem uma participação menor, porém significativa, no gênero alimentos, atuando com unidades de processamento de médias cooperativas e entrepostos.

Tendo algum nível de agroindustrialização – fecularia, laticínios, moinhos, algodoeiras ou entrepostos de cooperativas –, ainda se destacam Céu Azul, Guaíra, Santa Terezinha do Itaipu, Maripá, Nova Aurora, Santa Helena, Terra Roxa e Tupãssi.

Com relativa expressão, a mesorregião participa na indústria da madeira, apresentando 5,3% do gênero, com atividades em Cascavel e Ibema. No mobiliário, participa com 3,98%, desenvolvendo atividades em Cascavel e Medianeira, porém sem empresas de grande expressão no setor. Nos gêneros têxtil e confecção, a participação regional é de 3,17% e 4,9%, respectivamente, tendo maior peso no município de Toledo, na fiação de algodão – Fiasul –, porém com pequena capacidade instalada, respondendo por 6,26% do total da capacidade do estado.

As atividades do gênero metal-mecânica têm participação restrita de Cascavel e bastante secundária de Toledo.

Essas atividades da indústria de transformação repercutem no emprego formal, gerando 22.310 postos de trabalho, a terceira maior concentração do estado. Acompanhando o crescimento das mesorregiões com dinâmica agroindustrial, o gênero alimentos é o principal empregador, respondendo por 46% do mercado de trabalho regional. Apresentou um dos crescimentos mais expressivos do gênero no estado, agregando 3.620 postos, número superior ao total dos novos empregos gerados pelos demais gêneros na região, no período de 1986-96.

MAPA 16

OESTE PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Guaíra
Terra Roxa
Palotina
Formosa do Oeste
Jesuítas
Assis Chateaubriand
Maripá
Nova Santa Rosa
Mercedes
Quatro Pontes
Iracema do Oeste
Nova Aurora
Marechal Cândido Rondon
Pato Bragado
Toledo
Tupãssi
Anahy
Cafelândia
Iguatu
Entre Rios do Oeste
Corbélia
Braganey
São José das Palmeiras
Ouro Verde do Oeste
Santa Helena
Diamante D'Oeste
São Pedro do Iguaçu
Campo Bonito
Diamante do Sul
Santa Tereza do Oeste
Cascavel
Vera Cruz do Oeste
Missal
Ramilândia
Guaraniaçu
Ibema
Itaipulândia
Céu Azul
Medianeira
Catanduvas
Lindoeste
Matelândia
São Miguel do Iguaçu
Santa Lúcia
Santa Terezinha de Itaipu
Boa Vista da Aparecida
Três Barras do Paraná
Capitão Leônidas Marques
Serranópolis do Iguaçu
Foz do Iguaçu

NÍVEIS DE HIERARQUIA
- Médio para fraco e médio
- Médio para forte
- Forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



A madeira, segundo gênero com maior absorção, apresenta queda até 1993, com pequena reação posterior, porém sem recuperar os níveis do início do período – comportamento que é observado na maioria das mesorregiões do estado.

Na estrutura ocupacional, a atividade industrial apresenta o menor grau de absorção. Em apenas um pequeno município (Ibema), com atividade madeireira, a proporção de ocupados no setor secundário chega a ser superior à do terciário. Em seis municípios, a participação da indústria pode ser considerada expressiva (acima de 9%): Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Santa Terezinha e Cafelândia. Em 69% dos municípios ainda prevalece a ocupação no setor primário e em 61%, esse setor absorve mais de 50% da população ocupada. Cascavel apresenta estrutura ocupacional mais diversificada, com grande peso de absorção nas atividades de comércio em geral e de máquinas e veículos, e primazia regional na oferta de serviços técnicos e profissionais. Em um segundo nível de diversificação e peso nas atividades urbanas, equiparam-se Foz do Iguaçu, Medianeira, Palotina, Toledo e Santa Terezinha do Itaipu. Nova Santa Rosa, Campo Bonito e Tupãssi são municípios pequenos nos quais as atividades públicas da administração municipal têm peso relevante em sua estrutura ocupacional.

A renda *per capita* regional está dentre as mais elevadas do estado, próxima à da mesorregião metropolitana. No entanto, internamente, apresenta diferenças perceptíveis nos níveis de seus principais centros – Cascavel e Foz do Iguaçu –, que têm esses indicadores três vezes acima do de municípios menores e rurais – como Boa Vista da Aparecida e Diamante D'Oeste. A região apresenta a segunda menor proporção do interior para chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (46,6%), e a segunda maior para adultos alfabetizados (86,2%). Da mesma forma, é elevada a escolaridade média (4,2 anos), apontando, porém, para situações extremas internas: enquanto Campo Bonito, Braganey e Ibema têm menos de 3,5 anos, Palotina, Marechal Cândido Rondon e Cascavel ultrapassam os cinco anos de estudos.

As proporções de domicílios ligados à rede de água e com coleta de lixo – 86,5% e 86,7%, respectivamente – encontram-se na média do estado. O esgotamento sanitário tem uma das menores proporções de domicílios atendidos (24,9%).

2.6.1 Síntese da morfologia da rede urbana

O perfil agroindustrial da mesorregião, ainda pautado na dependência da proximidade da matéria-prima, cria uma articulação generalizada entre as unidades administrativas a partir de sua base produtiva. No entanto, a atividade da indústria concentra-se num conjunto de municípios que, embora bem distribuídos na região, mantêm-se com certa proximidade geográfica. Nessa dinâmica, a rede urbana regional caracteriza-se pela:

- configuração de uma aglomeração urbana incluindo Cascavel, Toledo, Santa Tereza do Oeste e Cafelândia, com vetores de expansão definidos na direção de Marechal Cândido Rondon;
- formação de anéis de intenso crescimento de população nos municípios contíguos a Cascavel, como Cafelândia, Corbélia, Ibema e Santa Teresa do Oeste; e em torno de Foz do Iguaçu, com Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Itaipulândia; em alguns casos com nítida tendência de continuidade de mancha de ocupação com os pólos;
- consolidação da aglomeração internacional de Foz do Iguaçu, unindo em um mesmo conjunto seus municípios vizinhos e as cidades de Puerto Iguazu e Ciudad del Este;
- presença de Cascavel como pólo regional, reforçado pela diversidade das atividades e funções que desempenha;
- quantidade de municípios com o crescimento urbano elevado, especialmente aqueles que desenvolvem atividades agroindustriais ou que desempenham o papel de cidades-dormitório de centros maiores, como Cascavel e Foz do Iguaçu;
- existência de elevado número de municípios perdendo população urbana, dentre os quais se destaca Assis Chateaubriand, com nível de centralidade médio.

Esses fenômenos caracterizam a mesorregião oeste por apresentar espacialidades de concentração e de forte esvaziamento. Suas áreas concentradoras apontam sinais de expansão no eixo da BR 277, com potencial de integração geográfica e articulação funcional entre as aglomerações urbanas de Cascavel e de Foz do Iguaçu, em um conjunto de maior complexidade.

2.7 Sudoeste Paranaense

A mesorregião sudoeste, com a menor área dentre as mesorregiões paranaenses (11.687 quilômetros quadrados) compõe-se de 37 municípios. Em 1996, possui 472.425 habitantes, representando 5,25% da população do estado, e densidade demográfica de 40,42 habitantes por quilômetro quadrado – elevada considerando seu reduzido grau de urbanização (53,86%). Atualmente, 70,27% de seus municípios são rurais de pequena dimensão, muitos com grau de urbanização entre 20% e 30%.

Seus centros principais são Pato Branco e Francisco Beltrão, com níveis de centralidade forte para médio (Mapa 17), concorrentes no que se refere à abrangência da polarização, mas guardando especificidades. Pato Branco, por oferecer uma gama de funções mais especializadas, com uma unidade regional de ensino médio e

MAPA 17
SUDOESTE PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



NÍVEIS DE HIERARQUIA
- Médio para fraco e médio
- Médio para forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

de terceiro grau do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), reforçando-se com a instalação do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento (Lactec), em uma parceria entre a Copel e a Universidade Federal do Paraná, no intuito de criar um centro tecnológico voltado ao setor eletrônico. Francisco Beltrão, com funções de comércio e serviços mais voltadas a dar apoio às atividades da indústria e agropecuária. Além desses, Dois Vizinhos, com centralidade de nível médio, reforça sua centralidade em função das atividades de uma unidade do grupo Sadia que opera no município. Os dois primeiros são urbanos de média dimensão; em 1991, Francisco Beltrão atinge o patamar de 50 mil habitantes na área urbana. Esses centros estão localizados com grande proximidade geográfica, compondo um eixo econômico fortemente articulado. Nenhum deles está entre os principais na rede urbana do estado, e ambos são polarizados por Curitiba. O papel desses centros é sustentar localmente as atividades da base produtiva regional com características predominantemente agropecuárias. Vale ressaltar a intensidade de trocas que se estabelecem entre essa região e a região oeste catarinense, sendo Pato Branco o pólo principal no território paranaense.

Essa mesorregião está entre as que apresentam as menores taxas de crescimento do estado ao longo das últimas décadas. Sua população total teve uma perda de -0,24% a.a., entre 1991 e 1996, e mais de 75% de seus municípios vêm registrando decréscimo populacional nos últimos anos, em um quadro de evasão que tende a intensificar-se. Essa tendência confirma-se nas taxas de crescimento da população rural (-2,94% a.a.) em níveis similares desde os anos 80, generalizando-se em todos os municípios da região, que apresentam crescimento da população rural a taxas menores que zero. O crescimento de sua população urbana em inflexão é de 2,47% a.a. entre 1991 e 1996. Alguns municípios já começam a apresentar leve redução no crescimento da população urbana entre 1991 e 1996. Os centros de Pato Branco e Francisco Beltrão, com crescimento urbano de 2,86% e 2,63% a.a., respectivamente, são os únicos com essas taxas superiores às da média paranaense desde 1970.

Esse comportamento populacional tem estreita relação com a estrutura fundiária centrada na pequena propriedade e com um processo produtivo capaz de resistir à modernização intrínseca da agricultura e ao empobrecimento da pequena produção, fragilizando-se apenas mais recentemente.

A mesorregião manteve, ao longo do período de análise, uma das menores participações na formação da renda estadual (3,56% do valor adicionado em 1996), sem integrar nenhum de seus municípios dentre os que chegaram a contribuir nesse período com mais de 1% na renda do estado.

Seu perfil econômico é especializado em uma produção agropecuária de numerosos pequenos e médios produtores, diversificados e com utilização intensiva de mão-de-obra familiar. Produz com grande desvantagem, comparativamente a outras mesorregiões do estado, já que seu relevo é mais acidentado e seu clima, mais frio. Isso não impede que se encontre inserida no moderno mercado do *agribusiness*, com produtores integrados a grandes empresas ou associados a cooperativas, principalmente na produção de aves – atividade que coloca a região entre as principais produtoras do estado – e, secundariamente, na de suínos e leite – atividade que vem ganhando importância. Essas condições definem uma participação da região no valor adicionado do setor primário estadual também muito pequena (7,56%), registrando-se apenas uma mesorregião com percentual mais baixo (a sudeste paranaense).

Quanto à agricultura, participa com 10% do valor da produção dos principais cultivos do estado, distinguindo-se no grupo de alimentos e de *commodities*, porém mais restrita à produção do milho.

No que se refere à atividade industrial, possui uma das menores participações na indústria de transformação: 2,33% do valor adicionado fiscal do setor secundário em 1996. Na base dessa estrutura, estão as atividades do gênero alimentos, que representam 49,79% da indústria regional. Compreendem basicamente dois segmentos. O primeiro insere a mesorregião como parte do pólo agroindustrial do oeste de Santa Catarina, onde atuam algumas das principais empresas do setor, voltando-se ao abate e industrialização de aves. Destacam-se as unidades do grupo Sadia nos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos (ambas chamadas Moinhos da Lapa). Além dessas, constam unidades de esmagamento de oleaginosas e da produção de ração e concentrados.

O segundo segmento é formado por unidades de pequeno porte, tendo nas cooperativas uma participação importante, principalmente na produção do leite. Essas atuam no fortalecimento da bacia leiteira regional com melhoramento genético do rebanho e organizam-se em centrais, criando marcas próprias e ampliando espaços de mercado. As principais cooperativas desse segmento são a Cooperativa Agropecuária Guarani (Capeg), em Pato Branco, a Cooperativa Agropecuária de Capanema (Coagro), em Capanema, e vários laticínios localizados em Francisco Beltrão, Chopinzinho, Verê, Coronel Vivida, Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu.

Os demais segmentos atuam em atividades similares, como pequenos frigoríficos, laticínios, moinhos de milho, de trigo, concentrados e rações, e encontram-se distribuídos em vários municípios, porém estando a maior parte em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, únicos muni-

cípios da região que integram o conjunto do estado com maior participação no gênero alimentos (1,46% e 2,43%, respectivamente, do total do gênero).

Dentre as demais atividades da indústria, cabe destacar a confecção, com núcleo significativo em Ampère, que concentra 6,57% do total do gênero no estado e se posiciona entre os seis municípios com maior participação. Tal importância pode representar a possibilidade de futura ampliação regional da atividade. A indústria moveleira vem crescendo como alternativa ao esgotamento da madeira, porém sem sinais de uma complementaridade interindustrial. Faz-se presente em vários municípios da região, mas apenas Francisco Beltrão está dentre aqueles com participação mais significativa (2,33%). Também pode ser destacada a participação de Pato Branco na indústria metalúrgica, com 4,32% do gênero, produzindo fogões e carrocerias.

Esse nível de atividade traduz-se em um dos menores mercados de trabalho industrial do estado. A região participa com 3,56% dos empregos formais da indústria e apresenta pequeno crescimento no período 1886-96, assegurado pelo gênero confecções. Reproduz o perfil da maioria das mesorregiões do interior, com maior proporção dos empregos na indústria de alimentos, seguido da madeira/mobiliário e têxtil/confecções.

Na estrutura ocupacional como um todo, o setor primário é responsável por mais de 50% da ocupação em quase todos os municípios. Apenas Pato Branco possui estrutura ocupacional nitidamente terciária e com pequeno peso da indústria, caracterizando-se como o principal centro de atividades terciárias da região e destacando-se no comércio em geral e de máquinas e veículos. Francisco Beltrão e Dois Vizinhos têm peso significativo na indústria, mesmo assim inferior ao do terciário.

A renda média familiar *per capita* regional e a alta proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (60,74%) posicionam o sudoeste paranaense dentre as quatro mesorregiões do Paraná com esses indicadores mais críticos. Constata-se rendimento médio muito superior nos centros principais – como Pato Branco – e muito baixo nos demais municípios, com uma variação de quase duas vezes e meia entre o maior e o menor valor, expressando situações bastante heterogêneas. A região também apresenta uma proporção baixa de adultos alfabetizados (84,09%). Dentre seus municípios, a escolaridade é também mais elevada em Pato Branco, com a média de 5,4 anos de estudo por habitante, e muito baixa em pequenos municípios, chegando a 3,9 em Nova Prata do Iguaçu.

A mesorregião coloca-se dentre aquelas com menores proporções de domicílios ligados à rede de água (82,48%), servidos por esgotamento sanitário (30,89%) e com coleta de lixo (73,52%). Todos esses indicadores são inferiores à média do Paraná.

2.7.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião sudoeste paranaense possui baixo grau de urbanização na maioria de seus municípios, inserindo-se basicamente na espacialidade de esvaziamento, porém com as áreas urbanas ainda absorvendo os fluxos rurais mais próximos. De modo geral, não se constatam, nessas áreas urbanas, elementos que justifiquem condições de atratividade, mas apenas uma opção de destino, imediata e certamente de curto prazo. A configuração de sua rede urbana caracteriza-se pela:

- consolidação dos pólos regionais de Pato Branco e Francisco Beltrão, com funções concorrentes e especializadas, constituindo uma aglomeração descontínua com outros centros da região, como Dois Vizinhos e Ampère;
- elevado crescimento da população urbana (próximo ou superior a 2,5% a.a.), em municípios de pequeno porte, sem indicativos de maior inserção econômica que o justifique, situados contiguamente aos pólos de Francisco Beltrão (Renascença, Marmeleiro, Salgado Filho e Nova Esperança do Sudoeste) e Pato Branco (Vitorino e Mariópolis) – também influenciado por situar-se em um entroncamento, na fronteira Paraná/Santa Catarina –, beneficiando-se das oportunidades de maior concentração regional;
- influência das áreas fronteiriças à Argentina no crescimento elevado de municípios como Planalto, Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita e Barracão;
- expressividade do crescimento urbano de municípios com assentamentos de trabalhadores rurais, como ocorre em Salgado Filho (3,52% a.a.), Renascença (3,15% a.a.) e Marmeleiro (2,55% a.a.) – esse último também sediando reassentamentos da Eletrosul;
- incipiente esvaziamento de centros urbanos nos municípios de Chopinzinho (com mais de 20 mil habitantes) e Enéas Marques.

Esses comportamentos apontam para uma pequena possibilidade de retenção populacional da região, dado que a atividade econômica em desenvolvimento não se traduz como grande geradora de postos de trabalho nem como multiplicadora de oportunidades. A região apresenta apenas espacialidades de fraca concentração, confirmando-se como uma região de esvaziamento.

2.8 Centro-sul Paranaense

A mesorregião centro-sul possui uma área de 26.506 quilômetros quadrados e a menor densidade demográfica dentre as mesorregiões paranaenses (19,88 habitantes por quilômetro quadrado). Compõe-se de 29 municípios e, em 1996, possui 526.914 habitantes, em num comportamento estável, representando 5,85% da população do estado.

A região supera o grau de 50% de urbanização apenas em 1996, quando atinge 54,8%. É uma região de campos naturais, que se caracteriza até os anos 80 pela pecuária extensiva e pelas reservas naturais de madeira em grandes propriedades. Sua inserção na modernização agrícola dos anos 70 foi mais lenta, tendo atuado como fronteira interna de ocupação, absorvendo parte dos fluxos rurais, particularmente do norte e oeste do estado.

Entre 1970 e 1980, registrou a maior taxa de crescimento da população total do interior do Paraná (2,97% a.a.), tendo constituído, com a mesorregião centro-oriental, a exceção na dinâmica de decréscimo da população rural, apresentando crescimento positivo, embora mínimo. Continuou diferenciando-se por taxas positivas de crescimento da população total, sendo uma das últimas a sinalizar uma evasão rural ainda pequena, no período de 1991-96 (-1,74% a.a.). Essa evasão é perceptível em grande número de seus municípios, que apontam para uma concentração nas áreas de Laranjeiras do Sul e Guarapuava, com crescimento de 5,67% e 2,02% a.a., respectivamente. Guarapuava vem mantendo crescimento acima da média do estado desde os anos 70.

A maioria de seus municípios é rural e de pequena dimensão, alguns em transição para o urbano. Guarapuava destaca-se como município urbano de média dimensão e é também o único que apresenta nível de centralidade relevante (Mapa 18) – forte para médio –, atuando como pólo regional com relações muito estreitas com os municípios de seu entorno, cujas sedes são bastante próximas. Palmas e Laranjeiras do Sul, com nível de centralidade médio, também se destacam, porém com padrão funcional bastante diferenciado: Laranjeiras do Sul atende a um pequeno número de municípios como centro de referência sub-regional com funções diversificadas; Palmas, pela oferta de ensino superior e pós-graduação, polariza elevado número de municípios do Paraná e de Santa Catarina.

Chama a atenção o elevado número de desmembramentos que vem ocorrendo na região. Dos 29 municípios, sete são criados entre 1970 e 1991 e nove após 1991.

Seu ritmo de crescimento econômico é significativo e revela capacidade de acompanhar as mudanças da base produtiva. Se por um lado, as regiões mais dinâmicas do estado perdem posição relativa diante da concentração econômica na aglomeração metropolitana de Curitiba, por outro, essa região, dentre as menos expressivas em 1975, alcança ganhos relativos que a posicionam em quinto lugar dentre as dez do estado, com 5,06% do valor adicionado total. Seu principal município, Guarapuava, mantém-se ao longo do período com participação entre as mais elevadas no valor adicionado.

Da ótica setorial, conserva forte participação de atividades do setor primário (7,99% do total do estado) e também do secundário (5,47%). Contudo, os efeitos no terciário ainda são bem pouco expressivos, com 2,71% e 2,82%, respectivamente, nos setores de comércio e serviços. Sua estrutura ocupacional confirma a incipiência do terciário, exceto em Guarapuava, onde esse setor é o maior absorvedor e o único que reúne funções mais complexas e diversificadas.

Sua base produtiva rural conserva uma divisão de uso herdada da atividade pecuária e madeireira, que se desenvolveram em grande parte nas terras ocupadas ainda com matas naturais e plantadas e extensas áreas de pastagens. Porém, integra a produção agrícola de soja e milho, com elevado padrão tecnológico, situando-se dentre as mais importantes regiões produtoras do estado, com 7,69% da área colhida de soja e 14,39% da de milho. A peculiaridade da agricultura dessa mesorregião está nos grandes e médios produtores de origem européia, organizados em uma forte cooperativa, a Cooperativa Agrária Mista Entre-Rios Ltda. Localizada em Guarapuava, é a quarta do estado em receita e opera com soja e milho, agroindustrializando mais de 50% do produto recebido, incluindo-se dentre as grandes indústrias de alimentos no Paraná. Uma especialidade desse grupo é a produção de cevada e a fabricação do malte com a Agromalte, também em Guarapuava.

A Ferroeste tem papel importante na infra-estrutura da região, particularmente para a referida Cooperativa Agrária, que tem uma unidade esmagadora de grãos montada junto ao terminal ferroviário. Essa Cooperativa tem um poder econômico que, de certa forma, articula a representação política regional.

A atuação cooperada de pequenos produtores é restrita à produção de feijão e desenvolvida por uma pequena cooperativa, a Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul Ltda. (Camilas).

A industrialização dessa mesorregião persiste centrada na indústria da madeira, uma atividade que responde por 15,04% do valor adicionado do gênero, no estado, em 1996. Essa atividade, das mais tradicionais do Paraná, vem perdendo participação relativa na indústria de transformação estadual, com queda de valor adicionado de 10,09% para 6,95%, entre 1980 e 1982 e entre 1994 e 1996, respectivamente. Mesmo assim, ainda tem grande expressividade na pauta de exportações do estado, qualificando-se como o segundo principal segmento exportador, respondendo, em 1995, por 7,87% do total do valor exportado.

No perfil produtivo desse segmento, ainda predominam atividades de desdobramento da madeira, porém com progressivo ganho dos grupos com maior agregação de valor, como placas, compensados e aglomerados. Nessa mesorregião, vários municípios estão dentre os mais importantes na formação do valor adicionado desse gênero,

MAPA 18
CENTRO-SUL PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Mato Rico
Pitanga
Palmital
Santa Maria D'Oeste
Boa Ventura de São Roque
Laranjal
Turvo
Marquinho
Goioxim
Campina do Simão
Nova Laranjeiras
Cantagalo
Espigão Alto do Iguaçu
Laranjeiras do Sul
Virmond
Guarapuava
Quedas do Iguaçu
Candói
Rio Bonito do Iguaçu
Porto Barreiro
Foz do Jordão
Inácio Martins
Pinhão
Reserva do Iguaçu
Mangueirinha
Coronel Domingos Soares
Honório Serpa
Clevelândia
Palmas

NÍVEIS DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio
Médio para forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



como Guarapuava (4,76%), Quedas do Iguaçu (3,21%) e Palmas (2,53%). Várias das maiores empresas do estado ligadas a grandes reservas florestais estão também nessa região. Dentre elas, a Giacomete Marodin, em Quedas do Iguaçu, ocupando extensas parcelas do território de vários municípios; a Manasa, em Guarapuava; a Camifra, em Clevelândia; além de outras em Palmas e Mangueirinha. Cabe notar que a atividade madeireira não evoluiu para a indústria do mobiliário.

O segmento papeleiro representa 11,77% do valor adicionado do gênero, porém é restrito a algumas empresas de pasta mecânica e celulose, com processos produtivos bem simplificados. Distribui-se por vários municípios, como Candói, Inácio Martins, Pinhão, Turvo e Palmas. Há indicativos de reforço nessa tendência, com projetos para a região, a exemplo da Ibéria – uma fábrica de papel.

Dentre essas atividades, verificam-se indícios de uma complementaridade que deve ser reforçada no futuro, isso porque as mudanças que se vêm impondo à indústria da madeira, no que se refere às restrições legais para uso das reservas naturais, tornam essa atividade cada vez mais dependente de reflorestamento. Esse fato tem aproximado a exploração madeireira das atividades do papel e celulose, no interesse de compatibilizar o uso comum de reflorestamentos, aumentando a oferta da madeira de boa qualidade de forma a atender às maiores exigências da atividade madeireira simultaneamente à oferta de matéria-prima para as necessidades da produção de papel e celulose.

O domínio da atividade madeireira na economia expressa-se com a mesma intensidade no mercado de trabalho formal da indústria. Aproximadamente 80% dos empregos estão predominantemente na indústria da madeira e, secundariamente, na de papel e celulose. No período de 1986-96, as perdas do segmento madeireiro (-1,8%) são compensadas com os ganhos dos segmentos papel e alimentos, que crescem, respectivamente, 2,6% e 2,7%. O conjunto dos empregos na indústria de transformação representa 4,04% do total do estado, um dos menores mercados.

A estrutura ocupacional demonstra a predominância da absorção pelo setor primário na maioria dos municípios, tendo como segundo mercado de trabalho a indústria – em Palmas, Pinhão, Guarapuava, Clevelândia, Quedas do Iguaçu e Turvo. O terciário, apenas predominante e diversificado em Guarapuava, assume alguma importância nos mercados de Clevelândia e Palmas.

Com uma dinâmica das atividades urbanas pouco complexa, a mesorregião tem sido nos últimos anos a segunda do estado com elevada proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (63,78%). Tem a mesma posição quanto à renda média familiar *per capita*, que, em Guarapuava, é o dobro da renda de pequenos municípios, como Inácio Martins e Cantagalo. Também apresenta uma das mais baixas proporções de adultos alfabetizados (80,65%). Sua escolaridade média está na faixa de quatro anos de estudo, com uma variação favorável para Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Mangueirinha, que apontam médias superiores a 4,5 anos. No outro extremo, com médias próximas a 3,5 anos, encontram-se Cantagalo, Quedas do Iguaçu e Palmital.

Também pode ser avaliada como precária, comparando-se às demais mesorregiões a qualidade do saneamento básico na região. Sua cobertura de abastecimento de água é a mais baixa do estado, com 73,95% dos domicílios atendidos. O esgotamento sanitário cobre apenas 34,91% dos domicílios, e a coleta de lixo, compreendendo 74,17% dos domicílios urbanos, também está dentre as menores proporções.

2.8.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião centro-sul paranaense, com grau de urbanização muito baixo e elevado contingente de população rural, apenas começa a dar sinais de evasão. Essa tende a acentuar-se, dada a fraca dinâmica econômica de seu interior, que não garante bases de sustentação. A inexistência de fronteiras agropecuárias internas e a proximidade da aglomeração metropolitana de Curitiba podem indicar a intensificação de fluxos de saída nessa direção. A configuração de sua rede urbana caracteriza-se pela existência de:

- um único centro urbano, com estrutura urbana pouco consolidada, que começa a viver a pressão da evasão populacional das proximidades;
- uma associação entre o crescimento da população total de alguns municípios e a presença de assentamentos rurais na região, como ocorre em Nova Laranjeiras (5,92% a.a. entre 1991 e 1996) e Laranjeiras do Sul (5,67% a.a.);
- municípios com elevado crescimento da população urbana, em um comportamento de retenção provisória do esvaziamento rural, entre 1991 e 1996, como Inácio Martins (10,19% a.a.), Rio Bonito do Iguaçu (7,05% a.a.), Turvo (5,26% a.a.), Mangueirinha (8,24% a.a.) e Palmital (7,51% a.a.), verificando-se em todos a presença de assentamentos rurais;
- grande número de municípios começando a perder população total, inserindo-se em um processo de esvaziamento associado a uma modernização intrínseca da base produtiva agropecuária, reforçando o fenômeno dos fluxos de saída.

Esses comportamentos evidenciam o esgotamento de um modelo de uso e produção, com tendência ao esvaziamento. Também apontam para a necessidade de reflexão sobre o fracionamento político-territorial elevado que,

em um curto espaço de tempo, deu origem a inúmeros desmembramentos e, devido à extensão das áreas dos municípios da região, tende a ter continuidade.

2.9 Sudeste Paranaense

A mesorregião sudeste paranaense ocupa área de 16.977 quilômetros quadrados, possui uma das menores densidades demográficas dentre as mesorregiões paranaenses (21,26 habitantes por quilômetro quadrado) e uma das menores populações do estado. Em 1996, possuía 360.914 habitantes, que representavam 4,01% da população do Paraná. Compõe-se de 21 municípios, predominantemente de pequena dimensão e em sua maioria rurais (61,90%). Apenas Irati, município em processo de transição para o urbano, tem mais de 50 mil habitantes em 1996.

Essa predominância caracteriza a região como pouco urbanizada. Seu grau de urbanização, de apenas 49,40%, em 1996, é o mais baixo dentre as mesorregiões para-naenses. Somente seis de seus municípios superam os 50% de grau de urbanização, ficando, porém, muito próximos a esse percentual. Desses, distingue-se União da Vitória, que é o principal centro da região, com nível de centralidade forte para médio (Mapa 19). Seu centro urbano compõe com Porto União, em Santa Catarina, uma mancha contínua de ocupação. A população desses dois municípios forma um conjunto populacional com tamanho considerável, sendo União da Vitória pólo dessa área fronteiriça. Irati, com nível de centralidade médio, é um subcentro regional, reforçado pela distância geográfica de outros centros mais fortes.

É uma mesorregião de grande estabilidade no que se refere ao crescimento populacional. Não se apresenta nem como área de absorção nem de esvaziamento, mas lentamente vem sofrendo redução no ritmo de crescimento, já pequeno, relacionada ao declínio da população rural, como resultado de um processo de sustentação frágil de sua economia. As taxas de crescimento da população total no período de 1970-96 permanecem em torno de 1% a.a. (1,23%, 1,30% e 0,71%, respectivamente, entre 1970 e 1980, 1980 e 1991 e 1991 e 1996). A população rural, começando a diminuir, apresenta a taxa de -1,28, o menor decréscimo do estado. Em contrapartida, a população urbana vem crescendo com maior intensidade nos últimos cinco anos, generalizadamente em quase todos os seus municípios, dada a absorção da migração rural da própria região. As taxas mais elevadas estão os municípios de General Carneiro e Bituruna, que têm população pouco maior que 10 mil habitantes – um crescimento relacionado à atividade madeireira.

A mesorregião sudeste tem as maiores áreas de florestas naturais do Paraná, com grandes reservas de araucária que abrigam também a erva-mate. Essas atividades vêm sustentando historicamente a base econômica da região.

Sendo uma das regiões mais tradicionais do estado, foi colonizada por migrantes eslavos (russos, poloneses e ucranianos), que, sob o regime de pequenas propriedades desde a ocupação, vêm desenvolvendo uma agricultura alimentar, enfrentando dificuldades em função das características impróprias de suas terras para a agricultura.

A região vem mantendo uma das menores participações no valor adicionado do estado (2,74%, em 1996), embora com pequenos ganhos no período após 1975. Nenhum de seus municípios está dentre aqueles com mais de 1% de participação do valor adicionado do Paraná.

Tem a menor participação no valor adicionado do setor primário (4,19% do total do estado), já no secundário tem a mais alta dentre as cinco menores, com participação de 3%. Seu terciário, também com a menor participação, é bem pouco expressivo, com 1,59% e 1,30%, respectivamente, nos setores de comércio e serviços.

Apesar disso, responde por 17,6% da produção de alimentos, colocando-se dentre as principais participações do estado, com base na produção do feijão, arroz e batata. Na produção do feijão, destacam-se Irati e Prudentópolis e, na da batata, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Antonio Olinto e Rebouças.

Ao lado da produção alimentar, o fumo é uma importante cultura, representando 57,20% da área colhida no Paraná, entre 1992 e 1994. Desenvolve-se em praticamente todos os municípios, porém de forma mais intensa em Rio Azul, Imbituva, Ipiranga, São João do Triunfo e Prudentópolis.

Com atuação restrita à comercialização do feijão e do milho, destacam-se três pequenas cooperativas na região: a Cooperativa Agrícola Mista de Prudentópolis (Camp), a Cooperativa Agrícola de Bituruna (Coabil) e a Cooperativa Agrícola Irati (Cooperati). A Cooperativa Produtora de Leite de Irati (Lactisul) comercializa pequena produção leiteira.

Como particularidade na região e significativa importância na complementação da renda agrícola, a extração da erva-mate ocorre sob sistemas de produção de *faxinais*, ou seja, sob a conservação conjunta e o uso comum de áreas de mata nativa. Essas reservas são usadas também como áreas comuns de pastagem.

A atividade industrial, associada ao extrativismo, responde por 13,6% do valor adicionado da indústria da madeira no estado em 1996, integrando a mesorregião às importantes áreas madeireiras do Paraná. Cinco de seus municípios têm expressiva participação no valor adicionado do gênero: União da Vitória (4,92%), Bituruna (1,6%), General Carneiro (1,46%), Irati (1,4%) e Imbituva (1,48%). A grande disponibilidade de matéria-prima representou

uma defasagem no desenvolvimento tecnológico da indústria da madeira. Hoje, sob pressão da legislação ambiental, a região sofre com as desvantagens comparativas. Ainda assim, abriga 14 das 50 principais madeireiras do estado, concentradas no município de União da Vitória (Selectas, Thomasi, Miguel Fortes, Dissenha, dentre outras) e também em Irati, Prudentópolis e General Carneiro. Embora predominem os desdobramentos e beneficiamentos iniciais, já são importantes os processamentos de maior agregação de valor, como placas, compensados e outros. A indústria do mobiliário, contudo, não tem expressividade na região. Destaca-se apenas uma importante empresa em Bituruna, a Randa.

A atividade papeleira representa 6,02% do valor adicionado do gênero no estado. Compõe-se de pequenas unidades de produção, principalmente voltadas à fabricação de pasta mecânica e alguns artefatos. As principais indústrias estão em União da Vitória, Irati, Rio Azul e Prudentópolis. Sua importância na região está na possibilidade do desenvolvimento de áreas de reflorestamento de pinus, que, bem conduzidas, permitem produção de madeira de boa qualidade, valorizando o uso comum para fins da indústria de madeira e de papel.

A mesorregião tem a peculiaridade de sediar uma usina de extração e refino do xisto, no município de São Mateus do Sul, que se distingue no estado com a participação de 7,29% no gênero dos não-metálicos. É uma atividade com poucos desdobramentos, e uma única empresa de maior porte – a Incepa, que fabrica ladrilhos cerâmicos – tem uma unidade instalada apropriando-se da energia gerada pelo xisto.

O atraso tecnológico dos segmentos industriais madeireiros tem como contrapartida um mercado de trabalho favorável. Comparativamente à mesorregião centro-sul, a sudeste tem apenas a metade do valor adicionado industrial, porém emprega no mercado formal da indústria número superior de postos de trabalho (12.977).

A atividade madeireira dessa mesorregião tem o segundo maior mercado de trabalho do interior do estado no gênero, com 8.387 postos e redução no período de 1986-96 comparativamente menor. Outros quatro gêneros ainda são expressivos na absorção de mão-de-obra: papel-papelão, alimentos, minerais não-metálicos e têxtil – esse último sobretudo pelo crescimento elevado no período e pela perspectiva de reforço com investimentos previstos de três importantes empresas têxteis no município de Prudentópolis (Covolan, Acetatos Argentinos e Malharia Iracema).

A estrutura ocupacional demonstra a predominância da absorção pelo setor primário na maioria dos municípios, com exceção de União da Vitória e General Carneiro, que têm a maior ocupação nos serviços e na indústria. O terciário é pouco expressivo, e o emprego urbano tem peso na atividade industrial em mais da metade dos municípios. Apenas Irati e União da Vitória têm um terciário mais forte e relativamente diversificado. As principais ocupações do setor estão no comércio em geral, nos serviços gerais e domésticos e, nos menores municípios, nas atividades da administração pública municipal.

A mesorregião possui a menor renda familiar média *per capita*, dada a predominância, ainda nos períodos mais recentes, de atividades rurais tradicionais. Comparativamente às demais mesorregiões, a disparidade nesse aspecto entre seus municípios não é muito significativa: União da Vitória e São Mateus do Sul possuem as maiores médias, que não chegam a constituir o dobro das médias mais baixas verificadas em São João do Triunfo e Antonio Olinto. Essa região tem a maior proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (65,57%). Por sua colonização – de origem européia eslava –, a importância dada à escolarização reflete-se em uma média de anos de estudos comparativamente elevada (4,3) e na proporção mais elevada de adultos alfabetizados do interior do Estado (87,75%). União da Vitória, São Mateus do Sul e Prudentópolis têm maior número de anos de estudos: aproximadamente cinco anos. Antonio Olinto, General Carneiro e Porto Vitória, por sua vez, apresentam o menor número (3,5 anos).

Suas condições de saneamento básico, comparativamente ao estado, demonstram precariedade dos serviços, em termos da cobertura de abastecimento de água – uma das mais baixas do estado, com 76,59% dos domicílios atendidos –, de esgotamento sanitário – que atende apenas a 57,37% dos domicílios – e de coleta de lixo – que abrange 71,79% dos domicílios urbanos, a menor proporção.

2.9.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião sudeste paranaense, com fraca urbanização e economicamente frágil, por basear sua economia em atividades pouco competitivas, começa a dar sinais de um esgotamento que incita lento movimento migratório rural em direção a suas áreas urbanas, bem como contínua migração seletiva para outras regiões, principalmente para a mesorregião metropolitana de Curitiba, dada sua proximidade. A configuração de sua rede urbana caracteriza-se pela:

- inexistência de centros de destaque na rede urbana paranaense;
- presença de um centro (União da Vitória) fortalecido pela ocupação contínua de fronteira que estabelece com Porto União (SC);
- existência de municípios com elevado crescimento da população urbana, em um comportamento de retenção provisória do esvaziamento rural, como Prudentópolis (7,97% a.a. entre 1991 e 1996), Irati (7,08%), Cruz Machado (5,82%) e Paula Freitas (4,01%);

MAPA 19
SUDESTE PARANAENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

- associação de crescimento elevado da população total à presença de assentamentos rurais, como ocorre em General Carneiro (2,56% a.a. entre 1991 e 1996) e Bituruna (1,58%);
- perda de população total por alguns municípios já desde os anos 70, dado o esgotamento das oportunidades locais.

É uma região onde não ocorrem espacialidades de concentração e que ainda não se insere nas espacialidades de esvaziamento. Sua capacidade de sustentação da população, no entanto, encontra limites no tipo de atividade econômica que desenvolve, com pequenas possibilidades de efeitos que desencadeiem outras atividades.

2.10 Metropolitana de Curitiba

A mesorregião metropolitana de Curitiba compõe-se de 37 municípios. Duas paisagens recortadas pela barreira natural da Serra do Mar conformam seu espaço: a aglomeração urbana metropolitana de Curitiba, circundada por extensa área caracteristicamente rural, no planalto, e a ocupação contínua litorânea.

Possui 2.734.500 habitantes, em 1996 (30,37% da população do Paraná), numa área de 22.863 quilômetros quadrados, o que lhe confere densidade de 119,60 habitantes por quilômetro quadrado. A maior parte dessa população está concentrada em Curitiba (1.476.253 habitantes) e seus arredores imediatos. Em sua área metropolitana estão sete municípios com população superior a 50 mil habitantes – Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo e Pinhais, bem como Colombo e São José do Pinhais, esses com mais de 150 mil habitantes.

Ponto de convergência da migração rural do estado, após 1970 a região praticamente dobra sua população, agregando 1.683.687 habitantes. Seu processo de ocupação é intenso, rápido, transpondo as fronteiras administrativas do município de Curitiba e criando áreas contíguas de ocupação nos municípios vizinhos, inicialmente muito distantes das sedes municipais. Ao longo desses anos, vem apresentando as mais elevadas taxas de crescimento geométrico dentre as mesorregiões do estado (4,95%, 2,84% e 3,4%, respectivamente, entre 1970 e 1980, 1980 e 1991 e 1991 e 1996) –, fato considerável dado o contingente populacional sobre o qual recaem.

Na década de 70, os municípios que mais fortemente recebem o impacto de seu processo de ocupação foram Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, São José dos Pinhais e Curitiba, todos apresentando crescimento com taxas superiores a 5% a.a. Na década seguinte, exceto Curitiba e Campo Largo, esses municípios continuam crescendo intensamente e outros municípios são incorporados nessa dinâmica, como Quatro Barras, Mandirituba e Campina Grande do Sul, ampliando a área de ocupação contínua da metrópole. No período de 1991-96, em uma extensão desses vetores, passam a agregar o conjunto urbano Contenda e Itaperuçu, que, juntamente com Fazenda Rio Grande – desmembrado de Mandirituba e contíguo à mancha de ocupação de Curitiba –, mantêm uma dinâmica de crescimento com taxas superiores a 5% a.a. Desse conjunto, destacam-se municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento anual entre 1991 e 1996 no Paraná: Fazenda Rio Grande (11,91%), Piraquara (10,24%) e Itaperuçu (9,89%).

A consolidação e densificação da área metropolitana de Curitiba vem destacando-a dentre as regiões metropolitanas brasileiras como uma das que mantêm as mais altas taxas de crescimento populacional. Destaca também Curitiba como um pólo que não demostra sinais efetivos de arrefecer seu crescimento, sendo ainda considerado um dos que mais crescem dentre os pólos das regiões metropolitanas oficiais.

Independentemente do fenômeno de expansão metropolitana, os balneários litorâneos também apresentam, no período, taxas de crescimento elevadas. Matinhos e Guaratuba apontam, entre 1991 e 1996, taxas superiores a 10% a.a., dentre as mais elevadas do Paraná – o primeiro já com crescimento de 6,29% a.a. entre 1980 e 1991. Essas taxas são decorrentes de um crescimento periferizado, repleto de invasões, e indicam mudança no perfil dessas áreas.

A continuidade dessa dinâmica intensa comprova-se pelo fato de que, dos 37 municípios da mesorregião, 19 vêm crescendo mais que a média do estado desde 1970, e três, desde 1980. Embora alguns municípios apresentem taxas de crescimento negativas em determinados momentos do período, essas sempre se fazem seguir por uma retomada do crescimento. Apenas Adrianópolis, em função do encerramento da produção de chumbo – sua base de sustentação econômica –, pode não apresentar uma recuperação a curto prazo.

Nessa dinâmica, cabe ressaltar o crescimento da população rural da maioria dos municípios, em uma demonstração de reconversão de suas atividades ditada pelas oportunidades do mercado metropolitano. A região concentra hoje a maior população rural do estado e é a única a apresentar essa população em crescimento desde 1980, com a taxa de 2,62% a.a., entre 1991 e 1996.

A mesorregião possui um grau de urbanização de 89,8% e apresenta-se como a segunda mais urbanizada dentre as mesorregiões do Sul – a primeira é a metropolitana de Porto Alegre, cujo grau é de 90,24%. No entanto, em seu conjunto encontram-se estágios diferenciados de urbanização. Ao lado de municípios fortemente urbanizados, permanece ainda um expressivo grupo (40,54%) de

municípios rurais de pequena dimensão. Apenas Curitiba é urbano de grande dimensão, sete são urbanos de média dimensão e oito, urbanos de pequena dimensão.

Apenas dois municípios destacam-se pela centralidade: Curitiba, com nível de centralidade máximo, que estende sua polarização às demais regiões do Paraná e grande parcela do estado de Santa Catarina, oferecendo ampla diversidade de funções, incluindo as mais complexas, e Campo Largo, com nível de centralidade médio para fraco, que subpolariza apenas Balsa Nova (Mapa 20). Paranaguá, mesmo enquadrado no nível fraco de centralidade, distingue-se pelo atendimento às demandas dos municípios litorâneos com funções de alta e baixa complexidade. Destaca-se, ainda, Rio Negro, que configura uma mancha de ocupação contínua com Mafra (SC), constituindo uma espacialidade de fronteira cuja gestão é bastante dificultada.

Parte significativa da atividade econômica paranaense concentra-se na mesorregião metropolitana de Curitiba e, dentro dela, com bastante intensidade, no município de Curitiba. No início dos anos 70, a messoregião metropolitana divide, em desvantagem, com a mesorregião norte-central a maior participação na renda do estado. Com as mudanças no perfil industrial paranaense, fortemente centradas em Curitiba, a mesorregião passa a apresentar uma participação crescente, superando, já em 1980, todas as demais do estado, quando responde por 37,34% da renda estadual. Essa trajetória acentua-se e, em 1996, já alcança 42,33%. Mais da metade dessa renda é gerada por Curitiba, que se destaca como o pólo industrial e de serviços do Paraná.

Poucos municípios da região inserem-se nesse processo e apenas alguns acompanham a mudança do perfil industrial. Curitiba, ao longo de duas décadas, dobra sua participação na renda – de 13,47% em 1975 para 25,67% em 1996. As condições favoráveis no quadro nacional, aliadas às possibilidades abertas pelos mecanismos institucionais de estímulo do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado, foram capazes de atrair para o Paraná alguns segmentos modernos da metal-mecânica, com empresas de grande porte – como é o caso da Volvo, New Holland, Bosch, dentre outras. Essas empresas estão sediadas na Cidade Industrial de Curitiba – empreendimento que também resulta das gestões de reforço da política de industrialização do estado.

O desempenho de Curitiba envolve tangencialmente alguns dos demais municípios da região. Araucária, a segunda maior participação da região no valor adicionado estadual, tem a particularidade de beneficiar-se com a localização do pólo petroquímico, perdendo rapidamente as vantagens relativas – em 1980, sua participação é de 13,16%, caindo para 6,79% em 1996. Não há grandes desdobramentos em novos investimentos, como era esperado, nas atividades desse pólo petroquímico. Contudo, a criação da Cidade Industrial de Araucária (Ciar), naquele momento, favorece a agregação de outras atividades que garantem para o município posição de destaque na participação da renda.

Os demais municípios com participação econômica relevante na composição da renda do estado podem ser divididos em dois grupos: aqueles que já possuíam estrutura produtiva, nos moldes tradicionais, e que incorporam novos segmentos – como Campo Largo (0,84% do valor adicionado paranaense em 1996) e São José dos Pinhais (2,48%, em 1996, mantendo participação em ritmo crescente superior a 1% desde 1985); e aqueles que incorporam essas atividades como extensão física de Curitiba – caso de Pinhais (1,01%) e Colombo (0,73%), cuja ocupação e usos decorrem de um extravasamento do pólo.

Rio Branco do Sul (0,64% em 1996), diferentemente, pauta sua representatividade econômica na fabricação do cimento, em associação à presença da matéria-prima. Em uma situação similar está Rio Negro (0,57%), com atividades pouco articuladas à dinâmica metropolitana, inserindo segmentos tradicionais da indústria com predominância dos gêneros fumo, madeira e mobiliário, integrando-se no eixo catarinense polarizado por São Bento do Sul.

Com participação expressiva na renda e articulado à dinâmica econômica metropolitana, Paranaguá, em sua função portuária, é especializado na exportação agroindustrial e qualifica-se para responder às novas exigências da produção regional, especialmente no que se refere a comercialização e escoamento de grãos. Entretanto, sua posição não se vem sustentando ao longo do período: em 1980, apresenta sua participação mais elevada (3,44%), diminuindo progressivamente, até atingir 1,32% em 1996.

Esses índices confirmam a primazia de Curitiba e a inclusão de forma restrita de alguns municípios de seu entorno imediato na dinâmica econômica recente.

A mesorregião metropolitana de Curitiba responde por 51,74% do valor adicionado do setor secundário do Paraná. Sua indústria tem participação dominante em quase todos os principais gêneros do estado, e são expressivos também os gêneros papel-papelão, têxtil, confecções e alimentos.

A implantação, nas últimas décadas, de segmentos importantes da metal-mecânica na região, principalmente do grupo transportes, garantiu um perfil no qual os segmentos modernos representam 42,46% do valor adicionado de sua indústria de transformação em 1996. Na área de transporte (respondendo por 98,31% do valor adicionado do gênero), das 50 principais empresas do Paraná, 19 estão localizadas na área metropolitana, sendo 14 em Curitiba. Dentre elas, destacam-se Bosch e Volvo, em Curitiba, Marco Polo, em São José dos Pinhais, e outras secundárias em Pinhais, Araucária e Quatro Barras. No

gênero comunicações, a região participa com 93,68% do total do valor adicionado do estado, sediando 28 das 50 principais indústrias do ramo, sendo 19 em Curitiba (como Equitel, Furukawa e Inepar), e outras de menor porte em Araucária, Pinhais, Colombo e São José dos Pinhais. No gênero mecânica, a participação em 1996 é de 91,1%, com 38 das 50 principais empresas do Paraná, sendo 27 em Curitiba (como Eletrolux e New Holland) e quatro em Pinhais, destacando-se a Brasholanda, além de outras em São José dos Pinhais, Araucária e Colombo. A metalurgia ainda se caracteriza por segmentos pequenos e médios e está mais distribuída no estado, com apenas 67,39% na mesorregião Metropolitana de Curitiba, onde se localizam 34 das principais empresas, 12 na capital.

A indústria química regional responde por 76,04% do valor adicionado do gênero no estado. Diferentemente da associação da atividade à agroindústria do interior do Paraná, essa mesorregião é dominada pelo pólo petro-químico de Araucária e por algumas empresas pequenas localizadas em Curitiba, Paranaguá, Quatro Barras, Colombo, Almirante Tamandaré e Campina Grande do Sul. Balsa Nova distingue-se por possuir uma unidade ligada à produção alimentar (Refinações de Milho Brasil).

Dentre os segmentos tradicionais da região, o gênero minerais não-metálicos tem grande expressividade no estado, com 79,37% do valor adicionado do gênero em 1996. Essa atividade está ligada à indústria do cimento, cal e demais matérias-primas para a construção civil e, secundariamente, à indústria cerâmica. Grande número de municípios está envolvido nessas atividades, destacando-se Rio Branco do Sul, que responde por 25,14% do valor adicionado do gênero, com a Cimento Portland; Colombo, respondendo por 8,83%, com a Eternit e inúmeras outras; Balsa Nova, respondendo por 8,5%, com a Cimentos Itambé; e Campo Largo, respondendo por 13,82%, com várias indústrias cerâmicas. Participam com menor expressão Almirante Tamandaré, Itaperuçu e São José dos Pinhais.

Resistem ainda gêneros tradicionais do estado, como madeira e mobiliário (45,53% e 26,49%, respectivamente, do valor adicionado do gênero), com 17 das 50 principais empresas paranaenses, concentrando 13 em Curitiba e as demais em Araucária, Piên, Rio Negro e São José dos Pinhais, dentre outros municípios. Correspondem a indústrias com tecnologias e processamentos que resultam em maior agregação de valor, a exemplo da Placas Paraná, que atua expressivamente na linha de aglomerados, e da Selectas e Trevo, com laminados – essas em Curitiba. Piên e Rio Negro atuam articulados às atividades do eixo madeira e mobiliário catarinense, com reconhecimento nacional na produção de móveis.

Pontualmente, a indústria do fumo, com 98,78% do valor adicionado gerado na região em 1996, liga-se à Phillip Morris, em Curitiba – empresa que encerrou suas atividades no estado no início de 1999 –, e à Souza Cruz, em Rio Negro.

Também se encontram presentes na região a indústria de alimentos, têxtil e confecção, embora seja no interior do estado que tenham a preponderância no desempenho.

Dentre os investimentos de maior porte anunciados para o Paraná, a grande maioria destina-se para a área metropolitana de Curitiba, particularmente aos municípios de São José dos Pinhais e Campo Largo. As perspectivas para a indústria da região estão centradas fundamentalmente na metal-mecânica, cujo adensamento de relações inter-setoriais pode estar na vinda de empreendimentos de perfil e porte dos novos investimentos automotivos. Além das montadoras, o peso de fato dessas atividades virá a ocorrer pelos efeitos nos segmentos fornecedores, tanto na atração de novos, quanto na qualificação dos já existentes.

Dos empregos formais da indústria, a mesorregião metropolitana de Curitiba oferece 126.554 postos de trabalho, 41,42% do mercado do Paraná. Os segmentos tradicionais respondem pela grande maioria desses empregos e vêm demonstrando desempenho de crescimento (os gêneros alimentos e bebidas crescem 2,6% entre 1986 e 1996, o têxtil e confecção, 5,7%, e papel-papelão, 0,3%), com exceção da madeira e mobiliário, que, apesar do decréscimo de -3,1%, são os principais absorvedores, com 14,7% dos empregos formais da indústria regional.

Os segmentos modernos respondem por 29,4% dos empregos na região, em um desempenho em que as indústrias mecânica e de transporte crescem, respectivamente, 1,1% e 2,6% entre 1986 e 1996, e material elétrico, comunicações e metalurgia perdem no período, respectivamente, -2,0% e -0,6%. A química, com grande oferta de empregos, também tem comportamento de queda (-0,5%).

Com tendência de industrialização pautada em segmentos mais modernos, a mesorregião, com 51,74% do valor adicionado do setor secundário do estado, dispõe de pouco mais que o dobro dos empregos gerados na mesorregião norte-central – a segunda principal do estado, com segmentos ainda fortemente ligados à agroindústria –, cuja participação no valor adicionado é de 11,2%. Entre 1986 e 1996, a mesorregião norte-central é acrescida de 12.050 postos, a mesorregião metropolitana, porém, tem reduzidos 1.551 de seus postos de trabalho.

A estrutura ocupacional distingue os municípios integrantes da dinâmica metropolitana – fundamentalmente ligada a atividades urbanas do terciário e indústria – de uma área com atividades predominantemente rurais. Na espacialidade metropolitana, três municípios são eminentemente industriais: Araucária, Campo Largo e Rio Negro.

MAPA 20
METROPOLITANA DE CURITIBA — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Doutor Ulysses
Adrianópolis
Cerro Azul
Tunas do Paraná
Rio Branco do Sul
Itaperuçu
Bocaiúva do Sul
Campina Grande do Sul
Guaraqueçaba
Almirante Tamandaré
Campo Largo
Campo Magro
Colombo
Antonina
Quatro Barras
Pinhais
CURITIBA
Piraquara
Porto Amazonas
Balsa Nova
Morretes
Paranaguá
Araucária
São José dos Pinhais
Fazenda Rio Grande
Pontal do Paraná
Contenda
Lapa
Matinhos
Guaratuba
Mandirituba
Quitandinha
Tijucas do Sul
Campo do Tenente
Agudos do Sul
Piên
Rio Negro

NÍVEIS DE HIERARQUIA
- Médio para fraco e médio
- Muito forte e máximo

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



Dentre aqueles municípios com o terciário predominante, Matinhos, Guaratuba e Antonina caracterizam-se por ocupações decorrentes de funções de balneário e/ou turismo, e Paranaguá, por sua especialidade portuária. Almirante Tamandaré, Piraquara e Quatro Barras, com predominância do terciário, e Campina Grande, Colombo e São José dos Pinhais, dividindo as ocupações em atividades da indústria e do terciário, são extensões do uso e ocupação de Curitiba e têm como característica principal a função de dormitório. Essa função faz com que seja possível considerá-los parte de Curitiba – a despeito dos limites territoriais –, particularmente no que se refere ao mercado de trabalho, que é o elemento unificador desse conjunto.

O município de Curitiba, embora apresente forte peso de atividades na indústria, tem o dobro dessa ocupação em um setor terciário bastante diversificado, porém seletivo, com concentração de empregos no sistema bancário e em serviços técnico-profissionais. De modo geral, é expressivo o índice de ocupação em atividades de transportes em todos os municípios metropolitanos, evidenciando a desconcentração da atividade com empresas bem distribuídas espacialmente.

Confirmando a seletividade mencionada, as atividades de serviços gerais e de serviços domésticos têm maior peso na estrutura ocupacional dos municípios periféricos, muito associada à grande mobilidade espacial de trabalhadores entre os municípios da mesorregião, principalmente na sua comutação com Curitiba.

A importância da região nas atividades do setor terciário paranaense é evidente, já que responde, em 1996, por 48,98% do valor adicionado do comércio e por 49,66% dos serviços. Curitiba responde, respectivamente, por 32,61% e 31,41%.

Há grande número de municípios com predominância da ocupação no setor primário, que participa com 5,31% do valor adicionado setorial do estado, em 1996, estando dentre as menores participações. As principais atividades são o cultivo da batata – da qual a mesorregião é a principal produtora do estado –, basicamente em Contenda, Lapa, Araucária e Campo Largo; da laranja, em Cerro Azul; e do fumo, em Piên e Rio Negro. Já se percebe a formação de uma atividade olerícola em vários municípios do entorno do pólo metropolitano, atingindo Morretes, no litoral.

A mesorregião é considerada uma das mais importantes bacias leiteiras do estado, com a produção de leite e derivados centrada em São José dos Pinhais. Destaca-se a atuação da Centralpar, resultado da fusão entre a Cooperativa de Lacticínios Curitiba (Clac), uma das maiores na área, e a Witmarsun, acompanhando a dinâmica cooperativista, no objetivo de elevar os padrões de competitividade.

A mesorregião também se particulariza pelo extrativismo mineral, que responde por 55,59% do valor adicionado dessa atividade no estado. A atividade mineira está centrada na extração do calcário para a fabricação de cimento e cal, principalmente nos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul; da fluorita, para atividades da metalurgia, em Cerro Azul; e de granitos, sienitos, mármores, brita e areia para a construção civil, oriundos de vários municípios. Em Campo Largo, há mineração de ouro associada a veios no granito.

Atividades rurais de lazer estão expandindo-se na mesorregião – porém, são ainda pouco significativas.

Essa concentração de atividades proporciona à mesorregião metropolitana de Curitiba a mais alta renda familiar *per capita* do Paraná, posicionando-a, porém, abaixo da maioria das mesorregiões catarinenses e gaúchas, principalmente em relação à mesorregião metropolitana de Porto Alegre. A desigualdade é visível nas diferenças internas que conferem a Curitiba uma renda média cinco vezes maior que a de municípios rurais, como Cerro Azul, com a menor faixa de rendimento.

As mesmas diferenças internas, apontando para uma situação de forte segregação socioespacial, são confirmadas na proporção de chefes de domicílio com rendimento de até um salário mínimo – observa-se que, para essa mesorregião, o corte de análise separa um grupo de maior vulnerabilidade em relação às demais (dois salários). O pólo metropolitano tem a proporção de 12,88% dos chefes de domicílio com rendimento de até um salário mínimo. Os municípios do entorno imediato, com contigüidade de mancha de ocupação, elevam essa proporção para a ordem de 20%; os do entorno mais distante, acima de 30%; os rurais, desintegrados do processo metropolitano, para a ordem de 55% (Moura, 1988). Os municípios litorâneos reproduzem a mesma segregação verificada na Região Metropolitana de Curitiba: Paranaguá apresenta a menor proporção (21,96%), e os municípios balneários, proporções que atingem 25%. Já os municípios litorâneos com base rural têm essa proporção entre 38% e 54%.

A mesorregião tem a segunda maior posição no nível de escolaridade do estado (4,4 anos em média), porém menor que a média das mesorregiões gaúchas e catarinenses. Curitiba lidera como o município com a mais elevada escolaridade na região (6,4 anos), já Rio Branco do Sul tem pouco mais que a metade (3,5 anos em média). A proporção de alfabetização em maiores de 15 anos é de 91,28%, a mais elevada do Paraná, equiparando-se às mais elevadas da região Sul.

A qualidade do saneamento básico da mesorregião está dentre as melhores posições dos estados do Sul do país, em termos de abastecimento de água e coleta de lixo, com proporções de 90,23% e 92,35%, respectivamente. Porém, análise pormenorizada dos indicadores de abastecimento de água por rede, instalação sanitária e coleta de lixo destaca apenas Curitiba com o desempenho acima da média do estado. Em uma escala

decrescente, abaixo da média estão três grupos: o primeiro, incluindo Araucária e Piraquara, da área metropolitana, e Paranaguá, Antonina e Rio Negro; o segundo, incluindo quase somente municípios metropolitanos; e o terceiro, referente às condições mais críticas desses indicadores, agregando juntamente com os municípios rurais alguns da periferia imediata do pólo – como Almirante Tamandaré e Colombo.

A associação entre as condições sociais (medidas por domicílios com crianças de 11 a 14 anos analfabetas e/ou chefiados por mulheres com até um salário mínimo de rendimento) e saneamento básico (medido pela ausência de qualquer forma de esgotamento sanitário) compõe o indicador precariedade do domicílio. Esse indicador confirma a heterogeneidade da região e aponta para as proporções mais elevadas nos municípios periféricos ao pólo – como Colombo, com 52,15%, Mandirituba, 56,87% e Almirante Tamandaré, 39,9% – em Curitiba essa proporção está em 17,72%.

Esses indicadores refletem que o processo de ocupação, da forma intensa como ocorre na área metropolitana de Curitiba, não se faz acompanhar de planejamento e gestão que viabilizem o atendimento às novas e crescentes demandas. Uma situação que se agrava, dado o extravasamento da ocupação de Curitiba para periferias, caracterizadas pela presença de moradores com menor rendimento, portanto mais necessitados de atenção por parte das políticas públicas. Tais ocupações correspondem a parcelas territoriais de municípios menos dinâmicos economicamente e dependentes financeiramente, muitas vezes em áreas ambientalmente vulneráveis e de mananciais de abastecimento hídrico de toda a região.

2.10.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião metropolitana de Curitiba é a mais dinâmica do estado. Concentra um terço da população paranaense e manifesta fortes indicativos de continuidade. Embora com diversidades em sua paisagem, é comandada por um processo de intenso crescimento, que, diferentemente das demais mesorregiões paranaenses, decorre de atividades dos segmentos modernos de produção. Sua rede urbana caracteriza-se por apresentar:

- um município-núcleo da aglomeração metropolitana (Curitiba), que ainda passa por forte crescimento populacional e que estende sua centralidade à maior parcela do estado de Santa Catarina;
- uma aglomeração metropolitana que, ao mesmo tempo, se densifica e se expande horizontalmente, envolvendo em uma mancha contígua de ocupação São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Araucária, Almirante Tamandaré, Campo Magro, Piraquara, Fazenda Rio Grande, Campina Grande do Sul, Mandirituba, Balsa Nova, Contenda e Quatro Barras; e, em uma continuidade de ocupação, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná;
- uma ocupação contínua litorânea, envolvendo Paranaguá, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná;
- uma ocupação contínua de fronteira, composta de Rio Negro e Mafra (SC);
- a integração dos municípios de Piên e Rio Negro num eixo descontínuo e fortemente articulado pelas atividades da madeira e mobiliário, polarizado por São Bento do Sul (SC);
- uma parcela da área rural inserida na aglomeração urbana metropolitana, com forte crescimento e importância econômica conferida pelo mercado metropolitano;
- uma parcela da área rural no entorno da aglomeração urbana metropolitana ainda sem sinais de articulação com sua dinâmica.

A Região Metropolitana de Curitiba, instituída pela Lei federal nº 14/73, consolidou-se dentre as regiões metropolitanas brasileiras e tem hoje abrangência, no país, sul-regional de polarização. O fenômeno estadual de sua concentração tende a intensificar-se diante da elevada proporção de investimentos previstos para a área, privilegiando-a comparativamente ao restante do estado.

3 Mesorregiões do Estado de Santa Catarina

3.1 Oeste Catarinense

A mesorregião oeste catarinense possui área de 27.251 quilômetros quadrados e compõe-se de 99 municípios, sendo a maior do estado, tanto em área quanto em número de municípios e população. Em 1996, possui 1.077.901 habitantes, representando 22,11% da população do estado, com umadas menores catarinenses: 39,55 habitantes por quilômetro quadrado.

Seu grau de urbanização em 1996 é de 56,27%, representando pouco mais que o dobro de 1970 (23,81%), evidenciando características rurais ainda fortes. Em 1996, 76,77% de seus municípios são rurais de pequena dimensão.

Seu principal centro é Chapecó, com nível de centralidade forte, sendo urbano de média dimensão (Mapa 21). Complementam a hierarquia urbana São Miguel D'Oeste e Joaçaba, com nível de centralidade forte para médio. Esses centros distinguem-se por uma estrutura ocupacional com maior diversificação e pelo maior peso em atividades urbanas, com proporções elevadas de sua população ocupada nos segmentos comerciais mais comple-

xos, como máquinas e equipamentos, e uma participação significativa no sistema bancário e nos serviços em geral, mas com destaque para serviços técnicos e profissionais especializados. Caçador, Concórdia e Xanxerê apresentam nível de centralidade médio e uma estrutura ocupacional que melhor qualifica Caçador, por apresentar peso relevante da mão-de-obra na indústria e oferecer oportunidades no ramo de transportes e comunicações. Concórdia é um município nitidamente agroindustrial – destacando-se ainda por sediar serviços centrais da Sadia –; Xanxerê, por sua vez, divide suas principais ocupações entre os setores agropecuário e industrial, com uma estrutura terciária bastante diversificada.

Com centralidade de nível médio para fraco estão Maravilha, Palmitos e Videira, tendo este último elementos que o qualificam diferenciadamente por ser o núcleo de origem da empresa Perdigão, conservando várias unidades de serviços mais sofisticados. Esse conjunto de centros, com diferentes graus de importância na rede urbana mesorregional, distribui-se equilibradamente no território.

Sua população rural bastante numerosa começa a apresentar sinais de evasão a partir dos anos 80, porém em um ritmo pouco acelerado (-1,19% a.a. entre 1980 e 1991 e -1,91% a.a. entre 1991 e 1996). Concomitantemente, consolida-se sua urbanização, sendo registradas taxas geométricas de crescimento da população urbana bastante elevadas (2,66% a.a. entre 1991 e 1996).

Grande número de municípios vem crescendo mais que a média do estado, alguns desde os anos 70. Esses municípios com elevado crescimento compõem eixos contínuos ao longo das BR 282, 283 e 153, como se constata no alinhamento Chapecó (3,09% a.a.), Xaxim (2,46% a.a.), Cordilheira Alta (2,81% a.a.), Xanxerê (1,79% a.a.), Faxinal dos Guedes (1,96% a.a.), Vargeão (4,88% a.a.), Ponte Serrada (4,04% a.a.) e Passos Maia (2,67% a.a.). São os caminhos de escoamento da produção regional para os portos de São Francisco do Sul – principal porto graneleiro do estado – e Paranaguá (PR). Outro eixo, mais a leste da região, é formado por Caçador (2,97% a.a.), Fraiburgo (2,62% a.a.), Videira (1,87% a.a.) e Pinheiro Preto (2,5% a.a.), aproximando-se da BR 116. Destacam-se Chapecó, do primeiro conjunto, e Videira e Fraiburgo, do segundo, que estão crescendo mais que a média do estado desde 1970. Esses eixos dinâmicos são de importância relevante ao arranjo espacial urbano de Santa Catarina.

Seus centros têm uma dinâmica definida pela economia assentada na agroindústria, predominantemente ligada à comercialização e processamento da soja, como parte do complexo de aves e suínos. Secundariamente, a região integra municípios importantes dos eixos da fruticultura e da madeira.

É na mesorregião oeste que se estende por completo o eixo especializado nas atividades agroalimentares de Santa Catarina, compreendendo Videira, Concórdia, Chapecó e São Miguel D'Oeste, na fronteira do estado com a Argentina. Esse eixo caracteriza-se pelo sistema integrado de produção, a partir do milho, aves e suínos, que sustenta uma estrutura fundiária de médios e pequenos produtores. Tal estrutura vem conseguindo assegurar um ritmo menor de evasão rural e, ao mesmo tempo, garantir que o modelo de produção se qualifique para uma competitividade internacional. Atualmente, a região responde por 90% das exportações de suínos e 60% das exportações de frango do Brasil, sendo o principal pólo do país nessas atividades.

Esse complexo agroindustrial reúne os principais grupos econômicos da indústria alimentar de aves e suínos, como o grupo Sadia, com sede em Concórdia, o grupo Perdigão, com base industrial em Videira, e a Ceval Agroindustrial, que, embora não esteja sediada na região, possui nela diversas unidades. Esta última, que detém a primazia no processamento de soja no Brasil, destaca-se pela produção de óleos e farelo de soja, além da criação, abate, industrialização e comercialização de aves, suínos, rações e concentrados protéicos.

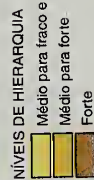
O que prevalece na economia regional é o desempenho dos grandes grupos do setor, deixando às cooperativas uma atuação mais modesta. Entretanto, é importante destacar a Cooperativa Central Oeste Catarinense, com estrutura verticalizada de porte similar ao dos grupos empresariais. Operando na linha de comercialização diversificada, com milho, feijão, leite e frutas, encontram-se duas importantes cooperativas, a Cooperativa Alfa Ltda. e a Coopercampo.

Fraiburgo e Videira fazem parte do eixo catarinense da fruticultura, produzindo uva e principalmente maçã, da qual Santa Catarina é o maior produtor do país. Grandes grupos estão sediados em Fraiburgo, como a Renar, Portobello e Vinícola Fraiburgo.

Outra atividade importante para a mesorregião é a indústria da madeira, sediada basicamente em Caçador, que se integra ao eixo madeireiro do estado, estendendo-se de Lages – mesorregião serrana – até Mafra e Rio Negrinho – mesorregião norte catarinense.

É necessário ressaltar que, setorialmente, a região aumenta sua participação no valor adicionado do setor primário, reforçando-se na sua especialização agropecuária – contribui com 50,53% em 1980, passando em 1996 a 57,42%. Na década de 80, e ainda nos anos 90, a atividade agroindustrial apresenta dinamismo acentuado, confirmando suas condições de competitividade no mercado mundial. Revela um dos melhores desempenhos do setor industrial, com expansão crescente e contínua da produção física. Contudo, por não integrar o segmento metal-mecânico, responsável pelo novo vetor da industrialização catarinense, reduz a participação relativa no total do valor adicionado do estado (de 27,23% em 1980, cai para 22,2% em 1996).

MAPA 21
OESTE CATARINENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

A região possui 15,65% do emprego formal da indústria do estado, tendo apresentado pequena queda em 1993, recuperando a posição anterior em 1996. Esse emprego decorre fundamentalmente da produção de alimentos, com mais de 20 mil postos de trabalho, praticamente mantidos no período de 1986-96. As atividades dos gêneros madeira e mobiliário representam o segundo maior mercado de trabalho formal na região, com mais de 12 mil empregos, porém em lento declínio. Apresentam crescimento expressivo os segmentos da química e têxtil e de confecção – crescendo 13,9% e 10,5%, respectivamente –, ambos com pequena participação no mercado de trabalho formal.

Tomando por referência a estrutura ocupacional de modo geral, os empregos industriais ainda são bastante representativos dentre as atividades urbanas. Nos municípios com menor grau de urbanização, prevalece a atividade agropecuária, porém, nas atividades urbanas, a combinação expressiva da indústria com o setor terciário responde pela maioria dos empregos em mais da metade dos municípios desse grupo. Para a maioria dos municípios mais urbanizados, a combinação das atividades da indústria com o setor terciário forma seu principal mercado de trabalho.

A mesorregião oeste é uma das que apresentam, em 1991, nível de renda mais baixo dos chefes de domicílio em Santa Catarina. Aproximadamente 50% dos chefes têm rendimento até o limite de dois salários mínimos. A renda média familiar *per capita* confirma esse baixo desempenho social entre as regiões do estado. Internamente, há médias mais elevadas da renda nos centros mais dinâmicos, como Chapecó, Concórdia e Joaçaba, desfavorecendo pequenos municípios como Águas de Chapecó, Campo Erê e Caxambu do Sul, com as menores médias. São esses mesmos municípios que apresentam os menores indicadores de escolaridade, abaixo de 4,4 anos de estudo, os maiores apresentam indicadores superiores a 5,5. A proporção da população alfabetizada é de 87,5% para maiores de 15 anos, relativamente uma das menores do estado.

Da mesma forma, seu patamar de atenção por saneamento básico é comparativamente baixo – apenas 78,6% dos domicílios estão ligados à rede de água, 49,2% possuem esgotamento sanitário e 82,07% são atendidos por coleta de lixo.

3.1.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A região oeste catarinense tem a particularidade de compreender os principais eixos da agroindústria no estado: da carne, da soja, das frutas e da madeira. Essa diversificação de atividades do setor primário tem garantido um ritmo de crescimento populacional no qual a evasão rural ainda vem sendo, em boa parte, absorvida pelo conjunto de cidades que sustenta essa dinâmica. As principais características de sua rede urbana são:

- o crescimento da população urbana, entre 1991 e 1996, superior ao crescimento geométrico anual médio do estado na grande maioria dos municípios;
- a ocorrência desse crescimento em seu conjunto de centros, independentemente do tamanho de sua população, com exceção de Concórdia, cuja população urbana cresce menos que a média do estado;
- a presença dos demais municípios com crescimento elevado nas aglomerações descontínuas polarizadas por Chapecó e Caçador, fazendo parte de sua dinâmica e tendo na indústria um mercado de trabalho importante;
- o alto crescimento de municípios limítrofes a Chapecó (Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Coronel Freitas e Seara), compondo um vetor de aglomeração;
- o processo de evasão da população rural, mais recente a partir dos anos 80, já confirmado na região;
- o fenômeno do esvaziamento de núcleos urbanos ainda sem grande expressividade, no qual quatro municípios já apresentam crescimento da população urbana inferior a zero.

Esses comportamentos indicam o reforço da formação das aglomerações urbanas descontínuas em paralelo ao esvaziamento de áreas rurais. Dois dos eixos que sustentam sua atividade econômica (o da madeira e o da agroindústria da carne) apontam para tendências de reestruturação produtiva associada ao seu deslocamento parcial para outras regiões do país. Isso implicaria, a médio prazo, esgotamento da capacidade de sustentação do crescimento populacional, com o processo de evasão passando a não se restringir às áreas rurais.

3.2 Norte Catarinense

A mesorregião norte catarinense tem área de 15.996 quilômetros quadrados e compõe-se de 25 municípios. Sua população em 1996 é de 935.716 habitantes, representando 19,2% da população de Santa Catarina – participação em crescimento –, com densidade demográfica de 58,5 habitantes por quilômetro quadrado.

Seu grau de urbanização em 1996 é de 80,36% – apenas superado pelo da Grande Florianópolis –, consolidando um processo moldado em bases urbanas, pois, já em 1970, a mesorregião apresenta grau de urbanização de 55,61%. De seus municípios, 72% são predominantemente urbanos ou em transição para o urbano, sendo pequeno o número de municípios rurais.

Sua rede urbana estrutura-se com a influência de dinâmicas distintas, conformando três conjuntos de cida-

des. Com maior dinamicidade, impulsionada pela indústria metal-mecânica, desenvolve-se a principal aglomeração urbana do estado, tendo como pólo Joinville, município com nível de centralidade forte e urbano de grande dimensão (Mapa 22). Integra essa aglomeração Jaraguá do Sul, com nível de centralidade médio e tipo urbano de média dimensão. Essa aglomeração conjuga-se com as aglomerações de Itajaí, Blumenau e Florianópolis, estendendo-se em um *continuum* na porção leste do estado.

Os demais conjuntos alinham-se nos limites administrativos do norte do estado, fortemente polarizados por Curitiba. Configuram distintos eixos como o do mobiliário – que inclui São Bento do Sul, com nível de centralidade médio para fraco, sendo um município urbano de média dimensão, e Rio Negrinho, além de Rio Negro e Piên, no Paraná –, e o da madeira e papel, incluindo Canoinhas e os municípios de seu entorno. Mafra e Porto União configuram com municípios paranaenses manchas de ocupação contínuas, tendo reforçada sua condição de centralidade. Canoinhas, Mafra e Porto União, urbanos de pequena dimensão, destacam-se por apresentar centralidade de nível médio.

O comportamento regional do crescimento apresenta a taxa geométrica de 2,26% a.a. para a população total, sendo a segunda mais elevada do estado. No entanto, esse crescimento não reflete a heterogeneidade de sua dinâmica. A área compreendida por Canoinhas e municípios vizinhos apresenta taxas entre zero e -1,3% a.a., em um processo de esvaziamento recente, e as áreas compreendidas por Mafra, Porto União e municípios vizinhos apresentam crescimento positivo, porém abaixo de 1,5% a.a. Os municípios que mais crescem na região se situam no entorno de Joinville e Jaraguá do Sul, ou no eixo de São Bento do Sul, com crescimento superior ao da média do estado, alguns desde 1970, outros desde 1980, destacando-se, entre 1991 e 1996, Joinville (2,82%), Jaraguá do Sul (3,94%), Rio Negrinho (2,16%) e São Bento do Sul (2,60%). A população urbana cresce em 2,06% a.a., em ritmo bem inferior ao das décadas anteriores, porém expressivo em função do elevado contingente populacional – o segundo maior do estado. No entanto, alguns municípios já apresentam taxas negativas de crescimento da população urbana, como Canoinhas (-0,36% a.a.). O crescimento da população rural é o mais elevado do estado (3,13% a.a.), em um ritmo que se vem mantendo desde os anos 70, sendo sustentado pelos municípios vizinhos a Joinville e São Bento do Sul.

Assim como a população, o valor adicionado regional vem crescendo em participação desde os anos 80, mantendo-se sempre acima de 20% do total do estado, atingindo 27,76% em 1996. Divide essa ordem de participação com as mesorregiões oeste e Vale do Itajaí, apontando para um processo de mudança do perfil econômico de Santa Catarina, onde passam a prevalecer os segmentos modernos da metal-mecânica. Os municípios que mais contribuem para o desempenho da mesorregião desde 1990 são Joinville (14,57%), Jaraguá do Sul (5,16%) e São Bento do Sul (2,20%).

A estrutura setorial do valor adicionado é nitidamente industrial e de serviços, setores que compõem 93,89% da renda regional, representando ambos 30,39% do valor adicionado setorial catarinense em 1996.

A indústria tem um perfil caracterizado por segmentos modernos. Sedia os pólos metal-mecânico e de plástico de Santa Catarina e ainda uma estrutura bastante diversificada, com participação expressiva da indústria têxtil, do vestuário e mobiliária. Em 1985, tinha a maior participação no valor da transformação industrial dos gêneros metalurgia (72,17%), mecânica (70,64%), material elétrico (61,91%), transporte (53,46%), mobiliário (77,67%) e plásticos (85,57%); e a segunda posição da indústria do vestuário (30,33%) e da têxtil (19,51%). Além desses, a indústria da madeira ainda representa uma dinâmica considerável para grande número de municípios.

Joinville concentra as atividades da metalurgia, mecânica e plástico. Polariza uma aglomeração que sedia grandes empresas especializadas nas linhas de compressores-refrigeradores, com a Embraco e Multibrás em Joinville, ambas com expressão mundial, encadeando significativo número de fornecedores com graus de avanço diferentes; a linha de motores elétricos com a Weg, principal produtora de motores elétricos da América Latina, em Jaraguá do Sul, seguida pela Kohlbach, no município de Schroeder, também encadeando uma rede considerável de fornecedores. Na linha de fundição, destaca-se a Tupi, em Joinville, com planos de expansão, e, na de carrocerias de ônibus, a Nielsen, dentre outras na linha de metais. No segmento dos plásticos, a região tem liderança nacional na produção especializada de tubos e conexões, com a Tigre/Hansen, sediada em Joinville. Essas atividades vêm sendo desenvolvidas com bom nível de atualidade tecnológica e organizacional e alta competitividade no mercado.

O eixo do mobiliário é polarizado por São Bento do Sul e Rio Negrinho, com 266 empresas cadastradas – entre elas uma das maiores empresas nacionais do mobiliário, a Móveis Rudnik – e um mercado exportador que absorve 30% da produção local. É um segmento que tem conseguido acompanhar os avanços tecnológicos e apresenta significativa rede de relações entre as empresas, o que permite manter dinâmico o setor e garante abertura ao mercado externo.

As indústrias têxtil e de confecção ingressaram em uma fase de baixo dinamismo em face da retração do mercado interno e da perda de competitividade nas exportações. Esse segmento vem sofrendo os impactos

da abertura de mercado e tem dificuldades para reestruturar-se, dada a elevada defasagem tecnológica e organizacional, principalmente entre pequenas e médias empresas. Cabe observar que a atividade de confecção, mais fragmentada que a têxtil, é também mais prejudicada com a abertura de mercado. Algumas das mais importantes empresas localizam-se na região – Marisol e Marcato, em Jaraguá do Sul, e Lepper e Dohler, em Joinville.

Nos gêneros papel e madeira, a possibilidade de maior complementaridade entre si vem alimentando a continuidade do setor madeireiro em uma área onde as reservas florestais naturais já se encontram em esgotamento. A atividade conta com a maioria das unidades médias e pequenas em crise, possuindo ainda algumas empresas importantes integradas ao mercado exportador e em processo de reestruturação tecnológica e organizacional, como a Procopiack, em Canoinhas, e a Rauen e Indústrias de Madeira Mafra, em Mafra. Na liderança da atividade papeleira na mesorregião está a Rigesa, no município de Três Barras.

A indústria alimentar tem como principal representante a Ceval, que atua no beneficiamento de soja, com plantas em Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul, onde localiza-se o principal porto exportador de grãos do estado, sendo o canal escoador da produção do oeste catarinense.

A agricultura da região é pouco expressiva. O arroz e a banana são as únicas atividades com maior representatividade estadual e desenvolvem-se nos municípios adjacentes a Joinville. O arroz, em Guaramirim e Massaranduba, e a banana, em Corupá, Garuva, Guaramirim, Jaraguá do Sul e Joinville. A criação de frango e a produção do leite complementam a atividade dos pequenos produtores. Nos demais municípios, a pauta de produtos é diversificada, porém inexpressiva no âmbito estadual.

Esse perfil econômico faz com que esta possa ser considerada uma região nitidamente industrial, na qual a estrutura ocupacional da maioria dos municípios tem o setor secundário como principal absorvedor, com uma proporção que aumenta à medida que se eleva o grau de urbanização. Em 25 municípios, 12 têm na indústria o mercado preponderante. Nos nove municípios que têm o emprego preponderantemente nas atividades agropecuárias, o peso da conjugação entre indústria e setor terciário em suas atividades urbanas muitas vezes se sobrepõe ao das agropecuárias.

Dos empregos no mercado formal da indústria de transformação em 1996, a mesorregião detém o maior mercado absorvedor, centrado principalmente em Joinville e Jaraguá do Sul. Responde por 98.444 postos de trabalho industriais, 31,63% do total do estado, sendo metade na metal-mecânica. Outros dois grandes mercados estão nas indústrias têxtil e de confecção, com 20.668, e na de madeira, com 19.630 empregos.

Mesmo com essa diversidade e expressão no setor industrial, a região apresenta crescimento do emprego formal negativo no período de 1986-96 (-0,9%), de certa forma condicionado pelo desempenho dos gêneros têxtil, metalúrgico, madeira e material elétrico.

Essa dinâmica mantém a região com a segunda maior renda média familiar do estado, embora haja amplo desnível entre seus municípios, favorecendo os mais industrializados – Joinville e Jaraguá do Sul. Da mesma forma, mantém a região dentre as com menores proporções de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (37,07%). O nível de escolaridade de suas áreas industrializadas também é superior, embora a média regional esteja dentre as mais baixas do estado, com 4,7 anos de estudos. A proporção de população adulta alfabetizada é de 92,65%, estando entre as maiores das mesorregiões catarinenses.

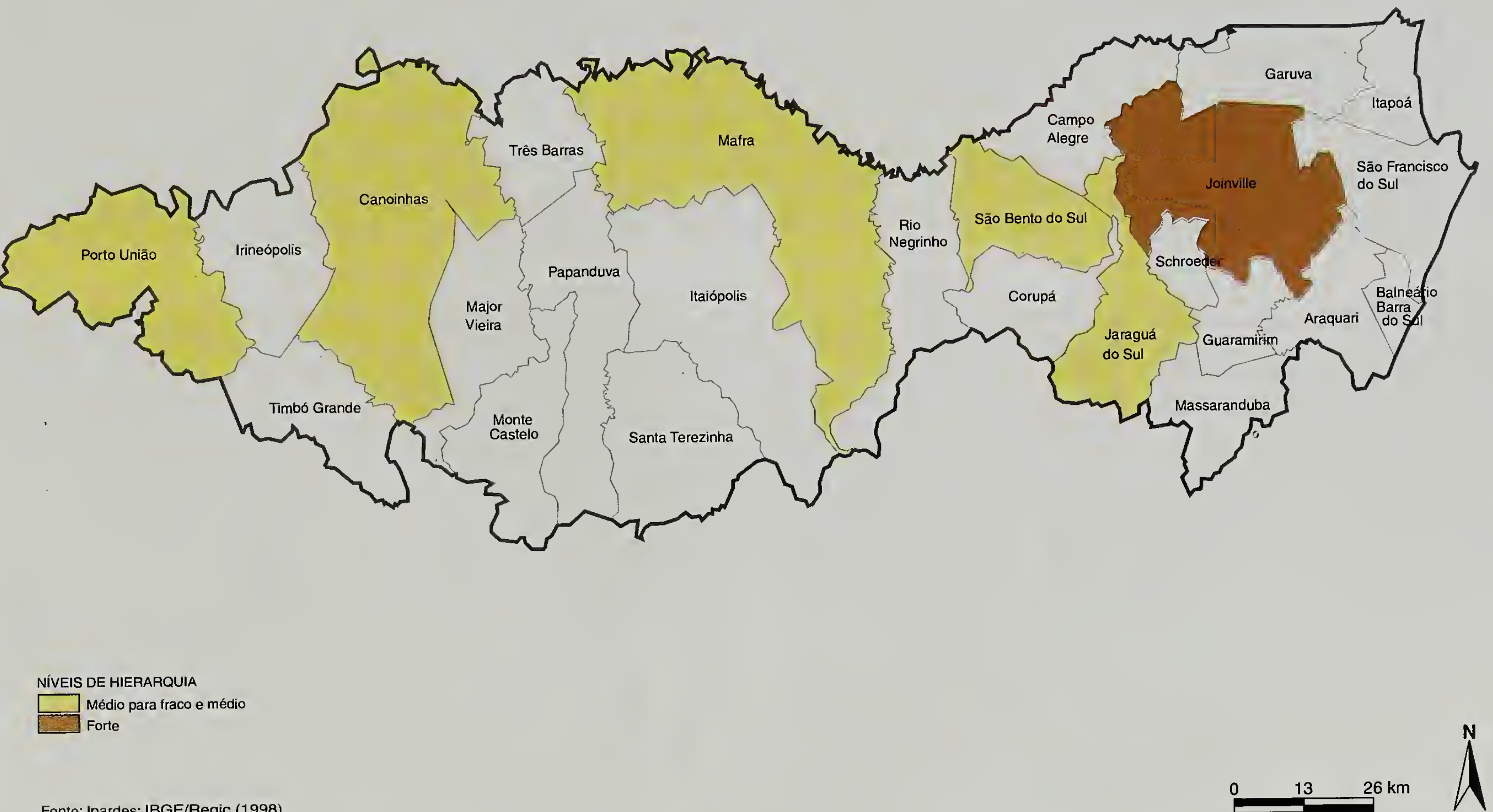
Mesmo sendo uma região altamente urbanizada, a qualidade dessa urbanização é insatisfatória comparada às demais messoregiões do estado no abastecimento de água, que liga apenas 81,43% dos domicílios à rede geral, sobretudo se comparada com a elevada proporção do esgotamento sanitário, cobrindo 79,21% dos domicílios. A coleta de lixo atende a 87,74% dos domicílios, acompanhando os indicadores das regiões com nível de atendimento mais elevado.

3.2.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião norte catarinense apresenta duas feições bastante distintas. Integra, ao mesmo tempo, os municípios mais industrializados do estado e também os mais deprimidos. Isso reflete-se em uma rede de pólos que crescem a taxas elevadas e que envolvem nesse crescimento amplo conjunto de municípios, consolidando aglomerações. Em contrapartida, reflete-se na sobrevida de centros que mal sustentam seu próprio crescimento. Assim, as principais características de sua rede urbana são:

- a configuração da aglomeração urbana polarizada por Joinville, com alta densidade populacional e clara definição de sua dinâmica econômica, espacialmente integrada às aglomerações de Blumenau e Itajaí;
- a periferização do pólo Joinville sobre os municípios de São Francisco do Sul, Araquari e Garuva, com contigüidade de mancha de ocupação e vetores de expansão em direção a Schroeder, Guaramirim, Itapoá e Jaraguá do Sul – em um processo intenso de comutação – e, mais além, a Massaranduba, Barra do Sul e São João do Itaperiú;
- a conformação dos eixos articulados de São Bento do Sul e Rio Negrinho, com vetores a Corupá e Campo Alegre;

MAPA 22
NORTE CATARINENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



- a integração em uma mancha de ocupação contígua interestadual dos centros de Mafra e Rio Negro (PR), e de Porto União e União da Vitória (PR);
- a confirmação do elevado crescimento populacional total e urbano em todas essas espacialidades, de forma mais acentuada em alguns municípios da aglomeração urbana de Joinville – tais como Schroeder (6,04% a.a. da população urbana entre 1991 e 1996), Guaramirim (4,11% a.a.), Araquari (3,80% a.a.), Garuva (3,65% a.a.) e Jaraguá do Sul (2,88% a.a.) – relacionado ao dinamismo de segmentos modernos industriais;
- o elevado crescimento de balneários, como Itapoá, que teve a maior taxa anual de crescimento da população urbana entre 1991 e 1996 (9,2% a.a.);
- a identificação de Canoinhas – município com centralidade de nível médio, perdendo população urbana e anunciando a continuidade do esvaziamento dos municípios vizinhos.

A aglomeração de Joinville foi objeto da institucionalização de região metropolitana, por lei estadual. Seus limites configuram extensa área, que incorpora municípios de espacialidades distintas dada sua dinâmica econômica e populacional. Essa institucionalização esbarra em uma inconveniência conceitual ao conceber como metropolitana uma unidade onde apenas se confirmam características típicas de aglomeração urbana.

3.3 Serrana Catarinense

A mesorregião serrana catarinense ocupa área de 22.495 quilômetros quadrados e, em 1996, possui 372.262 habitantes, representando 7,64% da população do estado, com densidade demográfica de 16,55 habitantes por quilômetro quadrado. É a mesorregião menos populosa e menos densa de Santa Catarina.

Compõe-se de 23 municípios, grande parte do tipo em transição para o urbano. Apenas cinco são urbanos (quatro com pequena e um com média dimensão) e oito são rurais de pequena dimensão.

Com grau de urbanização de 75,37% em 1996, está dentre as mais urbanizadas do estado. Seu principal centro é Lages, com centralidade de nível forte para médio (Mapa 23). Secundariamente, destacam-se Campos Novos e Curitibanos, com centralidades de nível médio para fraco. Lages, localizado no centro geográfico da região, coloca-se dentre os municípios mais populosos do estado. Cumpre papel de centro regional, bastante fortalecido pela distância que guarda dos demais centros de Santa Catarina. Além disso, posiciona-se em uma confluência rodoviária com a ligação norte–sul pela BR 116; leste–oeste, via BR 282, em direção a Florianópolis, no leste, e ao subcentro regional de Campos Novos, no oeste; sudeste, via BR 475, alcançando a BR 101, nas proximidades do município de Tubarão.

É uma região com certa homogeneidade socioeconômica, sofrendo os efeitos do esgotamento das reservas florestais naturais que sustentaram um relativo e antigo dinamismo. Pode ser considerada espacialidade de grande esvaziamento. O crescimento de sua população total tem sido um dos menores desde os anos 70, passando, após 1991, a apresentar taxas negativas (-0,16% a.a.). Metade de seus municípios vem perdendo população total, alguns desde 1970, e os demais apresentam taxas positivas, porém tão baixas que não revelam capacidade de sustentação dos fluxos de saída. Seus principais centros reproduzem o baixo crescimento da população total, chegando ao extremo, em Lages, de apresentar a taxa de -0,32% a.a. entre 1991 e 1996. É a região que mais perde população rural no estado (-3,24% a.a.), em um processo crescente de esvaziamento com pequena absorção pela área urbana, cujas taxas também se reduzem atingindo 0,99% a.a. entre 1991 e 1996 – a menor taxa regional de crescimento urbano no estado.

O crescimento mais elevado da população urbana (entre 2,5% e 4% a.a.) ocorre nos municípios localizados nos limites da mesorregião, praticamente integrados a processos econômicos de outras mesorregiões, excluindo Lages e seus municípios próximos. É o caso de Bom Retiro e Rio Rufino, no eixo de ligação com Florianópolis, e de Santa Cecília, mais ao norte, no eixo madeireiro de Lages/ Canoinhas (mesorregião norte). Campos Novos e Curitibanos são centros que apresentam crescimento elevado, com tendência de maior concentração no primeiro, que tem em suas áreas adjacentes elevado crescimento urbano: Anita Garibaldi (2,68% a.a. entre 1991 e 1996), Celso Ramos (2,94%) e Abdon Batista (8,13%).

A economia da mesorregião desenvolve-se com atividades das indústrias do papel e celulose e da madeira, a qual sempre teve importância na economia da região e do estado. Com o esgotamento dos recursos naturais e as exigências da legislação ambiental, essa atividade passa a apresentar uma retração que repercute na distribuição espacial da população e em seu peso relativo na economia. Contudo, essa mesorregião continua entre as principais na atividade madeireira do estado, representando 25,72% do valor da transformação industrial do gênero. Dado seu caráter pioneiro na exploração da madeira e a itinerância da atividade, houve avanço do eixo madeireiro em direção ao norte de Santa Catarina, onde atuam hoje os grandes grupos do setor que lograram melhorias nas condições tecnológicas e uma diversificação industrial. Permanece na região um número expressivo de empresas de médio e pequeno porte.

A atividade papeleira é a mais importante na região e tem grande peso no estado. Também é dependente

MAPA 23
SERRANA CATARINENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Santa Cecília
Monte Carlo
Ponte Alta do Norte
Curitibanos
São Cristóvão do Sul
Campos Novos
Ponte Alta
Vargem
Otacílio Costa
Abdon Batista
São José do Cerrito
Correia Pinto
Celso Ramos
Anita Garibaldi
Bom Retiro
Campo Belo do Sul
Cerro Negro
Rio Rufino
Lages
Urupema
Urubici
São Joaquim
Bom Jardim da Serra

NÍVEIS DE HIERARQUIA
- Médio para fraco e médio
- Médio para forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



dos recursos naturais, porém com aplicações em tecnologia na exploração florestal com grandes reflorestamentos. O papel é um segmento competitivo e constituído em Santa Catarina por grandes grupos nacionais e estrangeiros, dentre os quais a Klabin e a Igaras em Otacílio Costa e Correia Pinto, respectivamente, além de outras empresas menores que se situam em Lages, Curitibanos, Campos Novos e Santa Cecília. A atividade representa 40,93% do valor da transformação industrial do gênero no estado.

Essas duas atividades respondem por elevada proporção da geração de renda da indústria regional. Entretanto, são gêneros menos dinâmicos da economia, o que implica participação bem menor da região, que contribui com apenas 5,9% do valor adicionado da indústria e do comércio e com 6,02% do valor adicionado total do estado – as menores participações dentre as mesorregiões catarinenses. O município de Lages participa com mais de 1% no valor adicionado total do estado desde 1990, apresentando em 1996 a participação de 2,23%.

A região tem também a menor participação no emprego formal da indústria. Oferta 13.687 postos de trabalho, correspondendo a 4,4% do total do estado. No período de 1986-96, é a região que apresenta maior queda no número de empregos ofertados (-2,5%). O emprego está concentrado na indústria da madeira, em grande declínio (-3,6%). O segundo mercado mais importante é representado pela indústria papeleira, um setor que, em razão dos investimentos em inovações tecnológicas, organizacionais e de gestão, também vem apresentando generalizado quadro de desemprego.

No setor primário, a mesorregião contribui com 6,78% do valor adicionado. Na área rural, os gigantescos reflorestamentos da indústria de papel e celulose, paralelamente a uma pecuária extensiva, não contribuem para aliviar a crise da região. Na atividade agrícola, tem como principais produtos o alho, a maçã e a batata, porém são poucos os municípios cuja produção é mais significativa. Na produção de alho, destacam-se Curitibanos, Campos Novos, Monte Carlo, Ponte Alta e Correia Pinto; na de batata, Campos Novos e Santa Cecília; na de maçã, São Joaquim, que é o segundo maior produtor do estado. Esse setor é o responsável pela maior parte da ocupação na maioria dos municípios da região, com exceção de Otacílio Costa, Correia Pinto e Santa Cecília – onde as atividades na indústria do papel e da madeira absorvem a maior parte da força de trabalho local – e de Lages e Curitibanos, que se caracterizam por um setor terciário relativamente mais complexo e absorvedor de mão-de-obra.

A mesorregião serrana é a que apresenta, em 1991, os mais críticos indicadores de renda e educação. Tem a maior proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (53,58%); a menor renda média familiar *per capita*, com os maiores valores – em Lages e Otacílio Costa – cerca de 50% menores que os verificados nas mesorregiões mais dinâmicas do estado; uma proporção baixa de adultos alfabetizados (85,20%); assim como o mais baixo grau de escolaridade do estado (4,5 anos de estudo).

No saneamento básico destaca-se apenas o abastecimento de água, com um número elevado de domicílios ligados à rede geral (86,68%), contrastando com as proporções do esgotamento sanitário (59,95%) e da coleta de lixo (74,49%), das mais baixas do estado.

3.3.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião serrana integra-se na espacialidade de esvaziamento, com uma dinâmica econômico-social bastante homogênea entre seus municípios, pautada em atividades tradicionais ligadas à madeira e papel, ambas liberando mão-de-obra e, portanto, induzindo movimentos populacionais. Sua rede urbana caracteriza-se por:

- baixo crescimento populacional nos principais centros, verificando-se crescimento negativo no pólo regional (Lages);
- núcleos com população urbana em decréscimo na contigüidade de Lages, como Correia Pinto (-3,48% a.a.) e Urupema (-0,67% a.a.);
- elevado crescimento urbano em pequenos municípios ao redor de Campos Novos – Anita Garibaldi, Celso Ramos e Abdon Batista –, indicativo de absorção do esvaziamento rural de áreas próximas e de uma possibilidade de inserção econômica articulada a outras mesorregiões.

É uma região onde preponderam características de uma atividade extrativa e pecuária de grandes extensões, com população rarefeita e em decréscimo, com tendência ao reforço do esvaziamento.

3.4 Vale do Itajaí

A mesorregião do Vale do Itajaí tem área de 13.025 quilômetros quadrados e a segunda maior densidade demográfica dentre as mesorregiões catarinenses: 81,16 habitantes por quilômetro quadrado. Compõe-se de 53 municípios e, em 1996, possui 1.057.132 habitantes, representando 21,68% da população catarinense.

Reúne a maior concentração de população do estado, com grau de urbanização de 78,1% em 1996, dentre as mais urbanizadas desde os anos 70. Seus principais centros são Blumenau, com centralidade de nível forte, e Itajaí, com centralidade de nível forte para médio (Mapa 24), ambos urbanos de média dimensão. Rio do Sul também se destaca com centralidade de nível forte para médio e urbano de pequena dimensão. Brusque, município urbano de média dimensão, apresenta centralidade de nível médio.

Distribuindo-se geograficamente na região, esses centros guardam peculiaridades. Blumenau e, secundariamente, Brusque polarizam a área industrializada; Itajaí,

com função portuária fundamentalmente voltada à exportação de industrializados da confecção e da metal-mecânica, polariza a área litorânea; e Rio do Sul polariza uma extensa área com expressão agropecuária.

Pode ser considerada uma região onde convivem processos muito diferenciados. Ao mesmo tempo que agrega alguns dos principais centros do estado, com alto grau de urbanização e elevado crescimento – 12 deles acima da média estadual desde 1970 –; quase 50% dos municípios são rurais de pequena dimensão, em sua maioria perdendo população, muitos desde 1970.

De modo geral, entre 1991 e 1996, a mesorregião vem apresentando a mais alta taxa de crescimento da população total e urbana de Santa Catarina (2,34% e 2,88% a.a., respectivamente), com um comportamento que se mantém desde os anos 70. A população rural, que já apresentou sinais de evasão mais fortes, ainda perceptíveis em um grande número de municípios, na média regional cresce à taxa de 0,54% a.a. no período.

Alinham-se continuamente em sua faixa litorânea os municípios balneários com as mais elevadas taxas de crescimento da população total, entre 1991 e 1996, como Piçarras (3,69%), Penha (3,43%), Navegantes (6,58%), Balneário Camboriú (7,75%), Camboriú (5,8%), Itapema (8,55%) e Bombinhas (4,54%), além de São João do Itaperiú (10,77%).

É importante destacar que esses centros urbanos configuram aglomerações urbanas, estabelecendo fortes inter-relações entre si e com as aglomerações de Joinville/Jaraguá do Sul e Florianópolis, constituindo extensa área, cuja dinâmica socioeconômica tem pontos comuns que reforçam essa unidade espacial.

Tal dinâmica pauta-se fundamentalmente nas atividades da indústria têxtil e de confecção e na metal-mecânica, com a particularidade de que as primeiras são preponderantes em Blumenau e a última em Joinville.

Nos anos 80, delineia-se novo padrão de crescimento da indústria catarinense, com uma reação dos segmentos da metal-mecânica, cada vez mais concentrados em Joinville. Isso leva a uma perda relativa de importância dos gêneros tradicionais da indústria têxtil e de confecção, resultando em queda de representatividade da mesorregião do Vale do Itajaí. Em princípios dos anos 80, essa mesorregião supera, com pequena diferença, a mesorregião norte catarinense na geração do valor adicionado total do estado.

Nos anos 90, é nítida a liderança dos segmentos da metal-mecânica em Joinville e Jaraguá do Sul, superando a importância relativa tanto do segmento agroindustrial do oeste catarinense como do têxtil e de confecção do Vale do Itajaí. Em 1996, a mesorregião do Vale do Itajaí participa com 25,07% do valor adicionado total de Santa Catarina, ocupando a segunda posição, precedida pela mesorregião Norte.

O perfil industrial da região, embora altamente especializado nas indústrias têxtil e de confecção – que representam, respectivamente, 79,18% e 58,81% do valor da transformação industrial do gênero em 1985 – é ao mesmo tempo diversificado, com inserção expressiva na metalomecânica – material elétrico e comunicações (34,30%), material de transporte (33,62%) e mecânica (14,91%). É significativo também no gênero fumo, no qual concentra quase 100% do valor da transformação industrial do gênero no estado.

No complexo têxtil/confecção, atuam grupos locais que se qualificam dentre as grandes empresas nacionais, com elevado grau de abertura para o mercado externo. Em Blumenau, concentra-se a maioria dessas empresas, como a Cremer, Hering e Maju – a Sul Fabril, a despeito do peso apresentado no período, encerra suas atividades em 1999 –, dentre as mais importantes; em Brusque, as empresas Renaux e Buettner; em Gaspar, a Leopoldo Schmalz; e, em Apiúna, a Brandili.

Esse complexo também insere um grupo de municípios com estruturas integradas, a exemplo de seções de costuras de grandes malharias, em Ascurra, Benedito Novo, Ibirama e Rodeio.

Na metal-mecânica, destacam-se as empresas Metisa, Linshalm e Müeller, em Timbó; a Aço Altona, Mega e a Weg Transformadores, em Blumenau; a Netzsch, em Pomerode; a NH, em Rio do Sul; a Zen, em Brusque; dentre outras. A indústria cristaleria também se concentra em Blumenau, com três grandes empresas: Hering, Blumenau e Strauss.

A indústria alimentar localiza-se principalmente em Gaspar, com a Ceval atuando na produção de óleo e farelo de soja, e em Ilhota, com a Refinadora Catarinense, na refinação de açúcar, além de Itajaí e Rio do Sul.

Os municípios da região com maior expressão na composição da renda estadual são Blumenau, que em 1996 participa com 9% do valor adicionado total – segunda maior participação do estado –, Itajaí (4,16%), Brusque (2,25%), Gaspar (1,02%) e Timbó (1,01%). Já alcançaram participação superior a 1% os municípios de Rio do Sul e Indaial, porém não sustentaram essa posição ao longo do período.

A mesorregião tem a segunda maior concentração de empregos formais da indústria catarinense, com 94.957 postos, correspondendo a 30,51% do total do estado. Metade deles está no complexo têxtil/confecção; na metal-mecânica estão 15%; e o restante, dentre os gêneros tradicionais em que ainda predomina a madeira (9,51%), alimentos (7,62%) e química (6%).

Os segmentos têxtil e de confecção encontram-se em um cenário muito crítico, com retração do mercado interno e externo. No caso do têxtil, algumas empresas realizam, com dificuldades, investimentos em reconversão e modernização, exigidos para acompanhar o acelerado rit-

mo de inovação tecnológica e de expansão produtiva que se verifica no plano mundial. Na confecção, caracterizada pelo uso intensivo de mão-de-obra, a indústria catarinense, assim como a brasileira, sofre os impactos da concorrência mundial, que se reorienta para zonas com custo de pessoal extremamente inferior. Além disso, as maiores indústrias locais também tendem a expandir-se ou transferir-se, em especial para o Nordeste brasileiro, na busca de vantagens comparativas.

Certamente, nesse contexto, alguns segmentos têm sido mais afetados, sinalizando uma tendência de especialidade de áreas de produção, em que a malharia detém vantagens no parque têxtil catarinense. Em ambos os casos, é alarmante o número de dispensa de mão-de-obra já verificado. O complexo têxtil/confecção, no período de 1986-96, apresenta queda de mais de 8 mil postos de trabalho. Os poucos segmentos que vêm apresentando crescimento não chegam a compensar as perdas existentes, que no total regional significam -1,2%.

Na estrutura ocupacional como um todo, mais de um terço dos municípios da região tem na indústria o principal setor de absorção da força de trabalho. O setor terciário desponta como preponderante em poucos municípios, todos com função básica de balneários ou com a função portuária, no caso de Itajaí. Nos demais municípios, o mercado de trabalho urbano está equilibradamente dividido entre as atividades do setor terciário e as do secundário.

Evidencia-se em Blumenau maior diversidade na ocupação das atividades do terciário, principalmente as mais especializadas, e, secundariamente, em Itajaí, Brusque, Rio do Sul e Timbó. Destaca-se o Balneário Camboriú, também com alta diversidade na ocupação das atividades urbanas, dado seu papel de principal balneário regional.

As atividades do setor primário são preponderantes na estrutura ocupacional de alguns municípios que respondem pela produção agrícola da região. A importância dessa produção é pequena na formação da renda regional, porém sustenta numeroso conjunto de pequenos produtores. Esses municípios localizam-se na porção oeste da região, que tem características tipicamente agrícolas, respondendo por dois dos principais produtos de Santa Catarina, mandioca e cebola, além da batata e do arroz. O principais produtores de mandioca são: Trombudo Central, Taió, Rio do Oeste e Pouso Redondo. Essa cultura vem sendo substituída por fumo e cebola em função da transferência das fecularias para o estado do Paraná. A cebola é produzida principalmente em Ituporanga e municípios adjacentes.

Para um conjunto grande de municípios das áreas próximas a Ituporanga e principalmente Rio do Sul, sobressai-se a cultura do fumo, que se caracteriza como fonte significativa de renda. Predomina a cultura da cana e do arroz em Ilhota, Itajaí e Navegantes, e os dois últimos particularizam-se pela produção de pescado. Entretanto, essas atividades vêm desenvolvendo-se com pequena absorção tecnológica e sem possibilidades de expansão, dada a forte restrição de área, no caso da agricultura.

A mesorregião Vale do Itajaí é uma das que apresentam, em 1991, um dos melhores níveis de renda dos chefes de domicílio. Apenas 35,54% têm rendimento de até dois salários mínimos. A renda média familiar *per capita* confirma esse desempenho, sendo a mais elevada dentre as mesorregiões do estado. Internamente, no entanto, verifica-se grande heterogeneidade, pois o Balneário Camboriú apresenta faixa de rendimento médio quase quatro vezes superior à do município com menor rendimento – Dona Ema. Além desses extremos, as maiores rendas associam-se aos municípios mais industrializados e as menores, aos agropecuários. O mesmo desempenho regional não se repete no caso da escolaridade. A média de anos de estudos da região é de 4,85 – terceira posição do estado – e as diferenças internas estão associadas às rendas dos municípios, demonstrando uma desigualdade em que a distância entre o maior e o menor indicador é de quase o dobro. Contrariamente, a proporção de população alfabetizada é de 92,67% para maiores de 15 anos, relativamente a mais alta da região Sul.

Seu patamar de atenção por saneamento básico revela uma fragilidade: apenas 79,77% de seus domicílios estão ligados à rede geral de água, uma proporção entre as mais baixas das mesorregiões catarinenses. Já a coleta de lixo, atendendo 88,16% dos domicílios, é das mais elevadas.

3.4.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião de Vale do Itajaí, com elevado crescimento urbano na grande maioria dos municípios, caracteriza-se por três diferentes unidades: uma porção fortemente industrializada, uma porção litorânea – ambas intensamente urbanizadas – e uma porção nitidamente agropecuária. Seu conjunto de centros bem estruturados e solidamente articulados induzem à formação de uma rede urbana com as seguintes características:

- existência de duas aglomerações urbanas, nas quais Blumenau e Itajaí são os respectivos municípios-núcleo, com alta densidade populacional e clara definição de sua dinâmica econômica, espacialmente integradas às aglomerações de Joinville e Florianópolis;
- formação de mancha contígua de ocupação agregando os municípios de Blumenau, Gaspar, Indaial e Timbó, com vetores de continuidade incluindo Brusque, Guabiruba e Pomerode;
- formação de mancha contígua de ocupação agregando Itajaí, Navegantes, Camboriú e Balneário Camboriú, com vetores de continuidade a Itapema e Porto Belo;
- conformação de ocupação litorânea contínua com in-

MAPA 24
VALE DO ITAJAÍ — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

São João do Itaperiú
Rio dos Cedros
Barra Velha
Doutor Pedrinho
Pomerode
Luiz Alves
Piçarras
Timbó
Penha
Benedito Novo
Vitor Meireles
José Boiteux
Navegantes
Ilhota
Rio do Campo
Rodeio
Blumenau
Gaspar
Witmarsum
Itajaí
Salete
Ascurra
Dona Emma
Ibirama
Indaial
Balneário Camboriú
Presidente Getúlio
Camboriú
Taió
Guabiruba
Itapema
Brusque
Apiúna
Rio do Oeste
Porto Belo
Rio do Sul
Lontras
Bombinhas
Mirim Doce
Laurentino
Botuverá
Pouso Redondo
Presidente Nereu
Trombudo Central
Aurora
Agronômica
Braço do Trombudo
Vidal Ramos
Agrolândia
Atalanta
Ituporanga
Imbuia
Petrolândia

NÍVEIS DE HIERARQUIA
- Médio para fraco e médio
- Médio para forte
- Forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



tenso crescimento da população urbana entre 1991 e 1996, englobando os municípios de Barra Velha (3,67% a.a.), Piçarras (5,52%) e Penha (4,27%), com alta densidade de ocupação, num *continuum* com a aglomeração urbana de Itajaí;

- presença de centros urbanos com elevado crescimento da população em áreas notadamente agropecuárias, como Vitor Meireles (8,5% a.a.), José Boiteux (4,63%) e Atalanta (4,6%), evidenciando sinais de movimentos internos de migração do rural para a área urbana.

Dessa forma, é uma região onde preponderam espacialidades concentradoras com tendências de consolidação e expansão. Sua área agrícola não sinaliza mudanças significativas, apenas a continuidade de movimentos migratórios, não muito intensos, dirigidos aos centros mais dinâmicos da própria região.

A aglomeração urbana de Blumenau foi recentemente institucionalizada como região metropolitana, por lei estadual.

3.5 Grande Florianópolis

A mesorregião da grande Florianópolis ocupa área de 6.978 quilômetros quadrados e, em 1996, possui 668.561 habitantes, representando 13,71% da população catarinense, uma concentração populacional bem inferior à das mesorregiões do Vale do Itajaí e do norte-catarinense. Sua densidade demográfica é de 95,81 habitantes por quilômetro quadrado, a mais elevada do estado. Compõe-se de 20 municípios.

Desde 1970, é a região mais urbanizada de Santa Catarina, com taxa de 84,69% em 1996. Mesmo assim, 50% de seus municípios ainda têm fortes características rurais. Dentre os municípios urbanos, distingue-se Florianópolis, capital político-administrativa, com grande dimensão e o segundo maior contingente populacional do estado, superado apenas por Joinville. Seu nível de centralidade é muito forte e sua estrutura ocupacional confirma uma seletividade qualitativa dos serviços financeiros e técnicos especializados, já que ocorrem em maior proporção que em Joinville e Blumenau. Essas peculiaridades fazem de Florianópolis um pólo com tendências metropolitanas, distinguindo-a das demais aglomerações urbanas catarinenses.

Sua ocupação, sofrendo as limitações de um substrato natural permeado por áreas inadequadas, adensa a porção territorial continental, extravasando-se sobre municípios vizinhos. Constitui, assim, uma densa ocupação com contigüidade de mancha urbana, englobando Palhoça e São José – municípios urbanos de média dimensão –, Biguaçu e, em seu vetor de expansão, Tijucas, ambos urbanos com pequena dimensão. Além de Florianópolis, apenas São José apresenta nível de centralidade significativo – mesmo assim, forte para médio (Mapa 25). Essa aglomeração tem forte articulação espacial com as aglomerações de Itajaí, Joinville e Blumenau.

Em 26 anos (1970-96), a região tem incremento de 340.520 habitantes em suas áreas urbanas, crescimento que se dá com mais intensidade até 1991. No período de 1991-96, sua população total cresce a 1,57% a.a., bem abaixo do verificado nas duas mesorregiões mais urbanizadas do estado. Se os pólos das demais aglomerações ainda crescem em ritmo elevado, Florianópolis demonstra arrefecimento; porém, desde 1970, seus municípios vizinhos apresentam taxas acima da média do estado: Palhoça, 3,54% a.a. entre 1991 e 1996, Biguaçu, 3,35% a.a. e São José, 1,63% a.a., esse último também já com relativo arrefecimento. Os vetores de ocupação mais recentes apontam na direção de Governador Celso Ramos (com crescimento de 2,48% a.a.) e de Santo Amaro da Imperatriz (1,73 % a.a.), já quase integrado à mancha contínua de ocupação.

É surpreendente que municípios localizados muito proximamente a essa aglomeração venham apresentando taxas negativas de crescimento da população total e alguns até mesmo da população urbana. Esse comportamento pode ser explicado pela dependência de uma atividade agrícola que, embora fundamental para o município – com a maior parte da população ocupada em atividades do setor primário –, representa uma contribuição mínima para a produção estadual. São sete municípios desenvolvendo cultivos principalmente da cana e da cebola, os quais, somados à produção da agricultura regional, compõem apenas 1,6% do valor adicionado do setor agropecuário catarinense. Verifica-se apenas que a presença desse centro consumidor de dimensões significativas vem estimulando o surgimento de atividades olerícolas, porém ainda de reduzida importância.

A mesorregião de Florianópolis tem pequena participação no valor adicionado total do estado, porém se distingue por desempenho crescente, tendo quase dobrado sua contribuição – de 4,64% em 1980 para 8,67% em 1996. Essa dinâmica é dada principalmente por Florianópolis e São José, situados dentre os municípios que vêm mantendo participação no valor adicionado do estado acima de 1%, destacando-se por acentuada ascensão nesse *ranking* – Florianópolis ocupa, em 1990, a 8ª posição; em 1996, chega à 4ª; e São José passa da 11ª para a 9ª.

O turismo, com seus efeitos no setor de serviços, é a atividade principal na economia da mesorregião envolvendo Florianópolis e adjacências litorâneas. Essa atividade é, provavelmente, uma das grandes responsáveis pelo crescimento dessa mesorregião na participação na renda estadual.

Em termos industriais, a grande Florianópolis apresenta pequena participação no valor da transformação industrial dos principais gêneros, com algumas atividades

MAPA 25

GRANDE FLORIANÓPOLIS — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Canelinha
Tijucas
Nova Trento
São João Batista
Governador Celso Ramos
Major Gercino
Biguaçu
FLORIANÓPOLIS
Antônio Carlos
Leoberto Leal
Angelina
São José
Rancho Queimado
Alfredo Wagner
Águas Mornas
Santo Amaro da Imperatriz
Palhoça
Anitápolis
São Bonifácio
Paulo Lopes

NÍVEIS DE HIERARQUIA
Médio para forte
Muito forte e máximo

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 8 16 km



pontuais sobressaindo-se na dimensão estadual. Dentre elas, destaca-se o segmento de minerais não-metálicos, com participação de 11,85% no valor da transformação total do gênero, ainda assim com grande diferença em relação à mesorregião sul catarinense, que lidera a produção cerâmica de pisos e azulejos do estado. Cabe notar que sua inclusão na atividade se deve à instalação de uma grande unidade de pisos cerâmicos da Portobello – uma das grandes empresas desse ramo – no município de Tijucas, como expansão do segmento. A cerâmica, porém, restrita à linha de olaria, constitui atividade industrial importante para o município de Canelinha, com algumas empresas de pequeno porte.

A atividade têxtil e de confecção, que se propaga em todas as mesorregiões de Santa Catarina, também está presente na grande Florianópolis, com a participação diminuta de 1,05% do total do gênero têxtil e 1,33% do total da confecção. Constitui um pólo secundário a partir de pequenas empresas. Destaca-se uma única de maior porte, a Hoepcke, indústria de rendas e bordados instalada em São José.

O segmento alimentar, da mesma forma, inclui-se com pequena expressão, participando com 7,55% do total do gênero, destacando-se a localização de uma unidade importante de abate de aves, a Macedo Koerich.

Pontualmente, cabe citar ainda como significativas a indústria Olsen, de equipamentos odontológicos, em Palhoça; a Inplac, de embalagens plásticas, em Biguaçu; a Intelbrás, em São José; e o segmento calçadista em São João Batista.

O que vem sinalizando mudanças no perfil industrial da região é a crescente atividade da indústria de informática e automação industrial, que concentra diversos grupos articulados a empresas, universidades e estado, já assumindo um patamar de pólo tecnológico. Além de empresas menores, Florianópolis conta com a Digitro, que opera com sistemas para telecomunicação. No âmbito estadual, Florianópolis caracteriza-se como o pólo mais diversificado, comparativamente a Joinville e Blumenau – duas outras áreas importantes no desenvolvimento tecnológico do estado. A presença da Universidade Federal assegura-lhe vantagens comparativas que devem reforçar a consolidação e concentração dessa atividade na região.

Mesmo considerando a fragilidade do setor primário regional, é esse que responde por mais de 50% da ocupação em metade dos municípios. A indústria é predominante em apenas quatro municípios – Tijucas e Canelinha (cerâmica), Nova Trento (vinho) e São João Batista (calçados). Na capital e nos municípios periféricos – Biguaçu, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz –, o terciário tem o papel de principal absorvedor.

Essa mesorregião compreende 5,57% dos empregos formais da indústria do estado e é a única com esse mercado em expansão. Entre 1986 e 1996, tem acréscimo de 2,5% nos postos de trabalho. Com exceção do gênero alimentos, todos os demais crescem. Os principais mercados de trabalho são gerados pelas indústrias de alimentos e bebidas, minerais não-metálicos, têxtil e de confecção e madeira, que respondem por mais de 60% dos empregos existentes.

A mesorregião da grande Florianópolis apresenta, em 1991, o terceiro melhor nível de renda familiar *per capita* em Santa Catarina e uma das maiores desigualdades regionais. Florianópolis tem a mais alta renda do estado, Major Gercino, entretanto, apresenta renda cinco vezes menor, estando entre as mais baixas de Santa Catarina. Apenas 31,36% dos chefes de domicílio têm rendimento de até dois salários mínimos, posição favorável que privilegia socialmente a mesorregião no contexto sul-regional. O mesmo desempenho é verificado no caso da escolaridade. A média de anos de estudos da região é de 5,1 – a primeira posição do estado e a segunda da região Sul –, e Florianópolis apresenta a maior escolaridade do Sul, com média de 7,3 anos de estudo. A despeito dessas diferenças internas, mesmo onde ocorrem as mais baixas médias, essas suprem as quatro primeiras séries do primeiro grau, o que é pouco comum no âmbito da região Sul. Sua proporção de população alfabetizada é de 91,12% para maiores de 15 anos, também dentre as mais altas da região Sul.

Na atenção por saneamento básico, a região destaca-se de outras do estado, com 84,14% de seus domicílios ligados à rede geral de água, e com 89,09% atendidos por coleta de lixo.

3.5.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião da grande Florianópolis, diferentemente de outras áreas que reúnem características metropolitanas, sofre a influência de uma rede urbana estadual forte. Faz parte de um conjunto de quatro aglomerações de elevado porte populacional e importância econômica, praticamente contínuas, que dividem com a capital funções que peculiarizam a primazia de outras metrópoles brasileiras, consolidadas ou em consolidação. Mais recentemente, Florianópolis tem-se beneficiado de sua condição de capital administrativa e pólo turístico nacional e constituído um terciário mais complexo, passando a acumular vantagens locacionais com indicativos de atratividade para atividades de alta tecnologia. No conjunto da mesorregião, os efeitos dessas condições são ainda muito restritos à periferia imediata ao centro, o que faz com que seja uma região de contrastes. Tem como principais características na rede urbana:

- a consolidação da aglomeração pré-metropolitana de Florianópolis, incluindo Biguaçu, Palhoça e São José em uma mancha de ocupação contígüa e com elevado crescimento populacional; Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos e Antonio Carlos, continuamente; e Tijucas em uma mancha descontínua porém fortemente articulada;

- o estreitamento de relações dessa aglomeração com as demais aglomerações catarinenses e a confirmação da posição de Florianópolis como principal centro da rede urbana estadual;
- a configuração de espacialidades de transição, por municípios economicamente frágeis, com decréscimo populacional, inclusive de pequenos centros urbanos, distanciados da dinâmica da aglomeração.

A aglomeração urbana de Florianópolis, juntamente com outras aglomerações do estado, foi objeto de institucionalização como região metropolitana, por lei estadual.

3.6 Sul Catarinense

A mesorregião sul ocupa área de 9.705 quilômetros quadrados e, em 1996, possui 763.672 habitantes, representando 15,66% da população do estado, com densidade demográfica de 78,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Compõe-se de 40 municípios: mais da metade (52,5%) são rurais de pequena dimensão, oito são urbanos, porém nenhum com grande dimensão. Seu grau de urbanização é de 69,96% em 1996, ficando dentre as menos urbanizadas do estado. Tem como principais centros Criciúma e Tubarão, localizados no eixo da BR 101, com centralidade de nível forte para médio, seguidos por Araranguá, com centralidade de nível médio (Mapa 26). Desses, destaca-se Criciúma, seja pelo número bem mais elevado de população, seja pela importância na economia estadual, atraindo para seu entorno um processo de ocupação crescente que o inclui como uma das aglomerações urbanas brasileiras.

O crescimento de sua população total, embora apresentando taxas relativamente baixas e em declínio, demonstra sinais de capacidade de sustentação. A população rural, com taxas de crescimento negativas nos anos 70 e 80, reduz esse ritmo entre 1991 e 1996, passando a apresentar taxas de 0,31% a.a. Entretanto, alguns de seus municípios, a maioria com atividades ligadas à agricultura de pequenos produtores, mantêm decréscimo acentuado da população total, desde os anos 70. Um conjunto de municípios cresce mais que a média do estado desde 1970 ou 1980, em torno de Criciúma, como Forquilhinha (2,80% a.a. entre 1991 e 1996), Içara (2,05% a.a.), Morro da Fumaça (1,62% a.a.) e Araranguá (2,8% a.a.). Mais distantes dessa aglomeração, vale destacar Braço do Norte, São Ludgero e Sombrio – os primeiros com as mais elevadas taxas de crescimento urbano da mesorregião.

Essa aglomeração polarizada por Criciúma tem sua formação associada à peculiaridade da reconversão da base produtiva mesorregional em um curto espaço de tempo. Com o declínio da atividade extrativa do carvão, acentuado nos anos 80, a economia evolui para a indústria cerâmica de revestimento – pisos e azulejos –, viabilizada pela qualidade da argila existente na região. Atualmente, é o mais importante parque de cerâmica existente no país, representando cerca de 40% da produção nacional e 70% das exportações brasileiras do setor.

Contudo, esse desempenho regional não tem garantido a permanência de sua expressão na estrutura de renda do estado. Participa, em 1996, com 10,26% dessa renda, metade da contribuição das mesorregiões mais importantes, com declínio de 2,28%, em relação a 1980.

Dois de seus municípios destacam-se dentre os que participam com mais de 1% no valor adicionado de Santa Catarina nos anos 90: Criciúma, com 2,57% em 1996, a 7ª posição no *ranking* do estado, e Tubarão, com 1,28%.

Sua estrutura produtiva, predominantemente industrial, está concentrada no gênero minerais não-metálicos, que responde por 51,44% do valor da transformação industrial catarinense do gênero em 1985, e por 26% do total da indústria de transformação regional. Criciúma, Tubarão, Urussanga e Imbituba são os principais contribuintes dessa indústria. Os principais grupos são: Cecrisa, Eliane (Gardzinski) e Cesaca, já incluídos dentre os maiores grupos econômicos do estado. São empresas que vêm expandindo seus investimentos para outras áreas e setores, a exemplo do grupo Eliane, que se particulariza por atuar também na produção de máquinas e equipamentos especializados para a indústria cerâmica e na linha de carnes e suínos, com a Agroeliane.

A atividade carvoeira, também centrada em Tubarão, Urussanga e Imbituba, atende à demanda da termoelétrica Jorge Lacerda, localizada em Tubarão. Além disso, alguns derivados do carvão resultam de beneficiamentos pela indústria química, porém com atividades em declínio, dadas as restrições ambientais.

A indústria do vestuário já participava em 1985 com 8,54% no valor da transformação industrial da mesorregião e vem configurando um pólo secundário de confecção. Da mesma forma, a indústria de alimentos, a química e a de plásticos ganham expressão regional. A indústria de alimentos destaca-se com uma unidade da Ceval, em Forquilhinha; e a de plásticos, em Urussanga, com o grupo Zanatta, em Içara, com a Copasa, e, em Criciúma, com a Imbralit.

A agricultura apresenta uma complementaridade significativa na economia, respondendo por 16,61% da renda regional e 11,97% do setor agropecuário do estado – a segunda dentre as mesorregiões, porém com grande defasagem em relação à primeira (oeste catarinense). Inclui as áreas de grande produção de arroz, mandioca, banana e fumo. A maioria dos municípios com maior produção está concentrada ao sul. Para um conjunto de municípios do

MAPA 26
SUL CATARINENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Santa Rosa de Lima
Garopaba
Rio Fortuna
São Martinho
Imbituba
Grão Pará
Braço do Norte
Armazém
Imaruí
Orleans
São Ludgero
Gravatal
Lauro Müller
Capivari de Baixo
Pedras Grandes
Tubarão
Laguna
Urussanga
Siderópolis
Treze de Maio
Cocal do Sul
Morro da Fumaça
Sangão
Jaguaruna
Nova Veneza
Morro Grande
Criciúma
Timbé do Sul
Forquilhinha
Içara
Meleiro
Maracajá
Turvo
Jacinto Machado
Araranguá
SantaRosa do Sul
Sombrio
Praia Grande
São João do Sul
Passo de Torres

NÍVEIS DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio
Médio para forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 10 20 km



litoral, como Imaruí, a atividade pesqueira, que já foi de grande importância, sofre hoje declínio em função da poluição ambiental carvoeira.

A importância do setor primário é perceptível na estrutura ocupacional. Em quase metade dos municípios ainda é o setor dominante, em 12 municípios, suas atividades absorvem mais de 50% da população ocupada. Dentre os municípios que apresentam preponderância de ocupação no setor secundário, seis são da aglomeração urbana de Criciúma. Além desses, destaca-se Sombrio, por seu papel na extensão da indústria calçadista gaúcha; Garopaba, pela produção de equipamentos esportivos, e Jaguaruna. Nos municípios onde as funções turística ou portuária são significativas – Araranguá, Gravatal, Laguna, Tubarão e Imbituba –, prevalecem ocupações no setor terciário. Criciúma é o centro com maior diversidade na estrutura ocupacional da região, confirmando sua polaridade.

O mercado de trabalho formal da indústria responde por 38.124 empregos, 12,25% do total de Santa Catarina, concentrados nas atividades do gênero minerais não-metálicos e têxtil – que, juntamente com alimentos, vem conseguindo compensar as perdas ocorridas com os não-metálicos. Outros segmentos com importante absorção correspondem a madeira, extrativismo mineral e calçados – esses últimos apresentando queda substancial no período de 1986-96.

Da perspectiva social, essa mesorregião situa-se na média das mesorregiões no que se refere à proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (45,53%) e à renda média familiar *per capita*. Apresentam os maiores valores em Criciúma e Morro da Fumaça; com metade do valor, São Martinho, Lauro Müller e Garopaba. A escolaridade média da região é de 4,8 anos de estudo – a quarta posição do estado –, com diferenças internas que favorecem Rio Fortuna, São Martinho, Tubarão e Gravatal, situando em outro extremo Jaguaruna e Forquilhinha, o que demonstra uma desigualdade em que a distância entre o maior e o menor indicador é de quase o dobro. A proporção da população alfabetizada é de 89,03% para maiores de 15 anos, dentre as mais altas de Santa Catarina.

Apresenta indicadores de saneamento básico dentre os mais baixos das mesorregiões: 80,27% de seus domicílios estão ligados à rede geral de água; 78,40%, à rede de esgotos; e 79,05%, servidos por coleta de lixo.

3.6.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião sul catarinense divide seu território entre pequenas espacialidades de esvaziamento, ligadas às atividades agrícolas, e uma espacialidade de concentração, associada à indústria cerâmica, ao subpólo do vestuário e à produção de alimentos. Sua rede urbana caracteriza-se por:

- uma aglomeração urbana na qual Criciúma é o município-núcleo, envolvendo os municípios de Içara – com quem desenvolve uma mancha de ocupação contínua –, Forquilhinha, Araranguá e Morro da Fumaça, todos com elevado crescimento populacional, e vetor de expansão para Cocal do Sul e Maracajá;
- municípios com atividades econômicas pontualmente relevantes e elevado crescimento populacional, como Sombrio, Garopaba, São Ludgero e Braço do Norte;
- núcleos com população urbana em decréscimo, como Imaruí (-1,45% a.a. entre 1991 e 1996) e Lauro Müller (-0,48% a.a.).

A peculiaridade dessa mesorregião é desenvolver pouca integração com a base econômica de outras regiões do estado, muito pela realização de atividades dependentes da proximidade da matéria-prima.

4 Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul

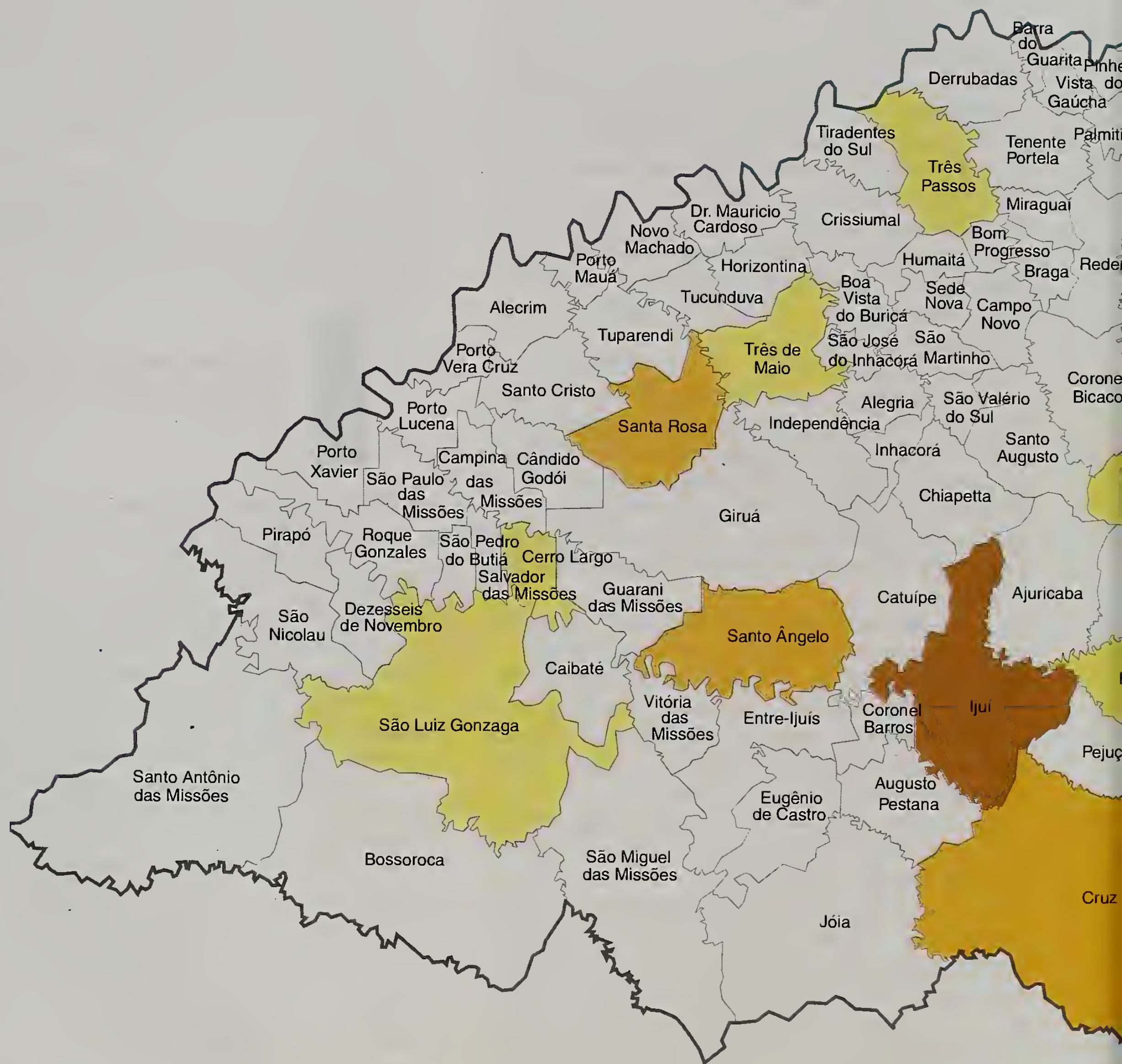
4.1 Noroeste Riograndense

A mesorregião noroeste riograndense (Mapa 27), constituída por 192 municípios em 1996, possui população de 1.956.758 habitantes, correspondente a 20,3% da população do Rio Grande do Sul e densidade demográfica de 30,02 habitantes por quilômetro quadrado. Seu grau de urbanização é de 60,47% e apresenta crescimento da população total inferior a 1% a.a. desde os anos 80, caracterizando-se como área de fluxos de saída do meio rural.

Sua estrutura agrária é baseada predominantemente na pequena e média propriedades, que apresentam um perfil de produção tipicamente lavoureiro (trigo, soja e milho), embora conte também com pecuária de pequenos animais (suínos e aves). É a mesorregião que possui o maior produto agrícola do estado, situando-se em torno de 40% do total em 1990. Todavia, cabe ressaltar que o produto resultante das atividades urbanas (indústria e serviços) tem elevado sua participação na composição do produto regional. Em 1980, o produto da indústria e dos serviços somados representam 70,62% do PIB regional, passando para 74,17% em 1990.

O parque industrial desenvolvido nessa área do estado também é formado por pequenos e médios estabelecimentos, disseminados por toda a região, vinculados à base agropecuária. Sua participação no total da indústria riograndense pode ser considerada pequena, ligeiramente menor que 7%, em 1990. Participa com 14,64% do total do PIB regional. Os gêneros mais expressivos – produtos alimentares, mecânica, com a produção de máquinas e

MAPA 27
NOROESTE RIOGRANDENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

MAPA 27
NOROESTE RIOGRANDENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



implementos agrícolas, e bebidas –, com participação acima de 3% no faturamento total do gênero no estado, estão localizados em apenas quatro cidades: Horizontina, Panambi, Passo Fundo e Santa Rosa. Trata-se de um parque industrial absolutamente vinculado aos movimentos da agropecuária, particularmente os dois primeiros ramos.

Nos anos 60 e 70, principalmente no período do *milagre*, o Rio Grande do Sul vincula-se favoravelmente à expansão e à modernização da agropecuária no país, tornando-se o noroeste uma das áreas do estado que modificam substancialmente o seu perfil agropecuário. Nessa mesorregião, que é bastante heterogênea, desenvolve-se originalmente uma economia baseada na policultura e na pecuária de corte. Sua porção norte, constituída por municípios próximos ao rio Uruguai, chega a ter nos anos 60 certa predominância da soja, enfraquecida após a intensificação dos cultivos do trigo e do milho, bem como da criação de suínos e de gado leiteiro. Em sua porção sul, composta de Carazinho, Passo Fundo, Cruz Alta e arredores, a mudança mais significativa consiste na redução do papel da pecuária de corte na formação da renda interna regional, cedendo lugar às culturas de trigo, soja e milho. Nessa porção do território, o *boom* agrícola ocorre com maior intensidade, elevando substancialmente a participação da região no produto agrícola do estado, no período de 1939-80. Diversos fatores contribuem para esse avanço, como a introdução do trigo, soja e milho produzidos com o uso intensivo de insumos modernos e mecanização, em razão das condições ecológicas mais favoráveis nessa do que em outras regiões do estado. A infra-estrutura regional também facilitou a expansão dessas culturas, assim como a capacidade empreendedora diferenciada por parte dos agentes econômicos regionais, além de um forte sistema de cooperativas (multicooperativas) surgido no estado a partir dessa região, exercendo relevante papel no desempenho econômico regional.

Esse aumento da produção, com a modernização ocorrida, exigiu ampliação e diversificação da oferta de serviços, além de ter criado uma demanda considerável por máquinas, implementos agrícolas e insumos modernos (fertilizantes, sementes, pesticidas etc.). Essas atividades de comércio e serviços são tipicamente urbanas, razão pela qual se constituíram em fator de crescimento das cidades da região, que já contavam com uma rede urbana bastante densa (158 cidades) constituída por pequenas e médias aglomerações. O crescimento econômico regional, a partir da agropecuária, no período anterior a 1980, serviu para que algumas cidades consolidassem a centralidade que já exerciam historicamente.

Observando o valor adicionado fiscal no período de 1980-92, percebe-se uma participação oscilante, mas com tendência declinante, o que significa que a região cresce a taxas menores que a média estadual. Em 1980, a participação relativa da região no valor adicionado fiscal estadual é de 16,99% e, em 1992, cai para 14,32%, comportamento explicado pelos fatores que determinaram o desempenho da agropecuária regional nesse período.

Os anos 80 e 90 são adversos para a economia dessa mesorregião. Em primeiro lugar, deve-se considerar que a crise se torna explícita já nos primeiros anos do período. Nesse sentido, a política econômica reduz substancialmente o apoio ao setor, cortando subsídios, reduzindo financiamentos, modificando a política de comercialização (preços mínimos) e adotando políticas monetárias restritivas e taxas de juros elevadas. Esse procedimento, atingindo diretamente uma economia cuja base depende fundamentalmente do desempenho do setor agrícola, reduz suas possibilidades de crescimento quando comparada com as demais regiões do estado. Em segundo lugar, alguns produtos importantes da região, como a soja, por exemplo, têm seus preços reduzidos no mercado internacional. Esse quadro tem influência direta no desempenho do setor primário riograndense, que, entre 1980 e 1996, sofre oito anos de crescimento negativo, com grande participação da agropecuária dessa mesorregião. O desempenho da agropecuária regional nesse período propaga-se para os demais setores, resultando em uma queda na economia da região no contexto estadual. Além disso, as condições climáticas, principalmente nos anos 80, são adversas. A estiagem alternando-se com o excesso de chuvas impõe perdas irrecuperáveis para muitas linhas de produção, fazendo com que muitos produtores abandonem a atividade. Outro fator a ser considerado como determinante do fraco desempenho do setor primário é a crise que se abate sobre o sistema cooperativista sediado na região, que prestava importante apoio aos produtores rurais, principalmente aos pequenos e médios. Nos anos 90, o estado e a região são atingidos pelas medidas de abertura comercial, juros elevados e câmbio apreciado[9] (Plano Real), que inviabilizam muitos segmentos da agricultura e da indústria vinculados ao setor externo.

O setor industrial do noroeste do Rio Grande do Sul mantém sua participação no total do produto industrial do estado, entre 1980 (7,24%) e 1990 (6,95%). Embora não se disponha de informações anualizadas sobre produto da indústria por região, é possível inferir que o comportamento do emprego também foi oscilante, mas não cadente como o produto, tendo apresentado ligeira expansão entre 1986 e 1996, segundo o Relatório de Informações Sociais (Rais). Todavia, deve ser enfatizado que, no mesmo período, ocorrem modificações importantes na composição do emprego industrial da região, como

[9] Câmbio apreciado é o contrário de câmbio depreciado, ou seja, é câmbio valorizado.

se verifica no gênero mecânica (máquinas e implementos agrícolas), que cai verticalmente (de 12.326 empregos em 1986 para 6.795 em 1996). Essa queda tem pelo menos duas causas: a primeira está ligada à intensa crise que se abate sobre o setor agropecuário do estado e, por conseqüência, da região nos últimos anos; a segunda relaciona-se à reestruturação imprimida pelas firmas, inclusive com associação a capitais internacionais, resultando na redução dos postos de trabalho. O gênero da eletrônica e comunicações também reduz de forma significativa os postos de trabalho (de 1.164 em 1986 para 829 em 1996). Outros segmentos elevam seus níveis de emprego, o que de alguma forma compensa a queda dos demais. Destacam-se, nesse sentido, os gêneros de alimentos e bebidas (de 9.002 empregos em 1986 para 12.781 em 1996), calçados (de 1.372 empregos para 2.938) e têxtil (de 1.625 para 2.361). A expansão da produção industrial de alimentos parece confirmar uma tendência de períodos anteriores que apontava para interiorização da agroin-dústria. Já o crescimento do segmento calçadista deve-se ao fato de que as empresas desse setor, tradicionalmente localizadas no Vale do Rio dos Sinos (RMPA), nesse período, passam a buscar novas localizações em outras regiões do estado e do país, principalmente em busca de mão-de-obra.

Os demais gêneros, como extrativismo mineral, minerais não-metálicos, metalurgia, madeira e mobiliário, papel e gráfica, borracha, fumo e couro, registram variações menos significativas na região.

Do ponto de vista do arranjo espacial, o desenvolvimento econômico das últimas décadas acaba por consolidar algumas centralidades em meio a uma rede urbana constituída por pequenas e médias cidades que ocupam toda a região. Tais centralidades tendem a compor aglomerações descontínuas e/ou eixos, agregando pólos e subpólos com dinâmica comum complementar associada a atividades agropecuárias, integradas com agroindústrias e com atividades terciárias razoavelmente desenvolvidas.

Uma análise dos fluxos de passageiros por ônibus intermunicipal, no período de janeiro a novembro de 1997, indica a existência de dois eixos nessa parte do estado, configurando aglomerações descontínuas. O primeiro, localizado mais ao centro e nordeste da mesorregião, é constituído por Erechim, Passo Fundo e Carazinho, municípios que estão ligados pela RS 135 e BR 285/377, respectivamente. O segundo, localizado mais ao sul e a oeste, é constituído pelos municípios de Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina, todos ligados por rodovias federais e estaduais asfaltadas – Cruz Alta–Ijuí, RS 342; Ijuí–Santo Ângelo, BR 285; Santo Ângelo–Santa Rosa, RS 344; e Santa Rosa–Horizontina, RS 305. O delineamento desses dois conjuntos decorre de menor intercâmbio de fluxo de passageiros entre eles, em relação ao verificado entre as cidades de cada eixo. Vale lembrar que, ao longo das rodovias que ligam essas cidades, existem outras de menor porte, também importantes na constituição desse eixo. Entre Erechim e Passo Fundo estão Getúlio Vargas, Erebango, Sertão, Estação e Coxilha; entre Ijuí e Santo Ângelo estão Coronel Barros e Entre-Ijuís; entre Santo Ângelo e Santa Rosa está Giruá; e entre Santa Rosa e Horizontina estão Tuparendi e Tucunduva.

A consolidação da liderança dos principais centros formadores dos eixos deu-se mediante o avanço das atividades terciárias nesses locais. Tomando por base as informações da estrutura ocupacional do Censo de 1991, é possível concluir que a magnitude das atividades terciárias é maior nas cidades que integram os eixos do que na média da mesorregião. Nessa, apenas 16,4% das ocupações estão nos serviços, já nos dois eixos esse percentual atinge, aproximadamente, o dobro – Erechim–Passo Fundo (33,97%) e Ijuí–Santo Ângelo (31,13%). Além das atividades terciárias convencionais (comércio, transportes e comunicações, intermediários financeiros, educação e saúde), cabe fazer um registro do papel das universidades comunitárias, em funcionamento há várias décadas em algumas cidades da região.

É o caso da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), cuja sede é a cidade de Ijuí, e oferece cursos em outras cidades do eixo, como Santa Rosa e Panambi; da Universidade de Passo Fundo (UPF) e da Universidade Regional Integrada (URI), ambas com sede em Santo Ângelo, esta última resultante da fusão de cursos isolados existentes nos municípios de Santo Ângelo, Frederico Westphalen e Erechim; e da Universidade de Cruz Alta, com sede em Cruz Alta. Observe-se que todas elas têm suas administrações em cidades que constituem os eixos definidos neste trabalho, reforçando a centralidade e a intensidade da relação entre eles.

O desempenho das economias dos municípios dos eixos, medidos pelo valor adicionado fiscal, entre 1980 e 1993, é ligeiramente declinante com relação ao estado, a exemplo do que ocorreu com a mesorregião, embora essa última tenha experimentado queda mais acentuada. A mesorregião gerava 16,99% do valor adicionado fiscal estadual em 1980, passando a 14,32% em 1992, por sua vez, os eixos Erechim, Passo Fundo e Carazinho, e Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina passaram de 3,38% e 2,88% em 1980 para 2,69% e 2,57% em 1992, respectivamente. O exame desses dados, no entanto, deve considerar que os municípios dos eixos perdem áreas rurais e distritos com núcleos urbanos devido às emancipações que, entre 1982 e 1988, dão origem a nove municípios, o que contribui para o rebaixamento do valor adicionado fiscal, particularmente o relativo às atividades agropecuárias.

Para o futuro, esses centros tendem a manter sua *hegemonia* no âmbito mesorregional, sendo possível, todavia, que haja a emergência de outros espaços com caracte-

rísticas semelhantes. Nesse sentido, é provável a emergência de novo eixo, na porção central e noroeste da mesorregião, constituído pelos municípios de Palmeira das Missões, Três Passos e Frederico Westphalen – possibilidade que só será materializada se houver novo ciclo de expansão agropecuária no país e se houver uma política que contemple as pequenas e médias propriedades rurais. As perspectivas para essa mesorregião apontam para um cenário urbano constituído por pequenas e médias cidades que continuarão desenvolvendo funções de apoio às atividades agrícolas predominantes. Alguns poucos centros serão sedes de plantas agroindustriais vinculadas à lavoura de grãos e à criação de pequenos animais (suínos e frangos).

4.1.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião noroeste riograndense, com base produtiva pautada nas atividades agropecuárias, pode ser considerada uma região de fluxos de partida das áreas rurais e de reforço de algumas áreas urbanas de determinados conjuntos de cidades. Sua rede urbana caracteriza-se por:

- dinâmica populacional de pouca intensidade, com a população urbana apresentando crescimento, porém com taxas que se reduzem de 2,22% para 1,91% a.a. entre 1980-91 e 1991-96, pouco compensando as perdas da população rural (taxas de -1,82% a -2,26% a.a.);
- extensas áreas de esvaziamento, com grande número de municípios perdendo população total desde os anos 70;
- grande número de municípios apresentando crescimento urbano negativo, alguns já desde os anos 80, como Áurea, Iraí e Marcelino Ramos;
- pequenas áreas de concentração, tendo nos municípios de maior nível de centralidade o crescimento da população total acima da média do estado repetindo-se desde os anos 70;
- crescimento da população rural apenas em municípios integrados às aglomerações descontínuas, como Erechim, Panambi e Jóia;
- conformação de duas aglomerações urbanas descontínuas a partir dos eixos Erechim, Passo Fundo e Carazinho; e Santo Ângelo, Ijuí, Cruz Alta, Santa Rosa, Horizontina e Panambi (estas duas últimas participam da aglomeração devido às suas funções industriais), com atividades econômicas tendo peso relevante no setor terciário;
- tendência de formação do eixo Palmeira das Missões, Três Passos e Frederico Westphalen, caso se incremente a atividade agropecuária na região.

Esses fenômenos apontam para o reforço dos centros urbanos que apóiam a atividade agropecuária, assim como para a diversificação das atividades terciárias, com aumento da atratividade dos centros articulados das aglomerações descontínuas.

4.2 Nordeste Riograndense

A mesorregião nordeste riograndense (Mapa 28) é formada por 47 municípios, com população total de 855.752 habitantes em 1996, correspondendo a 8,88% da população do Rio Grande do Sul. Seu grau de urbanização é de 74,53% e tem baixa densidade demográfica (33,13 habitantes por quilômetro quadrado). Nos períodos de 1980-91 e de 1991-96, vem mantendo o crescimento de sua população total a taxas de 1,75% e 1,78% a.a. Sua população urbana cresce mais de 2% a.a., e a rural, que se mantém em queda entre 1980 e 1991, passa a crescer 0,56% entre 1991 e 1996.

Pode-se afirmar que a economia dessa região tem duas origens distintas, apresentando conseqüentemente dois cenários diversos. De um lado, a área que abrange grande parte dos *campos de cima da serra*, formada por municípios de grande extensão territorial – Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula e Vacaria –, com predominância de grandes e médias propriedades. Essa área tem uma economia fundamentalmente agropecuária, tendo mudado seu perfil ao longo da história (em 1980, o setor primário representa 41,09% de seu PIB, tendo passado para 36,76% em 1990, ainda um nível elevado se comparado com o PIB total da mesorregião nordeste, em que esse setor participa com 14,12% em 1980 e com 10,56% em 1990). No passado, sua economia teve como base a bovinocultura e a extração de madeiras a partir das reservas nativas de araucária. No *boom* agrícola dos anos 60 e 70, os grãos (soja e trigo) ganham destaque em diversos municípios dessa parte do estado, sem que isso tenha sido suficiente para elevar a renda regional, em termos relativos. Nos anos 80, importante mudança processa-se com a expansão da cultura da maçã, em bases empresariais, não só pela expansão da área plantada como pelo expressivo aumento da produtividade, vindo a substituir grande parte das importações que o país realizava anteriormente. Essa experiência permitiu que a participação da região nessa cultura tenha aumentado de 20,7% do total do estado em 1980 para 66,7% em 1988, porém não foi capaz de fazer com que o valor adicionado fiscal da agropecuária local crescesse a taxas maiores que a média do estado.

No restante da mesorregião, a formação inicial desenvolve-se a partir da pequena propriedade, que preside todo o processo de assentamento da imigração européia no estado ainda no século passado. Resulta desse processo uma economia mais diversificada e uma rede urbana mais densa, incluindo cidades de médio porte como Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Desde o início, nessa parte da mesorregião, desenvolve-se uma agropecuária com perfil diversificado, a partir da suinocultura, pecuária de leite, diversas lavouras (com destaque para a fruticultura, em especial para a vitivinicultura) etc. Simultaneamente a esse

MAPA 28
NORDESTE RIOGRANDENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Esmeralda
Lagoa Vermelha
Vacaria
São Jorge
Guabiju
André da Rocha
Paraí
Nova Araçá
Bom Jesus
São José dos Ausentes
Montauri
Nova Alvorada
Serafina Corrêa
Nova Bassano
Nova Prata
Protásio Alves
Ipê
Campestre da Serra
Itapuca
União da Serra
Vista Alegre do Prata
Arvorezinha
Guaporé
Vila Flores
Fagundes Varela
Antônio Prado
Ilópolis
Anta Gorda
Dois Lajeados
Cotiporã
Veranópolis
Nova Roma do Sul
Nova Pádua
São Marcos
Jaquirana
Cambará do Sul
Putinga
São Valentim do Sul
Flores da Cunha
Monte Belo do Sul
Bento Gonçalves
São Francisco de Paula
Santa Teresa
Caxias do Sul
Farroupinha
Garibaldi
Carlos Barbosa

NÍVEIS DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio
Médio para forte
Forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



processo, se estabelece importante estrutura agroindustrial que durante muito tempo constitui o carro-chefe da indústria regional. Essa estrutura, todavia, sofre importantes transformações mediante a introdução e/ou expansão de gêneros industriais mais dinâmicos, assegurando para a mesorregião a segunda posição no contexto industrial do Rio Grande do Sul.

Nos anos da crise (80 e 90), os indicadores apontam um avanço relativo da economia dessa mesorregião no cenário estadual, do ponto de vista dos agregados econômicos. Observa-se uma flutuação na participação relativa, mas com tendência ligeiramente crescente. Nos primeiros quatro anos (1980-83), a economia regional ressente-se da recessão que assola a economia brasileira e apenas mantém sua participação no valor adicionado fiscal estadual, em torno de 11%, tendo no último ano caído para 9,5%. A partir do ano seguinte, insere-se favoravelmente na recuperação ensaiada pela economia brasileira que culmina com o Plano Cruzado em 1986, tendo elevado sua participação no valor adicionado fiscal de 9,7% em 1984 para 13% em 1986. Nos anos de inflação crônica e tentativas de estabilização, o desempenho da economia mesorregional continua crescendo a taxas maiores que a do estado, tendo atingido 13,6% em 1989, a melhor marca obtida no período de 1980-92. A partir de 1990, a participação da mesorregião cai ligeiramente para 13,4% (1990 e 1991) e 12,8% (1992). Contribuem significativamente para o seu desempenho positivo o segmento exportador e o produtor de bens intermediários, vinculado à indústria do Sudeste brasileiro. Embora não se disponha de informações, é possível especular sobre os resultados de 1993, concluindo-se preliminarmente que deve ter havido um ganho relativo da mesorregião, devido ao alto resultado obtido pelo estado no setor industrial (15,9%), do qual boa parcela deve-se a seu desempenho. Os anos relativos ao Plano Real (1994-96) são desestimulantes em termos de resultados. Mesmo que os dados de 1997 apontem melhor desempenho, ainda assim não indicam necessariamente uma fase de recuperação prolongada, apenas um ano de taxas de crescimento positivas, como muitas vezes aconteceu ao longo da história recente.

Esse processo de desenvolvimento econômico estabelece as bases para a formatação da rede urbana regional, resultando na formação de uma aglomeração urbana constituída por sete municípios que desempenham papel importante nessa mesorregião e no estado, por sediarem expressivo volume de investimentos industriais e ofertarem grande parte dos serviços da região. Tais aspectos conferem a esses centros urbanos graus de centralidade mais elevados que o dos demais.

Essa aglomeração caracteriza-se por três espaços urbanos, que guardam intensa relação de complementaridade: os municípios de Bento Gonçalves, Carlos Barbosa e Garibaldi, cujas malhas urbanas estão conurbadas; Caxias do Sul, Farroupilha e São Marcos, igualmente com malhas contíguas, e Flores da Cunha, sem conurbação mas em continuidade de mancha urbana.

A aglomeração urbana de Caxias do Sul é uma das áreas mais dinâmicas do estado, tendo elevado sua participação no total da produção do Rio Grande do Sul em todos os setores econômicos entre 1980 e 1992. As informações relativas ao PIB indicam que entre 1980 e 1990 esse aumento é de 7% para 8,7%, tendo o setor industrial passado de 12,6% para 13,6%, e os serviços, de 4,4% para 6,3%. Até mesmo a agropecuária da aglomeração eleva sua participação de 3,1% para 4,5%. Os dados do valor adicionado fiscal anualizados para o período de 1980-92 corroboram essa tendência, demonstrando um aumento da participação de 8,8 em 1980 para 10,2% em 1992, uma participação oscilante, tendo atingido valores como 7,5% em 1983 e o *pico* com 11% em 1987, mantendo tendência ascendente. Esse dinamismo é dado por uma estrutura industrial relativamente diversificada em que se destacam o pólo metal-mecânico, os ramos de minerais não-metálicos, material elétrico e comunicações, madeira, papel-papelão, matérias plásticas, têxtil, vestuário, calçados, material de transportes, mobiliário e bebidas (vinhos e champanhas). Boa parte desses segmentos são ligados ao setor externo, tendo-se beneficiado com as políticas de estímulo às exportações, que visavam a assegurar saldos comerciais para o país nos anos 80.

Dois aspectos importantes devem ser destacados com relação à matriz industrial da aglomeração urbana de Caxias do Sul. O primeiro refere-se à passagem de uma estrutura industrial baseada em poucos gêneros, em que predominam os ramos considerados *tradicionais* (como alimentos, bebidas, têxtil e madeira), para um parque mais diversificado, inclusive com introdução e/ou expansão de segmentos mais *dinâmicos* (material de transporte, material elétrico e de comunicações, metalurgia e mecânica). O segundo está ligado à modernização que os diversos segmentos industriais dessa aglomeração procedem nas últimas décadas, o que lhes assegurou maior capacidade competitiva, não somente nos anos de expansão (década de 70), mas também nos anos de crise (80 e 90).

Mesmo os segmentos industriais mais tradicionais da região modernizam-se nos últimos 30 anos. Um exemplo é o de bebidas (vinicultura). Até os anos 60, a indústria vinícola não apresenta alterações profundas em sua base técnica. Seu baixo padrão tecnológico aliado a matérias-primas também de baixa qualidade (cepas híbridas e americanas) resulta em um produto de qualidade mediana. A partir dos anos 70, passam a ser produzidos os vinhos varietais, originados de videiras mais apropriadas para a vinificação. Esse movimento ocorre em meio ao ingresso de capitais internacionais no setor. Nos anos 80 e 90, a

agroindústria vinícola é atingida por uma crise profunda (de mercado e gerencial), que leva muitas ao desaparecimento. As que sobraram partiram para um processo de reestruturação, na tentativa de sobreviver em um mercado global cadente e altamente competitivo. O processo de ajuste no setor vinícola gaúcho parece começar a apresentar alguns resultados positivos. Entre 1985 e 1995, o número de vinícolas no estado passa de 179 para 346. Atualmente as pequenas vinícolas investem em tecnologia e melhoram a qualidade do produto nacional.

A afluência de diversos gêneros industriais a essa parte do estado, com mais freqüência do que ocorre em outras mesorregiões, dá-se em razão de uma série de fatores aí presentes. Em primeiro lugar, à própria formação histórica estabelecida a partir de uma distribuição da propriedade rural mais igualitária, que resulta em um mercado consumidor regional viabilizando o primeiro esforço industrializante (alimentos, bebidas, têxtil, cutelaria etc.). Outro fator determinante é a acumulação progressiva de economias externas na região, ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul se industrializa. Esse processo torna a mesorregião mais competitiva com relação à atração dos novos investimentos que afluem no estado durante os anos do *milagre brasileiro* e que ocorre também no presente. Outro fator relevante é a localização geográfica relativamente privilegiada. A aglomeração urbana de Caxias do Sul está situada ao norte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), praticamente contígua a essa, com infraestrutura semelhante, o que permite absorver parte dos investimentos excedentes da RMPA. Todavia, não se pode concluir que a aglomeração urbana de Caxias do Sul, em termos industriais, seja apenas uma extensão da RMPA, ou que sua indústria represente um resíduo dessa. Na verdade, uma parte da indústria da aglomeração urbana de Caxias do Sul está vinculada à base econômica regional, portanto com determinantes locais, como é o caso da indústria de alimentos, de bebidas, de madeira e de mobiliário.

Outro aspecto a ser enfatizado é o relativo ao crescimento do setor terciário, tanto no âmbito da mesorregião, quanto na composição do produto da aglomeração. Em 1980, a aglomeração urbana produz em torno de 73% dos serviços da mesorregião, passando para 78% do PIB setorial em 1990, um aumento expressivo. A composição do PIB regional aponta participação dos serviços da ordem de 32,27% em 1980 e 39,64% em 1990, igualmente um aumento importante. A relevância das atividades terciárias na aglomeração é corroborada pelas informações sobre a ocupação do Censo Demográfico de 1991. Isso significa aumento no grau de centralidade da aglomeração urbana, particularmente de seus dois maiores centros urbanos, Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

Por fim, cabe examinar a relação entre a aglomeração de Caxias do Sul com a RMPA e seu entorno, em especial o norte. Embora a aglomeração tenha, em alguma medida, sua dinâmica própria, em muitos aspectos há complementaridade com a RMPA. Nesse sentido, diversos estudos têm apontado a aglomeração urbana de Caxias do Sul e a RMPA como uma só formação, sob a denominação de Eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. Na verdade, trata-se de um grande complexo urbano industrial ainda com ocupação urbana descontínua entre si.

4.2.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião nordeste riograndense compõe-se de duas unidades distintas, uma com base econômica agropecuária e a outra industrial moderna, fortemente integradas à dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre. Sua rede urbana caracteriza-se por:

- ter a segunda mais importante aglomeração urbana do estado, polarizada por Caxias do Sul, na qual os municípios apresentam uma dinâmica de forte crescimento da população total, grande parte desde os anos 70;
- configurar contigüidade de mancha de ocupação entre conjuntos de municípios da aglomeração, como se verifica em Caxias do Sul, Farroupilha e São Marcos, e em Bento Gonçalves, Carlos Barbosa e Garibaldi;
- integrar a aglomeração em continuidade de ocupação a Guaporé, Nova Prata, Veranópolis e Antonio Prado;
- possuir municípios com fluxos de esvaziamento, correspondendo àqueles com maior extensão territorial, alguns desde os anos 70, como São Francisco de Paula e Cambará do Sul;
- apresentar uma população rural em contenção, com crescimento em nove municípios, a maioria localizada na aglomeração urbana de Caxias do Sul;
- apresentar esvaziamento em centros urbanos que não constituem aglomerações urbanas situadas na área mais dinâmica da região, como se verifica em Bom Jesus e Dois Lageados.

Há tendência de intensificação de fluxos de relações, assim como da consolidação do complexo urbano da aglomeração de Caxias do Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre, dada sua complementaridade econômica e proximidade geográfica.

4.3 Centro-ocidental Riograndense

Essa mesorregião é formada por 24 municípios, situados em uma área de transição entre o planalto e a cam-

panha (fronteira sudoeste do estado) (Mapa 29). Possui 499.849 habitantes, correspondendo a 5,19% da população riograndense. Sua densidade demográfica é de 19,78 habitantes por quilômetro quadrado e seu grau de urbanização é de 75,25%. A população da mesorregião cresce a taxas de 0,98% a.a. entre 1980 e 1991 e 0,84% a.a. entre 1991 e 1996, o que demonstra o limite mínimo de sua própria sustentação. Com taxas de -1,11% entre 1991 e 1996, a população rural continua evadindo-se, seguramente com destinos urbanos na própria mesorregião. Sua população urbana cresce 1,53% a.a. entre 1991 e 1996. É uma região com economia centrada fundamentalmente na agropecuária e nos serviços. Tem baixa e cadente participação no PIB estadual (3,81% em 1980 e 3,14% em 1990). As informações relativas ao valor adicionado fiscal (1980-92) indicam a mesma tendência: em 1980 a mesorregião participa com 3,16% do total do estado, passando a 2,82% em 1992. Durante todo o período a tendência é declinante, nem mesmo no período de *recuperação* (1984-86) da economia brasileira (e gaúcha) há trégua na obtenção desses resultados.

Esse declínio relativo ocorre em todos os setores. Todavia, convém registrar que os dados sobre emprego formal da indústria do Relatório de Informações Sociais (Rais) indicam aumento no período de 1986-96. Os gêneros que têm crescimento expressivo são material elétrico e de comunicações, material de transporte, madeira e mobiliário, química, têxtil e calçados. Crescem moderadamente os alimentos e bebidas e a metalurgia. Ainda assim, diante da evidência dos demais indicadores, não é possível imaginar, com segurança, a ocorrência de expansão industrial nessa mesorregião nos anos 80 e 90.

Os avanços obtidos por essa mesorregião do estado são alcançados nos anos 60, ocorrendo predominantemente na sua maior cidade (Santa Maria), por meio de investimentos realizados pelo setor público na área de educação e segurança nacional. A crise dos anos 80 e 90 impõe dura restrição à economia da região, na medida em que não só os investimentos privados mas também o gasto público diminuem sensivelmente.

A agropecuária regional gera em torno de um quarto do produto regional. É desenvolvida sobre uma estrutura de propriedade, às vezes constituída por pequenas e médias ou por médias e grandes propriedades, dependendo do município considerado. Municípios como Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Santiago, São Francisco de Assis, Cacequi e São Sepé, por exemplo, possuem estrutura agrária com predominância de médias e grandes propriedades. Em outros municípios como Dona Francisca, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma e Silveira Martins predominam as pequenas e médias propriedades. Nos demais, o perfil do tamanho das propriedades rurais é variado, não havendo predominância de nenhuma das três categorias consideradas. A produção lavoureira é relativamente diversificada nos municípios com pequenas e médias propriedades – constituindo-se por feijão, batata-doce, batata inglesa, melancia, fumo, mandioca, cebola, laranja – e relativamente especializada em bovinocultura e grãos (soja e arroz) nas áreas onde predominam médios e grandes estabelecimentos.

A bovinocultura é importante nos municípios de Cacequi, Itacurubi, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis e Tupanciretã, que detêm em torno de 8,5% do rebanho do estado. A soja tem produção expressiva em Júlio de Castilhos, Santiago e Tupanciretã, e o arroz em Cacequi, Restinga Seca e São Sepé.

O setor industrial é pequeno, compondo 9,6% do PIB da mesorregião e apenas 0,85% do produto industrial do estado em 1990. Essa participação é cadente nos anos da crise, tendo sido de 0,9% em 1980. O parque industrial é constituído por pequenos estabelecimentos com tamanho médio de 5,18 empregados por unidade. Em geral, sua indústria atende basicamente ao mercado regional. O gênero mais importante na mesorregião é o de produtos alimentares, que representa apenas 6% dos estabelecimentos do mesmo gênero no estado e 2,3% do número de empregados. Em função da insignificância da indústria dessa mesorregião, alguns esforços industrializantes têm sido desenvolvidos nas últimas quatro décadas, sem contudo ter obtido qualquer resultado positivo. O mais notável deles é o de Santa Maria, maior cidade da mesorregião.

Esse município sempre foi o centro mais importante da região, exercendo forte centralidade comercial e nos serviços públicos, além de ter sido, no passado, importante centro ferroviário. O serviço mais importante, todavia, é o educacional. A partir do início dos anos 60 esse setor completa-se com a instalação da Universidade Federal de Santa Maria, a primeira localizada no interior do estado.

O setor terciário é o carro-chefe da economia mesorregional, juntamente com a agropecuária. Esse setor representa 66,63% do PIB da região (1990), perdendo posição no conjunto do estado entre 1980 e 1990, passando de 4,87% para 3,9%. Essas atividades estão concentradas, em grande medida, em Santa Maria, como comprova o comportamento de seu PIB e de sua População em Idade Ativa (PIA). O PIB terciário de Santa Maria tem aumentado com relação ao da mesorregião, passando de 59,75% em 1980 para 64,87% em 1990. Em 1991, a composição da PIA de Santa Maria indica que as atividades terciárias representam um percentual duas a três vezes superior ao que ocorre na mesorregião. Tomando vários recortes das atividades terciárias, tem-se que a ocupação nos serviços públicos da mesorregião representa 5,8%, já em Santa Maria esse percentual é de 10,4%. O segmento de ensino (público e privado) ocupa 2,5% da PIA na mesorregião e 5% em Santa Maria. Na área da saúde (pública e privada), a me-

MAPA 29
CENTRO-OCIDENTAL RIOGRANDENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Itacurubi
Santiago
Tupanciretã
Júlio de Castilhos
Pinhal Grande
Quevedos
Nova Esperança do Sul
Jaguari
Mata
São Pedro do Sul
São Martinho da Serra
Nova Palma
Ivorá
Faxinal do Soturno
Dona Francisca
Silveira Martins
São João do Polêsine
Agudo
São Vicente do Sul
Santa Maria
Restinga Seca
Cacequi
Formigueiro
São Sepé

NÍVEIS DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio
Muito forte e máximo

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 15 30 km



sorregião emprega 0,9%, em Santa Maria esse percen-tual atinge 2,3%. O comércio da mesorregião ocupa 3% da PIA e o de Santa Maria, 6,4%. Por fim, o segmento ocupação técnica e administração em serviços gerais emprega 0,6% na mesorregião e 1,8% em Santa Maria.

A rede urbana dessa mesorregião é constituída predominantemente por pequenas cidades, que operam, na sua grande maioria, articuladas ao principal centro urbano existente na região, representada por Santa Maria. Essa cidade apresenta a peculiaridade única no estado de ter seu desenvolvimento centrado em atividades do setor de serviços, ao mesmo tempo em que sua atividade industrial enfraquece sua posição diante do resto do estado. O setor terciário de Santa Maria é constituído predominantemente por atividades organizadas em bases modernas, quando comparado com a média de outras cidades, exceto em relação às atividades informais. A principal especificidade dos serviços, nesse município, é dada pela natureza pública (estatal) de grande parte deles. A cidade é um pólo de serviços públicos, onde se destacam o ensino de terceiro grau (Universidade Federal de Santa Maria), a segurança nacional atendida por diversas unidades do Exército Nacional e uma Base Aérea, o que assegura para a economia local o ingresso mensal de substancial massa salarial. Santa Maria divide com Passo Fundo e Pelotas a maior oferta de serviços médicos do interior do estado. O comércio (atacadista e varejista), um dos elementos importantes da centralidade exercida por Santa Maria, tem expressão regional, uma vez que abastece grande parte da população dos municípios no seu entorno imediato, através dos segmentos mais modernos desse setor. Além disso, outras atividades terciárias, como serviços jurídicos, contábeis e financeiros reforçam a centralidade local. Some-se a esses atributos o fato de que Santa Maria é um dos centros políticos e religiosos mais relevantes do Rio Grande do Sul.

O anseio da comunidade local sempre foi o de dotar a cidade de um *status* industrial. Para tanto, durante várias décadas busca-se organizar uma estratégia para atrair investimentos para a ampliação do parque industrial do município. A atração maior ocorre nos investimentos públicos, resultando na implantação de um Distrito Industrial na cidade, no final dos anos 70. Além disso, diversos projetos industriais são financiados por bancos oficiais, em razão da ação política das lideranças locais. Passados vinte anos, o resultado é frustrante, na medida em que ocorre uma redução da participação da produção industrial em relação ao restante do estado. Esse processo já era visível desde 1939, quando o município gerava 1,15% do produto industrial do estado, tendo caído persistentemente para 1% em 1949, 0,86% em 1959, 0,78% em 1970, 0,59% em 1975, 0,5% em 1980 e 0,41% em 1990. Portanto, parece não haver ambiente favorável à industrialização nessa mesorregião do estado, pelo menos na segunda metade do século XX.

Não há tendências, também, quanto à possibilidade de emergir outro centro urbano com o padrão de centralidade de Santa Maria, em um raio de aproximadamente 200 km. Todavia, a economia que se estrutura no município, e que lhe confere a condição de centro econômico de uma extensa região do estado, certamente já enfrenta dificuldades por conta do *ajuste* que se opera no setor público nos últimos anos. Esse não foi capaz de modificar a relação entre as cidades da mesorregião entre 1980 e 1995, não alterando, portanto, a hierarquia já existente. Essa só pode ser modificada em meio a um processo de crescimento econômico, fenômeno que não ocorre nessa parte do estado.

4.3.1 Síntese da morfologia da rede urbana

É uma região com a economia baseada na agropecuária e nos serviços, que se concentram em Santa Maria – pólo regional, com um nível de centralidade que o distingue de todos os demais municípios. As principais características de sua rede urbana são:

- existência de um pólo regional que constitui o único foco de concentração populacional, sem apresentar extravasamento sobre o território de municípios vizinhos;
- emergência de municípios limítrofes ou próximos aos limites do pólo com decréscimo da população urbana (como se verifica em Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos e São Segé);
- consolidação do processo de esvaziamento da maioria dos municípios, alguns com crescimento negativo da população desde os anos 70;
- inexistência de municípios com crescimento da população rural.

Essas características levam à inserção da mesorregião em uma espacialidade de esvaziamento, sem fortes tendências a uma dinamização do pólo (dada a escassez de investimentos previstos para a área), confirmando apenas sua polaridade regional.

4.4 Centro-oriental Riograndense

A mesorregião centro-oriental riograndense (Mapa 30) é formada por 40 municípios, localizados em uma área entre o planalto e a serra do sudeste, sendo limítrofe com a mesorregião metropolitana de Porto Alegre. Parte de seus municípios possui grande extensão territorial, como Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, e o restante, territórios de pequena extensão, principalmente no nordeste da mesorregião. A rede urbana re-

MAPA 30
CENTRO-ORIENTAL RIOGRANDENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Muçum
Relvado
Pouso Novo
Encantado
Nova Bréscia
Roca Sales
Progresso
Arroio do Tigre
Gramado Xavier
Boqueirão do Leão
Capitão
Travesseiro
Segredo
Lajeado
Arroio do Meio
Imigrante
Ibarama
Sério
Colinas
Sobradinho
Sinimbu
Santa Clara do Sul
Teutônia
Mato Leitão
Cruzeiro do Sul
Estrela
Paverama
Cerro Branco
Vale do Sol
Santa Cruz do Sul
Venâncio Aires
Bom Retiro do Sul
Paraíso do Sul
Vera Cruz
Candelária
Passo do Sobrado
Taquari
Rio Pardo
Cachoeira do Sul
Pântano Grande

NÍVEIS DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio
Médio para forte

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 11 22 km



gional é constituída predominantemente por pequenas cidades, tendo apenas três centros urbanos considerados de média dimensão: Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul e Lajeado/Estrela – esses últimos por estarem praticamente conurbados.

A população dessa mesorregião, em 1996, é de 698.008 habitantes, correspondendo a 7,24% da população do estado. É uma região com reduzido grau de urbanização (62,37%) e densidade demográfica de: 40,59 habitantes por quilômetro quadrado. O crescimento de sua população total é bastante reduzido, porém vem mantendo-se em taxas próximas a 1% a.a. desde os anos 70. Sua população urbana, que nos anos 70 e 80 apresenta crescimento superior a 3% a.a., entre 1991 e 1996 reduz essa taxa para 2,35%. Nesses períodos, sua população rural apresenta perdas contínuas próximas a -1,0% a.a.

A economia da mesorregião tem apresentado desempenho acima da média do estado nas últimas décadas. No período de 1980-96, os indicadores demonstram avanço em todos os setores da economia mesorregional, no contexto estadual. Entre 1980 e 1990, a participação relativa do PIB passa de 6,35% para 6,65%. A agropecuária passa de 9,96% para 10,5%, a indústria de 7,38% para 7,86%, e os serviços de 4,56% para 5,07%. As informações relativas ao valor adicionado fiscal indicam que, no período de 1980-92, há flutuação na participação relativa anual da mesorregião no total do estado, mas com tendência crescente. No início do período, a participação é de 6,7% e, no último ano, de 9,46%, um aumento que pode ser considerado expressivo, em face da crise dominante. Se se consideram os cortes temporais para a economia brasileira, que alternam fases recessivas com fases de *recuperação* e também de inflação crônica, observa-se que nos anos de 1980-83, marcados pela retração econômica, a mesorregião eleva sua participação relativa no valor adicionado fiscal do estado de 6,7% para 8,26%, tendo alcançado 8,55% em 1984. Esse desempenho deve-se principalmente ao segmento exportador, que se beneficia com a política de estímulo às vendas externas com a finalidade de fazer saldos na balança comercial.

Alguns segmentos da lavoura têm expansão expressiva na região, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto de produtividade, como resultado da adoção de técnicas modernas. Esse foi o caso do fumo, estimulado substancialmente pela agroindústria do setor, cuja expansão ultrapassa a fronteira geográfica da mesorregião, constituindo-se em uma alternativa para as pequenas e médias propriedades no momento em que acaba o *boom* agrícola dos anos 70. Mesmo assim, a mesorregião continua a ser a principal produtora, alcançando 56,39% da produção física do estado em 1995.

Contribuem para o desempenho da economia regional a sua agropecuária diversificada, na qual se destacam pelo menos 16 produtos: frangos, galinhas e ovos, suínos, bovinos e leite, feijão, batata-doce e batata inglesa, erva-mate, arroz, fumo, mandioca, milho, soja e laranja. Alguns desses produtos têm presença importante na pauta de exportações do estado, como fumo e frangos; os demais são destinados ao consumo interno regional e do país. A produção de frangos, em dez anos (1985-95), aumenta de 7,66 para 19,57 milhões de cabeças, representando em torno de 17,5% da produção estadual. Crescimento semelhante ocorre com a produção de galinhas e ovos, essa última passando de 23,34 para 38,46 milhões de dúzias no mesmo período. O fumo experimenta expansão de 84,86 para 125,79 mil toneladas, e a erva-mate, de 11,38 para 21,26 mil toneladas entre 1985 e 1995. A produção física de todos os demais produtos também se eleva, em termos absolutos, ainda que a taxas menores, exceto a soja, a mandioca e os efetivos de suínos e bovinos.

Esse desempenho está associado ao fato de essa região ser contígua ao maior mercado consumidor do sul do país – as aglomerações de Porto Alegre e Caxias do Sul –, estabelecendo condições para que alguns ramos da indústria riograndense dirijam as localizações de novas unidades fabris para cidades dessa região. Há boas razões para estimar que se esteja processando uma expansão do campo aglomerativo da RMPA também em direção ao ocidente, alcançando cidades que dispõem de infra-estrutura e economias externas suficientes para viabilizar a reprodução de alguns gêneros industriais. Os que mais se destacam nessa mesorregião são: fumo, produtos alimentares, calçados, couros, peles e similares.

A agroindústria do fumo está concentrada em apenas três cidades – Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz –, que detém, em 1993, 96,84% dos empregos e 99,10% do valor adicionado fiscal do setor no estado, demonstrando crescimento em relação a 1980, quando detém 86,96% e 81,80%, respectivamente. Além disso, há crescimento no número médio de empregados por estabelecimento, o que significa, em certa medida, que escalas maiores são necessárias para manter a competitividade externa. O setor de calçados, entre 1980 e 1993, aumenta o número de estabelecimentos de 79 para 277. A indústria do couro e calçados inicialmente se desenvolve de forma concentrada na RMPA. Todavia, no final dos anos 70 e durante os anos 80, há forte movimento em busca de novas localizações, o que vem a privilegiar áreas no entorno da RMPA. Nessa época, o setor de calçados está no auge de seu ciclo exportador, necessitando de muita mão-de-obra, a qual já está relativamente escassa no Vale dos Sinos. Desse movimento, resulta que 16 municípios dos 40 que constituíam a mesorregião passam a deter plantas industriais de calçados, tendo elevado o número de empregados de 3.655 em 1980 para 13.903 em 1993. O gênero de couros, peles e similares, que é parte da cadeia

do gênero de calçados, também aumenta a oferta de emprego de 2.134 para 3.467 no mesmo período, denotando que esse segmento expande-se nessa região do estado. O mesmo ocorre no gênero de produtos alimentares, que eleva o número de empregados de 6.912 para 10.029 entre 1980 e 1993. Apesar de esse gênero estar presente em todos os municípios, há tendência a que os maiores estabelecimentos estejam localizados em algumas poucas cidades, como Lajeado, Estrela e Santa Cruz do Sul.

Os movimentos geográficos da produção dessa mesorregião indicam tendência à absorção de parte dos investimentos que estão extravasando o território da RMPA. Com efeito, as cidades que melhor se têm inserido nesse processo são Lajeado/Estrela, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul. Tais municípios, juntamente com outros de menor porte de seus respectivos entornos, poderão vir a constituir, a longo prazo, um eixo de desenvolvimento com maior vinculação à RMPA.

4.4.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião centro-oriental, com bom desempenho de sua economia, recebe os efeitos positivos de sua localização geográfica e interação com a dinâmica econômica da RMPA. Inserida na área de abrangência dessa aglomeração principal, a região apresenta características próprias de espacialidades de concentração por:

- configurar duas importantes aglomerações urbanas apresentando contigüidade de mancha entre os municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, e conurbação entre Lajeado e Estrela;
- apresentar reduzido número de municípios perdendo população ou com taxas de crescimento próximas a zero;
- apresentar municípios com taxas crescentes de população rural, localizados continuamente às aglomerações de Santa Cruz do Sul e Lajeado/Estrela, ou próximo a Cachoeira do Sul;
- possuir apenas um município (Pouso Novo) com esvaziamento do núcleo urbano.

Concentrando as atividades ligadas ao plantio e industrialização do fumo e absorvendo as atividades que buscam localização próxima à área metropolitana, a mesorregião apresenta tendências de consolidar sua rede de centros, integrando-se ao complexo urbano constituído pela RMPA e aglomeração de Caxias do Sul.

4.5 Metropolitana de Porto Alegre

A mesorregião metropolitana de Porto Alegre, (Mapa 31) tem 4.054.091 habitantes em 1991 e a maior densidade demográfica entre as mesorregiões do Sul do Brasil (135,95 habitantes por quilômetro quadrado). Concentra 42,07% da população do Rio Grande do Sul e é também a mais urbanizada, com grau superior a 90%. A dinâmica de crescimento de sua população total, mesmo em declínio, é significativa por incidir sobre elevado contingente populacional, tendo passado de 2,45% a.a., entre 1980 e 1991, para 1,56% entre 1991 e 1996. Contrariamente, o crescimento de sua população rural é ascendente, de -0,41% a.a. para 2,38%, no mesmo período.

Essa mesorregião é formada por 88 municípios. Do ponto de vista econômico, é a mais importante, por apresentar as atividades mais dinâmicas e por isso representar a mais complexa formação econômica do estado.

O cenário dessa mesorregião aponta para a existência de pelo menos cinco recortes espaciais que, do ponto de vista econômico, estão funcionalmente ligados à economia da RMPA.

O primeiro e mais relevante é representado pela Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA oficial), que reúne o maior volume de investimentos públicos e privados e também a maior parcela da população urbana do estado. Sua formação original deu-se a partir de Porto Alegre e São Leopoldo, formando, à exceção de Porto Alegre, um conjunto constituído de pequenas e médias cidades, que, nas últimas décadas, assumiram algumas delas tamanho e importância significativos no contexto da RMPA.

A RMPA, criada em 1973 com 14 municípios, é ampliada em 1989 para 23 municípios e em 1996 para 24. Esse aumento do número de municípios dá-se por agregação de alguns (Triunfo, Charqueadas, Dois Irmãos e Ivoti) e por emancipações ocorridas no interior da própria região. Todavia, algumas dessas emancipações, apesar de terem origem territorial nesse espaço, acabam por ficar fora dos limites metropolitanos legais.

O segundo recorte a destacar é constituído pelo que se pode chamar de *eixo turístico* do estado, formado pelos municípios de Nova Petrópolis, Gramado, Canela e São Francisco de Paula – esse último pertencente à mesorregião nordeste riograndense, mas com íntima relação com os três primeiros. Esse eixo faz parte de uma região perimetropolitana formada por municípios localizados em uma faixa de território entre a RMPA legal e a aglomeração urbana de Caxias do Sul. Portanto, representando um elo territorial entre essas duas formações regionais.

O terceiro recorte é a ocupação contínua litorânea, formada pelos municípios localizados ao longo do litoral norte do estado. Essa ocupação contínua destaca-se mais pelas peculiaridades de seu cotidiano que por sua importância econômica ou demográfica. Sua especificidade é dada pelo caráter sazonal de sua atividade principal, o turismo (interno), que se desenvolve nos meses de verão (dezembro a março).

O quarto recorte espacial compreende nove municípios – Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã,

Cerro Grande do Sul, Dom Feliciano, General Câmara, São Jerônimo e Tapes –, localizados na parte sul da mesorregião. A característica principal desses municípios é a predominância de atividades primárias em suas economias. Aproximadamente 38% de seu produto é gerado pela agropecuária (1990) e 48% da população em idade ativa (PIA) ocupada é vinculada ao mesmo setor (1991). O parque industrial não é significativo, e as atividades terciárias, em grande medida, são prestadoras de serviços à agropecuária.

O quinto recorte, ao norte e noroeste da aglomeração principal, é constituído por municípios polarizados por Monte Negro, cujas atividades básicas estão na indústria.

A economia da mesorregião metropolitana está fundamentalmente centrada em atividades urbanas, dado que a agropecuária representa apenas 2,46% de seu produto total (1990). O restante está distribuído entre a produção industrial (42,05%) e os serviços (55,49%). Essa estrutura explica-se pela presença da RMPA, o maior conglomerado urbano-industrial do Rio Grande do Sul. Pode-se afirmar que essa é, historicamente, a mesorregião mais dinâmica da economia estadual, juntamente com a nordeste riograndense. Sua economia tem sido responsável por parcela crescente do produto interno bruto do estado, tendo atingido a marca de 50,27% do PIB em 1990; dez anos antes era de 46,13%. Esse avanço ocorre tanto no setor industrial (de 58,62% em 1980 para 59,62% em 1990), quanto no de serviços, cujo crescimento da participação relativa é maior, tendo passado de 47,85% em 1980 para 51,88% em 1990. Tanto o comércio de mercadorias quanto os demais serviços (segmentos que constituem o terciário regional) crescem à mesma taxa, em torno de 4%. O caso do comércio é revelador de que na mesorregião se encontra o maior mercado do estado (50,52% em 1990).

Essa trajetória ascendente é confirmada pelo exame das informações anualizadas relativas ao valor adicionado fiscal para os anos da crise. Durante esse período, a participação da mesorregião metropolitana é oscilante, mas com tendência crescente, passando de 41,57% em 1980 para 47,71% em 1992. Entre 1980 e 1983, mesmo sendo um período recessivo, a economia da mesorregião cresce mais que a média do estado, o que significa um desempenho apenas menos ruim que o do todo, que amarga três resultados anuais negativos em quatro anos. Nos anos seguintes, considerados como uma fase de recuperação econômica, a participação relativa no valor adicionado fiscal passa de 43,87% em 1984 para 47,06% em 1986 e 49,06% em 1987. Na verdade, a economia do Rio Grande do Sul passa de um desempenho negativo (-0,77%) em 1983 para taxas positivas nos anos de 1984 a 1986 (4,86%, 4,7% e 6%, respectivamente). Nessa fase, a mesorregião já gerava perto de 50% do todo, sendo, portanto, em grande medida, responsável por esses resultados. Além disso, alguns projetos de porte no estado atingem sua maturação, como foi o caso do complexo do III Pólo Petroquímico, herança do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Os anos seguintes são caracterizados por fracos resultados, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, quando se registram, de 1987 a 1992, taxas negativas de crescimento em três dos seis anos. A participação da mesorregião nesse período é oscilante, atingindo o maior resultado (50,81%) em 1989, caindo a partir daí até atingir 47,71% em 1992.

Apesar de não se dispor de informações para os anos de 1993-97 (Plano Real), é possível imaginar que a participação dessa mesorregião se tenha elevado em alguma medida, em razão dos efeitos da política de estabilização para a economia do estado. Sendo a agropecuária a mais atingida por esses efeitos, tal fato acaba por deprimir, ainda mais, o desempenho daquelas mesorregiões, cujas economias dependem fundamentalmente desse setor, resultando em provável elevação da participação relativa da mesorregião metropolitana no valor adicionado fiscal do estado.

Essa visão geral da economia mesorregional, todavia, não revela os diferenciais espaciais que existem em seu interior, o que impõe, do ponto de vista regional, uma análise dos vários recortes espaciais, com suas peculiaridades.

O primeiro deles e mais importante, a RMPA, é responsável por cerca de 45% do PIB estadual (1990). Essa marca representa 5% a mais que a registrada em 1980. Esse avanço da participação relativa no total do estado deve-se a aumentos verificados em todos os setores econômicos, mas com destaque para as atividades terciárias, que apresentam crescimento mais elevado que a média estadual, subindo de 43,7% para 47,4% no período.

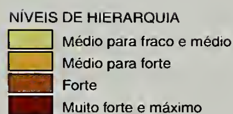
Contribuem decisivamente nesse processo a instalação, em 1981, do III Pólo Petroquímico, a política de estímulo às exportações – que mesmo nos anos de pior desempenho da economia beneficia regiões que dispõem em sua matriz produtiva de segmentos ligados ao comércio internacional –, os novos projetos no setor comercial, particularmente no segmento dos supermercados e *shopping centers* e também uma queda relativa dos gastos governamentais com serviços, fora da RMPA. Esse aumento da participação relativa da RMPA no PIB estadual é confirmado pelas informações do valor adicionado fiscal no período de 1980-92. No início desse período, a participação relativa é de 36,23%, tendo alcançado a marca de 41,7% em 1992. O comportamento dessa participação, a exemplo dos demais recortes aqui analisados, foi oscilante com tendência crescente, o que eleva significativamente a concentração espacial de atividades na economia gaúcha. A composição do PIB da RMPA tem como carro-chefe o setor industrial, que gera em torno de 62% do total, já os serviços são responsáveis por 33,9%. O setor agropecuário é inexpressivo na economia metropolitana, embora tenha aumentado sua participação relativa no produto

MAPA 31

METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Mornnhos do Sul
Torres
Três Forquilhas
Três Cachoeiras
Arroio do Sal
Terra de Areia
Capão da Canoa
Maquiné
Riozinho
Rolante
Canela
Gramado
Nova Petrópolis
Alto Feliz
Vale Real
São Vendelino
Barão
São Pedro da Serra
Poço das Antas
Salvador do Sul
Bom Princípio
Feliz
Linha Nova
Picada Café
Santa Maria do Herval
Três Coroas
Tupandi
Maratá
Harmonia
São José do Hortêncio
Presidente Lucena
Morro Reuter
Brochier
Pareci Novo
São Sebastião do Caí
Lindolfo Collor
Ivoti
Dois Irmãos
Nova Hartz
Igrejinha
Sapiranga
Parobé
Taquara
Montenegro
Capela de Santana
Portão
Estância Velha
Campo Bom
São Leopoldo
Novo Hamburgo
Santo Antônio da Patrulha
Xangri-la
General Câmara
Triunfo
Nova Santa Rita
Esteio
Sapucaia do Sul
Canoas
Cachoeirinha
Gravataí
Glorinha
Osório
Imbé
Tramandaí
São Jerônimo
Charqueadas
Alvorada
Minas do Leão
Butiá
Eldorado do Sul
PORTO ALEGRE
Viamão
Cidreira
Guaíba
Arroio dos Ratos
Mariana Pimentel
Barra do Ribeiro
Palmares do Sul
Barão do Triunfo
Sertão Santana
Cerro Grande do Sul
Sentinela do Sul
Dom Feliciano
Tapes
Camaquã
Arambaré
Mostardas
Tavares

NÍVEIS DE HIERARQUIA



Médio para fraco e médio
Médio para forte
Forte
Muito forte e máximo

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 17 34 km



setorial do estado de 2,86% em 1980 para 3,36% em 1990. Curiosamente, esse aumento na participação relativa da RMPA no produto agropecuário deve-se, principalmente, à produção da zona sul (rural) de Porto Alegre, que eleva sua posição de 0,34% para 0,94% entre 1980 e 1990, respectivamente, com base principalmente na produção de frangos, ovos, pêssego, uva de mesa e ameixas. Certamente, a longo prazo, essas áreas acabarão sendo transformadas em espaço urbano, dado que a cidade só poderá expandir-se para a zona sul, fenômeno que já está ocorrendo de forma acelerada.

Todavia, essa estrutura e respectivo crescimento não estão dispostos nem ocorrem de modo uniforme na RMPA. Na verdade, observa-se uma distribuição assimétrica, do ponto de vista geográfico, ao mesmo tempo em que se processa um tipo de rearranjo espacial, tomando como base o município. Para compreender esses dois aspectos do desenvolvimento metropolitano, devem ser observados dois recortes espaciais no interior da RMPA. O primeiro, RMPA1, localizado na parte norte da RMPA, polarizado por Novo Hamburgo/São Leopoldo, e o segundo, RMPA2, na parte sul, polarizado por Porto Alegre. A RMPA1 é constituída pelos municípios de Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, São Leopoldo e Sapiranga. Fazem parte da RMPA2 os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Charqueadas, Eldorado do Sul, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Triunfo, Viamão e Nova Santa Rita, recém-emancipado de Canoas. Do ponto de vista da composição do produto, ambos são semelhantes, na medida em que têm um setor agropecuário pequeno, com 2% e 4,5%, respectivamente, de participação no produto regional, um setor industrial expressivo, com 61,5% e 71,5%, e os serviços com 26,7% e 33,5%. Essa semelhança, todavia, não significa homogeneidade no interior dos setores nos dois espaços. Há especificidades a considerar, sempre levando em conta que as atividades econômicas desenvolveram-se ao longo do tempo, de forma articulada num mesmo campo aglomerativo, cuja abrangência geográfica excede a do território da RMPA legalmente instituída.

Do ponto de vista industrial, a RMPA1 é claramente especializada na produção de calçados e de alguns outros gêneros que fazem parte dessa cadeia produtiva, como é o caso dos segmentos de couros, peles e similares e papel-papelão. Somente os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo detêm um parque industrial mais diversificado, em que se destacam a metalurgia, a mecânica, a borracha, produtos de matéria plástica, além daqueles que sustentam a especialização sub-regional. A expansão do setor coureiro-calçadista nessa área do estado decorre da associação de dois fatores. O primeiro é dado pela própria formação histórica, que estabelece a partir da imigração alemã um extenso segmento coureiro-calçadista que dirige seus produtos apenas para o mercado interno. O segundo diz respeito ao forte incentivo às exportações determinado pela política econômica no final dos anos 60, que se revela altamente positivo para aquela estrutura produtiva já existente. Os anos 70 e 80 são de intenso crescimento do setor coureiro-calçadista calcado nas vendas externas.

Do ponto de vista espacial, a região do Vale dos Sinos tem relativamente esgotada sua capacidade de sediar a produção do setor, o que obriga as empresas a procurar outras localizações para as novas plantas, necessárias para atender à demanda crescente. Paradoxalmente, uma das restrições regionais é dada pela escassez de mão-de-obra em muitas cidades do Vale, que à época passam a empregar grandes contingentes de menores de idade em suas fábricas. Uma primeira estratégia para enfrentar a escassez relativa de mão-de-obra é transportar trabalhadores, diariamente, dos municípios vizinhos para os locais de produção. Isso, todavia, representa um custo adicional, razão pela qual não passa de uma solução de emergência, de caráter transitório. Diante desse tipo de restrição, as empresas passam a buscar novas áreas para localização, recaindo suas escolhas em municípios situados no entorno da RMPA, ao norte/nordeste e a oeste.

A situação relativamente confortável de que dispunha o setor de calçados nos anos 70 e 80 se arrefece a partir de 1990, quando se inicia a abertura comercial no país e se extinguem muitos dos mecanismos de estímulos às exportações. Deve ser considerado ainda que o setor calçadista já vinha sofrendo acirrada concorrência em terceiros mercados, por parte de produtores asiáticos e europeus. A conseqüente perda de competitividade pode ser atribuída à defasagem cambial provocada pela sobrevalorização da moeda, ao excesso de impostos e aos preços mais competitivos dos concorrentes. O aprofundamento da abertura comercial e o câmbio apreciado, a partir de julho de 1994, aumentam o número de concordatas e falências, enfraquecendo empresas, ainda estáveis financeiramente. A exposição a uma concorrência mais aberta no plano internacional obriga o setor a reestruturar-se, com a finalidade de manter a inserção no mercado internacional. Esse movimento tem como resultado uma elevação da competitividade para algumas firmas de maior porte e um grande contingente de desempregados ou empregados em condições precárias.

Esta parte da região conta com dois centros urbanos (São Leopoldo e Novo Hamburgo), que, além de desempenhar funções industriais, cumprem o papel de centros de comércio e serviços nesta área da RMPA. Esses dois municípios geram 3,47% do PIB do setor terciário estadual em 1980, tendo passado a 5,84% em 1990, uma elevação expressiva. O setor de serviços aumenta também sua participação relativa na composição do PIB dos dois municí-

pios. Em 1980, representa 37,63% do total, tendo atingido 43,81% em 1990. Isso significa que essas duas cidades ofertam serviços que são consumidos em quase toda a região coureiro-calçadista do estado.

A parte da região aqui denominada RMPA2 tem um perfil econômico distinto do da RMPA1, uma vez que possui um parque industrial diversificado e um setor terciário igualmente mais complexo e com ordem mais elevada na hierarquia dos serviços do estado. A economia da RMPA2 aumenta sua participação relativa no PIB do estado entre 1980 e 1990, de 33,82% para 35,94%. Esse avanço é assegurado pelo crescimento do setor terciário de 39,81% de participação em 1980 para 41,19% em 1990, dado que a indústria apenas mantém a sua posição em torno de 38%. Embora inexpressiva na economia metropolitana, a agropecuária também avança, de 2,07% para 2,88%, no mesmo período.

Do ponto de vista espacial, o aspecto mais relevante ocorrido nas últimas décadas é a reorganização, ainda em curso, caracterizada pelo esgotamento relativo da capacidade de atrair ou manter os investimentos industriais em certas áreas dessa parte da RMPA. Esse processo, que pode ser denominado de desindustrialização relativa, tem início em Porto Alegre, já no final dos anos 60, acelerando-se nos anos 70 e 80. Em 1970, a capital do estado gera 25,88% do produto industrial gaúcho, passando a 12,44% em 1990. Isso não significa tendência à desin-dustrialização absoluta de Porto Alegre, mas redução relativa de seu papel industrial. Em outras palavras, ainda há espaço para indústrias na sede metropolitana, mas apenas para os gêneros compatíveis com o meio ambiente de uma metrópole, ou seja, aqueles ramos que não produzam ruídos, que não consumam muito espaço urbano, que não operem grandes volumes de matérias-primas ou produtos, que necessitem estar muito próximos de seus principais mercados e/ou dos centros de pesquisas e universidades ou, ainda, que necessitem de mão-deobra muito especializada.

O mesmo fenômeno de desindustrialização relativa ocorre, mais recentemente, em outros municípios da RMPA2, como Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, que antes foram até receptores das fábricas novas que, no passado, teriam preferido Porto Alegre como local ideal para sua localização. O conjunto desses três municípios representa 14,81% da produção industrial em 1980, passando a 12,60% em 1990.

Não há dúvidas de que a progressiva desindustrialização relativa de Porto Alegre deve-se a uma série de fatores, entre os quais

> o aumento do preço da terra e a elevação de custos derivada da aglomeração excessiva, ambos decorrentes do adensamento de atividades e de população numa área restrita. (Alonso e Bandeira, 1988, p. 8-9)

Os espaços disponíveis para áreas industriais puras em Porto Alegre impõem altos custos de ocupação, dado que são zonas que exigem elevados investimentos preparatórios para o assentamento de plantas. Esse fato tem levado as firmas a preferirem localizações próximas de Porto Alegre, a fim de que possam reduzir os custos de instalação e operações, sem estar distante da oferta de serviços proporcionada pela sede metropolitana. Os espaços disponíveis nas áreas mistas não comportam grandes plantas e igualmente oneram os custos da atividade industrial.

Há quatro municípios para os quais a situação é diferente, isto é, são locais que dispõem de condições propícias para a atração de novos projetos industriais. Dois deles são Gravataí e Guaíba, que estão conurbados com a malha urbana metropolitana, em particular com a sede da RMPA, além de disporem de infra-estrutura e área suficientes para a expansão industrial com custos competitivos quando comparados aos municípios vizinhos. Corroboram essa assertiva a participação relativa de ambos na formação do produto industrial, que em 1980 é de 4,65% e em 1990 passa a 6,38%. O município de Cachoeirinha tem todas as condições desses municípios para atração industrial, exceto a dimensão territorial. Seu parque industrial gera 0,76% da produção industrial em 1980, tendo aumentado para 1,12% em 1990. Mesmo assim, ainda há espaço para a expansão urbana e industrial, mas, provavelmente a custos maiores que os de Gravataí e Guaíba. O município de Triunfo apresenta uma situação bem distinta dos demais em quase todos os aspectos. De um lado, experimenta um crescimento na participação relativa maior que o dos demais, passando de 0,03% da produção industrial em 1980 para 4,39% em 1990, causado pelo início das operações do III Pólo Petroquímico no início dos anos 80. Todavia, trata-se de um enclave, sem nenhuma interdependência técnica com as atividades econômicas locais.

Os municípios de Alvorada e Viamão têm desempenhado historicamente funções de cidades-dormitório no contexto metropolitano, não tendo ainda despertado (até 1993) a atenção de empreendedores industriais. As firmas que constituem os parques industriais desses municípios são pequenas e, em geral, pertencentes a gêneros tradicionais. O município de Charqueadas foi incluído recentemente na RMPA, não sendo contíguo à ocupação da malha principal da RMPA. Mantém apenas duas plantas grandes, uma do ramo de produção termelétrica de energia e a outra do gênero da metalurgia (antiga Aços Finos Piratini). O município de Eldorado do Sul tem sua área urbana entre Porto Alegre e Guaíba, da qual se emancipou. Sua localização é privilegiada com relação à atração de investimentos industriais, por ser uma extensão da área urbana de Guaíba. Por fim, o município de Glorinha, emancipado recentemente de Gravataí, tem uma economia, até 1993, predominantemente agropecuária, portanto sem características metropolitanas.

A evolução econômica da RMPA revela uma ten-

dência de aumento das atividades terciárias na composição de seu PIB. A distribuição espacial dessas atividades é altamente concentrada em poucos municípios. No topo da hierarquia está Porto Alegre, que gera 28,55% dos serviços do estado (1990), seguido de Canoas, com 6,05% (1990). Em terceiro lugar, está Novo Hamburgo, com 3,46% (1990), seguido de Esteio, com 2,99%, e São Leopoldo, com 1,46% do produto terciário do Rio Grande do Sul. O setor terciário apresenta uma composição bastante heterogênea, já que abrange desde atividades informais até aquelas que têm uma forma de organização tipicamente capitalista e com tecnologia de ponta. Essas tendem a ser ofertadas nos estratos mais elevados da hierarquia urbana e possuem áreas de mercado cuja amplitude geográfica ultrapassa as fronteiras estaduais. É o caso de Porto Alegre, cidade na qual a queda relativa da produção industrial foi compensada pelo avanço das atividades terciárias, o que resulta na manutenção da participação desse município no PIB do estado entre 19% e 20%, nos anos 80 e 90, respectivamente.

As chamadas aglomerações litorâneas destacam-se mais pelas especificidades que as caracterizam que por sua importância econômica no contexto estadual. São formadas, no presente, por nove municípios, boa parte deles com as malhas urbanas em contigüidade, abrigando uma população permanente que se encontra concentrada em Torres, Capão da Canoa, Tramandaí e Osório. Nas demais aglomerações, a ocupação é rarefeita do ponto de vista territorial. Sua economia é insignificante no total do estado, embora tenha elevado sua participação na formação do PIB de 0,76% para 0,83%, entre 1980 e 1990, respectivamente. As informações relativas ao valor adicionado fiscal também indicam aumento relativo na participação desse conjunto de municípios na economia estaduál, de 0,53% em 1980 para 1,07% em 1993. Esse avanço deu-se, fundamentalmente, em dois municípios que não têm seu território na orla, embora façam parte das aglomerações litorâneas. São os municípios de Osório e Palmares do Sul, justamente os que detêm os maiores investimentos produtivos em seus âmbitos. O principal produto desses dois municípios é o arroz, que tem uma expansão de 89.812 toneladas em 1985 para 133.439 toneladas em 1995, um aumento expressivo, dado que essa não é uma região que tenha tradição em tal cultura. O setor industrial nessas duas localidades é constituído por apenas quatro gêneros, que geram 98,6% total. Em Osório, os gêneros química, calçados e produtos alimentares empregam 84,32% (1.253) de toda a indústria local. Em Palmares do Sul, os produtos alimentares e a madeira empregam 89% (587) da mão-de-obra do setor no município. Osório é a cidade que abastece de bens e serviços todos os demais do conjunto litorâneo. Se consideradas somente as aglomerações que estão, de fato, na orla, verifica-se que a participação no valor adicionado fiscal passou de 0,22% para 0,24% entre 1980 e 1992, desempenho muito próximo da média do estado, que foi de 2,6% a.a. no mesmo período.

As aglomerações litorâneas sempre tiveram como principais atividades econômicas aquelas relacionadas com o turismo interno, por causa da função balneária exercida pela maioria das localidades do litoral. No início, são os balneários de Tramandaí e Torres. Mais tarde, aparecem Capão da Canoa, Atlântida e Imbé. Esses locais recebem grande afluxo de população das classes média e alta do Rio Grande do Sul nos meses de verão. Nos últimos trinta anos, os acessos melhoram consideravelmente, principalmente com a BR 290 (*freeway*) ligando a RMPA, a partir da capital, com o litoral. Esse fato possibilita que novos estratos de população tenham acesso ao consumo dessa área de lazer. Com facilidades de financiamento, e uma demanda reprimida, a construção civil começa a crescer a taxas elevadas, e multiplicam-se por todo o litoral as atividades de serviços de apoio à construção civil e manutenção de casas e apartamentos de veraneio. Assim, nos meses de verão, mais de um milhão de habitantes acorrem à faixa litorânea do norte, exercendo forte pressão sobre a frágil infra-estrutura urbana disponível.

No início dos anos 80, a relação cambial entre Brasil e Argentina revela maior valorização do peso, o que gera grandes fluxos turísticos do Prata para as praias gaúchas e catarinenses. Ocorrem até mesmo aquisições de imóveis no litoral do Rio Grande do Sul, o que durante quatro ou cinco anos gera expectativas de expansão das atividades econômicas do litoral. Todavia, dois fatores operam para que se esgote a demanda de turistas da Argentina. O primeiro é de ordem cambial, à medida que desaparecem relativamente as vantagens do poder de compra do peso argentino. O segundo é o deslocamento das preferências dos turistas platinos inteiramente para as praias de Santa Catarina, inegavelmente mais belas e mais agradáveis do ponto dos vista dos banhistas. Além disso, boa parte de gaúchos, especialmente da geração jovem, estão preferindo também o litoral catarinense, durante os meses de verão, pelas mesmas razões. As praias gaúchas têm como aspectos desagradáveis a instabilidade climática, as baixas temperaturas e a grande incidência de detritos naturais na água do mar.

Parece claro que essa região do estado é uma das mais atingidas pela crise geral que afeta tanto a economia brasileira quanto a gaúcha, uma vez que tem a economia centrada em atividades que são as primeiras a serem sacrificadas pelas famílias em momentos de crise. Além disso, perde capacidade competitiva em relação ao litoral de Santa Catarina, que tem a mesma vocação, mas atributos relativamente superiores.

O recorte espacial constituído por Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, denominado de eixo turístico, tem a especificidade de sua formação econômica estar baseada no turismo, que se vem consolidando nas últimas décadas, como pode ser observado no desenvolvimento da composição do produto regional. Em 1980, as atividades terciárias representam 35,03% do total do PIB, passando a 41,38% em 1990. As atividades industriais mantêm sua posição em torno de 45% (1990), e a agropecuária reduz sua participação relativa de 21,45% para 13,62% no mesmo período. Apesar dessa queda relativa, a agropecuária dos quatro municípios é diversificada e competitiva no âmbito do estado, a despeito da pequena extensão territorial e das adversidades impostas pelas condições naturais (terreno acidentado, solos muitas vezes desfavoráveis etc.).

A participação desse eixo no produto total do estado, que é de 0,75% em 1980, passa para 0,79 em 1990, praticamente não havendo alteração nos anos da crise. Comportamento semelhante é demonstrado pelas estatísticas do valor adicionado fiscal, que revelam uma participação com pequenas flutuações, em função das fases recessivas e de recuperação experimentadas pela economia brasileira na década de 80 e nos primeiros anos 90.

O setor industrial do eixo, formado predominantemente por pequenas e médias empresas, experimenta relativa expansão entre 1980 e 1992, principalmente nos gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecidos, madeira, mobiliário, mecânica e metalúrgica. O crescimento dos dois últimos insere-se no comportamento do pólo metal-mecânico, cujo centro está na aglomeração urbana de Caxias do Sul. O número de estabelecimentos passa de 20 em 1980 para 66 em 1993, e os empregos, de 587 para 753. A indústria da madeira faz parte da história da região, que no passado deteve reservas nativas, particularmente nos municípios de Canela e São Francisco de Paula, cujos territórios são limítrofes com os campos de cima da serra, região madeireira do Rio Grande do Sul. Detêm, em 1980, 52 estabelecimentos e 947 empregados, passando a 94 estabelecimentos e 1.317 empregados em 1993.

A indústria do mobiliário (uma extensão do segmento madeireiro) também é tradicional nesse eixo, tendo mesmo estabelecido um estilo denominado *móveis de Gramado*, cujo mercado se amplia para além das fronteiras do país. Apesar de estar presente e ter crescido em número de estabelecimentos também em Canela e Nova Petrópolis, é em Gramado que se verifica maior crescimento entre 1980 e 1993. No início do período, o município detém 45,4% dos empregos do segmento mobiliário dentre os municípios do eixo, passando a 78,7% em 1993, uma tendência que aponta para uma concentração dessa atividade no município, considerando a extensão do eixo turístico. O gênero produtos alimentares tem pequeno porte, e seu crescimento está centrado em Gramado e Nova Petrópolis, onde passa de 23 estabelecimentos para 61, e de 280 empregados para 446, com ênfase para a produção dos *chocolates de Gramado*, outra grife reconhecida nacionalmente.

A marca específica da economia dessa porção mesorregional é dada pelas atividades terciárias ligadas ao turismo: hotelaria, comércio, contemplação, gastronomia, clima de montanha, eventos variados nas áreas de negócios, das artes, do cinema, da música, das datas especiais (Páscoa, Natal) etc. Essas atividades concentram-se mais nos municípios de Gramado e Canela, que já estão praticamente conurbados, com uma distância, entre o centro das duas cidades, de 6 quilômetros aproximadamente.

A área situada a norte e noroeste da RMPA, que também faz parte da região perimetropolitana, constitui-se por pequenas cidades – Bom Princípio, Brochier do Maratá, Feliz, Igrejinha, Montenegro, Poço das Antas, Rolante, Salvador do Sul, Santa Maria do Herval, Santo Antônio da Patrulha, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Três Coroas e Taquara –, com economia baseada, predominantemente, na pequena e média produção, tanto rural quanto urbana, com elevado padrão de qualidade de vida. O conjunto desses municípios, localizados no entorno da RMPA, tem constituído o receptáculo dos investimentos industriais que não conseguiam se reproduzir no âmbito metropolitano. É o caso do setor coureiro-calçadista, que se expande nesses municípios a taxas mais elevadas que a média do estado, conforme revelam as informações relativas ao emprego. Em 1980, o emprego no setor localizado nesses municípios representa 14,86% do total setorial do estado, tendo passado a 16,86% em 1993[10]. A participação do emprego do setor coureiro-calçadista no total do emprego industrial do conjunto dos municípios é de 64,2% em 1980, tendo aumentado para 75,88% em 1993, o que indica relativa tendência à especialização nesse tipo de indústria. Fica claro, portanto, que o avanço do setor, inegavelmente, foi o responsável pelo aumento da participação do parque industrial da área no total da indústria riograndense, de 4,62% para 6,64%, entre 1980 e 1993.

[10] Os dados sobre emprego de 1980 têm como fonte o Censo Industrial do IBGE. No caso da indústria calçadista foi utilizado o gênero *Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos* como representativo dos calçados. Isso só foi possível porque o segmento *Vestuário e Artefatos de Tecidos* é insignificante no contexto do gênero. Tomando por base os dados do valor adicionado fiscal de 1993, que tem separado o segmento *Calçados* do gênero *Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos*, é possível avaliar o tamanho do segmento *Vestuário e Artefatos de Tecidos* no total do gênero (0,8%). Esse mesmo segmento representa 0,5% do valor adicionado fiscal da indústria do conjunto dos municípios. As informações de 1993 têm como fonte os relatórios do valor adicionado fiscal da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

A maior cidade desse conjunto é Montenegro, cuja posição no contexto da mesorregião e relação com a RMPA convém examinar mais detidamente. Trata-se de um município localizado em um dos vetores de expansão industrial da RMPA, juntamente com o III Pólo Petroquímico e as cidades de Lajeado, Estrela e Teutônia. Esses locais têm recebido investimentos industriais que tradicionalmente preferiam as cidades da RMPA. O parque industrial de Montenegro detém 2.530 empregos industriais em 1980 (Censo Industrial do IBGE), passando a 4.240 em 1993 (Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul). Apenas quatro gêneros (produtos alimentares, bebidas, química e calçados) representam em torno de 96% do valor adicionado fiscal da indústria local. Algumas empresas estão ligadas fortemente ao mercado internacional, o que revela, de certa forma, a capacidade competitiva da indústria local.

4.5.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A área metropolitana de Porto Alegre pode ser considerada o núcleo da maior e mais importante aglomeração urbana da região Sul. Apresentando características de relativa desconcentração do núcleo principal e incorporando em uma mesma dinâmica suas aglomerações vizinhas, a área distingue-se pela configuração de uma morfologia urbana caracterizada por espacialidades de concentração, com particularidades que recortam o seu espaço em distintas unidades:

- a aglomeração metropolitana cujo núcleo é Porto Alegre, com parque industrial diversificado e terciário complexo, configurando uma mancha de ocupação contígua com dez municípios;
- a parte norte da aglomeração metropolitana de Porto Alegre, integrada pelos centros urbanos de Novo Hamburgo e São Leopoldo, inserindo em uma mesma mancha de ocupação mais 13 municípios, cuja economia tem peso na indústria calçadista;
- a aglomeração que articula Montenegro às áreas conurbadas de Lajeado e Estrela, constituindo o principal vetor de investimentos industriais da RMPA;
- a ocupação contínua com os centros articulados de Gramado e Canela;
- a ocupação contínua litorânea.

O elemento comum a essas unidades espaciais é o significativo crescimento de sua população, em grande parte dos municípios, superior à média do estado desde 1970. Dentre seus municípios, há um grande número com crescimento da população rural (34% do total da região), reproduzindo uma característica evidenciada em outras regiões do Sul, decorrente de sua inserção em áreas dinâmicas e do desenvolvimento de atividades voltadas a um grande e próspero mercado consumidor, situado nas proximidades.

A região apresenta também espacialidades de esvaziamento, formadas por municípios com base econômica agropecuária, que vêm perdendo população desde 1970 (Sentinela do Sul e São Jerônimo) e após 1991 (General Câmara e Santo Antonio da Patrulha), e por seis pequenos centros com crescimento negativo da população urbana.

4.6 Sudoeste Riograndense

A mesorregião sudoeste riograndense (Mapa 32) possui 732.659 habitantes, compondo 7,60% da população do estado em 1996. Possui 17 municípios e a menor densidade (17 habitantes por quilômetro quadrado) dentre as mesorregiões do Rio Grande do Sul. Seu grau de urbanização é de 84,82%.

O crescimento de sua população total vem mantendo-se próximo a 1% a.a. desde os anos 70, apresentando entre 1991 e 1996 a taxa de 1,09% a.a. A evasão de sua população rural, que nos anos 70 apresentava taxas de -2,62% a.a., passa a ser menos expressiva nos anos recentes (-0,73% a.a. entre 1991 e 1996).

As principais cidades fronteiriças, tanto com a Argentina quanto com o Uruguai, apresentam taxas de crescimento superiores à média do estado. Os demais municípios mantêm um padrão de sustentação de sua população, exceto São Francisco de Assis, que, desde os anos 80, tem taxas anuais negativas de sua população total.

Sua rede urbana é constituída por pequenas e médias cidades, geograficamente eqüidistantes, não configurando nenhuma centralidade notável. A localização de centros urbanos ao longo da linha de fronteira com a Argentina e Uruguai parece obedecer a uma estratégia de assegurar a guarda do território em épocas passadas, nas quais não havia segurança com relação à fronteira já demarcada.

Essa mesorregião é parte de uma formação regional mais ampla, denominada convencionalmente *metade sul* do estado. É produto histórico da sociedade pastoril que constrói a região, desde suas origens, a partir de uma estrutura agrária de grandes latifúndios. É uma das áreas mais estagnadas do estado, uma vez que sofre uma dupla crise. De um lado, uma crise estrutural semi-secular, decorrente da incapacidade de alcançar uma inserção favorável nos ciclos expansivos das economias brasileira e do próprio estado e também de diversificar sua base produtiva, constituída praticamente por carne e arroz. De outro lado, sofre também os efeitos da crise que se abate e ainda perdura sobre a economia brasileira nas duas últimas décadas.

As dificuldades econômicas dessa mesorregião tornam-se mais explícitas a partir da segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, quando se esgotam as políticas de crédito farto e barato à agropecuária brasileira. Esse fato, combinado com as dificuldades estruturais em atua-

MAPA 32
SUDOESTE RIOGRANDENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)

Garruchos
São Borja
Itaqui
Manoel Viana
São Francisco de Assis
Alegrete
Uruguaiana
Quaraí
Rosário do Sul
São Gabriel
Vila Nova do Sul
Santana do Livramento
Lavras do Sul
Dom Pedrito
Hulha Negra
Bagé
Candiota

NÍVEL DE HIERARQUIA
Médio para fraco e médio

Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

0 25 50 km



lizar-se tecnologicamente, leva a mesorregião à obtenção de resultados medíocres. A participação relativa mesorregional na formação do produto do estado vem caindo persistentemente há, pelo menos, seis décadas. Entre 1980 e 1990, a queda relativa é de 7,08% para 5,21%. Essa queda na participação mesorregional verifica-se em todos os setores, exceto na indústria, que tem aumento de 2,54% para 3,36%, certamente sustentado pela expansão da agroindústria arrozeira. As informações relativas ao valor adicionado fiscal para o período de 1980-92 confirmam a tendência declinante da participação dessa mesorregião no contexto estadual. Os anos compreendidos entre 1980 e 1987 são de queda permanente, mesmo na fase 1984-86, considerada de recuperação da economia brasileira. A partir de 1987 a participação relativa flutua, mas com tendência à queda, tendo atingido 5,71% em 1992. Não há nenhuma razão para considerar que, após 1993, o desempenho da economia regional tenha melhorado – ao contrário, os sinais são de crise acentuada em todos os setores.

A agropecuária mesorregional tem mantido nas últimas décadas sua participação no produto do setor primário do Rio Grande do Sul, ainda que com algumas flutuações. Todavia, entre 1980 e 1990, há queda de 14,89% para 11,63%, muito em função do fraco desempenho da pecuária (bovinos e ovinos), segmento que enfrenta problemas de obsolescência tecnológica e concorrência de produtos sucedâneos como as carnes de frangos e suínos[11]. O rebanho de bovinos, que, em 1985, representa 33,32% do rebanho do estado, passa para 30,66%, uma redução absoluta de 150 mil cabeças. A produção de leite daí derivada cai de 6,47% para 4,97%, embora haja aumento absoluto. Na ovinocultura a queda é maior, tendo o efetivo passado de 56,82% para 50,15% nesses dez anos. Um milhão e quatrocentos mil ovinos deixam de existir nessa mesorregião no mesmo período. No caso da lã, a queda relativa é de 61,72% para 53,55% do total do estado. Apesar disso, parece haver um movimento de modernização na pecuária (bovina e ovina) do Rio Grande do Sul, por parte de um pequeno número de criadores que buscam selecionar raças, melhorar o manejo, reduzir as taxas de mortalidade e elevar as de natalidade, diminuir o tempo de engorda e adotar novas formas de apresentação do produto. Esse movimento de modernização é acompanhado por sofisticada produção de matrizes de reprodutores em regime de cabanhas[12] já há várias décadas. Todavia, ainda não se pode afirmar que esse esforço de produção se tenha difundido em todo o rebanho do estado. Ao contrário, o que se observa na mesorregião sudoeste, região tipicamente pecuarista, é o enfraquecimento dessa estrutura produtiva, principalmente nos anos 90, como decorrência de seus próprios limites, assim como da abertura comercial, dos juros altos e do fechamento do mercado internacional por causa de problemas de ordem sanitária.

O setor só não está em situação mais decadente em razão do bom desempenho da lavoura orizícola na região. Essa cultura obtém elevação importante dos índices de produtividade em função da adoção de insumos modernos, sementes melhoradas, máquinas e implementos agrícolas adequados, bem como de linhas de financiamento oficiais compatíveis com a economicidade da atividade. A mesorregião produzia 40,47% do arroz do estado, mantendo a mesma proporção em 1995. Para tanto, teve de elevar a produção em 700 mil toneladas, um aumento expressivo. Apesar de sua potencialidade, o segmento também vem enfrentando dificuldades, que se agravam a partir de 1994, quando se acentua a abertura comercial, dificultam-se as rolagens de dívidas contraídas anteriormente e aumentam os preços dos insumos mais que os preços pagos aos produtores. Ainda assim, mantém-se como o carro-chefe da agropecuária da mesorregião.

O setor industrial da região é o que apresenta os piores resultados nas últimas três décadas. Os números relativos aos anos 70 e 80, todavia, não se confirmam nos anos 90. Os dados sobre emprego (Rais) indicam crescimento de 7.357 para 9.671 empregos formais em toda a indústria da região entre 1986 e 1989. Mas, em 1993, há somente 6.624 e, caindo ainda mais em 1996, 5.553. Nos gêneros alimentos e bebidas, os 3.989 empregados existentes em 1986 aumentam para 6.062 em 1989, reduzindo-se para 3.417 em 1993 e 2.420 em 1996. O parque industrial dessa região sempre esteve centrado em ramos ligados à base agropecuária. Assim, o gênero dominante no cenário

[11] É inegável a mudança ocorrida nos hábitos alimentares da população gaúcha nos últimos 30 ou 40 anos. O centro dessa mudança é a substituição da carne bovina por frangos e suínos, produtos cujos custos de produção são mais baixos e os preços, mais baratos. Além da venda dessas carnes *in natura*, há grande diversificação na produção de embutidos que hoje fazem parte da dieta gaúcha. Uma prova da elevação do consumo de frangos é dada pelo comportamento do efetivo dessa ave no estado: em 1970, o rebanho é de 13,477 milhões de cabeças; em 1985, passa para 43,616 milhões; e, em 1995, alcança 110,746 milhões. Uma parte desse universo é exportado, mas a maior parcela ainda é consumida no próprio Rio Grande do Sul. O rebanho de suínos tem reduzido o seu efetivo no Rio Grande do Sul: em 1970 é de 5,852 milhões de cabeças e, em 1995, não passa de 4,245 milhões de unidades. Tal queda deve-se à pesada concorrência exercida pela produção de Santa Catarina e não invalida a afirmação feita anteriormente, no sentido de que esse produto passa a ocupar parte do mercado de carne bovina no Rio Grande do Sul.

[12] Regime de cabanhas é uma modalidade de criação pecuária exercida nas fazendas, cuja predominância de matrizes de reprodutores (machos e fêmeas) é feita por seleção genética. Essas matrizes são comercializadas para outros estabelecimentos, que as utilizam para reprodução de animais para abate.

da indústria regional é ainda hoje o de produtos alimentares, que representa aproximadamente 89% do valor adicionado fiscal da indústria local. A participação da indústria regional no produto industrial do estado só não é pior por causa da emergência do beneficiamento do arroz na região nas últimas décadas. A plantas frigoríficas (carnes bovinas e ovinas) são dizimadas pela obsolescência tecnológica e pelas dificuldades geradas pelo mercado internacional, reduzindo, ao longo do tempo, suas atividades e/ou sumariamente encerrando-as. São grandes plantas, algumas delas implementadas por capitais internacionais, outras por cooperativas ou grupos privados locais. O fechamento dessas unidades provoca grande desemprego na região, levando ao surgimento de movimentos no sentido de reativação, sob a gestão de novos controladores, já que os estrangeiros se retiram logo do negócio. As reivindicações são por linhas de crédito associadas com a redução do ICMS, o que tem sido obtido, sem, entretanto, resolver os problemas básicos que são da ordem tecnológica e de mercado. Assim, pode-se considerar que, com as alternativas até agora adotadas, não há possibilidades de solução duradoura para esse segmento na indústria regional. Além disso, há ainda um problema estrutural a ser resolvido quanto à capacidade instalada do parque frigorífico para bovinos, que está superdimensionado, o que exige ajuste muito mais profundo em comparação ao que até agora tem sido reivindicado pelas lideranças regionais e patrocinado pelos governos do estado e da União.

No passado distante não há industrialização da produção de lã ovina, produto tradicional da pecuária regional; apenas um preparo inicial de lavagem e classificação para venda posterior aos lanifícios de fora da região ou do exterior, trabalho feito pelas chamadas *barracas de lã*. A partir do início dos anos 60, esse segmento inicia um movimento que parece ser um avanço na direção da industrialização do produto até próximo de seu consumo final. Instalam-se dois lanifícios modernos e de grande porte na região, justamente no momento em que emerge no mercado a hegemonia do fio sintético, o que representa uma concorrência irresistível, levando esses empreendimentos à redução ou encerramento das atividades.

Dois projetos, de capitais externos, estabelecem-se para introdução, na região, da indústria vinífera – um segmento inédito no ramo de bebidas –, com a finalidade de cultivar uvas viníferas e fabricar vinhos finos para os mercados interno e internacional. Esses empreendimentos são liderados pela Almadén (norte-americana da Califórnia) e pelo grupo Hombo (japonês). Este último ainda continua produzindo uvas e vinhos e realizando pesquisas com fruticultura, visando a uma possível produção de sucos no futuro. A empresa da Califórnia vende o negócio à outra multinacional do ramo de bebidas (Seagram), que, em uma reestruturação do grupo, acaba por transferir a fase de engarrafamento para as plantas de serra gaúcha. O setor tem contra si uma retração importante dos mercados, não só no país, como no plano internacional, o que acaba por frustrar possíveis planos de expansão, apesar de as condições ambientais para este tipo de atividade, nessa zona do estado, serem superiores às encontradas na região mais tradicional, a serra gaúcha. Portanto, essas experiências não chegam a ter expressão regional no que diz respeito à geração de renda e emprego.

O setor terciário mesorregional está bastante ligado às funções das cidades existentes ao longo da fronteira do país com a Argentina – São Borja (BR)/Santo Tomé (RA); Itaqui (BR)/General Alvear e La Cruz (RA), distando apenas 11 quilômetros uma da outra, e Uruguaiana (BR)/Passo de Los Libres (RA) – e o Uruguai. Quaraí (BR)/Artigas (ROU) e Santana do Livramento (BR)/Rivera (ROU).

Apesar de estarem localizadas em uma das áreas mais estagnadas do estado, essas aglomerações fronteiriças são dotadas de algumas peculiaridades que as distinguem das demais. Uma delas é estarem contíguas a cidades pertencentes a outros países, com áreas urbanas, em alguns casos, conurbadas. Outra é dada pela associação de dois fatos: o processo de integração estabelecido pelo Tratado de Assunção, em vigência nos anos 90, e a localização de algumas dessas aglomerações, justamente nas principais rotas de transporte, podendo depreender-se que essas sofrem um impacto direto do próprio processo de integração. Além disso, é necessário considerar que os territórios de fronteira, tanto com a Argentina quanto com o Uruguai, por terem economias não complementares, tendem a ser afetados de forma diferenciada pelos efeitos de bloqueio, estímulo ou destruição, presentes em qualquer processo de integração.

A aglomeração urbana de São Borja, fronteira com Santo Tomé (Província de Corrientes), é uma cidade típica da campanha gaúcha, com participação relativa cadente no PIB do estado, economia de base agropecuária e indústria constituída de pequenas e médias unidades, com predominância do gênero de produtos alimentares (87,13% do valor adicionado fiscal industrial local em 1993). O setor de serviços, em grande parte, está estruturado para atender às demandas decorrentes da base agropecuária. As ligações de São Borja com a vizinha Santo Tomé são bastante antigas, podendo-se afirmar que a integração entre ambas não constitui fato novo, mas tende a assumir novo caráter a partir do Mercosul.

O aumento substancial de comércio entre Brasil e Argentina, a partir do Tratado de Assunção, eleva a pressão sobre as rotas de transporte tradicionais. No caso do Rio Grande do Sul, o principal eixo de transporte rodoviário tem como ponto de entrada/saída do país a cidade de Uruguaiana. Esse ponto, em pouco tempo de funcionamento do Mercosul, passa a constituir um estrangulamento no sistema de circulação internacional, levando à busca de rotas alternativas, dentre

as quais a mais viável, do ponto de vista regional, é, inegavelmente, a que une as cidades de São Borja e Santo Tomé, que já vinha sendo utilizada por transportadores como solução parcial à medida que a transposição do rio Uruguai era feita por um sistema de balsas. Uma antiga reivindicação local e regional – a construção de uma ponte sobre o rio Uruguai – ganha então viabilidade, tendo sido inaugurada no final de 1997, abrindo amplas possibilidades para tornar essa aglomeração um importante centro em uma rota de transporte com fluxos crescentes de mercadorias. Uma série de serviços de apoio, grande parte de natureza informal, certamente irá fortalecer o setor terciário, tanto de São Borja quanto de Santo Tomé, sem, contudo, ser suficiente para mudar o panorama econômico estabelecido por sua base econômica.

A 80 quilômetros ao sul de São Borja, a cidade de Itaqui faz fronteira com as cidades de General Alvear e La Cruz – duas pequenas localidades, se comparadas com a brasileira. Depois de passar décadas sem ter expressão econômica no cenário gaúcho, o município tem experimentado mudanças importantes em seu perfil agropecuário. A modificação relevante refere-se à introdução da atividade orizícola, sob bases tipicamente capitalistas de produção, nas várzeas dos rios Uruguai e Ibicuí, consorciada com a pecuária local, aumentando o rendimento médio das propriedades. Grande parte dessas mudanças é processada por empreendedores de outras áreas do estado. Em 1970, o município de Itaqui produz em torno de 80 mil toneladas de arroz, passando para 202 mil em 1985 e 355 mil em 1995. Esse avanço do setor orizícola, além dos tradicionais *engenhos de arroz*, acaba por viabilizar a implantação de agroindústrias, voltadas à produção de óleos comestíveis – uma novidade na região.

As relações entre Itaqui e as vizinhas La Cruz e General Alvear – separadas pelo Rio Uruguai, mas ligadas por serviço de balsas – também são históricas. Sua natureza assemelha-se à das demais que ocorrem ao longo da fronteira entre os dois países. Nos anos 80 e 90, assiste-se à migração de inúmeros produtores rurais, principalmente orizicultores, para a província de Corrientes, atraídos pelos baixos preços das terras, desenvolvendo atividades de criação e de lavoura, fato que possibilita que se estabeleçam movimentos eventuais de mão-de-obra entre as três localidades. Essa aglomeração não é favorecida pelos fluxos de mercadorias entre os dois países. O setor de serviços de Itaqui é pequeno, representando apenas 28,04% do PIB local, e sua demanda é atendida basicamente por Uruguaiana[13].

A aglomeração urbana de Uruguaiana, limítrofe com Passo de Los Libres, na Argentina, é a mais importante dessa parte da fronteira, tratando-se da maior cidade da mesorregião. Teve no passado uma agropecuária forte, calcada na produção de carne e lã. A ovinocultura é duramente atingida pela concorrência do fio sintético, o que reduz o rebanho do município a menos da metade em 35 anos (de 1.342.550 cabeças em 1960 para 402.628 em 1995). Essa perda parece não ser compensada pelo aumento da produção de arroz, que cresce rapidamente no município no mesmo período, passando de 78.032 toneladas em 1970 para 535.680 em 1995. A produção agropecuária, que representa 2,20% do total do estado em 1980, cai para 1,79% em 1990. Apesar disso, a produção industrial melhora a participação relativa de 0,31% para 0,62% no mesmo período. O setor de serviços também apresenta queda na participação relativa, no total do estado, entre 1980 e 1990, ainda que a cidade se tenha mantido como o maior centro de atividades terciárias dessa parte do Rio Grande do Sul. Aproximadamente 58% do PIB local é gerado por atividades terciárias.

A aglomeração urbana de Uruguaiana é o que vem sofrendo maior impacto do Mercosul, por causa do aumento do fluxo de comércio entre Brasil e Argentina. Esse aumento exerce forte pressão sobre a estrutura de serviços local, principalmente sobre aqueles governamentais de apoio ao transporte de mercadorias entre os dois países. Em muitos momentos, nos últimos cinco anos, essa estrutura de serviços parece estar com a capacidade esgotada nesse ponto do território. É possível que, com a conclusão da ponte São Borja/Santo Tomé, uma parte da demanda que se exerce sobre Uruguaiana e Passo de Los Libres seja remetida para o aglomerado mais ao norte.

Uruguaiana sempre teve uma rede de comércio varejista importante na região. Como toda cidade de fronteira, seu comércio é influenciado por flutuações cambiais entre as moedas dos dois países, que ora beneficia um lado da fronteira, ora o outro. Assim, em muitos momentos da história recente, ocorreram verdadeiros *booms* comerciais, elevando as vendas, o emprego e a renda desse segmento por algum tempo, para depois voltar ao movimento que a dimensão da demanda local estabelece. A situação de fronteira associada às diferenças cambiais favorece também, em momentos de crise, o funcionamento de atividades informais de comércio. Segundo estudos, cerca de 6 mil comerciantes informais estariam estabelecidos em Uruguaiana, em 1994, o que significa 5% da população do município (Oliveira *et alii*, 1996, p. 58-59).

Com o Plano Real, as diferenças cambiais praticamente desaparecem. A redução das barreiras alfandegárias, permitindo o trânsito livre de mercadorias, aumenta

[13] Análise baseada na observação do fluxo de passageiros por ônibus entre janeiro e novembro de 1997, quando 5.070 passageiros deslocaram-se de Itaqui para Uruguaiana e 3.307 para São Borja, através das linhas diretas entre uma cidade e outra (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER, Relatório RSTC016, 6/5/1998). Supõe-se que grande parte dessas viagens destine-se à busca por serviços.

as dificuldades do comércio nos municípios de fronteira, que perdem a peculiaridade da venda de mercadorias nacionais aos países vizinhos. Em Uruguaiana, o número de vendedores ambulantes cai de mais de 4 mil para cerca de 600, e dezenas de lojas são fechadas.

A condição de maior centro urbano da mesorregião e a posição até certo ponto estratégica no contexto da fronteira Brasil/Argentina permitem alguns ganhos com a expansão das atividades terciárias, mesmo assim insuficientes para sinalizar alguma dinamização da economia local. Na verdade, a crise que sofre a economia da Metade Sul do Rio Grande do Sul é ampla e profunda, anulando as eventuais circunstâncias favoráveis a uma retomada do desenvolvimento, que possam emergir em um ou outro ponto do território.

Quaraí está localizada na fronteira com a República Oriental do Uruguai, junto à cidade de Artigas. Com mais de cem anos, desenvolve-se rapidamente no século passado em função da economia da pecuária, passando a sofrer uma estagnação econômica secular, tornando-se um dos centros urbanos mais apáticos dessa região. As relações com a vizinha Artigas, pelo menos no século XX, são presididas pela cooperação, havendo integração entre as sociedades e as economias locais, grandemente facilitada com a construção da Ponte da Amizade sobre o rio Quaraí, que limita os territórios dos dois países.

Os anos 80 são de grandes dificuldades para a economia local, que tem sua participação relativa no PIB estadual reduzida à metade. Em 1980, representa 0,25%, passando a 0,12% em 1990. Nos anos 90, a queda continua, atingindo 0,1% em 1994. Dado que o setor industrial é insignificante, pois representa apenas 3,28% (1990) do PIB do município, é na agropecuária que ocorrem as maiores perdas relativas. O município gera 0,65% do PIB do setor no estado em 1980. Dez anos depois, esse percentual cai para 0,36%. As atividades terciárias têm igualmente perda de participação no total do Rio Grande do Sul.

Está claro que esse aglomerado de fronteira não alcança dimensão semelhante aos demais, ao longo da história, por diversas razões. Em primeiro lugar, por estar localizado entre quatro cidades (Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento e Artigas) de maior tamanho e que têm estrutura econômica mais completa, principalmente quanto à oferta de serviços. Com a propriedade e a renda extremamente concentrada nas mãos de pouquíssimas famílias, nunca houve no local escala suficiente para viabilizar os serviços de ordem mais elevada. Os poucos detentores da renda local acabam por abastecer-se nas quatro cidades mais próximas e em outras mais distantes (Santa Maria e Porto Alegre), quando necessário. A melhoria dos acessos rodoviários, ocorrida nas últimas décadas, tem permitido que outros estratos da população, de renda menor, também sejam atendidos pela oferta de serviços das cidades vizinhas. Esse processo tem funcionado como uma restrição ao surgimento de oferta de novos serviços no local. Um indicador *proxy* da busca de serviços são os deslocamentos de passageiros entre um local e outro. Tomando o número de passagens vendidas na Rodoviária de Quaraí (entre janeiro e novembro de 1997)[14] para linha direta entre essas cidades e as demais, observam-se os seguintes fluxos: 20.141 para Santana do Livramento, 12.428 para Alegrete, 7.094 para Porto Alegre; 4.889 para Uruguaiana e 2.358 para Santa Maria.

Do ponto de vista industrial, a leitura é a mesma. No auge da economia da pecuária na região, a evolução da indústria do charque para a indústria da carne resfriada ou congelada dá-se com a introdução de grandes plantas (capitais externos) que se localizam nas cidades com maiores economias de urbanização e proximidade aos eixos de transportes – é o segundo maior fator restritivo ao crescimento de Quaraí. Quaraí e Artigas, no contexto das malhas rodoviárias do Rio Grande do Sul e do Uruguai, não são servidas por rodovias de primeiro nível (pavimentadas) ligando diretamente esse aglomerado aos centros mais importantes (Porto Alegre e Montevideo).

O maior aglomerado da fronteira com o Uruguai é constituído pelas cidades de Santana do Livramento e Rivera. Essas duas cidades estão conurbadas desde as suas origens, sendo separadas apenas por uma rua. Em conjunto, possuem população urbana de 141.781 habitantes em 1996. Rivera tem população urbana de 62.314 habitantes e população rural de 7.982 (1996). Santana do Livramento tem população urbana de 79.467 habitantes e população rural de 6.087 (1996). Esses dois centros representam a mais bem-sucedida experiência de integração entre cidades de países distintos que se conhece. São duas sociedades que, ao longo da história, procederam a um grau elevado de mesclagem entre famílias e atividades, constituindo uma só formação econômica, sob legislações, instituições e línguas distintas.

Santana do Livramento foi uma das cidades mais dinâmicas do sudoeste do estado, pois concentrava grande parte do abate de bovinos da região, em duas grandes plantas frigoríficas. Processava quase toda a lã produzida em um lanifício cuja planta podia ser considerada de médio para grande porte. Possuía ainda outras plantas industriais, não ligadas à base agropecuária, que operavam na região, protegidas por barreiras de transporte. Nesse período, o município coloca-se dentre os dez de maior arrecadação no Rio Grande do Sul, detendo boa infra-estrutura em saneamento básico, com estação de tratamento de efluentes. Além disso, localiza-se no principal eixo de transporte rodoviário entre os dois países, na junção da BR 158 com a Ruta 5.

[14] Análise baseada na observação do fluxo de passageiros por ônibus entre janeiro e novembro de 1997. Veja nota 13, página 170.

O desempenho da economia dessa aglomeração, nos anos da crise, sofre queda relativa de participação na renda do estado em todos os setores. Entre 1980 e 1990, a agropecuária cai de 1,46% para 0,55%; a indústria, de 0,78% para 0,66%; e os serviços, de 1,23% para 0,69%. No PIB total, a queda foi de 1,11% para 0,66%. Vale lembrar, apenas para efeito de comparação, que em 1939 esse município gerava 1,72% do produto primário do Rio Grande do Sul; 3,07% do produto industrial e 2,14% dos serviços. A participação do produto total era de 2,13%, mais de três vezes a participação de 1990.

Os anos 90 igualmente apontam para manutenção dos níveis de participação do município no PIB estadual, em torno de 0,68% (1994). A agropecuária parece sofrer os maiores revezes, como mostram algumas informações sobre a produção física entre 1985 e 1995. Dos onze produtos mais importantes do município, oito (carne bovina, leite, ovinos, lã, frangos, galinhas, ovos e laranja) têm queda, em termos absolutos, na produção física, um (carne de suínos) mantém o mesmo nível e apenas dois aumentam a produção (arroz e uva). As indústrias de alimentos (frigoríficos) e têxtil (lanifício) do município, depois de muitas décadas de funcionamento, passam a enfrentar dificuldades de mercado (externo e interno) e obsolescência tecnológica.

Os fracos desempenhos da agropecuária e da indústria levam o aglomerado a aumentar sua dependência em relação às atividades do setor terciário. Esse setor é revestido de alguma importância regional à medida que atende a uma parte da demanda por serviços provenientes de centros de ordem mais baixa – como Quaraí, Rosário do Sul e Dom Pedrito, além da cidade de Rivera – e até mesmo à demanda originária de alguns núcleos urbanos do Uruguai, situados entre Rivera e Taquarembó. O segmento mais relevante dos serviços, nesse caso, é o comércio varejista. Todavia, para entender seu papel na economia local, é necessário lembrar que esse segmento tem experimentado ciclos de expansão e queda, dependendo do grau de apreciação do peso uruguaio em relação à moeda brasileira em vigor. Além disso, alguns segmentos do comércio varejista são beneficiados no passado por razões como a crise econômica que também marca o Uruguai nos anos 70 e 80, agravada por um regime político ditatorial, que desarticula diversos segmentos da economia. Tal fato cria espaço para que grande parte do abastecimento interno de bens em geral seja realizado a partir de compras efetuadas nas cidades da fronteira, dado que a economia brasileira é maior e muito mais diversificada. Tal fato assegura grande movimentação no comércio varejista, elevando o emprego e a renda do setor. As transações de compra em território brasileiro e ingresso no uruguaio são na época obviamente informais, ou um *contrabando* consentido, atividade típica de fronteira. Por fim, o comércio varejista do aglomerado é afetado, nos anos 80 e 90, por dois fatos importantes: o estabelecimento em Rivera de uma zona de comércio livre de impostos de importação (*free shop*) e o Tratado de Assunção.

A decisão uruguaia de estabelecer um sistema de comércio livre de qualquer gravame sobre mercadorias importadas na cidade de Rivera acaba por impor sérias dificuldades ao comércio de Santana do Livramento, o qual, não tendo o mesmo tratamento do lado brasileiro e em meio à crise da própria região, não tem outra alternativa senão reduzir drasticamente seu tamanho. O comércio de Rivera vem atraindo fluxos importantes de compradores de todo o Rio Grande do Sul, justamente aquela demanda representativa de classes de renda média e alta. Esse movimento tem proporcionado a expansão do setor de hotelaria do lado brasileiro e também de alguns serviços. Mas infelizmente isso não é suficiente para compensar as perdas acumuladas com a retração da agropecuária local e a desindustrialização absoluta, talvez um caso inédito, que o aglomerado acumulou nas últimas décadas.

Apesar de o comércio do país com os parceiros do Cone Sul se ter expandido extraordinariamente a partir do Tratado de Assunção, essa região e o aglomerado não se têm beneficiado, já que sua base econômica não é complementar às economias dos países vizinhos, e também por estar despreparada para o acirramento da concorrência vigente nos últimos anos. Portanto, a economia do aglomerado movimenta-se a partir do que sobra no processo de reestruturação e integração econômica em curso nas últimas décadas. Essas sobras têm sido sucessivamente menores, o que permite avanços mínimos e a sobrevida de poucos segmentos da economia local, como por exemplo a hotelaria, que atende aos fluxos de turistas brasileiros que vão às compras em Rivera.

A informalidade tem aumentado a taxas elevadas em Santana do Livramento, penetrando e reproduzindo-se em todos os setores, especialmente no comércio e nos serviços, que apresentam padrões de qualidade medíocres. As ruas centrais estão tomadas por atividades que proporcionam ganhos bem abaixo da média, multiplicando a pobreza e reduzindo as possibilidades de retomada do desenvolvimento local e regional em outras bases, principalmente pela incorporação crescente no processo produtivo da população excluída.

4.6.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião sudoeste riograndense, que ocupa uma parte da metade sul do estado, peculiariza-se por possuir uma base agropecuária desenvolvida em grandes e médias propriedades. Economicamente estagnada, a região apresenta centros funcionalmente dinâmicos em sua área de fronteira internacional. Sua rede urbana caracteriza-se por:

- não se inclui em espacialidade de esvaziamento, embora não apresente relativo dinamismo econômico;
- constituir-se de três centralidades de nível médio, e com crescimento da população acima da média do estado (Uruguaiana, Santana do Livramento e Bagé), localizadas nas fronteiras entre Brasil e Argentina e Brasil e Uruguai;
- configurar a ocupação contígua nas fronteiras, compondo as aglomerações internacionais de São Borja/Santo Tomé (RA), Itaqui/ General Alencar/La Cruz (RA), Uruguaiana/Paso de Los Libres (RA), Quaraí/Artigas (ROU), Santana do Livramento/Riveira (ROU).

A não-complementaridade da base econômica entre os países e as reduzidas perspectivas quanto aos efeitos do Tratado de Assunção para a região dificilmente tornarão possível sua inserção nos padrões de competitividade internacional.

4.7 Sudeste Riograndense

A mesorregião sudeste riograndense (Mapa 33) tem uma população de 840.565 habitantes em 1996, o que corresponde a 8,72% da população do estado. Sua densidade demográfica é de 20,19 habitantes por quilômetro quadrado e seu grau de urbanização, 79,57%.

Sua população vem mantendo crescimento pouco significativo desde os anos 70, tendo superado 1% a.a. apenas entre 1980 e 1991 (1,14%). Verifica-se inflexão no crescimento da população urbana (de 2,80% entre 1970 e 1980 para 1,43% entre 1991 e 1996) e relativa elevação no ritmo de perdas da rural (-1,71% para -2,08% a.a., nesse período).

Essa mesorregião, composta de 19 municípios, também é parte da metade sul do estado, podendo ser considerada uma síntese da sociedade agropastoril que a formatou ao longo dos séculos. Apresenta algumas peculiaridades que a distinguem da sudoeste riograndense, principalmente no que se refere à rede e à hierarquia urbana. Nesse caso, a hierarquia é muito mais vertical, uma vez que existem dois centros urbanos com tamanho bem acima dos demais, como é o caso de Pelotas e Rio Grande. A média de tamanho populacional urbano desses centros é de 215.108 habitantes, 17 vezes maior que a média dos demais (12.049 habitantes), o que revela acentuada polarização nessa área da mesorregião.

Essas duas cidades constituem no século passado, até aproximadamente 1860, os principais pólos industriais do estado: Pelotas por sediar grande número de *charqueadas* e ser um centro de intenso comércio e serviços para toda a economia da metade sul; Rio Grande, pela atividade industrial, principalmente no ramo têxtil, operado por grandes plantas para a época, e pela infraestrutura portuária – elementos importantes para assegurar a condição de pólo regional, juntamente com a vizinha Pelotas.

Apesar das dificuldades impostas pela perda do dinamismo da atividade básica original (a economia do charque), Pelotas e Rio Grande continuaram a crescer com base na introdução de outros ramos industriais, reforçando-se também como centros de comércio e serviços. Em Rio Grande, introduziram-se ramos da química (refinaria de petróleo e fertilizantes) e de alimentos (industrialização de pescado), e, em Pelotas, a indústria de conservas de frutas, máquinas e implementos agrícolas, alguns segmentos da química (farmacêutica) e o beneficiamento de arroz. Todavia, o crescimento experimentado por esses dois municípios é historicamente menor que o crescimento do estado e bem abaixo do de outros centros urbanos que emergem na última metade do século (Canoas, Novo Hamburgo e Caxias do Sul, por exemplo). Nos anos 80 e 90, essa tendência se confirma como resultado da sobreposição de duas crises, a de natureza estrutural da própria metade sul e a crise nacional e internacional.

Nos anos 80, há perda relativa na participação da mesorregião no total do estado, tanto na agropecuária, quanto na indústria e no total do PIB, com exceção do setor de serviços, que acumula pequeno avanço. Em 1980, a mesorregião sudeste produz 10,55% do produto agropecuário estadual, caindo para 8,46% em 1990; o setor industrial gera 8,74% em 1980, passando a 6,05% dez anos depois; e os serviços passam de 7% para 7,34%, no mesmo período. O comportamento da participação no valor adicionado fiscal total confirma a tendência também para o início dos anos 90. Em 1980, a participação relativa é de 11,63%, diminuindo em 1992 para 7,16%. Não há reação da economia mesorregional, nem mesmo no período de 1984-86, considerado de *recuperação* na economia brasileira.

A queda na participação da agropecuária é apenas o reflexo das dificuldades enfrentadas pelo setor, que tem perda relativa na maioria dos produtos regionais. Tomando a produção física dos 14 principais produtos da região entre 1985 e 1995, observa-se que em doze deles há queda relativa quando comparados com o total das respectivas produções no estado. Os produtos são: carne bovina, leite, carne ovina, lã ovina, carne suína, frangos, galinhas, ovos de galinha, arroz, milho, batata inglesa, batata-doce, cebola e pêssego. Somente há aumento na participação relativa no caso do arroz, que passa de 21,9% em 1985 para 23,49% em 1995, e da batata inglesa, mantendo a participação em torno de 25% do total do estado. Até mesmo no caso do pêssego e da cebola – produtos em que a região detém alguma especialização, há redução acentuada da produção física. A cebola e o pêssego não são produtos importantes em termos de valor bruto da produção no estado, mas o são no plano mesorregional, pois são produzidos por grande número de pequenas propriedades, ocupando considerável contingente de mão-de-obra. A produção de pêssego está vinculada a importante segmento

da indústria regional – o ramo das conservas. Fato revelador da crise por que passa o setor traduz-se na queda de sua produção entre 1985 e 1995 de 482 para 361 milhões de frutos, já o estado aumenta de 691 para 877 milhões no mesmo período. Em outros produtos, como o leite e os ovos de galinha, há perda relativa, mas com aumento de produção, em termos absolutos, o que significa que a mesorregião apresenta crescimento, mas a uma taxa menor do que a do estado.

Do ponto de vista industrial, a mesorregião vem passando por acentuado processo de desindustrialização relativa, sofrendo até perdas absolutas em alguns segmentos. A participação do produto industrial cai de 8,74% em 1980 para 6,05% em 1990. Observe-se que, em 1939, a mesma gera 16,74% do produto industrial gaúcho. O parque industrial mesorregional está concentrado geograficamente em duas cidades (Pelotas e Rio Grande), gerando 85,82% do valor adicionado fiscal em 1993 e detendo 82,62% dos empregos do setor no mesmo ano. O gênero dos minerais não-metálicos é importante na região e não está localizado nesses dois centros, por causa de sua própria natureza, encontrando-se situado em Caçapava do Sul (calcáreo) e Pinheiro Machado (cimento).

O parque industrial da mesorregião é constituído, predominantemente, por seis gêneros que totalizam 94,10% do valor adicionado fiscal do setor na região em 1993. Os gêneros mais importantes, em termos de valor adicionado fiscal, são: produtos alimentares (55,65%), química (13,62%) e fertilizantes (12,19%). Com menor importância, aparecem os de minerais não-metálicos (6,41%), bebidas (3,23%) e couros, peles e similares (3%). Esses gêneros não são relevantes somente na mesorregião, tendo importância também no contexto estadual. Ainda considerando o valor adicionado fiscal industrial, 63,61% da indústria de fertilizantes do estado está localizada em Pelotas e Rio Grande (nesse, aproximadamente 60%). A mesorregião detém 16,84% dos produtos alimentares do Rio Grande do Sul, sendo 14,79% nos dois maiores centros. No gênero minerais não-metálicos, a participação mesorregional é de 13,24%, distribuída em Caçapava do Sul e Pinheiro Machado. A química está totalmente localizada na cidade portuária de Rio Grande e representa 6,19% do total do gênero no estado. O gênero de couros, peles e similares representa 5,24% do total estadual e está basicamente concentrado em Pelotas (86,19%) e Caçapava do Sul. O ramo de bebidas, também concentrado em Pelotas, representa 3,74% do total do gênero no estado.

As atividades terciárias estão concentradas nos dois maiores centros urbanos da mesorregião, representando em conjunto 80,52% do total dos serviços ofertados. Com a indústria e a agropecuária perdendo posição relativa no conjunto do estado, os serviços passam a constituir o setor mais dinâmico da economia dessas duas localidades, pelo menos no que diz respeito à criação de novas oportunidades de ocupação. No entanto, grande parte dessas novas oportunidades são criadas por atividades informais, nas quais o nível médio de renda auferido está abaixo da média do mercado. Muitas das atividades são intermitentes, obrigando os trabalhadores a grande mobilidade entre os mais diversos tipos de trabalho. Portanto, em uma mesorregião que apresenta baixo dinamismo econômico, o mercado informal de Pelotas e Rio Grande é a única opção para sobrevivência da mão-de-obra liberada pela agropecuária e pelos centros de menor porte.

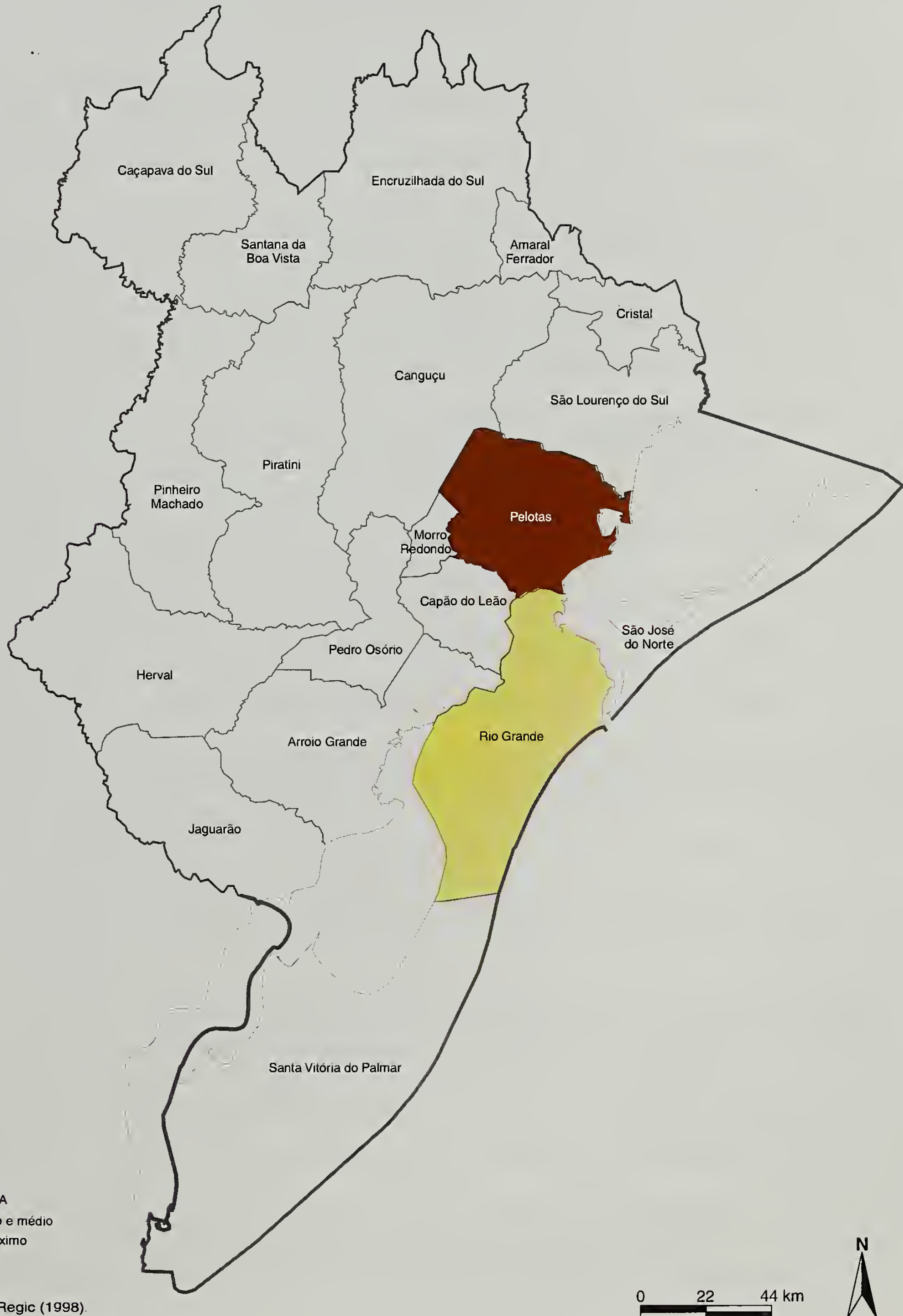
O setor de serviços desses centros atende às demandas originadas em todas as cidades de seu entorno, havendo grande intercâmbio entre os agentes econômicos e as populações das duas cidades. Isso pode ser confirmado pelo movimento de passageiros por ônibus de linhas regulares entre Pelotas e Rio Grande e entre estes e os centros menores existentes na região. Entre janeiro e novembro de 1997, a partir de Pelotas com destino aos municípios da mesorregião que estão no seu entorno – Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul –, pode-se constatar que esses deslocamentos representam 70,29% do total desse centro para todo o estado. Esse é um indicador que demonstra alto grau de integração entre Pelotas e os centros de menor porte localizados no seu entorno. A integração é dada pelo atendimento às demandas por serviços e oportunidades de trabalho exercidas pelas populações dessas cidades, que recorrem diariamente ao mercado de Pelotas. O setor terciário de Rio Grande exerce papel semelhante ao de Pelotas, mas com um campo de abrangência um pouco menor na região. Há, no entanto, na composição das atividades terciárias de Rio Grande, uma diferença quando comparada a Pelotas, dada pela presença dos serviços portuários, cujo campo de abrangência territorial ultrapassa a região imediata, atingindo todo o Rio Grande do Sul.

4.7.1 Síntese da morfologia da rede urbana

A mesorregião sudeste riograndense, em cuja base econômica prevalecem atividades do setor terciário, divide-se em uma porção dinâmica e concentradora e em uma porção que se insere no processo de esvaziamento. As principais características de sua rede urbana são:

- configurar uma aglomeração urbana que envolve, em uma mancha contígua de ocupação, Pelotas, Rio Grande e Capão do Leão;
- apresentar, em sua área fronteiriça ao Uruguai, elevado crescimento populacional em Jaguarão, que compõe com Rio Branco uma ocupação contínua;

MAPA 33
SUDESTE RIOGRANDENSE — HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1998)



Fonte: Ipardes; IBGE/Regic (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1997).

- apresentar sinais iniciais de esvaziamento ocorrendo em municípios de sua porção central (Piratini, Ganguçu e Pedro Osório) e a consolidação desse processo em Santa Vitória do Palmar, perdendo população desde os anos 70;
- possuir municípios com perda de população urbana (Morro Redondo e Pedro Osório), acentuando a inserção de espacialidades de esvaziamento no território mesorregional.

As tendências apontam para a consolidação da concentração populacional e das atividades econômicas na aglomeração Pelotas/Rio Grande, bem como a permanência de sua polarização concorrente.

Referências Bibliográficas

A ARRANCADA gaúcha (1998) *Amanhã : Economia & Negócios.* Porto Alegre, Plural Comunicação, n. 129, abr.

AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.) (1995) *Desigualdades regionais e desenvolvimento.* São Paulo, Fundap, Unesp.

ALONSO, J. A. F. (1984) *Evolução das desigualdades inter-setoriais de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70.* Porto Alegre, FEE (Teses, 9).

_____ (1997) "Panorama da economia do Rio Grande do Sul em 1996". *Indicadores Econômicos FEE.* Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 137-154, maio.

_____ (1987) "Reflexões sobre a (des) industrialização de Santa Maria-RS". In: SOCIEDADE DE ECONOMIA DE SANTA MARIA, Seminário sobre o Desenvolvimento Local Integrado. Santa Maria, *Anais.* Santa Maria, Sociedade de Economia de Santa Maria, p. 100-118.

_____ (1989) "Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo – RS : 1939/87". *Ensaios FEE.* Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 285-302.

ALONSO, J. A. F. *et alii* (1986) *Áreas estatisticamente comparáveis do Rio Grande do Sul – 1940/80 : renda interna.* Porto Alegre, FEE.

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. (1988) "A 'desindustrialização' de Porto Alegre: causas e perspectivas". *Ensaios FEE.* Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 3-28.

_____ (1990) "Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80". In: ALMEIDA, P. F. C. (Coord.). *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira.* Porto Alegre: FEE.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M.; BANDEIRA, P. S. (1994) *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas.* Porto Alegre, FEE.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (1998) *Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico.* Florianópolis, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Granfpolis.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (1998) *Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico.* Florianópolis, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, AMMVI.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (1998) *Plano básico de desenvolvimento regional.* Florianópolis, Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda, Amunesc.

BAGGIO, E. C. *et alii* (1991) "Desempenho recente das economias brasileira e paranaense". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v.13, n.11-12, p.7-10, nov./dez.

BANDEIRA, P. S. (1988) *O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira: 1940-1980.* Porto Alegre, FEE (15 anos FEE, 1).

BANDEIRA, P. S.; GRÜNDLING, N. A. (1988) *Distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul, década de 70.* Porto Alegre, FEE, Codesul.

BARCELLOS, T. M. de (1997) "Distribuição das atividades econômicas no território: anotações para elaboração de uma tipologia dos município gaúchos". In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Dinâmica da urbanização no RS: temas e tendências.* Porto Alegre, FEE, p. 51-106.

BENETTI, M. D. (1985) *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo 1957/1980.* Porto Alegre, FEE (Teses, 5).

BEZERRA, V. M. C. (1998) *Tipologia dos municípios brasileiros: aspectos metodológicos.* Rio de Janeiro, IBGE/Degeo.

BRASIL. Presidência da República (1996) *Brasil em Ação: investimentos para o desenvolvimento.* Brasília. http://www.mpo.gov.br/Br/index.htm

BREITBACH, A. C. M. "Estudo sobre a rede urbana do estado do RS: abordagem preliminar". In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Dinâmica da urbanização no RS: temas e tendências.* Porto Alegre, FEE, p.107-151.

CANO, W. (1988) "Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930". In: ABEP, Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, *Anais.* Belo Horizonte, Abep, v. 2, p.67-100.

CARNEIRO, M. C. (1998) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras.* Rio de Janeiro, IBGE/Degeo.

CASTAN, N. B.; TARGA, L. R. P. (Coord.) (1983) *A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista.* Porto Alegre, FEE, v. 1.

CASTELO BRANCO, M. L. (1996) *Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas: aspectos metodológicos.* Rio de Janeiro, IBGE. Texto do Relatório 1: Metodologias e enfoques adotados para o estudo da rede urbana.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná (1997) *Programa de atuação em favelas: perfil socioeconômico das favelas do Paraná.* Curitiba, Cohapar.

CONCEIÇÃO, O. A (1984) *A expansão da soja no Rio Grande do Sul 1950-75.* Porto Alegre, FEE (Teses, 6).

COORDENAÇÃO da Região Metropolitana de Curitiba (1997) *Levantamento das áreas invadidas: Região Metropolitana de Curitiba.* Curitiba, Comec.

CUNHA, I. J. (1996) *A indústria catarinense rumo ao novo milênio: desafios, evolução e oportunidades.* Florianópolis, Fiesc, Sebrae.

______(1982). *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina.* Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.

______(1992) *O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.* Florianópolis, Paralelo 27.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. (1975) "Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil". *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, IBGE, v. 37, n. 1, p. 50-84, jan./mar.

DEPARTAMENTO Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (1998) *Relatório RSTC 016, 6/5/98.* Porto Alegre, Daer.

DINIZ, C. C. (1993) "Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização". *Nova Economia.* Belo Horizonte, UFMG/Face/DCE, v. 3, n. 11, p.35-64, set.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (1986) "Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 8, n. 2, p. 32-42, fev.

EMATER/PR (1997) *Banco de dados cooperativista: agropecuário, crédito, eletrificação, ano base 1996, exercício 1997.* Curitiba, Ocepar, v. 21.

EXAME (1998) "Modelo em discussão". *Exame.* São Paulo, Abril, n. 668, ago. (Encarte "Santa Catarina em exame").

______(1998) "Rio Grande do Sul em exame". *Exame.* São Paulo, Abril, n. 661, p. 1-22, 6 maio (Encarte).

FAISSOL, S. (1971) "Tipologia de cidades e regionalização do desenvolvimento econômico: um modelo de organização espacial do Brasil". *Boletim Geográfico.* Rio de Janeiro, v. 30, n. 223, p. 25-57, jul./ago.

FAVA, V. L. (1984) *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil.* São Paulo, USP/IPE.

FIESC (1990) *Santa Catarina em dados.* Florianópolis, Fiesc/Departamento de Apoio Industrial, v. 8.

GAZETA Mercantil (1998) *Balanço anual 98.* Florianópolis, Gazeta Mercantil, set. V. 5: Santa Catarina.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Sul (1998) "O novo ciclo de investimentos". In: *Investimentos.* Porto Alegre, SCP, FEE, METROPLAN (Projeto RS 2010).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1991) *Tipologia dos municípios brasileiros, 1980.* Rio de Janeiro, IBGE (Cadernos de geociências especial).

IBGE/IPEA – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1996) *Dimensões das carências sociais: informações municipais.* Rio de Janeiro, IBGE, Ipea, v. 16: Paraná, v. 21: Rio Grande do Sul, v. 24: Santa Catarina.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1991) *Diagnóstico da base produtiva do Paraná: anos 80.* Curitiba, Ipardes.

______(1997a) *Dinâmica demográfica da Região Sul: anos 70 e 80.* Curitiba: Ipardes. Convênio Ipardes, MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Unicamp/Instituto de Economia.

______(1997b) *Projeto de desenvolvimento para a região do sudoeste paranaense: termo de referência.* Curitiba, Ipardes.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1997a) *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: avaliação específica da eficácia dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo nos municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré (Paraná).* Curitiba.

______(1997b) *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: avaliação específica da eficácia dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo nos municípios de Porto Alegre e Canoas (Rio Grande do Sul).* Porto Alegre.

IPEA/IBGE/UNICAMP/NESUR (1999) *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil.* Campinas, Unicamp/Nesur, Ipea, IBGE, 2v. (Coleção Pesquisas, 3).

JALFIM, A.; GRANDO, M. Z. (1990) "Os novos rumos da vitivinicultura no Rio Grande do Sul". *Indicadores Econômicos FEE.* Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 194-206, jan.

LAHORGUE, M.A. (Coord.) (1986) *Projeto Eixos Industriais do Interior do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, MIC/SIC/Cedic.

LANDÓ, D; MIRANDA, L.; NEVES, G. (1968) *Delimitacão da área metropolitana de Porto Alegre.* Porto Alegre, Conselho Metropolitano de Municípios.

LEÃO, I. Z. C. C. (1990) "Anos 90: as incertezas continuam". *Análise Conjuntural,* Curitiba, Ipardes, v. 12, n. 9-10, p. 1-2, set./out.

LOURENÇO, G. M. (1993) "A economia paranaense em 1993". *Análise Conjuntural,* Curitiba, Ipardes, v. 15, n. 11-12, p. 4-6, nov./dez.

______(1994) "Evolução recente e perspectivas das economias regionais segundo a FGV". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 16, n. 1-2, p. 3-6, jan./fev.

_____(1995) "Reflexos do Plano Real sobre a economia paranaense". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 17, n. 11/12, p. 4-9, nov./dez.

_____(1996) "Plano Real: balanço de dois anos". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 18, n. 5-6, p. 3-4, maio/jun.

_____(1996a) "A recuperação do investimento e as oportunidades da economia paranaense". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 18, n. 1-2, p. 3-8, jan./fev.

_____(1996b) "Atração de empresas e concentração industrial no Paraná". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 18, n. 11-12, p. 3-10, nov./dez.

_____(1997) "Oportunidades regionais no Paraná. *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 19, n. 9/10, p. 3-7, set./out. 1997.

_____(1997) "Reconfiguração da dinâmica econômica regional: breve interpretação". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 19, n. 1-2, p. 3-7, jan./fev.

_____(1998) "Cenários do agronegócio no Paraná: restrições e oportunidades". *Análise Conjuntural.* Curitiba, Ipardes, v. 20, n. 7-8, p. 3-9, jul./ago.

MARICATO, E. (1995) "O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática". In: GONÇALVES, Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas.* Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 261-287.

MARTINE, G.; DINIZ, C. C. (1991) "Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico". *Revista de Economia Política.* São Paulo, Centro de Economia Política, v. 11, n. 3, p. 121-134, jul./set.

MOURA, R. (1988) "Metropolização e segregação sócio-espacial na RMC". *Experimental.* São Paulo, Humanitas, USP/FFLCH, n. 4-5, p. 57-69, set.

NEVES, G. R. (1990) "A rede urbana e as fronteiras: notas prévias". In: OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. *O Rio Grande do Sul urbano.* Porto Alegre, FEE, p. 118-140.

NEVES, G. R. (1971) "Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul". *Boletim Geográfico.* Rio de Janeiro, IBGE, v. 30, n. 222, p. 19-57, maio/jun.

NOGUEIRA, M. A. *et alii* (1998) *Projeto 2010: investimentos, o mapa da nova economia gaúcha.* Porto Alegre, Secretaria de Estado da Coordenação e do Planejamento.

OLIVEIRA, N. (1997) "Dinâmica da urbanização gaúcha na perspectiva populacional". In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Dinâmica da urbanização no RS: temas e tendências.* Porto Alegre, FEE, p. 8-50.

OLIVEIRA, N. *et alii* (1996) *A fronteira oeste do RS na integração latino-americana.* Porto Alegre, FEE (Documentos FEE).

_____(1990) "O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes". In: ALMEIDA, P. F. C. (Coord.). *A economia gaúcha nos anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira.* Porto Alegre, FEE, v. 1, p. 131-163.

PELIANO, A. M. T. M. (Coord.) (1993) *O mapa da fome II: informações sobre a indigência por municípios da Federação.* Brasília, Ipea (Documento de política, 15).

PNUD/IPEA (1998) *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.* Brasília, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro, IBGE (CD-ROM).

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre (1997) *Moradia popular: Porto Alegre construindo este direito.* Porto Alegre, Comathab (Documento final da 1ª Conferência Municipal de Habitação).

PUC/FESC (1997) *Meninos e meninas em situação de rua em Porto Alegre: Quem são? Qual seu modo de Vida?* Porto Alegre, PUC/Fesc (Relatório de pesquisa).

QUANDT, C. (1997) *Tendências recentes do desenvolvimento regional da indústria de transformação.* Curitiba. Não publicado.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Assuntos Municipais (1997) *Os municípios do Rio Grande do Sul: evolução cronológica.* Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (1974) *Proposição de organização territorial do Estado para fins de programação regional e urbana.* Porto Alegre.

_____(1992) *Aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Fazenda (s/d) *Valor adicionado fiscal do ICMS (1980-1990).* Porto Alegre.

SALGADO, Eduardo (1998) "Vinho de verdade". *Veja.* São Paulo, Abril, v. 31, n. 26, p. 96, 1 jul.

SECRETARIA de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo de Santa Catarina (1990) *Santa Catarina: Estado onde investir.* Florianópolis.

SECRETARIA de Estado da Coordenação e Planejamento (1997) *Agribusiness.* Porto Alegre, FEE, Metropolitan (Projeto RS 2010).

SECRETARIA de Estado dos Transportes do Paraná (1996) *Paraná: logística e multimodalidade.* Curitiba.

SILVA, M. J. S. *et alii* (1992) *A indústria da carne bovina no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, BRDE (Informe preliminar).

SINGER, P. I. (1977) *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* 2. ed. São Paulo, Nacional.

SOUZA, M. A. A. (1995) "O novo Brasil urbano: integração ou fragmentação?". In: GONÇALVES, Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas.* Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 65-71.

SUL renasce, O (1998) *Empreendedor.* Florianópolis, v. 4, n. 43, maio.

ULTRAMARI, C., MOURA, R. (1994) *Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática.* Curitiba, Ipardes.

UNICAMP/NESUR – Universidade Estadual de Campinas/Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (s/d) *Agrupamento de municípios (Cluster).* Campinas, Unicamp/Nesur. Não publicado.

URBAN, M. L. de P. (1995) *Indústria paranaense: estrutura segundo tamanho, composição e características relevantes.* Curitiba, Citpar.

URBAN, M. L. de P.; BESEN, G. (1997) *Paraná: repensando sua economia.* Curitiba. Não publicado.

ZIMMERMANN, T. J. (Coord.) (s/d) *A crise na indústria do calçado: visão e propostas dos trabalhadores.* Porto Alegre, Fase.

ANEXOS

TABELA A.1
MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — ÁREA, DENSIDADE POPULACIONAL, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO E GRAU DE URBANIZAÇÃO (1996)

Mesorregião	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)	Nº de Municípios	População/ Pop. Total (%)	Grau de Urbanização (%)
Paraná					
Noroeste Paranaense	24.600	25,56	61	6,98	74,86
Centro-ocidental Paranaense	11.942	29,83	25	3,96	67,72
Norte-central Paranaense	24.556	70,21	79	19,15	84,79
Norte Pioneiro Paranaense	15.799	34,19	46	6,00	69,73
Centro-oriental Paranaense	21.952	26,47	14	6,45	77,71
Oeste Paranaense	22.840	47,22	50	11,98	77,20
Sudoeste Paranaense	11.687	40,42	37	5,25	53,86
Centro-sul Paranaense	26.506	19,88	29	5,85	54,80
Sudeste Paranaense	16.977	21,26	21	4,01	49,40
Metropolitana de Curitiba	22.863	119,60	37	30,37	89,80
Santa Catarina					
Oeste Catarinense	27.251	39,55	99	22,11	56,27
Norte Catarinense	15.996	58,50	25	19,19	80,36
Serrana Catarinense	22.495	16,55	23	7,64	75,37
Vale do Itajaí	13.025	81,16	53	21,68	78,10
Grande Florianópolis	6.978	95,81	20	13,71	84,69
Sul Catarinense	9.705	78,69	40	15,66	69,96
Rio Grande do Sul					
Noroeste Riograndense	65.181	30,02	192	20,30	60,47
Nordeste Riograndense	25.833	33,13	47	8,88	74,53
Centro-ocidental Riograndense	25.274	19,78	24	5,19	75,25
Centro-oriental Riograndense	17.196	40,59	40	7,24	62,37
Metropolitana de Porto Alegre	29.821	135,95	88	42,07	90,24
Sudoeste Riograndense	64.243	11,40	17	7,60	84,82
Sudeste Riograndense	41.633	20,19	19	8,72	79,57

Fonte: Contagem da População 1996 - IBGE.

TABELA A.2
MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (1980-91/1991-96)

Mesorregião	População 1996			Taxa Anual de Crescimento da População (%)					
				Total		Urbana		Rural	
	Total	Urbana	Rural	1980-91	1991-96	1980-91	1991-96	1980-91	1991-96
Paraná									
Noroeste Paranaense	628.840	470.740	158.100	-1,17	-0,84	1,85	1,30	-5,22	-5,94
Centro-ocidental Paranaense	356.191	241.196	114.995	-0,68	-1,70	3,01	0,43	-4,36	-5,42
Norte-central Paranaense	1.724.115	1.461.930	262.185	0,93	1,04	2,99	1,87	-4,67	-2,98
Norte Pioneiro Paranaense	540.178	376.643	163.535	-0,26	-0,56	2,53	1,09	-3,71	-3,85
Centro-oriental Paranaense	581.143	451.616	129.527	1,35	1,22	3,15	2,26	-2,32	-1,99
Oeste Paranaense	1.078.584	832.691	245.893	0,51	1,21	3,78	2,76	-4,47	-3,17
Sudoeste Paranaense	472.425	254.452	217.973	-0,78	-0,24	2,78	2,47	-3,03	-2,94
Centro-sul Paranaense	526.914	288.728	238.186	0,93	1,01	2,63	3,68	-0,40	-1,74
Sudeste Paranaense	360.914	178.281	182.633	1,30	0,71	2,73	3,02	0,31	-1,28
Metropolitana de Curitiba	2.734.500	2.455.713	278.785	2,84	3,40	3,18	3,50	0,44	2,62
Santa Catarina									
Oeste Catarinense	1.077.901	606.529	471.372	1,11	0,51	4,16	2,66	-1,19	-1,91
Norte Catarinense	935.716	751.907	183.809	2,92	2,26	3,93	2,06	-0,42	3,13
Serrana Catarinense	372.262	280.583	91.679	0,64	-0,16	2,28	0,99	-2,41	-3,24
Vale do Itajaí	1.057.132	825.634	231.498	2,45	2,34	3,50	2,88	-0,22	0,54
Grande Florianópolis	668.561	566.207	102.354	3,02	1,57	4,14	1,70	-1,24	0,85
Sul Catarinense	763.672	534.270	229.402	2,13	1,36	3,51	1,83	-0,27	0,31
Rio Grande do Sul									
Noroeste Riograndense	1.956.758	1.183.230	773.528	0,18	0,14	2,22	1,91	-1,82	-2,26
Nordeste Riograndense	855.752	637.766	217.986	1,75	1,78	2,86	2,21	-0,67	0,56
Centro-ocidental Riograndense	499.849	376.156	123.693	0,98	0,84	2,35	1,53	-1,85	-1,11
Centro-oriental Riograndense	698.008	435.370	262.638	1,15	1,01	3,21	2,35	-1,10	-1,01
Metropolitana Porto Alegre	4.054.091	3.658.379	395.712	2,45	1,56	2,81	1,47	-0,41	2,38
Sudoeste Riograndense	732.659	621.465	111.194	1,24	1,09	2,10	1,44	-2,08	-0,73
Sudeste Riograndense	840.565	668.864	171.701	1,14	0,65	2,63	1,43	-2,43	-2,08

Fontes: Ipardes/Censos Demográficos e Contagem da População 1996 - IBGE.

TABELA A.3
MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS[a] (1996)

Mesorregião	Municípios Urbanos						Em Transição				Rurais		Total
	Grande Dimensão		Média Dimensão		Pequena Dimensão		Média Dimensão		Pequena Dimensão		Pequena Dimensão		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Paraná													
Noroeste Paranaense	-	-	3	4,92	18	29,51	-	-	32	52,46	8	13,11	61
Centro-ocidental Paranaense	-	-	1	4,00	4	16,00	-	-	9	36,00	11	44,00	25
Norte-central Paranaense	2	2,53	4	5,06	29	36,71	-	-	33	41,77	11	13,92	79
Norte Pioneiro Paranaense	-	-	-	-	12	26,09	-	-	24	52,17	10	21,74	46
Centro-oriental Paranaense	1	7,14	1	7,14	3	21,43	1	7,14	5	35,71	3	21,43	14
Oeste Paranaense	-	-	3	6,00	6	12,00	-	-	19	38,00	22	44,00	50
Sudoeste Paranaense	-	-	2	5,41	3	8,11	-	-	6	16,22	26	70,27	37
Centro-sul Paranaense	-	-	1	3,45	10	34,48	-	-	3	10,34	15	51,72	29
Sudeste Paranaense	-	-	-	-	3	14,29	1	4,76	4	19,05	13	61,90	21
Metropolitana de Curitiba	1	2,70	7	18,92	8	21,62	1	2,70	5	13,51	15	40,54	37
Santa Catarina													
Oeste Catarinense	-	-	2	2,02	5	5,05	1	1,01	15	15,15	76	76,77	99
Norte Catarinense	1	4,00	2	8,00	7	28,00	1	4,00	7	28,00	7	28,00	25
Serrana Catarinense	-	-	1	4,35	4	17,39	-	-	10	43,48	8	34,78	23
Vale do Itajaí	-	-	4	7,55	13	24,53	-	-	10	18,87	26	49,06	53
Grande Florianópolis	1	5,00	2	10,00	2	10,00	-	-	5	25,00	10	50,00	20
Sul Catarinense	-	-	3	7,50	5	12,50	-	-	11	27,50	21	52,50	40
Rio Grande do Sul													
Noroeste Riograndense	-	-	7	3,65	10	5,21	-	-	30	15,63	145	75,52	192
Nordeste Riograndense	1	2,13	2	4,26	3	6,38	1	2,13	10	21,28	30	63,83	47
Centro-ocidental Riograndense	-	-	2	8,33	2	8,33	-	-	8	33,33	12	50,00	24
Centro-oriental Riograndense	-	-	3	7,50	3	7,50	1	2,50	7	17,50	26	65,00	40
Metropolitana de Porto Alegre	2	2,27	11	12,50	28	31,82	1	1,14	17	19,32	29	32,95	88
Sudoeste Riograndense	-	-	6	35,29	5	29,41	-	-	2	11,76	4	23,53	17
Sudeste Riograndense	1	5,26	1	5,26	4	21,05	-	-	8	42,11	5	26,32	19
Região Sul	**10**	**0,92**	**68**	**6,26**	**187**	**9,42**	**8**	**0,74**	**280**	**25,78**	**533**	**49,08**	**1.086[b]**

Fontes: Ipardes (1996)/IBGE (1980).

Notas: (a) A tipologia de 1996 foi adaptada a partir da metodologia do IBGE de 1980.
(b) Para o Paraná, o total inclui os municípios instalados em 1/1/1997.

TABELA A.4
MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DO ESTADO (VÁRIOS ANOS)

Em %

Mesorregião	Valor Adicionado Fiscal										
	1975	1980	1983	1985	1986	1989	1990	1991	1992	1993	1996
Paraná	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Noroeste Paranaense	11,21	5,87	5,72	7,24	6,39	4,12	-	3,76	3,55	3,41	3,80
Centro-ocidental Paranaense	4,95	4,56	4,12	4,68	4,39	3,24	-	3,40	3,33	3,10	2,72
Norte-central Paranaense	25,71	17,70	18,83	21,93	19,45	18,01	-	15,79	16,00	16,21	14,74
Norte Pioneiro Paranaense	7,21	5,79	5,17	6,16	5,62	4,47	-	3,79	3,73	3,54	3,47
Centro-oriental Paranaense	7,50	7,12	7,66	7,07	7,34	8,02	-	7,23	6,90	6,95	6,90
Oeste Paranaense	12,97	11,14	11,56	11,63	10,80	13,00	-	16,47	16,13	14,90	14,68
Sudoeste Paranaense	3,94	3,68	3,54	3,88	4,19	3,38	-	3,15	3,54	3,76	3,56
Centro-sul Paranaense	4,38	4,43	3,33	3,36	4,14	4,43	-	4,08	4,74	5,07	5,06
Sudeste Paranaense	2,19	2,36	1,55	1,84	2,29	2,19	-	2,33	2,30	2,20	2,74
Metropolitana de Curitiba	19,94	37,34	38,52	32,18	35,39	39,13	-	40,00	39,77	40,84	42,33
Santa Catarina	-	100,00	-	-	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Oeste Catarinense	-	27,23	-	-	-	-	25,76	26,55	27,02	26,38	22,20
Norte Catarinense	-	23,13	-	-	-	-	25,46	25,57	24,78	24,06	27,76
Serrana Catarinense	-	8,24	-	-	-	-	5,80	5,76	5,81	5,82	6,02
Vale do Itajaí	-	24,22	-	-	-	-	25,66	24,39	24,38	24,08	25,07
Grande Florianópolis	-	4,64	-	-	-	-	6,41	6,61	6,80	7,21	8,67
Sul Catarinense	-	12,54	-	-	-	-	10,92	11,11	11,21	12,44	10,26
Rio Grande do Sul	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	-
Noroeste Riograndense	-	16,99	18,84	17,21	15,42	12,96	13,36	12,07	14,32	-	-
Nordeste Riograndense	-	11,24	9,5	11,51	13,02	13,69	13,48	13,49	12,08	-	-
Centro-ocidental Riograndense	-	3,16	3,08	2,76	2,27	2,39	2,85	3,09	2,82	-	-
Centro-oriental Riograndense	-	6,7	8,27	8,21	7,37	7,50	8,31	8,87	9,47	-	-
Metropolitana de Porto Alegre	-	41,58	43,68	44,89	47,07	50,81	49,52	48,97	47,71	-	-
Sudoeste Riograndense	-	8,70	7,47	7,28	6,42	5,39	5,79	6,50	5,71	-	-
Sudeste Riograndense	-	11,63	9,17	8,13	8,45	7,27	6,69	7,01	7,17	-	-

Fontes: Ipardes (1996); Sefa/FPM (1996); SDE/SC (1996); SF/SC (1996); SF/RS (1992).
Nota: Sinal convencional utilizado (-): Informação não disponível para o período.

TABELA A.5
MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ — VALOR ADICIONADO FISCAL, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO SETORIAL (1996)

Em %

Mesorregião	Valor Adicionado Fiscal				
	Setor Primário	Setor Secundário	Comércio	Serviços	Total
Noroeste Paranaense	9,05	2,28	3,18	2,99	3,80
Centro-ocidental Paranaense	8,60	0,76	2,53	1,94	2,72
Norte-central Paranaense	18,07	11,20	18,39	17,95	14,74
Norte Pioneiro Paranaense	8,00	2,34	2,65	2,50	3,47
Centro-oriental Paranaense	9,49	7,05	4,88	5,82	6,90
Oeste Paranaense	21,75	13,84	11,80	12,23	14,68
Sudoeste Paranaense	7,56	2,33	3,30	2,77	3,56
Centro-sul Paranaense	7,99	5,47	2,71	2,82	5,06
Sudeste Paranaense	4,19	3,00	1,59	1,30	2,74
Metropolitana de Curitiba	5,31	51,74	48,98	49,66	42,33
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fontes: Ipardes (1996); Sefa/FPM (1996).

TABELA A.6
MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA — VALOR ADICIONADO FISCAL, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO SETORIAL (1996)

Em %

Mesorregião	Valor Adicionado Fiscal		
	Agropecuária	Indústria, Comércio e Serviços	Total
Oeste Catarinense	57,42	16,35	22,20
Norte Catarinense	11,91	30,39	27,77
Serrana Catarinense	6,78	5,90	6,02
Vale do Itajaí	10,32	27,53	25,08
Grande Florianópolis	1,60	9,85	8,67
Sul Catarinense	11,97	9,98	10,26
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fontes: Ipardes (1996); SDE/SC (1996); SF/SC (1996).

TABELA A.7
MESORREGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB TOTAL E POR MESORREGIÃO (1980-90)

Em %

Mesorregião	Agropecuária		Indústria		Serviços						Total	
					Comércio		Demais Serv.		Total			
	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
Noroeste Riograndense	37,13	40,31	7,24	6,95	22,62	19,59	21,43	18,35	21,79	18,63	19,05	16,82
Nordeste Riograndense	8,84	10,68	14,59	15,32	5,94	7,95	6,11	8,07	6,06	8,04	9,44	10,90
Centro-ocidental Riograndense	6,98	6,93	0,90	0,85	5,04	4,10	4,80	3,84	4,87	3,90	3,81	3,14
Centro-oriental Riograndense	9,96	10,50	7,38	7,86	4,64	5,22	4,53	5,03	4,56	5,07	6,35	6,65
Metropolitana de Porto Alegre	11,66	11,49	58,62	59,62	46,58	50,52	48,41	52,27	47,85	51,88	46,13	50,27
Sudoeste Riograndense	14,89	11,63	2,54	3,36	8,13	5,31	7,76	5,10	7,87	5,14	7,08	5,21
Sudeste Riograndense	10,55	8,46	8,74	6,05	7,04	7,31	6,97	7,35	7,00	7,34	8,14	7,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FEE (1990).

TABELA A.8
MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ — PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS NO TOTAL DO ESTADO E POR MESORREGIÃO (1996)

Em %

Mesorregião	Gêneros Industriais																			
	Não-metálicos	Metalúrg.	Mecânica	Comunic.	Transp.	Madeira	Mobília	Papel	Borracha	Couro	Química	Veterin.	Perfumes	Plásticos	Têxtil	Confecções	Alimentos	Bebidas	Fumo	Gráfica
Noroeste Paranaense	1,204	1,108	0,176	0,100	0,060	0,682	2,361	0,083	4,212	7,909	4,887	0,704	0,625	0,155	7,190	12,385	4,470	0,331	0,000	0,578
Centro-ocidental Paranaense	0,152	0,194	0,056	0,012	0,014	1,095	3,546	0,108	3,351	0,141	0,598	0,057	0,019	0,002	14,562	2,362	0,984	0,001	0,000	0,444
Norte-central Paranaense	6,777	8,685	3,758	5,732	0,963	2,091	47,821	1,739	27,256	73,059	11,900	3,594	5,048	18,816	27,646	45,198	27,708	12,418	0,725	10,891
Norte Pioneiro Paranaense	1,015	1,716	0,995	0,267	0,013	1,037	5,347	0,001	0,361	0,014	1,069	0,040	4,019	0,265	15,670	2,313	7,123	0,702	0,001	0,535
Centro-oriental Paranaense	1,184	9,569	1,484	-0,033	0,420	12,661	5,700	61,863	-4,766	0,871	2,823	0,289	0,911	0,889	17,164	0,927	14,356	9,658	0,000	2,934
Oeste Paranaense	2,088	4,513	1,691	0,072	0,126	5,299	3,987	0,465	6,442	5,426	1,067	1,803	0,558	0,997	3,176	4,902	17,060	4,162	0,000	1,992
Sudoeste Paranaense	0,612	6,036	0,143	0,160	0,059	2,963	3,620	0,018	5,789	0,349	0,201	0,000	0,007	0,391	0,211	9,448	4,926	0,344	-0,008	1,481
Centro-sul Paranaense	0,305	0,344	0,414	0,001	0,031	15,040	0,520	11,774	1,610	0,164	1,094	0,012	0,015	0,011	0,021	0,301	1,471	4,907	0,000	0,614
Sudeste Paranaense	7,290	0,425	0,178	0,010	0,004	13,604	0,651	6,020	1,703	0,243	0,316	0,313	0,148	0,414	0,196	1,176	1,033	0,004	0,504	0,166
Metropolitana de Curitiba	79,371	67,396	91,102	93,679	98,309	45,530	26,488	17,928	54,042	11,827	76,042	93,190	88,650	78,060	14,163	20,983	20,961	67,474	98,778	80,359
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fontes: Ipardes (1996); Sefa/FPM (1996).

TABELA A.9

MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ — PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NOS PRINCIPAIS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1980-85)

Em %

Gênero	Valor da Transformação Industrial																					
	Noroeste		Centro-ocidental		Norte-central		Norte Pioneiro		Centro-oriental		Oeste		Sudoeste		Centro-sul		Sudeste		Metrop. de Curitiba		Total	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Minerais não-metálicos	1,19	1,30	0,25	0,35	10,59	10,24	1,25	0,93	5,66	3,99	4,04	4,65	0,90	0,77	0,44	0,58	1,13	0,79	74,55	76,39	100,00	100,00
Metalúrgica	0,39	0,61	0,27	0,41	10,36	12,36	0,37	0,14	9,21	9,06	3,01	3,85	0,69	1,00	0,45	0,19	0,51	0,30	74,73	72,06	100,00	100,00
Mecânica	0,65	0,37	0,38	0,54	12,53	8,12	0,59	1,26	13,44	4,50	4,38	3,06	1,53	0,21	0,94	0,40	1,06	0,53	64,50	81,00	100,00	100,00
Material elétrico	0,04	-	-	-	5,29	5,30	-	-	0,16	-	0,49	0,16	0,07	-	-	-	-	0,03	93,96	94,51	100,00	100,00
Material de transporte	1,77	0,57	0,98	0,02	21,47	4,76	0,37	-	4,99	2,51	3,20	1,16	0,56	0,07	0,78	0,16	-	0,08	65,87	90,67	100,00	100,00
Madeira	1,83	0,86	1,28	0,94	2,44	2,65	0,50	0,51	7,22	8,57	7,70	6,02	6,93	4,55	24,28	18,81	15,73	17,10	32,07	39,99	100,00	100,00
Mobiliário	1,42	3,03	0,27	0,65	22,32	35,56	1,54	2,55	4,72	3,73	1,96	3,21	1,78	1,99	0,91	0,61	1,67	0,83	63,42	47,84	100,00	100,00
Papel e papelão	-	-	0,40	0,21	2,72	1,72	-	-	53,13	58,47	-	-	-	-	13,46	14,87	1,69	3,52	28,61	21,21	100,00	100,00
Borracha	-	-	0,88	2,67	2,82	17,66	-	-	2,38	1,66	2,47	1,58	1,69	2,52	1,68	-	0,44	0,43	87,64	73,47	100,00	100,00
Couros	1,32	4,49	-	-	25,36	37,50	-	-	-	-	-	5,14	-	-	0,26	0,05	-	-	73,06	52,82	100,00	100,00
Química	0,09	0,03	-	-	8,56	9,02	0,32	1,18	8,20	2,48	-	0,44	-	0,32	0,14	0,09	0,95	0,78	81,74	85,67	100,00	100,00
Farmácia	-	-	-	-	8,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91,25	100,00	100,00	100,00
Perfumaria	-	-	-	-	5,59	1,22	-	-	-	-	1,72	1,10	-	-	-	-	-	-	92,68	97,68	100,00	100,00
Plástico	-	-	-	-	19,43	3,88	-	-	-	-	-	0,42	-	-	-	-	-	-	80,57	95,70	100,00	100,00
Têxtil	10,20	8,95	20,38	14,22	23,49	33,34	18,02	14,13	11,02	14,08	0,19	0,68	-	-	0,01	-	0,02	0,03	16,66	14,57	100,00	100,00
Vestuário	6,02	3,87	0,48	0,43	47,71	65,41	0,83	0,85	0,36	0,44	3,11	2,20	0,65	1,26	0,63	0,26	0,32	0,03	39,90	25,24	100,00	100,00
Alimentos	4,28	6,58	0,58	2,26	32,41	26,03	12,08	10,04	14,15	16,15	8,41	11,39	0,69	4,76	2,89	2,24	1,04	0,56	23,48	19,98	100,00	100,00
Bebidas	0,40	-	-	-	28,47	21,71	0,02	-	4,10	8,52	-	-	-	-	0,08	-	-	-	66,93	69,78	100,00	100,00
Fumo	-	-	-	-	4,41	-	-	-	-	-	9,64	-	-	-	-	-	-	1,60	85,95	98,40	100,00	100,00
Gráfica	1,36	1,48	0,54	0,56	19,04	18,05	0,89	0,70	7,66	3,31	5,56	5,21	0,73	0,41	0,71	0,33	0,77	0,34	62,74	69,62	100,00	100,00
Diversos	0,34	0,04	7,67	-	7,67	4,37	-	0,02	3,71	4,64	0,13	0,26	0,39	0,03	0,80	0,14	0,36	0,07	78,93	90,44	100,00	100,00

Fontes: Ipea/Censo Econômico - IBGE (1985).

TABELA A.10
MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA — PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NOS PRINCIPAIS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1980-85)

Em %

Gênero	Valor da Transformação Industrial													
	Oeste		Norte		Serrana		Vale do Itajaí		Grande Florianópolis		Sul		Total	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Minerais não-metálicos	2,73	2,12	10,07	14,61	0,63	0,32	16,70	19,66	10,94	11,85	58,93	51,44	100,00	100,00
Metalúrgica	2,51	4,13	64,92	72,17	0,50	0,57	24,06	17,83	1,39	1,07	6,63	4,24	100,00	100,00
Mecânica	8,03	6,75	64,79	70,64	3,15	2,53	16,54	14,91	0,55	0,32	6,94	4,85	100,00	100,00
Material elétrico	0,47	0,35	73,39	61,91	0,33	0,01	21,62	34,30	1,06	3,29	3,14	0,13	100,00	100,00
Material de transporte	4,58	6,55	78,66	53,46	1,97	1,66	9,47	33,62	0,54	0,10	4,78	4,61	100,00	100,00
Madeira	30,28	28,75	19,63	21,48	27,46	25,72	15,44	18,35	3,17	1,72	4,01	3,99	100,00	100,00
Mobiliário	5,21	6,72	81,91	77,67	1,77	2,46	6,20	7,01	2,85	2,92	2,06	3,22	100,00	100,00
Papel e papelão	16,95	23,34	21,18	12,76	44,52	40,93	15,56	21,89	-	-	1,79	1,08	100,00	100,00
Borracha	15,57	6,78	15,80	73,35	16,76	-	23,69	4,97	20,45	-	7,72	14,91	100,00	100,00
Couros	-	81,70	-	-	0,96	18,30	5,47	-	-	-	93,57	-	100,00	100,00
Química	1,10	0,81	37,78	19,80	7,29	1,02	4,42	11,69	0,64	0,03	48,77	66,66	100,00	100,00
Farmácia	-	-	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00	100,00
Perfumaria	-	-	95,42	-	-	-	-	100,00	-	-	4,58	-	100,00	100,00
Plástico	-	-	88,94	85,57	-	-	4,53	7,11	2,02	2,28	4,52	5,04	100,00	100,00
Têxtil	0,02	-	19,68	19,51	0,01	-	78,97	79,18	0,50	1,05	0,81	0,26	100,00	100,00
Vestuário	1,65	2,28	30,07	30,33	0,16	0,36	64,67	58,81	0,57	1,33	2,89	6,88	100,00	100,00
Alimentos	45,74	58,98	13,04	9,11	2,10	0,84	23,54	18,02	10,60	7,55	4,98	5,51	100,00	100,00
Bebidas	26,42	30,66	28,64	25,39	-	0,05	17,70	21,63	20,57	14,02	6,68	8,25	100,00	100,00
Fumo	-	0,33	-	-	-	-	100,00	99,23	-	-	-	0,44	100,00	100,00
Gráfica	10,27	15,78	27,44	19,44	1,85	3,14	24,39	26,28	28,97	30,50	7,07	4,86	100,00	100,00
Diversos	0,36	0,04	35,77	41,95	1,24	1,00	57,96	53,28	4,38	0,83	0,29	2,90	100,00	100,00

Fontes: Ipea/Censo Econômico - IBGE (1985).

TABELA A.11
MESORREGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NOS PRINCIPAIS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1980-85)

Em %

Gênero	Valor da Transformação Industrial															
	Noroeste		Nordeste		Centro-ocidental		Centro-oriental		Metrop. de Porto Alegre		Sudoeste		Sudeste		Total	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Minerais não-metálicos	7,51	7,72	5,61	5,08	2,29	2,95	6,12	6,64	64,08	58,30	1,54	1,23	12,86	18,08	100,00	100,00
Metalúrgica	2,11	2,52	16,15	24,87	0,29	0,19	3,28	1,81	76,02	69,33	0,78	0,41	1,37	0,87	100,00	100,00
Mecânica	12,18	18,07	15,56	17,48	0,27	0,44	1,78	1,68	69,08	60,83	0,31	0,24	0,82	1,26	100,00	100,00
Material elétrico	0,55	0,37	11,44	15,60	0,07	-	-	-	87,87	83,95	-	-	0,08	0,08	100,00	100,00
Material de transporte	2,76	0,84	38,49	47,13	1,48	1,17	1,05	1,52	53,79	48,27	0,29	0,07	2,14	0,99	100,00	100,00
Madeira	13,15	11,74	37,25	41,52	0,71	0,92	16,23	13,86	31,07	30,19	0,51	0,59	1,09	1,18	100,00	100,00
Mobiliário	3,32	1,85	63,11	68,08	2,12	1,05	4,45	4,10	26,80	24,71	0,11	0,09	0,09	0,11	100,00	100,00
Papel e papelão	0,20	-	13,78	10,21	-	-	-	0,05	86,02	89,74	-	-	-	-	100,00	100,00
Borracha	0,54	0,24	13,42	10,24	-	-	9,82	3,82	76,01	85,48	-	-	0,21	0,22	100,00	100,00
Couros	4,77	5,41	10,18	9,92	-	-	4,64	3,88	67,65	74,69	0,28	-	12,49	6,10	100,00	100,00
Química	1,25	1,54	0,41	0,41	0,05	0,11	0,00	2,11	71,11	86,98	-	0,21	27,19	8,65	100,00	100,00
Farmácia	3,14	3,97	-	-	-	-	-	-	79,12	82,54	-	-	17,74	13,49	100,00	100,00
Perfumaria	-	0,21	-	0,30	0,25	-	-	-	93,15	93,41	-	-	6,60	6,08	100,00	100,00
Plástico	-	-	13,98	11,29	-	-	-	6,41	86,02	79,52	-	-	-	2,78	100,00	100,00
Têxtil	0,09	0,05	28,44	15,27	0,04	-	1,50	0,62	66,79	82,84	1,60	-	1,54	1,23	100,00	100,00
Vestuário	0,98	1,15	13,96	14,90	0,06	0,10	2,49	6,12	82,06	77,53	0,09	0,05	0,35	0,15	100,00	100,00
Alimentos	18,08	10,54	6,17	6,57	2,46	2,95	11,71	10,39	30,88	32,95	11,32	15,86	19,38	20,75	100,00	100,00
Bebidas	7,85	2,90	47,90	66,83	2,12	0,83	5,75	4,76	34,50	24,34	-	-	1,88	0,33	100,00	100,00
Fumo	0,05	-	-	-	0,07	-	88,45	93,59	11,06	6,12	0,03	0,04	0,33	0,25	100,00	100,00
Gráfica	3,86	4,58	8,89	11,97	0,94	1,45	3,46	4,83	79,69	73,98	1,40	1,30	1,75	1,89	100,00	100,00
Diversos	1,92	2,32	20,93	15,63	0,43	0,09	6,77	5,62	68,73	74,49	0,06	0,04	1,16	1,82	100,00	100,00

Fontes: Ipea/Censo Econômico - IBGE (1985).

TABELA A.12
ESTADOS E MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — EMPREGOS FORMAIS E CRESCIMENTO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS (1986-96)

Mesorregião	Empregos Formais													
	Alimentos/Bebidas		Química		Madeira/Mobiliário		Papel/Papelão		Têxtil/Confecção		Calçados		Borracha/Fumo/Couros	
	1996 N°	1986-96 %	1996 N°	1986-96 %	1996 N°	1986-96 %	1996 N°	1986-96 %	1996 N°	1986-96 %	1996 N°	1986-96 %	1996 N°	1986-96 %
Paraná	**69.197**	-	22.829	-	**60.101**	-	22.031	-	**35.083**	-	2.765	-	14.199	-
Noroeste	7.733	9,6	254	-4,1	1.446	-1,4	321	1,7	3.630	10,8	301	15,5	433	5,8
Centro-ocidental	2.505	16,9	159	24,3	1.135	0,8	237	3,2	1.441	5,6	261	43,6	424	1,1
Norte-central	18.471	1,3	4.151	4,7	10.055	1,1	3.282	5,6	14.652	2,7	663	3,7	3.657	2,1
Norte pioneiro	4.701	0,7	141	4,1	1.302	2,7	124	0,2	2.073	3,5	191	69,1	129	16,1
Centro-oriental	3.781	1,0	936	-8,4	5.220	-1,1	4.180	-2,4	2.082	4,8	94	16,7	854	2,7
Oeste	10.216	5,8	902	8,0	4.047	-1,5	796	4,5	1.081	5,2	259	10,1	323	-0,8
Sudoeste	3.857	2,5	145	1,2	2.976	0,1	225	4,3	1.781	20,7	53	2,6	205	2,7
Centro-Sul	1.017	2,7	428	8,8	6.915	-1,8	2.695	2,6	330	16,3	53	7,0	111	3,1
Sudeste	958	-0,3	251	-9,4	8.387	-0,7	1.324	0,5	403	14,3	43	30,5	235	10,8
Metrop. de Curitiba	15.958	2,6	15.462	-0,5	18.618	-3,1	8.847	0,3	7.610	5,7	847	0,8	7.828	-1,8
Santa Catarina	**42.731**	-	**19.634**	-	**55.061**	-	**15.283**	-	**80.175**	-	**682**	-	**9.886**	-
Oeste	20.615	0,5	1.309	13,9	12.988	-1,1	3.796	-1,2	1.750	10,5	453	-16,5	1.751	4,6
Norte	5.658	0,5	6.912	-2,7	19.630	-1,7	3.802	6,0	20.668	-1,7	174	0,8	3.531	2,8
Serrana	1.300	7,4	657	2,6	6.678	-3,6	2.848	-4,0	582	2,4	55	-3,7	85	-2,3
Vale do Itajaí	7.240	-1,2	5.699	2,8	9.031	-1,1	3.502	1,2	47.374	-1,6	311	-10,1	3.134	0,4
Grande Florianópolis	2.575	-1,2	1.121	5,8	2.740	1,8	844	6,6	2.571	4,1	1.755	4,1	608	5,8
Sul	5.343	5,9	3.936	5,3	3.994	3,1	491	0,3	7.230	4,6	2.649	-8,6	777	0,6
Rio Grande do Sul	**69.308**	-	**30.097**	-	**39.478**	-	**16.568**	-	28.022		26.602	-	**46.112**	-
Noroeste	12.781	3,6	1.122	4,4	4.196	-0,8	1.377	1,4	2.361	3,8	2.938	7,9	3.105	-0,3
Nordeste	8.562	0,9	3.607	6,2	17.898	-1,9	2.411	-0,9	6.818	-4,4	9.163	0,4	5.651	-2,1
Centro-ocidental	1.695	2,2	196	12,8	1.055	4,3	194	-4,1	539	9,9	303	17,0	537	-1,2
Centro-oriental	10.571	3,2	1.805	4,2	3.388	0,4	1.252	1,4	2.221	-3,5	14.198	1,9	10.219	0,8
Metrop. de Porto Alegre	21.893	-0,7	22.068	-0,9	12.083	-0,3	10.326	-3,9	13.883	-4,4	110.080	-0,5	25.521	-1,8
Sudoeste	2.420	-4,9	-21	-	323	-0,6	468	1,4	613	-3,0	287	17,1	267	-0,8
Sudeste	11.386	-8,1	1.320	-10,2	535	0,7	540	-0,1	1.587	-3,6	178	9,3	812	-2,5

Continua

TABELA A.12
ESTADOS E MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — EMPREGOS FORMAIS E CRESCIMENTO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS (1986-96)

Conclusão

Mesorregião	Empregos Formais													
	Mat. Elétr./Comunicação		Mat. Transporte		Mecânica		Metalúrgica		Minerais não-metálicos		Extrativismo/Mineração		Total	
	1996 Nº	1986-96 %	1996 Nº	1986-96 %	1996 Nº	1986-96 %	1996 Nº	1986-96 %	1996 Nº	1986-96 %	1996 Nº	1986-96 %	1996 Nº	1986-96 %
Paraná	**69.197**		**22.829**		**60.101**		**22.031**		**35.083**		**2.765**		**14.199**	
Noroeste	100	8,8	108	-2,6	224	8,3	417	4,7	698	0,5	138	2,8	15.803	6,7
Centro-ocidental	65	41,6	45	3,2	33	-10,7	69	-2,9	260	3,8	-3	0,0	6.631	7,1
Norte-oentral	2.360	7,3	1.329	2,5	1.777	-0,5	2.900	2,2	2.428	-1,7	391	0,6	66.116	2,0
Norte Pioneiro	199	16,0	94	14,2	358	4,3	397	3,3	455	-1,5	635	-4,0	10.799	1,6
Centro-oriental	148	30,9	77	-5,2	1.530	0,0	1.232	-3,7	390	-2,4	596	-5,2	21.120	-1,0
Oeste	183	15,6	376	5,7	1.321	7,2	1.061	-2,2	1.412	-1,1	333	5,0	22.310	3,3
Sudoeste	110	10,9	91	-2,2	447	1,0	581	-0,8	317	-6,2	0	0,0	10.788	2,6
Centro-Sul	24	14,9	68	4,2	199	5,9	186	3,2	227	6,5	90	7,4	12.343	0,3
Sudeste	43	14,6	19	-0,5	99	-5,0	210	2,7	839	4,3	166	-12,9	12.977	-0,6
Metrop. de Curitiba	8.182	-2,0	6.948	2,6	14.789	1,1	7.294	-0,6	11.917	-0,3	2.254	1,0	126.554	-0,1
Santa Catarina	**4.361**		**6.564**		**27.610**		**19.932**		**20.233**		**4.368**		**306.501**	
Oeste	179	21,3	565	5,7	2.118	-0,5	1.487	4,6	1.431	2,4	252	-0,8	48.694	0,0
Norte	1.264	-14,3	4.001	10,6	17.421	1,0	12.212	-3,3	2.944	-3	227	2,7	98.444	-0,9
Serrana	117	22,8	126	-3,2	642	-2,0	277	-0,3	252	-5,9	68	-1,0	13.687	-2,5
Vale do Itajaí	1.999	-5,6	1.406	-5,4	5.820	2,5	4.684	0,1	4.354	-1,8	403	-1,0	94.957	-1,2
Grande Florianópolis	747	6,8	52	1,9	548	20,6	370	2,3	2.970	0,1	428	7,6	17.329	2,5
Sul	55	9,1	414	6,6	1.061	-6,1	902	-6,5	8.282	-3,5	2.990	-13,1	38.124	-2,2
Rio Grande do Sul	**11.119**		**20.426**		**38.208**		**49.120**		**12.977**		**4.461**		**392.523**	
Noroeste	829	-3,3	916	7,6	6.795	-5,8	2.895	-0,2	1.828	-0,1	501	5,0	41.644	0,3
Nordeste	2.224	5,3	12.235	1,9	9.698	-2,0	13.977	0,2	1.950	2,2	430	-1,7	94.624	-0,6
Centro-ocidental	75	18,3	123	16,4	459	0,2	373	3,1	634	-1,1	193	-0,1	6.376	2,5
Centro-oriental	104	6,8	205	-5,6	1.556	-1,1	2.555	2,0	1.836	1,3	443	-5,3	50.353	1,3
Metr. de Porto Alegre	7.735	-2,9	6.845	-1,4	18.647	-4,0	28.926	-2,8	5.122	-3,3	1.965	-4,3	285.094	-1,6
Sudoeste	1	-17,7	27	5,4	378	0,0	181	-2,4	262	-4,1	347	0,6	5.553	-2,8
Sudeste	151	26,0	75	-7,1	675	-4,0	213	-10,2	1.345	-3,1	582	-7,8	19.399	-6,9

Fonte: MTB/Rais (1996).

TABELA A.13
MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — EMPREGOS FORMAIS NA ATIVIDADE INDUSTRIAL, TOTAL E PROPORÇÃO NO TOTAL DO ESTADO (1986-96)

Mesorregião	Empregos Formais							
	1986		1989		1993		1996	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Paraná	**277.748**	**100**	**299.257**	**100**	**275.889**	**100**	**305.521**	**100**
Noroeste Paranaense	8.341	3,00	9.434	3,15	10.208	3,70	15.803	5,17
Centro-Ocidental Paranaense	3.411	1,23	5.166	1,73	4.895	1,77	6.631	2,17
Norte-Central Paranaense	54.066	19,47	58.083	19,41	56.481	20,47	66.116	21,64
Norte Pioneiro Paranaense	9.183	3,31	10.725	3,58	10.054	3,64	10.799	3,53
Centro-Oriental Paranaense	23.762	8,56	25.526	8,53	22.321	8,09	21.120	6,91
Oeste Paranaense	16.611	5,98	17.557	5,87	17.624	6,39	22.310	7,30
Sudoeste Paranaense	8.584	3,09	9.575	3,20	9.571	3,47	10.868	3,56
Centro-Sul Paranaense	11.976	4,31	14.137	4,72	12.638	4,58	12.343	4,04
Sudeste Paranaense	13.709	4,94	14.425	4,82	13.559	4,91	12.977	4,25
Metropolitana de Curitiba	128.105	46,12	134.629	44,99	118.538	42,97	126.554	41,42
Santa Catarina	**345.636**	**100**	**365.068**	**100**	**310.091**	**100**	**311.235**	**100**
Oeste Catarinense	48.193	13,94	48.074	13,17	42.829	13,81	48.694	15,65
Norte Catarinense	111.652	32,30	118.678	32,51	99.363	32,04	98.444	31,63
Serrana Catarinense	17.502	5,06	19.360	5,30	13.532	4,36	13.687	4,40
Vale do Itajaí	106.288	30,75	111.080	30,43	100.254	32,33	94.957	30,51
Grande Florianópolis	13.512	3,91	16.082	4,41	14.811	4,78	17.329	5,57
Sul Catarinense	48.489	14,03	51.794	14,19	39.302	12,67	38.124	12,25
Rio Grande do Sul	**575.372**	**100**	**582.321**	**100**	**509.745**	**100**	**502.687**	**100**
Noroeste Riograndense	40.745	7,08	42.894	7,37	37.592	7,37	41.644	8,28
Nordeste Riograndense	99.627	17,32	108.396	18,61	94.468	18,53	94.624	18,82
Centro-Ocidental Riograndense	4.949	0,86	4.997	0,86	5.198	1,02	6.376	1,27
Centro-Oriental Riograndense	44.305	7,70	50.106	8,60	48.450	9,50	50.353	10,02
Metropolitana de Porto Alegre	338.566	58,84	331.511	56,93	292.401	57,36	285.094	56,71
Sudoeste Riograndense	7.357	1,28	9.671	1,66	6.624	1,30	5.553	1,10
Sudeste Riograndense	39.823	6,92	34.746	5,97	25.012	4,91	19.043	3,79

Fonte: MTB/Rais (1996).

TABELA A.14

ESTADO DO PARANÁ E MESORREGIÕES — PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL DO ESTADO E DA MESORREGIÃO (1979-81/1992-94 MÉDIAS TRIENAIS)

Em %

Mesorregião	Valor da Produção							
	Commodities[a]		Insumos[b]		Alimentos[c]		Total	
	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94	1979-81	1992-94
Participação								
Noroeste Paranaense	74,8	32,4	17,2	64,1	8,0	3,5	100,0	100,0
Centro-Ocidental Paranaense	73,4	72,1	18,8	26,5	7,8	1,4	100,0	100,0
Norte-Central Paranaense	74,4	63,8	12,7	32,5	12,9	3,7	100,0	100,0
Norte Pioneiro Paranaense	54,8	56,8	29,6	35,6	15,7	7,6	100,0	100,0
Centro-Oriental Paranaense	71,4	83,4	1,3	2,4	27,3	14,2	100,0	100,0
Oeste Paranaense	89,7	82,0	5,6	16,8	4,7	1,3	100,0	100,0
Sudoeste Paranaense	72,8	78,8	5,3	9,4	22,0	11,9	100,0	100,0
Centro-Sul Paranaense	68,9	79,6	3,0	3,7	28,1	16,8	100,0	100,0
Sudeste Paranaense	44,2	43,9	7,8	20,9	48,0	35,2	100,0	100,0
Metropolitana de Curitiba	25,6	22,4	8,1	12,9	66,3	64,7	100,0	100,0
Total	**72,3**	**66,9**	**12,1**	**22,9**	**15,6**	**10,1**	**100,0**	**100,0**
Distribuição								
Noroeste Paranaense	11,4	3,0	15,6	17,5	5,7	2,2	11,0	6,3
Centro-Ocidental Paranaense	11,3	12,7	17,3	13,6	5,5	1,6	11,1	11,8
Norte-Central Paranaense	19,5	17,1	19,9	25,4	15,6	6,5	18,9	17,9
Norte Pioneiro Paranaense	8,4	8,9	27,0	16,3	11,1	8,0	11,0	10,5
Centro-Oriental Paranaense	4,8	9,2	0,5	0,8	8,5	10,4	4,8	7,4
Oeste Paranaense	28,0	23,6	10,4	14,1	6,9	2,4	22,6	19,3
Sudoeste Paranaense	7,4	12,0	3,2	4,2	10,3	12,0	7,3	10,2
Centro-Sul Paranaense	5,8	8,7	1,5	1,2	10,9	12,2	6,1	7,4
Sudeste Paranaense	2,4	3,3	2,5	4,6	12,0	17,6	3,9	5,0
Metropolitana de Curitiba	1,1	1,4	2,1	2,4	13,5	27,2	3,2	4,3
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fontes: Ipardes (1996)/Produção Agrícola Municipal - IBGE (1996).

Notas: (a) Soja, trigo, milho e café.

(b) Cana, algodão, mandioca, laranja e fumo.

(c) Feijão, arroz e batata.

TABELA A.15
ESTADO DE SANTA CATARINA E MESORREGIÕES — PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL DO ESTADO E DA MESORREGIÃO (MÉDIA 1993-94)

Em %

Mesorregião	Valor da Produção			
	Commodities[a]	Insumos[b]	Alimentos[c]	Total
Participação				
Oeste Catarinense	60,9	3,8	35,2	100,0
Norte Catarinense	31,3	3,0	65,7	100,0
Serrana Catarinense	34,5	0,1	65,4	100,0
Vale do Itajaí	16,7	15,1	68,2	100,0
Grande Florianópolis	13,5	24,3	62,2	100,0
Sul Catarinense	11,2	10,0	78,7	100,0
Total	**40,9**	**6,1**	**53,0**	**100,0**
Distribuição				
Oeste Catarinense	70,1	29,6	31,2	47,0
Norte Catarinense	10,1	6,4	16,3	13,2
Serrana Catarinense	10,5	0,2	15,4	12,5
Vale do Itajaí	4,7	28,7	14,9	11,6
Grande Florianópolis	1,3	15,7	4,6	3,9
Sul Catarinense	3,2	19,4	17,5	11,8
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fontes: Ipardes (1996)/Produção Agrícola Municipal - IBGE (1996).
Notas: (a) Soja, trigo, milho.
(b) Cana, mandioca, laranja, fumo e erva-mate.
(c) Feijão, arroz, alho, cebola, banana, maçã e uva.

TABELA A.16
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E MESORREGIÕES — PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL DO ESTADO E DA MESORREGIÃO (MÉDIA 1993-95)

Em %

Mesorregião	Valor da Produção			
	Commodities[a]	Insumos[b]	Alimentos[c]	Total
Participação				
Noroeste Riograndense	78,04	28,36	8,62	100,0
Nordeste Riograndense	4,43	17,98	11,95	100,0
Centro-Ocidental Riograndense	4,99	6,61	7,43	100,0
Centro-Oriental Riograndense	5,59	30,47	6,49	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	1,58	13,19	18,50	100,0
Sudoeste Riograndense	2,87	0,83	26,88	100,0
Sudeste Riograndense	2,49	2,56	20,13	100,0
Total	**39,23**	**20,98**	**39.79**	**100,0**
Distribuição				
Noroeste Riograndense	76,55	14,88	8,57	39,99
Nordeste Riograndense	16,91	36,76	46,33	10,27
Centro-Ocidental Riograndense	31,07	22,01	46,92	6,31
Centro-Oriental Riograndense	19,63	57,26	23,11	11,17
Metropolitana de Porto Alegre	5,78	25,74	68,48	10,75
Sudoeste Riograndense	9,40	1,45	89,15	12,00
Sudeste Riograndense	10,26	5,64	84,11	9,52
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fontes: Ipardes (1996)/Produção Agrícola Municipal - IBGE (1996).
Notas: (a) Soja, trigo e milho.
(b) Cana, mandioca, laranja, fumo, uva e erva-mate.
(c) Alho, arroz, aveia, banana, batata-doce, batata-inglesa, cebola, feijão, maçã, melancia, pêssego, tangerina e tomate.

TABELA A.17
MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ — PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TOTAL DO ESTADO (MÉDIA 1992-94)

Em %

Produto	Noroeste		Centro-Ocidental		Norte-Central		Norte Pioneiro		Centro-Oriental		Oeste	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
Milho	1,81	1,18	5,88	5,45	11,90	10,48	7,78	6,70	7,69	9,65	19,65	23,66
Soja	1,46	1,11	16,39	16,50	19,22	18,22	7,45	6,64	7,11	9,43	30,42	27,92
Trigo	1,63	1,33	22,86	20,03	20,90	22,89	9,43	11,52	7,99	10,58	24,23	22,96
Café	34,17	30,02	9,92	10,52	30,39	30,87	22,10	26,06	0,15	0,12	3,22	2,39
Cana	23,17	18,32	8,40	8,91	40,63	43,30	25,88	28,38	0,05	0,01	0,83	0,49
Feijão	3,85	1,81	3,05	1,37	11,57	8,37	9,28	8,89	11,09	12,68	3,32	2,34
Arroz	7,36	9,24	6,94	6,62	13,59	12,27	18,39	19,09	8,97	9,36	9,16	8,54
Batata	-	-	-	-	0,14	0,04	0,87	1,33	4,53	5,90	0,06	0,02
Algodão	18,21	16,02	24,16	24,15	22,73	22,81	12,43	14,04	0,38	0,36	20,66	21,16
Fumo	-	-	0,27	0,26	0,11	0,15	0,15	0,05	6,93	4,77	10,84	10,96
Mandioca	35,01	29,05	9,36	7,50	6,30	4,39	1,87	1,99	1,41	1,53	27,23	33,15
Laranja	24,45	13,72	1,92	1,34	10,64	6,39	12,81	10,63	1,36	1,15	4,09	6,10

Continua

TABELA A.17
MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ — PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TOTAL DO ESTADO (MÉDIA 1992-94)

Conclusão

Produto	Sudoeste		Centro-Sul		Sudeste		Metr. Curitiba		Total	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
Milho	18,26	19,76	14,39	13,59	7,55	6,12	5,09	3,41	100	100
Soja	8,32	8,74	7,69	9,22	1,71	2,01	0,24	0,22	100	100
Trigo	8,66	7,13	2,97	1,92	1,09	1,37	0,24	0,28	100	100
Café	-	-	0,01	-	-	-	0,03	0,02	100	100
Cana	0,57	0,35	0,11	0,06	0,06	0,03	0,30	0,15	100	100
Feijão	13,71	17,88	11,49	12,02	21,86	22,47	10,77	12,16	100	100
Arroz	8,12	9,49	12,24	12,86	12,20	9,75	3,03	2,77	100	100
Batata	0,78	0,39	12,64	12,32	11,38	10,35	69,61	69,64	100	100
Algodão	0,34	0,54	1,05	0,91	0,03	0,02	-	-	100	100
Fumo	12,37	9,91	4,83	4,73	57,20	55,46	7,30	13,71	100	100
Mandioca	11,71	16,30	2,43	2,42	1,39	1,53	3,27	2,13	100	100
Laranja	25,30	23,30	1,70	2,71	0,82	1,75	16,91	32,91	100	100

Fontes: Pesquisa Pecuária Municipal e Produção Agrícola Municipal - IBGE (1996).

TABELA A.18

MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA — PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TOTAL DO ESTADO (MÉDIA 1993-95)

Em %

Produto	Oeste		Norte		Serrana		Vale Itajaí		G. Florianópolis		Sul		Total	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
Alho	38,39	40,13	1,65	1,75	55,05	56,16	2,10	0,84	2,51	0,92	0,31	0,20	100,00	100,00
Arroz	12,50	2,89	18,42	20,98	3,35	0,96	16,59	20,45	2,53	1,95	46,61	52,77	100,00	100,00
Cana	13,92	6,74	6,03	6,26	0,62	0,68	32,73	39,99	34,12	34,93	12,59	11,40	100,00	100,00
Cebola	5,50	2,99	0,95	0,61	7,20	4,01	60,43	61,68	25,14	30,07	0,79	0,63	100,00	100,00
Feijão	58,03	59,80	9,64	9,87	19,82	19,80	4,38	3,65	1,48	1,49	6,65	5,39	100,00	100,00
Mandioca	15,30	29,64	8,87	7,28	-	-	32,26	27,79	7,82	8,87	35,74	26,43	100,00	100,00
Milho	71,82	71,89	8,61	8,89	8,16	7,55	6,49	5,97	1,37	1,65	3,56	4,05	100,00	100,00
Soja	72,03	65,39	14,44	17,61	13,31	16,75	0,02	0,01	-	-	0,20	0,25	100,00	100,00
Trigo	77,08	56,71	4,81	5,73	17,88	37,47	0,21	0,08	-	-	0,01	0,01	100,00	100,00
Erva-mate	94,82	97,69	2,97	1,56	-	-	2,21	0,75	-	-	-	-	100,00	100,00
Banana	-	-	47,29	64,34	-	-	13,56	13,27	4,35	1,62	34,80	20,77	100,00	100,00
Maçã	59,87	61,20	0,04	0,03	40,01	38,72	-	-	0,03	0,02	0,04	0,03	100,00	100,00
Uva	80,80	80,80	-	-	2,54	3,10	5,33	4,74	3,57	2,05	7,76	9,33	100,00	100,00

Fontes: Pesquisa Pecuária Municipal e Produção Agrícola Municipal - IBGE (1996).

TABELA A.19

MESORREGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TOTAL DO ESTADO (MÉDIA 1993-95)

Em %

Produto	Centro Ocidental Riograndense		Centro Oriental Riograndense		Metropolitana de Porto Alegre		Nordeste Riograndense		Noroeste Riograndense		Sudeste Riograndense		Sudoeste Riograndese		Total	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
Alho	1,57	0,67	4,52	3,00	5,72	3,68	46,99	66,37	29,16	20,61	10,83	4,82	1,21	0,84	100	100
Arroz (em casca)	9,36	8,59	6,02	6,32	19,64	19,56	0,21	0,05	2,58	1,53	23,50	24,06	38,68	39,88	100	100
Aveia (em grão)	8,59	6,35	2,04	3,62	0,20	0,22	5,65	6,42	78,81	77,55	1,55	1,96	3,16	3,88	100	100
Banana	1,35	0,98	3,55	2,57	90,58	92,10	0,52	0,33	3,82	3,94	0,09	0,05	0,09	0,03	100	100
Batata-doce	5,77	9,59	18,35	23,69	22,57	17,96	7,75	8,89	29,30	33,99	12,92	4,23	3,34	1,66	100	100
Batata-inglesa	8,88	12,22	5,74	2,75	14,69	16,45	14,18	19,33	26,00	25,92	30,26	23,23	0,25	0,11	100	100
Cana-de-açúcar	10,33	16,60	12,83	13,31	13,41	14,69	3,78	1,98	59,28	53,20	0,20	0,16	0,16	0,05	100	100
Cebola	1,81	1,88	3,09	1,76	21,29	19,19	13,08	18,54	13,40	12,10	46,84	46,28	0,49	0,24	100	100
Erva-mate (folha verde)	0,04	0,09	34,64	20,06	0,11	0,27	16,60	19,45	48,61	60,13	0,00	-	0,00	-	100	100
Feijão (em grão)	6,93	7,13	10,05	12,72	7,06	7,34	5,96	8,87	57,83	53,71	11,07	8,98	1,11	1,25	100	100
Fumo (em folha)	5,75	7,37	52,81	60,59	13,83	11,09	4,21	4,12	14,69	10,95	8,58	5,82	0,13	0,06	100	100
Laranja	5,23	7,97	12,35	18,12	41,91	36,82	7,55	7,19	24,27	23,74	5,19	4,13	3,48	2,03	100	100
Maçã	0,07	0,01	0,37	0,10	1,99	2,13	91,87	95,78	4,25	1,43	1,39	0,54	0,06	0,01	100	100
Mandioca	9,52	8,45	19,83	19,77	23,99	15,82	1,48	1,48	43,34	53,10	0,80	0,34	1,05	1,04	100	100
Melancia	9,10	9,65	13,44	9,77	47,25	54,04	0,98	0,89	7,58	8,57	16,26	11,16	5,39	5,92	100	100
Milho (em grão)	5,16	4,17	10,03	10,84	5,81	4,58	8,93	10,33	58,56	62,63	8,12	5,21	3,39	2,24	100	100
Pêssego	1,79	1,94	3,15	7,68	7,51	16,70	11,44	31,62	12,73	16,96	62,30	23,01	1,08	2,08	100	100
Soja (em grão)	6,42	5,66	2,58	3,08	0,24	0,19	1,68	1,59	83,81	85,13	1,52	1,36	3,77	3,01	100	100
Tangerina	1,68	2,38	10,05	20,61	60,26	43,97	7,26	10,57	18,31	19,22	1,87	2,21	0,58	1,04	100	100
Tomate	3,95	3,44	4,82	2,82	19,52	16,87	37,11	54,22	20,46	12,26	13,06	9,26	1,08	1,13	100	100
Trigo (em grão)	3,73	3,53	2,02	3,34	0,03	0,03	2,32	2,01	87,15	86,55	0,33	0,22	4,41	4,31	100	100
Uva	1,61	0,64	2,56	1,46	3,15	2,87	75,23	83,96	15,10	9,17	0,46	0,18	1,89	1,73	100	100

Fontes: Pesquisa Pecuária Municipal e Produção Agrícola Municipal - IBGE (1996).

TABELA A.20
MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL — DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTO SANITÁRIO E COLETA DE LIXO (1991)

Em %

Mesorregião	Domicílios Ligados à Rede de Água	Domicílios com Esgoto Sanitário	Domicílios Atendidos por Coleta de Lixo
Paraná			
Noroeste Paranaense	90,28	14,73	79,39
Centro-Ocidental Paranaense	86,52	10,11	78,69
Norte-Central Paranaense	93,53	37,69	90,58
NortePioneiro Paranaense	85,63	42,89	86,58
Centro-Oriental Paranaense	84,37	57,50	84,14
Oeste Paranaense	86,51	24,94	86,72
Sudoeste Paranaense	82,48	30,89	73,52
Centro-Sul Paranaense	73,95	34,91	74,17
Sudeste Paranaense	76,59	57,37	71,79
Metropolitana de Curitiba	90,23	74,21	92,35
Santa Catarina			
Oeste Catarinense	78,60	49,20	82,07
Norte Catarinense	81,43	79,21	87,74
Serrana Catarinense	86,68	59,92	74,49
Vale do Itajaí	79,77	81,29	88,16
Grande Florianópolis	84,14	78,38	89,09
Sul Catarinense	80,27	78,40	79,05
Rio Grande do Sul			
Noroeste Riograndense	84,30	29,24	77,36
Nordeste Riograndense	91,79	78,34	90,73
Centro-Ocidental Riograndense	87,69	64,55	79,90
Centro-Oriental Riograndense	82,34	61,68	81,75
Metropolitana de Porto Alegre	88,96	79,98	93,26
Sudoeste Riograndense	84,53	65,82	86,40
Sudeste Riograndense	87,57	73,46	89,32

Fonte: Censo Demográfico de 1991 - IBGE.

TABELA A.21
BRASIL — RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] (1998)

Categoria	Aglomerações Urbanas		Centros Urbanos que não Constituem Aglomeração Urbana		Total		
	Nº	População	Nº	População	Nº	População	% no Brasil
Metrópole Global (MG)	2	27.199.368	-	-	2	27.199.368	17,32
Metrópole Nacional (MN)	7	20.513.855	-	-	7	20.513.855	13,05
Metrópole Regional (MR)	3	6.195.202	1	1.157.357	4	7.352.559	4,68
Centro Regional (CR)	13	11.025.037	3	1.168.430	16	12.193.467	7,76
Centro Sub-regional 1 (CSR1)	16	7.226.167	15	4.191.409	31	11.417.576	7,27
Centro Sub-regional 2 (CSR2)	8	2.191.729	43	6.874.941	51	9.066.670	5,77
Total	**49**	**74.351.358**	**62**	**13.392.137**	**111**	**87.743.495**	**55,85**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); Contagem da População 1996 - IBGE.
Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.
(-) fenômeno inexistente.

TABELA A.22

BRASIL — CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] — METRÓPOLES (1998)

Centro Urbano	UF	Classificação Ipea/Nesur/ IBGE	Forma Espacial[b]					Forma Institucional	
			Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
São Paulo	SP	MG	x		39	16.666.986	10,61	x	39
Rio de Janeiro	RJ	MG	x		21	10.532.382	6,71	x	19
Total					**60**	**27.199.368**	**17,32**		**58**
Salvador	BA	MN	x		11	2.776.217	1,77	x	10
Belo Horizonte	MG	MN	x		25	3.829.042	2,44	x	30
Fortaleza	CE	MN	x		11	2.639.180	1,68	x	10
Brasília	DF	MN	x		11[c]	2.368.069	1,51	x	22[d]
Curitiba	PR	MN	x		16	2.348.559	1,50	x	24
Recife	PE	MN	x		16	3.258.388	2,07	x	14
Porto Alegre	RS	MN	x		24	3.291.680	2,10	x	26
Total					**114**	**20.511.135**	**13,05**		**96**
Manaus	AM	MR		x	1	1.157.357	0,74		
Belém	PA	MR	x		4	1.628.746	1,04	x	5
Goiânia	GO	MR	x		6	1.416.942	0,90		
Campinas	SP	MR	x		17	1.992.157	1,27		
Total					**28**	**6.195.202**	**3,94**		**5**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); Contagem da População 1996 - IBGE.

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) A aglomeração urbana metropolitana de Brasília é constituída pelo DF e mais 10 municípios.

(d) A região integrada de desenvolvimento do DF e entorno é constituída pelo DF e mais 21 municípios.

TABELA A.23
BRASIL — CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] — CENTROS REGIONAIS (1998)

Centro Urbano	UF	Forma Espacial[b]					Forma Institucional	
		Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
São Luis	MA	x		3	941.431	0,60		
Maceió	AL	x		6	803.869	0,51		
Natal	RN	x		6	921.491	0,59	x	6
Teresina	PI	x		2	773.901	0,49		
Campo Grande	MS		x	1	600.069	0,38		
João Pessoa	PB	x		4	773.847	0,49		
São José dos Campos	SP	x		6	1.088.597	0,69		
Ribeirão Preto	SP	x		8	640.715	0,41		
Cuiabá	MT	x		2	626.756	0,40		
Aracaju	SE	x		6	643.435	0,41		
Londrina	PR	x		8	775.850	0,49	x	6
Santos	SP	x		9	1.309.263	0,83	x	9
Porto Velho	RO		x	1	324.737	0,21		
Florianópolis	SC	x		4	543.528	0,35	x	22
Vitória	ES	x		5	1.182.354	0,75	x	5
Rio Branco	AC		x	1	243.624	0,16		
Total				**72**	**12.193.467**	**7,76**		**48**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); Contagem da População 1996 - IBGE.

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

TABELA A.24
BRASIL — CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] — CENTROS SUB-REGIONAIS 1 (1998)

Centro Urbano	UF	Forma Espacial[b]					Forma Institucional	
		Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
Feira de Santana	BA		x	1	450.487	0,29		
Uberlândia	MG		x	1	438.986	0,28		
Sorocaba	SP	x		9	889.538	0,57		
Juiz de Fora	MG		x	1	424.479	0,27		
Campos dos Goitacazes	RJ		x	1	401.487	0,26		
Joinville	SC	x		6	570.403	0,36	x	20
Campina Grande	PB		x	1	344.730	0,22		
São José do Rio Preto	SP	x		3	378.328	0,24		
Caxias do Sul	RS	x		10	554.403	0,35		
Pelotas/Rio Grande[c]	RS	x		2	485.923	0,31		
Jundiaí	SP	x		5	462.497	0,29		
Bauru	SP		x	1	292.566	0,19		
Imperatriz	MA		x	1	274.104	0,17		
Maringá	PR	x		4	380.527	0,24	x	8
Anápolis	GO		x	1	264.975	0,17		
Ilhéus/Itabuna[c]	BA	x		2	425.848	0,27		
Vitória da Conquista	BA		x	1	242.155	0,15		
Macapá	AP		x	1	237.815	0,15		
Uberaba	MG		x	1	237.433	0,15		
V. Redonda/B. Mansa[c]	RJ	x		5	637.142	0,41		
Blumenau	SC	x		7	433.108	0,28	x	16
Limeira	SP	x		6	383.737	0,24		
Cascavel	PR	x		2	317.391	0,20		
Caruaru	PE	x		2	250.444	0,16		
Petrolina/Juazeiro[c]	PE/BA	x		2	376.555	0,24		
Juaz.Norte/Crato[c]	CE	x		3	328.240	0,21		
Presidente Prudente	SP		x	1	177.367	0,11		
Araraquara/S. Carlos[c]	SP	x		2	352.083	0,22		
Boa Vista	RR		x	1	165.518	0,11		
Dourados	MS		x	1	153.191	0,10		
Palmas	TO		x	1	86.116	0,05		
Total				**85**	**11.417.576**	**7,27**		**44**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); Contagem da População 1996 - IBGE.

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) Aglomeração urbana formada por centros urbanos de mesmo porte demográfico.

TABELA A.25
BRASIL — CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] — CENTROS SUB-REGIONAIS 2 (1998)

Centro Urbano	UF	Forma Espacial[b]				
		Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil
Piracicaba	SP		x	1	308.147	0,20
Montes Claros	MG		x	1	271.608	0,17
Franca	SP		x	1	267.235	0,17
Santarém	PA		x	1	263.468	0,17
Ponta Grossa	PR		x	1	256.302	0,16
Santa Maria	RS		x	1	236.498	0,15
Foz do Iguaçu	PR		x	1	231.627	0,15
Governador Valadares	MG		x	1	231.242	0,15
Mossoró	RN		x	1	205.822	0,13
Ipatinga	MG	x		4	372.366	0,24
Marília	SP		x	1	177.632	0,11
Guarapuava	PR		x	1	174.713	0,11
Arapiraca	AL		x	1	173.339	0,11
Divinópolis	MG		x	1	171.565	0,11
Araçatuba	SP	x		2	254.736	0,16
Nova Friburgo	RJ		x	1	169.246	0,11
Sete Lagoas	MG		x	1	167.340	0,11
Jequié	BA		x	1	165.345	0,11
Passo Fundo	RS		x	1	161.880	0,10
Criciúma	SC	x		8	317.025	0,20
Cachoeiro de Itapemirim	ES		x	1	150.359	0,10
Marabá	PA		x	1	150.095	0,10
Lages	SC		x	1	148.860	0,09
Caxias	MA		x	1	146.045	0,09
Rondonópolis	MT		x	1	145.615	0,09
Chapecó	SC		x	1	142.880	0,09
Sobral	CE		x	1	138.565	0,09
Teófilo Otoni	MG		x	1	136.044	0,09
Parnaíba	PI		x	1	135.687	0,09
Itajaí	SC	x		6	291.252	0,19
Santa Cruz do Sul	RS		x	1	126.154	0,08
Linhares	ES		x	1	125.297	0,08
Paranaguá	PR		x	1	124.920	0,08
Uruguaiana	RS		x	1	124.881	0,08
Alagoinhas	BA		x	1	122.838	0,08
Poços de Caldas	MG		x	1	121.831	0,08
Bragança Paulista	SP		x	1	120.811	0,08
Araguaína	TO		x	1	120.559	0,08
Castanhal	PA		x	1	117.380	0,07
Cabo Frio	RJ	x		6	268.602	0,17
Moji-Guaçu/Moji-Mirim[c]	SP	x		4	258.748	0,16
Barreiras	BA		x	1	113.695	0,07
Garanhuns	PE		x	1	110.084	0,07
Rio Verde	GO		x	1	108.178	0,07
Barbacena	MG		x	1	107.810	0,07
Jaú	SP		x	1	103.601	0,07
Catanduva	SP		x	1	103.511	0,07
Botucatu	SP		x	1	100.876	0,06
Guaratinguetá/Aparecida[c]	SP	x		6	261.962	0,17
Ji-Paraná	RO		x	1	95.356	0,06
Itabira	MG	x		3	167.038	0,11
Total				**82**	**9.066.670**	**5,77**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); Contagem da População 1996 - IBGE.

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) Aglomeração urbana formada por centros urbanos de mesmo porte demográfico.

Série: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil
Volume 6: Redes Urbanas Regionais: Sul
Número de Páginas: 206
Formato: 21 cm x 27,5 cm
Mancha: 17 cm x 25,5 cm
Tipos: Palatino 10/12; Geometric 231 BT; Helvética
Papel (capa): Cartão Supremo 250 g
Papel (miolo): Couchê fosco 90 g
1ª reimpressão: 800 exemplares
Fotolito: Binhos
Impressão e Acabamento: Book RJ Gráfica e Editora

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Redes Urbanas Regionais:

Sul

A série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* reúne estudos sobre o processo de urbanização do país e as mudanças funcionais e espaciais no sistema de cidades, tendo por base as principais transformações espaciais da economia, nas décadas de 80 e 90. Sua finalidade é contribuir para a definição de estratégias de apoio a formulação e execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

Este volume, *Redes Urbanas Regionais: Sul*, integra os estudos das redes urbanas das grandes regiões e tem por objetivo apresentar um quadro de referência da rede urbana da região Sul..

Composto de dois capítulos, precedidos por suas bases teóricas, este livro apresenta, no primeiro capítulo, a economia dos estados do Sul e a rede urbana regional, com a classificação das categorias espaciais urbanas. É traçado um perfil da qualidade da urbanização, mais dirigido às aglomerações metropolitanas, e são apontadas as principais tendências da urbanização sulina, bem como as recomendações de políticas territoriais. No segundo capítulo encontra-se uma análise pormenorizada e individualizada desses aspectos para as mesorregiões dos estados do Sul.

